

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDREW PATRICK TRAUMANN

“OS MILITARES E OS AIATOLÁS: RELAÇÕES BRASIL-IRÃ (1979-1985)”

CURITIBA

2013

ANDREW PATRICK TRAUMANN

OS MILITARES E OS AIATOLÁS: RELAÇÕES BRASIL-IRÃ (1979-1985)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
da Universidade Federal do Paraná-UFPR para
obtenção do título de Doutor em História. Área de
Conhecimento: História, Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Curitiba

2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Traumann, Andrew Patrick

Os militares e os aiatolás: relações Brasil-Irã (1979-1985) /
Andrew Patrick Traumann. – Curitiba, 2013.
186 f.

Orientador: Profº. Drº. Dennison de Oliveira

Tese (Doutorado em Historia) – Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Brasil – Relações exteriores - Irã. 2. Irã – Revoluções -
História. 3. Brasil – Política internacional. 4. Brasil – Regime
militar. 5. Petróleo – Relações econômicas internacionais. I. Título.

CDD 327.81055



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **Andrew Patrick Traumann** intitulada: **Os Militares e os Aiatolás: Relações Brasil-Irã, 1979-1985**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de Doutor em História.

Curitiba, vinte e quatro de junho de dois mil e treze.

Prof. Dr. Dennison de Oliveira (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Cesar Alves Ferraz (UEL)
1º Examinador

Prof. Dr. Luis Alexandre Carta Winter (PUC/PR)
2º Examinador

Prof. Dr. Alexandro Eugenio Pereira (UFPR)
3º Examinador

Prof. Dr. Renan Frighetto (UFPR)
4º Examinador

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Discussão Bibliográfica.....	11
O Irã no Século XX.....	20
A Revolução.....	35
A Política Externa Iraniana.....	83
Brasil: Contexto Interno.....	95
Geisel e o Pragmatismo Responsável.....	102
Figueiredo e o Universalismo.....	118
Análise da Documentação.....	128
Considerações Finais.....	177

Dedico este trabalho à memória de meus pais Michael Traumann e Mary Jane Barthelmes Traumann. Sem vocês nada disso teria sido possível...

Meus mais sinceros agradecimentos
a Amado e Rosirene Alvarenga,
Enrique e Tatjana Molina, Sérgio
Melo, Francisco Ferraz, George
Sturaro, Caroline Marafiga, Maria
Luísa Scaramella, Heloísa Camara,
Angela Moreira, Ana Caroline
Moreno, ao meu grande orientador
Dennison de Oliveira, aos meus
queridos irmãos Thomas, Jonathan,
Elisabeth e David, e por último e em
especial, a minha noiva Fabiana,
companheira e porto seguro em
todos os momentos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma síntese histórica das relações Brasil-Irã, assim como da política externa de ambos os países entre 1979 e 1985. Com base em pesquisas realizadas nos arquivos do Itamaraty em Brasília procurou-se traçar paralelos na trajetória destes dois países no período em questão. A Revolução Iraniana, um dos principais movimentos políticos do século XX, foi o estopim do chamado Segundo Choque do Petróleo em 1979 e o Brasil, país dependente do transporte terrestre para escoar sua produção, fez do pragmatismo sua bandeira de política externa para manter a parceria com um dos principais produtores da *commodity* que tanto necessitava. Este trabalho também se propõe a preencher lacunas na historiografia das Relações Internacionais no que tange às especificidades das relações Sul-Sul e com o Oriente Médio em particular.

Palavras: chave: Irã, Revolução, Política Externa, Petróleo, Brasil, Regime Militar.

ABSTRACT

The aim of this work is to present a historical overview of Brazil-Iran relations, as well as the foreign policy of both countries between 1979 and 1985. Based on research conducted in the archives of the Foreign Ministry in Brasília in order to draw a parallel on the trajectory of these two countries during the period in question. The Iranian Revolution, one of the major political movements of the 20th century, was the catalyst of the so-called Second Oil Shock, in 1979. Dependent on ground transportation to drain its production, Brazil made of pragmatism its foreign policy flag to keep its partnership with one of the main world oil producers. This work also aims to fill gaps in the historiography of International Relations with regard to the specific features of South-South relations and the Middle East in particular.

Key words: Iran, Revolution, Foreign Policy, Oil, Brazil, Military Regime.

“They must remember that we are the same revolutionary nation whom they know very well. We are not afraid of fire and play with it very easily.” (Aiatolá Ali Khamenei)

LISTA DE SIGLAS

AEB:	Associação de Comércio Exterior do Brasil
AIEA:	Agência Internacional de Energia Atômica
ALBRÁS:	Alumínio Brasileiro S/A
ARAMCO:	<i>Arab American Company</i>
AVIBRÁS:	Aviação Brasileira
BRASPETRO:	Petróleo Brasileiro S/A
CACEX:	Consultoria e Acessoria de Comércio Exterior
CCA:	Conselho de Cooperação Árabe
CCAB:	Câmara de Comercio Árabe Brasileira
CCG:	Conselho de Cooperação do Golfo
CEPAL:	Comissão Econômica para a América Latina
CIA:	Agência Central de Inteligência
CNEN:	Conselho Nacional de Energia Nuclear
CSN:	Conselho de Segurança Nacional
DOP:	Departamento de Oriente Próximo
DSN:	Doutrina de Segurança Nacional
EMBRAER:	Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A
ENGESA:	Engenheiros Especializados S/A
ESG:	Escola Superior de Guerra
UE:	União Europeia
EUA:	Estados Unidos da América
FMI:	Fundo Monetário Internacional

FNLA:	Frente Nacional de Libertação de Angola
GAFTA:	Zona Árabe Ampliada de Livre Comércio
GATT:	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
ICAO:	Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional
IMBEL:	Indústria de Material Bélico
IMO:	Organização Marítima Internacional
INTERBRÁS:	Petrobrás Comercio Internacional S/A
IPC:	<i>Iraq Petroleum Company</i>
ISEB:	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISO:	<i>International Organization for Standardization</i>
MCTR:	Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
MERCOSUL:	Mercado Comum do Sul
MPLA:	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE:	Ministério das Relações Exteriores
NIOC:	<i>National Iranian Oil Company</i>
NSG:	Grupo de Supridores Nacionais
OAPEP:	Organização Árabe dos Países Exportadores de Petróleo
OEA:	Organização dos Estados Americanos
OLP:	Organização para Libertação da Palestina
ONU:	Organização das Nações Unidas
OPEP:	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PETROBRÁS:	Petróleo Brasileiro S/A
PIB:	Produto Interno Bruto
PNB:	Produto Nacional Bruto
PND:	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNEMEM:	Políticas Nacionais de Material de Emprego Militar
SECEX:	Secretaria do Comercio Exterior

TNP:	Tratado de Não Proliferação Nuclear
UNITA:	União Nacional pela Total Independência de Angola
URSS:	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZLC:	Zona de Livre Comércio

1 INTRODUÇÃO

Em 1973, seis anos após a Guerra dos Seis Dias, o clima entre os governantes árabes era de apreensão. Após desobedecer a resolução 242 da ONU que ordenava a retirada dos territórios ocupados e a permissão do retorno dos refugiados das guerras de 1948 e 1967, Israel lançava o Documento Galillee apresentado orgulhosamente pelo Ministro da Defesa Moshe Dayan como um plano de urbanização, industrialização e construção de assentamentos para judeus nos territórios ocupados. Dayan chegou a declarar que “não existia mais Palestina”, e que “quando conversamos com os norte-americanos eles nos oferecem dinheiro, armas e um conselho. Pegamos o dinheiro e as armas e ignoramos o conselho” (SHLAIM, 2004). Estas declarações foram interpretadas pelos principais líderes árabes, especialmente Anwar Sadat do Egito como um sinal evidente de que Israel não estava mais disposto a negociar, que considerava a ocupação de Gaza, Cisjordânia, Colinas de Golã, Sinai e Jerusalém como um fato consumado e que se algo não fosse feito, a causa palestina seria esquecida pela comunidade internacional.

Em 6 de outubro de 1973 os exércitos egípcio e sírio invadiam Israel de surpresa, levando a pesadas baixas ao estado judeu. Mesmo consciente de suas poucas possibilidades de vitória o objetivo árabe era claro: romper o impasse político e forçar as potências a fazerem Israel voltar à mesa de negociações. Porém a primeira reação norte-americana foi exatamente a oposta: uma ajuda militar da ordem de US\$2,2 bilhões de dólares. Para os árabes, especialmente os sauditas, que sempre se esforçaram para ter as melhores relações possíveis com os Estados Unidos, o ato foi um ultraje.

O desgaste entre árabes e norte-americanos já vinha desde 1971, quando o presidente Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro, desvalorizando a moeda, o que prejudicaria de sobremaneira os países membros da OPEP, cujos preços eram cotados em dólar. Uma ajuda militar de tal monta ao maior inimigo dos árabes, que ainda não haviam digerido a derrota em 1967 foi a “gota d’água”.

A 17 de outubro de 1973 era declarado embargo contra os países que apoiassem Israel na ocupação de territórios palestinos. Os produtores

comprometeram-se a reduzir sua produção em um milhão de barris por dia todos os meses, até que o exército israelense se retirasse da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. O embargo era atenuado ou agravado de acordo com sua posição política: o país consumidor poderia ser considerado amigo, neutro ou inimigo.

Entretanto, o uso do petróleo como arma política foi perdendo força com o cessar fogo entre egípcios e israelenses, mediado pelo Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. Contudo, se o embargo não atingiu seu objetivo principal, que era a retirada das tropas israelenses dos territórios palestinos, ao menos teve o inegável mérito de chamar a atenção da opinião pública mundial para a questão palestina e as condições em que estes vivem, sob ocupação israelense.

Pode-se afirmar que a crise de 1973 dificilmente teria ocorrido sem a existência de alguns fatores: o fervor nacionalista de Iraque, Argélia e Líbia, encabeçados por Kadaffi, a decidida liderança da Arábia Saudita, maior produtora mundial de petróleo em colocar o embargo em prática e obviamente, a extraordinária capacidade da OPEP de abarcar dentro de sua organização as mais díspares tendências ideológicas sem perder, contudo a uniformidade em suas decisões. Estes elementos fizeram daquele ano um marco na relação entre países produtores e companhias petrolíferas, sepultando definitivamente a relação servil em que os países árabes eram colocados frente às potências ocidentais numa espécie de resquício do colonialismo. Isto evidenciou o surgimento de um novo e importante ator no cenário das relações internacionais, a OPEP, que, em plena guerra fria, conseguiu com que reivindicações de um grupo de países do chamado terceiro mundo fossem atendidas.

Seis anos depois, uma nova crise eclodiria, desta vez com a Revolução Iraniana, uma das mais importantes do século XX. A dissertação de mestrado deste autor abordou as relações do Brasil com os países árabes durante a crise do petróleo, dentro de um contexto de pragmatismo na nossa política externa que buscou privilegiar antes de tudo o interesse nacional. Agora, como continuação daquele trabalho, pretendemos abordar o segundo choque do petróleo em 1979 e como o Brasil lidou com os novos desafios que surgiam naquele momento, tanto em relação à questão econômica macro, como na maneira em que lidou com um governo que abraçava bandeiras e adotava posições opostas a do regime que o antecederia.

Quando da concepção desta tese, este autor em seu projeto, aventou a hipótese de identificar mudanças nas relações Brasil-Irã com o advento da Revolução, afinal tal mudança havia sido verificada em praticamente todos os países do hemisfério norte, especialmente após a crise dos reféns de 1980. O Antigo Regime iraniano era ostensivamente ocidentalizado e liderado por um monarca absolutista que se orgulhava de seus laços com EUA e Israel. Em pouquíssimo tempo o Irã definido por Jimmy Carter como um “oásis de tranquilidade” no Oriente Médio passou a ser retratado na mídia de massa como sinônimo de obscurantismo religioso e terrorismo internacional.

A ideia inicial era procurar constantes e identificar padrões no intercâmbio entre os dois países. E eles apareceram. A pesquisa revelou que o Brasil não alterou em nada sua política em relação ao Irã após o processo revolucionário. Evidentemente houve um processo de adaptação à nova mentalidade, da sociedade que foi criada pelo regime islâmico, mas o corpo diplomático brasileiro que servia em Teerã na época viu a revolução como uma oportunidade para o Brasil, devido ao discurso terceiro-mundista dos revolucionários. Esperava-se que tal discurso beneficiaria enormemente países como o Brasil e sua tradição diplomática de não ingerência e respeito à autodeterminação dos povos.

Procuramos com este trabalho, pesquisando em fontes bibliográficas e na documentação diplomática disponível no Itamaraty, preencher uma lacuna na historiografia acerca da política externa brasileira no regime militar. Por via de regra, o período compreendido entre 1973 e 1985 é descrito como uma era marcada pelo pragmatismo na política externa causada pelo esgotamento do “milagre econômico”, pela Crise do Petróleo e pela necessidade política de crescimento contínuo que dava legitimação ao regime aos olhos de boa parte da população brasileira. Uma característica central desta política foi a diversificação de parcerias: África lusófona, Japão, Oriente Médio, etc. Quase sempre na historiografia de Relações Internacionais tais regiões, distintas em termos políticos, econômicos e culturais são retratadas como algo monolítico, como objetos da ação da diplomacia brasileira sem nuances próprias e sem uma análise mais acurada dessas relações, como se a estratégia aplicada pela diplomacia brasileira em regiões tão díspares em termos econômicos, políticos e culturais fosse a mesma e seus resultados, similares. Há neste campo de estudos alguns trabalhos sobre as relações com a África,

marcadamente com Angola e Moçambique, mas muito pouco em relação ao Oriente Médio, tendo como honrosa exceção a dissertação de mestrado de Silvana Romancini Silva e alguns artigos escritos por diplomatas que serviram na região. Há assim uma carência de trabalhos nos quais o contexto histórico específico do país em tela seja considerado fora dos esquemas padrão de análise de conjuntura, que baseada na busca pelo poder, costuma desconsiderar variáveis culturais e o papel do sujeito histórico.

No caso da Revolução Iraniana temos em Khomeini um sujeito histórico por excelência, alguém que personificou a Revolução, orquestrou-a e guiou seus rumos até sua morte em 1989. O Irã não é apenas mais um país muçulmano produtor de petróleo, mas um herdeiro da civilização persa que nunca sofreu colonização efetiva, ao contrário de seus vizinhos árabes - o que fortaleceu seu nacionalismo - e um país xiita em meio a uma maioria de vizinhos sunitas, que quebrou paradigmas ocidentais ao fazer uma revolução para unir a religião ao Estado em pleno século XX. Portanto, não se trata de apenas mais um país do dito “mundo islâmico”, construção histórico-cultural que ignora especificidades de cada região e se apropriar de seu discurso como nos demonstrou Edward Said em *Orientalismo*.

É fato que o Brasil priorizou o Iraque, mais tarde arqui-inimigo do regime de Teerã em suas relações comerciais com a entrada da construtora Mendes Junior, da Petrobrás e do programa nuclear conjunto, além da venda de armas e veículos blindados. Porém, é interessante observar a aproximação do Brasil junto ao país que se tornou o pivô do Segundo Choque do Petróleo e que passava por febril período revolucionário. A diplomacia brasileira buscou fazer uma série daquilo que a pesquisa documental demonstrou serem vistas como “concessões” ao regime de Teerã como a compra de petróleo no mercado *spot* e o atendimento de exigências em relação à qualidade dos produtos brasileiros, muitas vezes vistas como demasiadas.

Um elemento não observado na bibliografia existente é que muitas vezes a realidade se impunha sobre o discurso idealista das relações terceiro-mundista, especialmente da parte de Teerã. O Brasil enviou missões comerciais ao Irã chefiadas por nomes de peso como Paulo Tarso Flecha de Lima, apoiou a entrada de empresas brasileiras no país e fomentou o intercâmbio no campo agrícola, porém em sua visão, não recebeu a devida contrapartida. Destarte seu forte viés ideológico

o governo de Khomeini, isolado internacionalmente pelo sequestro na embaixada norte-americana não se furtou em buscar incrementar suas parcerias com países desenvolvidos, abandonando solenemente sua autoproclamada solidariedade terceiro-mundista. No chamado Escândalo Irã-Contras, o líder religioso iraniano aceitou a intermediação de Israel (chamado por ele em seus discursos de “a entidade sionista”) numa negociata envolvendo compra de armamento norte-americano (o “Grande Satã”), além de manter intensas relações comerciais com países membros do bloco socialista, adeptos do que chamava de “comunismo ateu”.

O Irã é um país que possui características bastante peculiares dentro do mundo islâmico. Ao lado do Iraque é um dos únicos países islâmicos de maioria xiita, e o único formado por arianos. Etnicamente, está entre árabes, asiáticos e indo-afegãos-paquistaneses. O Tadjiquistão, único país além do Irã a usar o idioma farsi, é sunita, ou seja, faz parte da vertente majoritária do Islã (PINTO, 1999).

No século IV a. C., Alexandre o Grande dominou a região e após sua morte o território da então Pérsia foi dividido entre seus generais. Selêucidas, arsácidas e sassânidas se sucedem no poder até a chegada de um povo e de uma crença que mudaria a face do Irã: os árabes e o islamismo.

Vários fatores de longa duração levaram o Irã a se tornar o que é. A irrigação levou à salinização do solo e à erosão ao fim das florestas, que encorajou o pastoreio nômade tão característico do imaginário da região. O Irã possui desde a Antiguidade a tradição de se aglutinar em torno de líderes carismáticos e poderosos. Sandra Mackey divide estas figuras em três níveis: o Pai, o Rei e o Clérigo (MACKEY, 2008). E tudo começa com o pai, que cria um microcosmo do governo iraniano. Empossado pela autoridade sobre esposa e filhos e destronado apenas pela morte, o patriarca, que conta com a obediência cega da família é o primeiro pai de um iraniano. Quando este chegar à idade adulta conhecerá mais dois: o rei e o clérigo. No conceito iraniano de liderança, um líder possui carisma porque é dotado de poderes especiais, ou qualidades que o separam de homens comuns. O rei herói, que conduz a nação iraniana, é uma figura recorrente mesmo no Irã islâmico e esse conceito de líder carismático governando em parceria com Deus não foi incomum.

O sistema monárquico iraniano, surge com Ciro, o Grande, e se mantém praticamente inalterado até 1979: o xá, no ápice do poder. Abaixo dele os vizires (ministros), os ulemás (clero), os chefes tribais (conhecidos como Khans) e os

grandes senhores de terras. Mais abaixo estavam os artesãos e os *bazaaris* (tradicional e influente classe de comerciantes cuja força se mantém praticamente intacta até hoje) e na base da pirâmide, a massa de camponeses. Este modelo sobreviveu com base na crença de um rei justo e paternalista, mesmo que nem sempre essa imagem corresponda à realidade.

O Irã pré-islâmico é conhecido pela força do zoroastrismo, que introduziu conceitos como a dualidade entre o bem e o mal, recompensas e punições no pós-morte e figuras de anjos e demônios. É nesta época que surge no atual Iraque o maniqueísmo, que pregava que o mundo material era essencialmente ruim, enquanto o mundo espiritual era essencialmente bom (KEDDIE, 2006). Tanto o zoroastrismo quanto o Islã xiita vão emular batalhas entre o bem e o mal e a valorização do martírio. Pelo fato de a documentação à disposição hoje ser em grande parte de natureza doutrinária, sabemos muito mais sobre o pensamento religioso do período do que sobre a estrutura sócio-econômica da região.

Assim, o renascimento do islamismo militante a partir da segunda metade do século XX nada mais é do que uma forma de tradução, para as massas, de conceitos como justiça social e luta contra a opressão, de uma forma que as mesmas compreendessem. O entrelaçamento entre religião e política é inerente ao Islã desde seu princípio. A religião islâmica por definição se apresenta como um sistema de vida completo inclusive político e econômico e, sendo assim, a sociedade islâmica só funcionaria perfeitamente quando o modelo islâmico fosse implementado em sua totalidade. Como isso não ocorre em nenhum lugar do mundo, assim os fundamentalistas explicam o enfraquecimento dos países islâmicos frente ao Ocidente, como uma espécie de castigo divino causado pelo suposto afastamento dos muçulmanos de sua religião e isto se daria até nos países mais conservadores como Arábia Saudita e Irã (Idem, 2006).

O Islã conferiu ao rei a expectativa de igualdade e justiça se mirando no exemplo do Profeta Muhammad¹, que reunia características de líder religioso e temporal e talvez o único líder islâmico a exercer este dualismo de forma coerente,

¹ Utilizaremos o nome Muhammad em lugar de Maomé, visto que este configura apenas tradução de nome próprio, o que não é correto pelas normas gramaticais da Língua Portuguesa. Além disso, o termo 'Maomé', apesar do uso corrente, quando de sua criação no período das Cruzadas, tinha sentido pejorativo.

buscando sempre resolver as questões que se apresentavam com base em seus ensinamentos pessoais e no Alcorão (MACKEY, 2008).

Porém, após sua morte, o Islã sofre uma ruptura: como Muhammad não havia deixado instruções claras sobre quem seria seu sucessor (califa), a comunidade islâmica da época se dividiu entre aqueles que desejavam escolher o novo líder por aclamação e aqueles que argumentavam que o novo califa deveria ser parente do Profeta. A maioria seguiu Abu Bakr, sogro e seguidor de primeira hora do Profeta, mas havia um pequeno grupo que dizia que já que Muhammad não deixara herdeiros, seu sucessor mais adequado seria seu primo e genro Ali. Os membros deste grupo ficaram conhecidos como *Shia't Ali*, partidários de Ali ou xiitas na tradução para o português. Aqueles que acreditavam estar seguindo mais estritamente as tradições se autointitulavam sunitas (ou aqueles que seguem a tradição). A cisão, a princípio meramente política, logo se tornou doutrinária e o xiismo seguiu seu caminho com seus próprios sábios e crenças, embora não haja diferenças entre o Alcorão sunita e o xiita.

A rápida expansão islâmica é explicada por alguns estudiosos como o resultado de um processo em que duas cidades, relativamente avançadas em termos de comércio e agricultura fora da esfera dos Impérios Bizantino e Sassânida, reuniram as condições ideais para um maior desenvolvimento, faltando apenas uma ideologia que as unificasse. Tanto em Meca quanto em Medina, a riqueza destruiu os ancestrais e os laços tribais, ambas as cidades claramente necessitavam de um código legal unificado.

O enfraquecimento dos impérios vizinhos e a opressão de suas populações, as similaridades entre Islã e Cristianismo e os baixos impostos cobrados pelos novos conquistadores, colaboraram para a espantosa expansão islâmica que oitenta anos após a morte de Muhammad já se estendia da Espanha até a Índia (KEDDIE, 2006).

Ali acabou sendo apenas o quarto califa governando de 656 a 661 quando foi assassinado por um sunita em Karbala, atual Iraque. Seu filho Hussein também foi morto e este evento se torna um marco do sentimento de perseguição, injustiça e da ultravalorização do martírio que rege o xiismo e, portanto, sua compreensão é fundamental no desenvolvimento do nosso trabalho.

Quando os árabes chegaram à região o império sassânida encontrava-se desgastado. Seus líderes e sacerdotes haviam se afastado da população, pois, a

corte na ânsia de manter seus luxos aumentava os impostos cada vez mais. Tal atitude levou a elite governante ao descrédito, que sem apoio popular, pouco pôde fazer para resistir aos árabes inflamados por sua nova fé.

No Irã, os árabes logo perderam força política ao se miscigenar com a população e os xiitas tornaram-se cada vez mais influentes ao denunciar os excessos dos turcos seljúcidas e das hordas mongóis de Gengis Khan, que invadiram o Irã em 1220.

O Irã assimilou o Islã à sua própria maneira, adotando o xiismo, que em certos pontos lembra o zoroastrismo nos seus ideais de um governo justo e na sua valorização do sacrifício pessoal e do martírio. Os xiitas lembram até hoje o martírio de Hussein, neto do profeta Muhammad, morto por Zaid, herdeiro do califa Mu'awiyah. Após matar Hussein, Zaid conhecido por sua ambição e falta de religiosidade exibiu a cabeça decepada de Hussein em Damasco. Tal atitude apenas exacerbou o fervor xiita e fez com que estes se tornassem ferrenhos opositores da dinastia omíada. Com o fim do califado Omíada (661-749) surge o califado Abássida (749-1256), que mantinha o sunismo, porém bem afastado da religiosidade do primeiro grupo de discípulos de Muhammad.

Durante este período, surge uma linha de líderes religiosos xiitas conhecidos como a linhagem dos doze imãs. Estes líderes seriam infalíveis e poderiam interceder junto a Deus a favor dos fiéis. Esta linhagem inicia-se com Ali em 656 e termina com Muhammad Al-Muntazar em 873, o Imã Oculto, desaparecido naquele ano e cujo retorno messiânico os xiitas aguardam. Contudo, a identificação do Irã com o xiismo é bem mais recente do que se imagina, remontando ao ano de 1501 quando é fundada a dinastia Safávida que torna o xiismo a religião oficial, reprimindo duramente os sunitas e buscando se diferenciar o máximo possível dos otomanos, começando pela não adoção do árabe como língua oficial e - como já mencionado - e optando pelo ramo xiita do islamismo (KEDDIE, 2006).

Os iranianos, após atingirem a unidade política e cultural, estavam prontos para crescer também economicamente. O xá (rei, em farsi) Abbas, que ocupou o trono entre 1588 e 1629, construiu estradas para trazer os mercadores europeus às cidades iranianas e criou oficinas para a produção de seda e cerâmica. Abbas organizou o país de uma forma que não se via desde Ciro e Dario, dois mil anos

antes. Por causa do apelo nacional do xiismo enquanto ideologia de oposição aos árabes sunitas, a dinastia Safávida realmente transformou o Irã numa nação.

Por outro lado governou com mão de ferro, algo que seria ainda visto muitas vezes na história iraniana. A então capital Esfahan é um paradigma do esplendor da cultura local e da força de seu soberano. Seus belos jardins e mesquitas agradavam aos sentidos e lembravam a todo momento ao iraniano, quem era o responsável por aquela imponente. Quando Abbas morreu, o país caiu em desordem, tendo sido invadido por afegãos logo expulsos pelo xá Nadir, que conduziu suas tropas até a conquista de Déli onde roubou o Trono do Pavão, que se tornou o símbolo da realeza iraniana até 1979. Após o assassinato de Nadir em 1747, o Irã se afundou em lutas intensas durante cinquenta anos, até que uma nova dinastia surgisse: os Qajar.

Estudiosos europeus do século XIX consideravam os Qajar como os típicos déspotas orientais. Porém seu despotismo não era absoluto. Em tese, o xá possuía o monopólio da violência, da coleta de impostos, da admissão e demissão de funcionários públicos, mas na prática dependia da cooperação de líderes tribais para governar. Como não possuía uma burocracia organizada e tampouco uma polícia, o xá se parecia muito mais com Luís XVI do que com um sultão otomano. Muitos ministérios só existiam no papel e, os que de fato existiam, sofriam com a falta de pessoal, arquivos e escritórios regionais (ABRAHAMIAN, 2008).

O reinado da dinastia Qajar foi bastante controverso. Poucas vezes governantes mostraram-se tão alheio ao que acontecia em seu país como os Qajar. Gastando quantias exorbitantes para sustentar o luxo da corte, o xá Nasir-Al-Din iniciou em 1872, o que pode ser considerado praticamente um processo de venda do país. Para que se tenha uma ideia, Nasir vendeu ao barão Julius de Reuter, pioneiro das agências de notícias, o direito exclusivo de comandar as indústrias do país, irrigar suas fazendas, explorar seus recursos minerais, expandir suas estradas de ferro e linhas de bonde, criar seu banco nacional e emitir sua moeda (KINZER, 2004). O xá vivia distante da realidade de seu país e de seu povo. A ele só interessavam as mulheres de seu harém e as festas nababescas e se, para manter seu estilo de vida perdulário, tivesse que leiloar o país, o faria. Nos anos seguintes vendeu aos ingleses o direito de prospecção de minérios e de abrir bancos, e aos russos, a exclusividade na exploração do caviar. Todas as riquezas do país estavam

em mãos estrangeiras. Mas em 1891, afundado em dívidas, o xá Nasir-Al-Din foi longe demais: vendeu a nativa e artesanal indústria de tabaco aos ingleses. Os iranianos plantavam o tabaco em pequenas propriedades e outros cuidavam do beneficiamento do produto. Tomar isto dos locais e entregá-lo a estrangeiros foi uma afronta que despertou o sentimento nacional iraniano. O boicote ao fumo foi geral. O país parou de fumar em protesto à venda do patrimônio iraniano a estrangeiros. A chamada “Revolta do Tabaco” foi o começo do fim da subserviência do povo ao absolutismo (KINZER, 2004).

O filho de Nasir-Al-Din, assassinado em 1896, repetiu os mesmos erros do pai. Em 1901 vendeu ao londrino William Knox o direito exclusivo de procurar e explorar petróleo que encontrasse em solo iraniano. Knox descobriu o produto, que logo chamou a atenção do governo britânico: o futuro do Irã no século XX estava selado.

2 DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

A historiografia sobre a Revolução Iraniana não pode ser considerada vasta se compararmos com a produção gerada pelas revoluções cubana e chinesa, por exemplo. Apesar da importância geopolítica do Oriente Médio em geral e do Irã em particular, os eventos de 1979 acabam sendo estudados por especialistas na região de uma maneira geral e notadamente por exilados iranianos no Ocidente, que ao seguirem a carreira acadêmica utilizam seu *background* cultural como um diferencial e se tornam especialistas no tema.

Entre eles podemos destacar Ervand Abrahamian, autor de *Khomeinism*, obra na qual identifica o líder religioso iraniano mais como um líder populista latino-americano do que como um fundamentalista radical. Abrahamian possui uma visão bastante realista do que é o Irã, enquanto país em desenvolvimento sem cair nos estereótipos orientalistas tão típicos de autores como Bernard Lewis, famoso por enfatizar as diferenças entre Oriente e Ocidente e apresentá-los como incompatíveis e destinados ao confronto, ou seja, esposando basicamente a mesma tese de Samuel Huntington e seu *Choque de Civilizações*.

Sua posição pode ser considerada de simpatia para com a Revolução, embora, é importante ressaltar, não demonstre sinais de religiosidade. Como professor da Universidade de Nova York, Abrahamian parece se sentir impelido a mostrar aos norte-americanos em especial, naturalmente tão desconfiados em relação ao Irã, uma visão sóbria do país. Sua tese principal é que a Revolução Iraniana, a despeito de seu caráter religioso, se insere no contexto de outras revoluções terceiro-mundistas como a Cubana e a Argelina, ou seja, de luta anticolonialista e de que a chave de seu sucesso é o populismo e suas promessas de reformas sociais. A Constituição Iraniana afirma que é dever do Estado prover à população acesso à educação, saúde, habitação e emprego, constituindo um verdadeiro *Welfare State*. Abrahamian retrata Khomeini como um pragmático, alguém que em nome da sobrevivência da Revolução, seria capaz, dentro da autoridade que lhe competia, até a descumprir pilares do Islamismo (ABRAHAMIAN, 1993).

Outro especialista no tema é Mohsen Milani, professor da Universidade de Tampa, na Flórida. Seu livro *The Making of Iranian Islamic Revolution* se tornou obra de referência do tema. Seus escritos sobre a Revolução, assim como a dos demais acadêmicos iranianos radicados nos EUA, é tentar desmistificar ideias pré-concebidas sobre o Irã sem, contudo, fazer uma apologia do regime. Milani trabalha bastante com o conceito teórico de Revolução. Segundo o autor, na Itália medieval, a revolução era definida por períodos de longa duração, interrompidos por um revés repentino. A revolução era vista como um acontecimento fortuito. A Revolução Francesa deu ao conceito uma aura de romantismo que se mantém até os dias de hoje, com a ideia de algo novo, de remoção de instituições arcaicas e da razão como guia para a humanidade. A mudança de calendário tendo a Revolução como ano zero é um marco do pensamento iluminista baseado no conceito de progresso (MILANI, 1994).

Para Marx, a Revolução era o motor do progresso histórico, uma experiência libertadora e no Terceiro Mundo, durante o século XX, as revoluções foram vistas como atalhos para a dependência em relação aos países imperialistas e um sinônimo de progresso e autonomia. Hannah Arendt se confronta com esse ideal de progresso ao afirmar que grupos revolucionários, em regra, sobem ao poder com promessas de realizar profundas mudanças sociais e ao fracassar no cumprimento dessas promessas acabam se tornando tão repressoras quanto o regime que derrubaram para se manterem no poder (Idem, 1994).

Para Milani, a Revolução Iraniana foi uma rápida e fundamental mudança nas estruturas sociais e estatais acompanhado de um forte movimento popular. Esta definição distingue revoluções de golpes de Estado (substituição de uma facção da elite por outra) , rebeliões (revoltas espontâneas de massa contra um governo ou situação específica) de revoluções elitistas impostas à sociedade. Segundo o autor, esta definição não traz em seu bojo juízos de valor ou ideias de progresso ou retrocesso.

Outro autor de origem iraniana utilizado neste trabalho é R. K. Ramazani professor da Universidade da Virgínia e um dos maiores especialistas em Oriente Médio do mundo, além de ser também um dos maiores críticos da política externa norte-americana na região e defensor do uso de uma política mais suave dos EUA mesmo em relação a países considerados antagonistas como o Irã. Ramazani

também é um estudioso das Relações Internacionais entre os países do Oriente Médio, distanciando-se dos estudos baseados unicamente no interesse das potências, que por razões óbvias predomina nos EUA. Naquele país, um dos principais elogios feitos a Ramazani é sua capacidade de explicar até a um leigo a raiz dos conflitos no Oriente Médio como um longo processo histórico, raízes estas muito mais intrincadas e complexas do que termos reducionistas tais como “fanatismo”, e “antiamericanismo”. Seu objetivo declarado é fazer uma contribuição na construção de uma ponte de entendimento entre seu país natal, o Irã e o país que o acolheu e onde construiu sua carreira profissional, os EUA.

Entre os autores ocidentais que se especializaram no tema podemos citar Kenneth Pollack, ex-analista da CIA e do Conselho Nacional de Segurança, que gerou polêmica ao defender no livro *The Threatning Storm: The Case for Invading Iraq*, a invasão do Iraque, a deposição de Saddam Hussein e a eliminação de suas armas de destruição em massa. Continuando sua argumentação, Pollack afirma que os gastos de uma invasão seriam bem menores do que os divulgados pela oposição e que o número de baixas também seria mínimo devido à precisão e habilidade que os soldados norte-americanos haviam adquirido desde a guerra da Bósnia. Pollack que trabalhou na CIA durante o governo Clinton é considerado o responsável por convencer vários congressistas democratas a votarem a favor da guerra, sendo considerado um “falcão” para os padrões daquele governo. Foi acusado de endurecer ainda mais sua posição para se adequar as diretrizes do então novo mandatário George W. Bush.

Na verdade, Pollack não defendia a estratégia dos republicanos de combinar insurreição e golpe de Estado ao dar cobertura à oposição iraquiana. Para ele, tal estratégia soava parecida demais com a malfadada invasão da Baía dos Porcos em 1961. Mas definitivamente Pollack, que se orgulhava de ter previsto a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, demonstra em seu livro absoluta segurança a respeito das armas de destruição em massa de Saddam, mais tardes comprovadamente inexistentes. Em 2004, escreve *The Persian Puzzle*, em que lida com as relações entre EUA e Irã. Para Pollack, ao contrario do caso iraquiano, os EUA deveriam usar de diplomacia em relação ao Irã, pois o país, dividido entre tecnocratas pragmáticos que almejavam o desenvolvimento econômico do país e a linha-dura, que temendo uma invasão norte-americana passou a desenvolver um programa nuclear como

meio de dissuasão, criava um cenário favorável para que os EUA manipulassem estas divergências e obtivessem um acordo favorável aos interesses ocidentais. O autor afirma também que o Líder Supremo do Irã, Ali Khamenei é, ao contrário de Saddam Hussein, racional e avesso a riscos, portanto mesmo que o Irã alcance a capacidade nuclear, poderia ser contido pelas vias diplomáticas.

Seus críticos, como o jornalista do *Huffington Post* Philip Weiss, o acusam de não dominar o idioma farsi nem o árabe e de nunca ter estado no Irã ou no Iraque. Para Weiss, Pollack é um símbolo da arrogante política externa norte-americana, repleta de *experts* em países os quais nunca estiveram. Não seria surpresa, portanto que ao se deparar com uma realidade muito mais brutal do que a relatada por tais especialistas, as tropas norte-americanas sejam forçadas a ficarem muito mais tempo do que o previsto, como ocorreu no caso do Afeganistão e do Iraque.

Bem diferente de Pollack, a norte-americana Nikki Keddie esteve no Irã, domina o farsi e é uma especialista no período da Revolução Constitucional. A historiadora se sentiu atraída pelo fato de que no Irã, no decorrer do século XX sempre ocorreram alianças entre progressistas e o clero, seja na Revolução Constitucional ou na própria Revolução Iraniana, em que estes setores se unem contra a subserviência do Estado às potências ocidentais. A partir da década de 1970, passa a escrever uma série de artigos sobre a mulher muçulmana e aspectos culturais do Irã. Após a Revolução, lança *“Roots of Revolution: an Interpretive History of Modern Iran”*, onde faz um apanhado geral de seus estudos desde as dinastias Qajar e Pahlevi, incluindo discussões sobre história intelectual, social e econômica do país até a Revolução. Este livro recebeu uma versão atualizada em 2003 que faz parte da bibliografia deste trabalho. Keddie possui uma abordagem bastante humanista e um interesse genuíno de historiadora, de alguém interessado em seu objeto enquanto fonte de conhecimento e análise, e não como é comum nos EUA adotar uma visão utilitarista, justificando o seu trabalho pela suposta utilidade deste para a política externa norte-americana para a região. Este olhar científico é um contraponto aos interesses políticos/ideológicos de outros especialistas no tema em questão.

Ainda entre os acadêmicos ocidentais, podemos destacar John Esposito, professor da Universidade de Georgetown e considerado um dos maiores

especialistas mundiais em islamismo, sendo diretor do *Center for Muslim-Christian Understanding* e autor de dezenas de livros e artigos sobre o tema. Sua postura moderada sempre foi alvo de críticas nos EUA, especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001. Textos criticando seu posicionamento e identificando-o como “antiamericano” ou “antipatriota”, são facilmente encontráveis na internet especialmente em sites ligados à direita norte-americana. Em seus estudos Esposito se propõe a analisar o mundo islâmico como o próprio se vê, independente de como os países exógenos a sua cultura o enxergam, fugindo, portanto, da tradição orientalista e especialmente norte-americana a qual determinado objeto só desperta interesse à medida que possa interferir na política norte-americana, quase sempre no papel do “outro”, o antagonista que ameaça os “valores democráticos e a liberdade” seja ele comunista ou fundamentalista.

Esposito combate a histeria pós-sequestro na embaixada e pós-atentados às Torres Gêmeas, buscando desconstruir a imagem estereotipada do muçulmano em obras como *Who Speaks for Islam?*, cujo título indica o eixo central de sua obra: tentar dar voz ativa a quem sempre é mero objeto de análises, muitas vezes com conclusões predeterminadas. Esposito sofre os mesmos tipos de ataques direcionados a outro intelectual, Edward Said, como acusações de simpatia ao terrorismo, antissemitismo ou antiamericanismo simplesmente por afirmar que há, sim, motivações políticas nas ações terroristas, que se não as justificam, do mesmo modo também não podem ser ignoradas e rotuladas simplesmente como atos de fanatismo, pois tal estratégia tem a intenção de impedir qualquer tipo de debate, mesmo num nível mais primário acerca das políticas norte-americanas e israelenses para com os povos muçulmanos.

Said, um palestino de origem cristã, autor do clássico “Orientalismo” no qual retratou a imagem do Oriente como invenção do Ocidente, como o seu “outro” no qual o colonialismo depositou toda a sua aversão e justificou seu domínio sobre os árabes, estereotipados como violentos primitivos e voluptuosos (curioso notar como hoje, devido às mudanças no comportamento sexual, ocorridas no Ocidente desde a Inglaterra vitoriana, a volúpia é um dos últimos adjetivos que poderíamos associar aos árabes). Said demonstra como aquele árabe caricatural das *Mil e Uma Noites*, de tapetes voadores e haréns, quase anedótico com suas adaptações infantis de contos como *Aladim* foi se transformando em uma figura muito mais ameaçadora: a

do terrorista suicida, movido pelo fanatismo e imune aos apelos à razão do Ocidente, justamente porque haveria algo na *psique* árabe que o tornaria inerentemente refratário a valores como a democracia e a liberdade, ou seja, alguém com o qual o diálogo é inútil e cuja única linguagem conhecida é a da guerra, utilizada quando este contraria os interesses (especialmente econômicos) do Ocidente na região. Said combatia o estigma que a expressão “República Islâmica” carregava.

Inevitavelmente esta vinha acompanhada de adjetivos como fanatismo religioso, atraso, terrorismo, intransigência, etc. Para o intelectual palestino a tradição orientalista não permitia que um muçulmano fosse visto como mais do que um seguidor do islamismo. As pessoas eram despidas de qualquer individualismo, ideias políticas ou características culturais. Para os orientalistas os muçulmanos eram basicamente todos iguais, independente de falarem árabe, turco, farsi, urdu ou espanhol. Said repudiava, portanto, expressões como “Mundo Árabe” ou “Mundo Islâmico”, por colocarem os muçulmanos literalmente fora do mundo habitado, não só pelos ocidentais como pelo restante do planeta.

Khomeini deveria ser visto dentro de uma longa tradição de oposição à monarquia, guiado por preocupações universais. Não se podia negar a influência norte-americana na região e a Revolução deveria ser vista como uma reação a esta ingerência e não algo deslocado do tempo e do espaço como muitos analistas norte-americanos pareciam sugerir. Edward Said pode ter cometido erros ao descaracterizar totalmente o aspecto islâmico da Revolução e a faceta mais radical de Khomeini (ZARNETT, 2007). De fato o aiatolá se tornou no Ocidente uma caricatura grotesca, porém pouco parecia se importar com sua imagem no exterior e algumas de suas declarações, como a comparação do cessar-fogo com o Iraque à ingestão de veneno, apenas colaboravam para que esta imagem fosse construída. Por outro lado justificava todo o ressentimento dos povos muçulmanos contra os EUA, e afirmava que o governo norte-americano deveria fazer um *mea culpa* e não se eximir de todas as acusações apontando o fanatismo e a irracionalidade como causa da Revolução (Idem, 2007). Após o episódio Anwar Sadat, em que o presidente egípcio foi até Israel buscar um acordo de paz, era visto como o muçulmano ideal, Said concluiu que o que definia o “bom” e o “mau” muçulmano era sua posição em relação aos interesses norte-americanos.

Ativista da causa palestina, partidário da ideia de um Estado árabe e outro judeu convivendo lado a lado, Said foi acusado de apologista do terror pela extrema-direita israelense até sua morte em 2003.

Contudo, um dos intelectuais mais renomados do Ocidente e cuja obra sobre o tema é pouco conhecida até para muitos de seus leitores é Michel Foucault.

O filósofo francês esteve no Irã em 1978, como enviado especial do jornal italiano *Corriere Della Sera* embora também tenha publicado artigos no *Le Monde* e no *Nouvel Observateur*. Os escritos de Foucault sobre a Revolução Iraniana (a qual via com simpatia) são vistos por muitos de seus admiradores como erros aberrantes. Era incompreensível para muitos que o autor de *Vigiar e Punir* tenha se alinhado com o clero iraniano, tratando a Revolução como uma forma pós-moderna de reação ao Ocidente e ao racionalismo, criando então o que ele denominava “política espiritual”.

Segundo Janet Afary e Kevin Anderson há uma “afinidade impressionante” entre as teorias de Foucault e a ideologia fundamentalista que inspirou a Revolução Iraniana: ambos buscavam um confronto com um mundo materialista, ambos possuem visões idealizadas de sociedades pré-modernas, ambos desdenhavam o sistema judicial liberal e, por fim, ambos admiravam aqueles que davam a vida em nome de uma vida mais autêntica (AFARY e ANDERSON, 2005).

Foucault também via a Revolução como um evento inserido tardiamente na luta anti-imperialista e uma força libertadora das amarras do Iluminismo e das instituições modernas. A Revolução combateu, por razões diversas é certo, tudo aquilo que o filósofo francês também repudiava e levaria a união entre o político e o espiritual de uma forma a qual, segundo ele, o Ocidente já havia esquecido.

Muito antes de outros analistas, Foucault já havia detectado a singularidade da Revolução Iraniana, que devido ao componente religioso seguiria um caminho totalmente diferente de outras revoluções modernas e que assim como as revoluções chinesa e russa, representava uma ruptura com o mundo ocidental. Porém não antecipou que o regime pudesse repaginar velhas formas de dominação e tampouco mencionou a problemática questão das mulheres no pós-revolução, talvez segundo os autores devido à sua aversão ao feminismo e ao desprezo às questões de gênero. Foucault entrou em confronto com a esquerda iraniana ao ridicularizar as ambições dos marxistas locais em tomar o poder, comparando o

movimento com um teatro de comédia em que os atores repetiam velhos chavões sobre as lutas de classe e as vanguardas armadas.

Em outro artigo *Of What are the Iranians Dreaming?*, surge um Foucault épico, comparando o confronto entre o xá e Khomeini como “o rei e o santo, o soberano armado e o exilado destituído e o déspota frente ao homem de mãos limpas e apoiado pelo povo” (FOUCAULT, 1978). O autor segue afirmando que o governo islâmico se limitaria a supervisionar o regime, não controlá-lo. Não havia segundo Foucault, a menor intenção em retornar aos tempos do Profeta, que o governo inspiraria fidelidade e não obediência e que os direitos das mulheres e minorias estavam garantidos (Idem, 1978). A aparente indiferença do filósofo em relação à mudança no *status* da mulher fez com que este fosse duramente criticado por estudantes, intelectuais e leitores de suas colunas, comprometendo seriamente sua imagem na França. Foucault poucas vezes se preocupou em responder aos críticos. A principal oportunidade na qual podemos colher impressões de Foucault no pós-revolução foi no livro *Iran: La Revolution au nom de Dieu*, de Claire Brière e Pierre Blanchet, no qual Foucault sustentava que havia um criticismo exagerado do Ocidente a tudo o que era oriundo do mundo islâmico devido a longa tradição orientalista europeia e que as revoluções portuguesa e nicaraguense haviam sido recebidas de forma bem menos crítica. No Irã, a religião como um estilo completo de vida oferecia algo mais profundo do que uma ideologia e uma crença de combate e sacrifício com profundas raízes históricas e culturais. Em sua declaração mais polêmica, Foucault nega qualquer incoerência, disputa ou contradição dentro do movimento revolucionário. Para ele era simplesmente o povo *versus* o Estado. O filósofo francês sofreu outra saraivada de críticas, tendo na feminista Catherine Clement, uma das poucas vozes compreensivas. Para Clement, Michel Foucault tentou compreender o que fugia dos esquemas e tradições intelectuais do Ocidente, apontando que nenhum conceito ocidental inclusive o de “direitos humanos”, pode ser diretamente aplicado a este país, o que faz da Revolução algo inerentemente iraniano.

Para os críticos, tanto Said quanto Foucault se recusaram em ver o que a Revolução se tornaria. Porém, apesar do filósofo francês, especialmente, ter se mostrado excessivamente otimista, ambos acusaram os excessos da Revolução, tendo, porém o cuidado que muitos orientalistas e especialmente a mídia nunca

teve, de separar os episódios mais violentos da religião islâmica ou da cultura iraniana, ignorando que movimentos revolucionários tendem a ser passionais, violentos e a promoverem expurgos, e o processo revolucionário iraniano não é de forma alguma um evento único que pode ser atribuído a uma entidade monolítica chamada Irã.

Em relação à bibliografia especializada em política externa brasileira, pode-se afirmar que há um vazio no tocante aos países não tradicionalmente mais próximos, como Argentina e EUA. De uma forma geral, as várias obras que pretendem fazer uma síntese histórica da política exterior do Brasil não dedicaram mais do que algumas linhas ao Oriente Médio, mesmo o Iraque tendo chegado a ser um dos nossos três maiores parceiros comerciais no início da década de 1980.

As relações Sul-Sul costumam ser tratados de forma indiferenciada, parte de um contexto de diversificação de parcerias empreendidas pelo governo brasileiro, na qual, reitero, os países são apresentados como objetos da ação da diplomacia brasileira e fatores complicadores como a conjuntura interna desses países, questões culturais, ideológicas e as ações de seus líderes (muitas vezes decisivas por não se tratarem de democracias) são desconsideradas.

Espera-se com este trabalho contribuir com uma visão histórica, na qual o contexto interno e externo de ambos os países amplie o debate e o estudo sobre o período no qual o Brasil privilegiou as relações Sul-Sul.

3 O IRÃ NO SÉCULO XX

Governos frágeis politicamente, autoritários e carentes de identificação com a maioria da população levaram o Irã a ser literalmente repartido ao meio. Em 1906, a derrota da Rússia na guerra contra o Japão enfraqueceu o seu domínio na região. No Irã, uma revolução popular impôs à monarquia uma constituição que limitava o poder do monarca por meio do artigo 39, que estabeleceu a obrigatoriedade do xá de governar de acordo com a Constituição, e não de forma ditatorial. Este episódio ficou conhecido como Revolução Constitucional, e os direitos alcançados com este movimento seriam fundamentais para o florescimento de uma maior liberdade política no parlamento. Sua causa imediata foi o desacordo ente o governador de Teerã e os comerciantes de açúcar sobre os preços do produto. O governo tentou desviar a atenção da população castigando em público três negociantes de açúcar, sendo um deles um senhor muito admirado por suas obras de caridade. Tal ato levou os bazaaris, a classe comerciante, base da economia do país, a fechar as lojas em protesto. A venda do terreno de um cemitério para a construção de um banco russo causou mais protestos e mortes.

As greves se espalharam e o xá com seu exército “faminto, mal pago e esfarrapado”, como diria um observador britânico, não teve outra alternativa a não ser negociar. Um grupo de mulás e bazaaris se reuniu na Mesquita Real de Teerã para discutir uma lista de exigências ao xá, sendo que a principal era a criação de um Parlamento ou *Majlis*. A pressão dos bazaaris foi tamanha que o xá acabou capitulando e aceitando a formação de um parlamento. Como em qualquer governo iraniano, até hoje os bazaaris são aliados essenciais a sua sobrevivência.

A classe média mercantil e os ulemás (geralmente parentes) são o sustentáculo do país há séculos, mas muitas vezes estas classes tornaram-se também porta-vozes dos desprivilegiados, causando constrangimento ao governo (KEDDIE, 2006). Outro fator importante foi a introdução do currículo ocidental nas escolas, que trouxe com mais de um século de atraso, as ideias iluministas ao Irã. Os conceitos de direitos civis, republicanismo e cidadania se espalharam pela elite que tinha acesso à educação.

Baseada na constituição belga, a constituição iraniana limitava o poder real, determinando que o xá consultasse o Parlamento nas questões mais importantes, como empréstimos estrangeiros, tratados, etc. A igualdade perante a lei e outros direitos civis também foram garantidos, assim como a liberdade de imprensa. Porém, o voto não era universal, mas censitário. Tinham direito ao voto membros da família real, do clero, comerciantes e agricultores de porte médio. A esmagadora maioria da população foi sumariamente excluída do processo. A Assembleia foi dividida em 156 cadeiras, sendo 96 para a capital Teerã e sua primeira formação continha 60 bazaaris, 25 clérigos, 50 senhores de terras e outros “notáveis”. A Lei Fundamental deu ao xá a prerrogativa nominal de comandar o Executivo, as Forças Armadas, declarar Guerra e Paz e assinar Tratados Internacionais. Concomitantemente era sua obrigação jurar obediência ao Congresso, aceitar suas leis e ministros eleitos pela Casa (ABRAHAMIAN, 2008).

O *Majlis* era a peça central da Constituição com a “palavra final” sobre leis, orçamentos, tratados, empréstimos, monopólios e concessões. Foi concedida aos cidadãos uma Carta de Direitos com garantias de proteção a vida, a propriedade e a honra; liberdade de expressão, de reunião e organização, igualdade perante a lei, *habeas corpus* e salvaguardas contra prisões arbitrárias. Foi criada uma bandeira tricolor vermelha, branca e verde, cores ligadas ao xiismo e ao centro um leão e o sol, símbolos da dinastia Qajar. O xiismo se tornou a religião oficial do país e apenas membros dessa vertente do Islã alcançavam os mais altos postos governamentais.

Já estava prevista a criação do Conselho de Guardiães com poder de veto, algo que só seria colocado em prática na Revolução de 1979. Como podemos observar, já em 1906 foram feitas várias concessões ao islamismo em geral e ao xiismo em particular. Por isso Abrahamian afirma que no processo histórico de longa duração, a Revolução Iraniana tem suas origens na Revolução Constitucional de 1906 (IDEM, 2008).

Quando Muhammad Ali Shah ascendeu ao trono em 1907, a princípio aceitou as regras, mas no ano seguinte já teve forças para dar um golpe militar com apoio dos cossacos e fechar o Congresso. Segundo Abrahamian isto se deu por três motivos. Primeiro o Acordo Anglo-Russo de 1907 no qual a Grã-Bretanha e a Rússia dividiram o país em zonas de influência. Os britânicos ficaram com o sul e os russos com o norte. Uma faixa entre as duas áreas foi declarada como de autonomia

iraniana. Autonomia essa, limitada pelos interesses estrangeiros. O Irã não foi sequer consultado, mas apenas informado deste acordo assinado em São Petersburgo.

Os iranianos aprenderam uma dura lição de *realpolitik*: por mais agressivos que sejam seus vizinhos, eles são ainda piores quando colocam suas diferenças de lado. Em segundo lugar, houve uma reforma na cobrança de impostos que faziam com que a arrecadação fosse destinada ao Ministério das Finanças ao invés de ir para o Tesouro Nacional. Por último, algumas vozes liberais se levantavam contra o papel da religião na Constituição, principalmente no que tange aos direitos das minorias. Estas condições propiciaram o pretexto do qual o xá necessitava. O golpe, porém, levou a uma guerra civil no país, em que o povo se uniu aos bazaaris e ao clero, conseguindo depor o xá e substituí-lo por seu filho Ahmad Shah de apenas 11 anos de idade em 1909.

É criado então um novo *Majlis* no qual a representação da capital é diminuída, o voto censitário é abolido, a idade mínima para voto cai de 25 para 20 anos e são reservados assentos para minorias religiosas (dois para os armênios, um para os assírios, um para os judeus e um para os zoroastristas). O grande problema do novo Parlamento era a falta de recursos devido a resistência dos grandes latifundiários a pagar impostos conforme indicado por consultores britânicos (ABRAHAMIAN, 2008).

Após a I Guerra e a Revolução Russa, cujo novo governo renunciou ao Imperialismo, a Grã-Bretanha vê uma chance única de anexar o Irã e criar uma rede de Estados Vassalos do Mediterrâneo até a Índia. Em 1919, a Grã-Bretanha impõe então ao Irã o chamado acordo Anglo-Persa, em que a potência ocidental assumia o controle do exército, do tesouro e das redes de transporte e comunicações. O Irã, na época, mal podia ser chamado de país, pois a soberania, item fundamental, havia sido vendida a preço módico se tornando o clássico Estado falido (KINZER, 2004).

O Exército Vermelho ameaçava marchar sobre Teerã, senhores de guerra e exércitos rebeldes em conflito eram o retrato de um país fragmentado, à espera de salvador montado em um cavalo. E ele veio: Reza Khan. Nascido perto da fronteira russa, Reza saiu de casa ainda adolescente para seguir a tradição familiar do serviço militar. Optou pela Brigada Cossaca, por ser a mais disciplinada, moderna e coesa do país. Fundada por oficiais russos, zelava pelos interesses daquele país no

Irã, incluindo a proteção dos membros da família real, que, afinal, colaborava imensamente com o governo russo. Sua experiência como soldado o marcou profundamente, pois pode viajar e constatar a miséria em que vivia a população iraniana e o descaso da realeza para com ela.

Devido a sua capacidade de liderança, Reza foi escolhido pelos britânicos para comandar um golpe que colocaria no poder o ex-jornalista Sayyed Zia Talatabai. Reza e mais dois mil homens de sua confiança entraram em Teerã na noite de 20 de fevereiro de 1921 e prenderam o primeiro-ministro juntamente com todo o seu gabinete. Ao xá Ahmad, exigiu a escolha de Sayyed como primeiro-ministro e a dele próprio, Reza, como chefe das Brigadas Cossacas. Neste cargo, pacificou o país, acabando com as lutas tribais. Três meses depois, exonerou Sayyed e o expulsou do país. Em seguida, convenceu o xá a sair de férias.

Reza Khan queria um Irã realmente independente, fortalecendo o Estado central e a burocracia. Em 1923, o Irã estava unificado de fato, com o Estado (principalmente por meio do exército) chegando aos rincões mais distantes do país. Com sua personalidade rude e o temor que inspirava em muitas pessoas, Reza tomou o poder, transformou o país numa república e se autoproclamou presidente. Passou a governar com mão de ferro, como seu ídolo Kamal Ata Turk, o modernizador da Turquia. Assim como o líder turco, reprimiu bastante o papel da religião na sociedade. Como encontrou muita resistência, tomou uma medida arriscada, mas que o levaria ao posto mais alto do poder. Dois anos após o golpe, Reza renunciou ao cargo de presidente e dirigiu-se a uma aldeia do interior, alegando necessidade de refletir. Imediatamente, o xá exilado manifestou seu desejo de retornar. Assustado com esta perspectiva, o *Majlis* votou pela extinção da dinastia Qajar e ofereceu a Reza o título de xá. Era tudo que ele queria.

Como primeiro ato expulsou os bolcheviques da região de Gilan e esmagou revoltas no Azerbaijão. Em seguida, diminuiu a influência estrangeira, proibindo a venda de terras a não iranianos e revogou a concessão britânica para produzir moeda nacional. Construiu fábricas, portos, hospitais, edifícios, avenidas, introduziu o sistema métrico e o casamento civil. Em 1935, anunciou que não mais aceitaria que o país fosse chamado Pérsia, como era conhecido até então no exterior. Dali por diante a nação seria conhecida pelo nome usado pela própria população: Irã, pois em seu ponto de vista, o nome Pérsia evocava uma monarquia antiquada e

decadente. Para garantir que esta determinação fosse obedecida ordenou que toda a correspondência endereçada à Pérsia fosse devolvida a seu remetente.

Por outro lado, impôs sua vontade por meio da aplicação exemplar do terror, reprimindo duramente a oposição. Em seu governo, os jornais foram censurados e a terra dos inimigos políticos, confiscada. Também acabou com o modo de vida milenar dos nômades. Na sua ânsia de modernizar o país, obrigou as tribos a se fixarem, muitas vezes em lugares inóspitos, onde morriam de fome (KINZER, 2004). A vida política no Irã tornou-se absurdamente limitada. O *Majlis* estava a seu serviço, assim como a Constituição, e o Partido Comunista Iraniano foi colocado na ilegalidade.

Khan passou a atribuir ao Islã e ao clero o atraso do Irã em relação ao Ocidente e passou a estimular o nacionalismo por meio do resgate de um mítico Irã pré-islâmico (MACKEY, 2008). Passou a exaltar os feitos de Ciro, Dario e Xerxes, demonizando a chegada do Islã como uma invasão bárbara de beduínos analfabetos e reabilitou a religião zoroastrista, nativa da região e considerada por muitos estudiosos como a pioneira na crença numa dualidade entre o Bem e o Mal, que teria influenciado as três religiões monoteístas.

Nas escolas, as crianças aprendiam sobre o passado glorioso da Pérsia Antiga, sua poesia tradicional e acima de tudo a amar o xá Reza Khan, “libertador da pátria”. Foi adotado o currículo francês, mas enquanto cerca de 4% do orçamento era destinado à educação, o Exército recebia 35% (KEDDIE, 2006) Em 1936, obrigou o clero a cursar faculdades de Direito seculares na intenção de empurrar a *Sharia* para fora da esfera pública.

Ato contínuo proibiu manifestações públicas de religiosidade, estimulou os homens a se barbearem e proibiu o uso público do véu pelas mulheres. A percepção popular, porém era de que Reza Khan tentava unir a Pérsia Antiga ao Irã da década de 1930, como se mil e trezentos anos de islamismo nunca houvessem existido (IDEM, 2006).

Entre 1925 e 1940, uma ampla reforma do Judiciário afastou o clero das decisões legais e introduziu um sistema judiciário ao estilo europeu. A pena de morte foi restringida a casos de rebelião armada contra o governo, traição à pátria e assassinato, foi abolida a distinção legal entre muçulmanos e não muçulmanos e os castigos públicos foram substituídos pelo encarceramento. Gradativamente, ao clero

foram restando apenas decisões sobre casamentos e divórcios até a Sharia (lei islâmica) ser totalmente abolida em 1940 (KEDDIE, 2006).

O governo centralizou a agricultura, indústria, recursos naturais, incentivou a prática de esportes entre homens e mulheres e melhorou o sistema de saúde iraniano. Porém, todas essas mudanças eram um pouco drásticas para boa parte da população. A proibição do véu fez com que muitas mulheres, especialmente nas classes mais humildes, simplesmente passassem a viver reclusas. Mesmo com o aumento de vagas para meninas nas escolas, a imposição da vestimenta ocidental fez com que muitas famílias simplesmente retirassem suas filhas da escola, e o povo se ressentisse dessa intromissão do governo em seus costumes tradicionais e na sua vida privada.

Para o bem ou para o mal Reza Khan se tornou um mito, o *self-made man* iraniano que desceu das montanhas para resgatar o orgulho e a dignidade nacionais. Porém, Reza Khan não era um redentor. Era um líder autoritário que queria que seu povo se orgulhasse de seu passado e de sua nação, não de suas liberdades. Segundo um diplomata britânico, Reza Khan esqueceu um clássico adágio napoleônico que dizia que a principal função da religião era “impedir os pobres de matarem os ricos”. Não havia amálgama cultural que pudesse unir o Irã, a não ser o Islã, e o nacionalismo construído por Reza Khan provavelmente morreria com ele, trazendo a desordem. Enquanto isso não ocorria, porém, Rússia e Grã-Bretanha optaram por se postarem como observadores atentos ao invés do confronto, pelo menos a princípio (ABRAHAMIAN, 2008).

A característica mais marcante de sua era foi a construção do Estado. Reza Shah chegou ao poder num país onde o Estado era pouco presente fora da capital. Diz-se de Stálin que este assumiu um país baseado no arado de madeira e o deixou com a bomba atômica. No caso de Reza Khan, este assumiu um Estado que mal podia ser merecedor desse nome e realizou um processo de centralização, o que descarta qualquer comparação com Ata Turk ou Mussolini, pois ao contrário destes e de outros líderes totalitários do século XX, que assumiram Estados estabelecidos, a missão de Khan foi mais parecida com a dos primeiros Tudors, Bourbons ou Habsburgos: a de criar um Estado centralizado (IDEM, 2008).

Para Nikki Keddie, muitas das medidas adotadas por Reza Khan eram inevitáveis. Com um país tão subdividido, apenas um forte poder central poderia

impor a modernização que o Irã precisava. De fato, a economia, indústria, saúde e educação deram saltos inéditos, porém a custo do grosso da população.

A falta de debate sobre os rumos a tomar e a negligência em relação à imensa população rural e tradicional criou a semente de um problema que germinaria durante o governo de seu filho Mohamed e cujos frutos seriam a revolta e a Revolução: a divisão entre uma elite ocidentalizada e nacionalista e uma vasta maioria tradicional, cujo principal traço de identidade era a religião islâmica.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o xá Reza não escondeu sua simpatia pelo nazi-fascismo, o que fez com que os Aliados, temendo que o Irã se tornasse uma plataforma para ataques à URSS, intervissem e forçassem o xá a abdicar em 1941. Durante a década de 1930, o xá havia aberto o país ao capital alemão, que investiu pesado na construção civil, mineração e indústria. Grã-Bretanha e URSS enviaram uma nota a Reza Khan pedindo a expulsão dos alemães. Com a resposta evasiva do xá, o Irã é invadido e o líder iraniano é deposto e deportado, vindo a falecer no exílio três anos depois. Em janeiro de 1942, Grã-Bretanha, URSS e Irã assinam um acordo no qual as potências garantiam proteger a economia iraniana dos efeitos negativos da guerra e retirar suas tropas em até seis meses após o final do confronto. A influência soviética no país cresceria com a criação do partido Tudeh (“Massas”), totalmente alinhado com as políticas de Moscou (KEDDIE, 2006).

No lugar de Reza Khan ascendeu ao trono do Pavão seu filho Mohamed Reza Pahlevi, educado em Londres e que sequer falava farsi. Os interesses britânicos no país fizeram com que o xá se tornasse um verdadeiro fantoche dos europeus, fazendo suas vontades sem maiores resistências, especialmente na escolha dos primeiros-ministros, os governantes *de facto* no regime iraniano. Cometeria basicamente os mesmos erros de seu pai: desprezo à cultura e religiosidade de seu país sem o nacionalismo e a defesa deste contra interesses estrangeiros, muito pelo contrário.

Os iranianos solicitaram aos EUA o envio de uma missão que ajudasse a colocar as finanças do país em ordem, prejudicadas pelo período de ocupação britânico e soviético no qual as estradas estavam bloqueadas e os preços dos alimentos sofreram com a especulação. O governo norte-americano enviou A.C. Millspaugh, que, não acostumado com as vicissitudes de uma economia de terceiro

mundo, tomou medidas bem-intencionadas, mas ineficientes, como o aumento de impostos não obrigatórios - que obviamente teve pouca adesão - e o fim dos subsídios à agricultura, o que encareceu o preço do pão. Em 1944, Millspaugh foi forçado a renunciar. Suas medidas eram liberais demais para uma economia incapaz de se reerguer sem ajuda estatal (KEDDIE, 2006).

A principal esperança iraniana eram os EUA, pois os consideravam diretamente responsáveis pela retirada soviética do país em 1946 e que seu apoio ao Irã era sólido. Os EUA não ignoravam o Irã, mas também não correspondiam a todas estas expectativas. A maior parte dos investimentos do Plano Marshall foi destinada à Europa e Japão, que recebiam ajuda de bilhões de dólares. O foco norte-americano no Irã era sua instabilidade interna, enquanto o novo xá pretendia investir dinheiro em defesa para prevenir uma invasão soviética. Do ponto de vista dos EUA, o Irã deveria priorizar seu desenvolvimento econômico e deixar para eles, norte-americanos, o papel de manter os soviéticos à distância.

Na década de 1950, o Irã era um país agrário, com 55% de sua população vivendo em vilarejos com cerca de cem habitantes. O governo mantinha o controle da produção de grãos, mas como pagava valores abaixo do mercado aos produtores para poder vendê-lo a preços mais acessíveis, muitos produtores deixaram de plantar trigo fazendo com que o país tivesse que importar o produto. A instabilidade política e econômica afastava os investidores.

No entanto, os soviéticos intervinham diretamente na política iraniana: apoiavam o Tudeh, os curdos e os azerbaijanos. No governo do Primeiro-Ministro Qaram-as-Saltaneh, a URSS conseguiu que o premiê promettesse não usar a força contra aqueles que buscassem autonomia e o Tudeh conseguiu aprovar leis que regulamentavam a jornada de trabalho e horas extras. Crianças acima de dez anos de idade só poderiam trabalhar seis horas por dia, o que naquele contexto era um avanço, pois só então o Irã enfrentava questões que a Europa havia resolvido com a Revolução Industrial. Além disso, as mulheres ganharam licença-maternidade, foi estabelecido um piso para os salários e os sindicatos foram legalizados (IDEM, 2006). Obviamente, os EUA (e muitos iranianos) não viam com bons olhos a ascensão do comunismo no Irã. Assim que o primeiro diplomata norte-americano enviado ao Irã com *status* de embaixador George Allen assumiu seu posto, Qaram quebrou sua promessa aos soviéticos e passou a reprimir as revoltas dos curdos e

azerbaijanos. É a partir deste momento que as relações EUA-Irã se aprofundam. Os norte-americanos, que agora dividiam a hegemonia mundial com a URSS passariam paulatinamente a ocupar o lugar que pertencia aos britânicos. Sob a liderança de Norman Schwarzkopf pai, o poder central iraniano se fortaleceu e as revoltas foram sufocadas.

Enquanto os britânicos enriqueciam, o país continuava cada vez mais desigual socialmente. O relato de Manucher Farmanfarmaian, diretor do Instituto Iraniano do Petróleo, sobre as condições de trabalho na refinaria de Abadan é pungente: o salário era de cinquenta centavos por dia, sem direito a férias remuneradas, licença por doença ou indenização por invalidez. As condições de vida eram extremamente insalubres, não havia água encanada ou eletricidade. No inverno, as chuvas causavam alagamentos e moscas infestavam os vilarejos. No verão, o teto dos barracos feito de barris de petróleo enferrujados, sufocava os moradores, enquanto os administradores da Anglo-Iranian viviam em enormes casas com ar-condicionado, piscinas e belos jardins (KINZER, 2004).

A população de Abadan revoltou-se contra estas condições subumanas às quais eram submetidos. Os protestos chegaram ao *Majlis*, que passa a exigir um contrato melhor com os britânicos. Estes fazem uma proposta que ficaria conhecida como Acordo Complementar, que apesar de algumas melhorias como a redução da área a ser explorada, não oferecia algo que os iranianos muito aspiravam: treinamento para cargos mais elevados nas companhias e abertura dos livros da empresa para auditores iranianos. Outra exigência era de um acordo mais justo: ao invés de receber apenas 16% do lucro da empresa, o deputado Abbas Iskandari propôs que, ao exemplo do acordo recém-firmado entre norte-americanos e sauditas, a Grã-Bretanha dividisse os lucros pela metade com o Irã.

Segundo Kinzer, se a Grã-Bretanha tivesse aceitado logo essa proposta o impasse teria sido solucionado com mais facilidade. Mas ao menosprezar os iranianos com a típica atitude colonialista de superioridade, contribuiu para o crescimento de lideranças nacionalistas.

Em 1947, o deputado Mohamed Mossadeqh redigiu uma lei que proibia a concessão futura de quaisquer atividades econômicas a empresas estrangeiras e ainda ordenava a renegociação do contrato com a Anglo-Iranian. Mossadeqh fora um ativo nacionalista no início do século, mas havia sido obrigado a se afastar da

política em 1927, pelo xá Reza. Filho de uma princesa Qajar, desde cedo exerceu cargos ligados ao setor fiscal, em que pôde constatar a corrupção que grassava no país. Foi professor na Escola de Direito e Ciência Política de Teerã. Em seu livro *Iran and the Capitulations Agreements*, Mossadeqh afirmou que o Irã só se modernizaria quando implementasse a igualdade absoluta entre os cidadãos. Para Mossadeqh a questão da nacionalização não estava meramente ligada a acordos mais ou menos vantajosos, mas sim à própria soberania do país. Em 1917 tornou-se Ministro das Finanças, cargo no qual só permaneceu dois anos devido às denúncias de corrupção que fez e sua insistência para que fossem apuradas. Após uma temporada na Suíça, elegeu-se deputado em 1924. Voltou da Europa com uma consciência ainda maior da política iraniana e das causas de sua estagnação. Não aceitou cargos nos ministérios, pois gostava de ter liberdade para atuar. Porém, quando teve a chance de ouro para mudar os destinos de seu país, Mossadeqh não a desperdiçou e ao ser indicado pelo *Majlis* como novo Primeiro-Ministro, fez da nacionalização do petróleo iraniano seu primeiro ato, pois estava claro para ele que o Acordo Anglo-Persa era o principal motivo da miséria e da desigualdade social no país (KINZER, 2004).

O apoio popular a Mossadeqh, eleito em 1951 é esmagador, beirando os 100%, e nestas condições, não havia como executar um golpe. As coisas se agravam para os britânicos, quando Mossadeqh, ao descobrir que conspiravam contra si, rompe relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, expulsando de lá todos os agentes britânicos. É neste momento que os EUA fazem sua entrada triunfal neste processo. Kinzer, de orientação democrata, não perde uma oportunidade de lembrar que Harry Truman sempre tentou temporizar, fazer com que os britânicos aceitassem a nacionalização e que os EUA sempre foram a favor da autodeterminação dos povos e principalmente, fazendo um paralelo com a baixíssima popularidade dos EUA atualmente na região, lembrando que o país era admirado na região e que o “Grande Satã” da época era a Grã-Bretanha. Mas uma mudança no comando da política norte-americana favoreceria os golpistas. Saía de cena Truman e entrava o republicano Dwight Eisenhower, um republicano que logo foi convencido pelo escritório da CIA em Teerã (liderado por Kermit Roosevelt, neto do presidente Theodore) que o Irã estava entrando em ebulição e prestes a cair na

órbita soviética, o que poderia significar uma crise no abastecimento de petróleo (IDEM, 2004).

Iranianos foram contratados para fazer causar desordem no centro da cidade em nome de Mossadeqh. A depredação, o suborno de jornalistas para manipular a opinião pública, aliada ao embargo imposto ao país pela Grã-Bretanha, complicava a conjuntura econômica e social do país. Em 19 de agosto, falsos manifestantes pagos com dólares americanos e oficiais comprados com promessas de cargos marcharam rumo à casa de Mossadeqh. O primeiro-ministro foge e o escolhido dos britânicos, general Zahedi, assume em seu lugar. O xá, que se encontrava refugiado em Roma desde o início das instabilidades, é chamado a retornar. O golpe, conhecido internamente como Operação Ájax, só se tornaria público décadas depois do fato consumado. À época, os jornais noticiaram que uma grande manifestação popular havia derrubado Mossadeqh, retratado como intransigente e fanático. Até 1980, quando o próprio Kermit Roosevelt revelou os detalhes do golpe em seu livro *Countercoup: Struggle for Control in Iran* (KINZER, 2004).

Como John Kennedy entre os norte-americanos, Mossadeqh se tornou um mito no imaginário político iraniano. O trauma do golpe de 1953 foi tão grande que em 1979, como veremos adiante, estudantes invadiram a embaixada dos EUA para impedir o retorno do xá e um novo golpe. Claro que com o tempo foi criado um mito de que o Irã seria um país 100% livre e democrático se o golpe não ocorresse e que daquele momento em diante os EUA estariam por trás de todos os passos do xá.

Os EUA tiveram um papel preponderante no golpe, especialmente no que diz respeito ao *know-how* da CIA e os abundantes recursos financeiros para a execução do mesmo. Porém, com a nacionalização Mossadeqh alienou importantes segmentos da elite, deixou de negociar com os britânicos, prejudicando os negócios de grandes empresários. O papel de norte-americanos e ingleses foi instigar esses sentimentos que já existiam, tentar unir a fragmentada oposição ao primeiro-ministro e levar a cabo o golpe (IDEM, 2004).

O xá Pahlevi passa a governar então como um ditador. A Anglo-Iranian teve que dividir seu patrimônio com mais cinco companhias americanas, uma holandesa e uma francesa. Esta companhia, que manteve o nome dado por Mossadeqh, Companhia Nacional Iraniana de Petróleo, concordou em dividir ao meio seus lucros

com o Irã, mas manteve a negativa de abrir os livros da empresa a iranianos e a aceitá-los em seu conselho diretor. Solucionada esta questão, que na prática anulou a tão sonhada nacionalização, era ainda preciso manter as aparências de um regime democrático, para agradar o ocidente. Em 1957, o xá decretou o bipartidarismo, e fundou dois partidos, o Nacional, do governo e o do Povo, qualificado como de oposição.

Um fator que se tornou um grande obstáculo nas negociações foi a arrogância dos britânicos, que consideravam um insulto ter que negociar, com “nativos ignorantes” e ainda acreditavam piamente que a Grã-Bretanha tinha uma missão civilizadora nestes países que dominava. Como desumanizavam os colonizados, e apenas conviviam com a elite local, submetida a seus interesses, não enxergavam as péssimas condições de vida as quais eram submetidos a maior parte da população.

Para Kinzer, todo o Mal advém do momento em que os republicanos chegam ao poder nos EUA. Com a paranóia anticomunista crescendo cada vez mais, os golpistas da CIA não tiveram grandes dificuldades para convencer Dwight Eisenhower, o republicano então recém-eleito, de que o Irã estava prestes a se tornar um país comunista, fenômeno que poderia se espalhar pela região, tornando-se um desastre político imenso. Truman, em repetidas reuniões com o xá nos EUA no início da década de 1950, advertia-o para a necessidade de melhorar as condições de vida de sua população, o que o xá não dava ouvidos. Sua obsessão era tornar-se a maior potência bélica da região, já que como Chefe das Forças Armadas, seu único trunfo para manter-se no poder era o exército.

Quando estudantes iranianos fizeram reféns na embaixada norte-americana, logo após o ex-xá receber permissão para entrar nos EUA para tratar um câncer no final de 1979, a maioria esmagadora dos norte-americanos não entendiam o porquê daquela atitude. Como a Operação Ájax não era um fato conhecido, e ainda era considerada mais uma das várias teorias da conspiração que surgem de tempos em tempos sobre determinado fato, não sabiam que os estudantes ao protestarem contra a entrada do xá nos EUA, temiam uma repetição da Operação Ájax para conduzi-lo novamente ao poder. Este episódio, conhecido como “Crise de 53” provoca, na maior parte dos iranianos, uma sensação de derrota e humilhação frente à Comunidade Internacional.

Com a queda de Mossadeqh e o retorno do xá, o Irã se baseou em duas grandes forças para atingir um maior desenvolvimento: o petróleo e os EUA. Apesar de todo o esforço britânico para derrubar Mossadeqh, o novo acordo mantinha a nacionalização mais um acordo 50-50 que se tornara padrão na época. Assim, o Irã viu as portas de vários mercados se abrirem para o seu petróleo, inclusive obtendo de empresas norte-americanas auxílio técnico na exploração *off-shore*. Em relação a Washington, o xá prosseguiu com a tática de pedir dinheiro para reforçar seu arsenal ao invés de investir na diminuição das desigualdades sociais. Mesmo contrariados, os norte-americanos liberaram quinhentos milhões de dólares em ajuda financeira entre 1959 e 1961 (KINZER, 2004). O xá investiu milhões de dólares em bancos norte-americanos e estes investimentos garantiam a lealdade do xá aos norte-americanos. Em troca, teria que manter a estabilidade política para que os investidores estrangeiros mantivessem seu dinheiro no país.

Além disso, Pahlevi se aproximou de Israel, seguindo na contramão de países árabes que, influenciados pelo nasserismo e ressentidos com o apoio incondicional dos EUA ao estado judeu, entraram decididamente na órbita soviética. Internamente, a insatisfação ia tomando conta das ruas. A falta de investimento em educação, saúde e segurança e as descaradas fraudes nas eleições parlamentares levaram o país a momentos de instabilidade causados pela obsessão militar do xá.

Com a ascensão de Kennedy ao poder, a tendência norte-americana de exigir reformas liberalizantes aos seus aliados no Terceiro Mundo se exacerbou. A frase de Kennedy: “Aqueles que fazem impossíveis as revoluções pacíficas tornarão as revoluções violentas inevitáveis”, calou fundo no xá (IDEM, 2004). Sob pressão norte-americana, Reza Pahlevi indicou Ali Amini, um desafeto como primeiro-ministro. Amini havia sido ministro das finanças de Mossadeqh, mas também embaixador iraniano em Washington onde obteve boa reputação.

Habilidoso, Amini acabou com uma greve dos professores, dando-lhes o aumento reivindicado e nomeando o líder da greve Mohamed Derakshesh como Ministro da Educação. Amini trouxe reformistas para ministérios-chave como o da educação e da agricultura e tomou medidas de prevenção à corrupção endêmica que grassava no país. Confiou ao ministro da agricultura Hassan Arsanjani a execução de um projeto de reforma agrária. Arsanjani, ávido por diminuir o poder dos senhores de terra iranianos agiu rápido e realizou uma reforma que agradou os

camponeses, mas desagradou de sobremaneira pessoas influentes na sociedade iraniana, entre elas os aiatolás, que tiveram muitas de suas terras desapropriadas.

Tais medidas não sensibilizaram o xá, incomodado com a insistência de Amini para que diminuísse seu orçamento militar. Usando o pretexto de que Amini governava sem um parlamento e seria, portanto, ilegítimo, o primeiro-ministro apoiado pelos EUA foi demitido. Para seu lugar foi chamado o dócil Assadollah Alam. Com ele, o governo consegue maioria no *Majlis* e derruba a lei de reforma agrária do ministro Arsanjani.

Nas décadas de 1960 e 1970, o regime de Reza Pahlevi embarca num grande processo de desenvolvimento, sob consultoria norte-americana que modernizou a economia sem alterar as estruturas sociais e políticas do Irã. Ao contrário de seu pai, que com muito menos recursos diminuiu a dependência iraniana em relação às potências estrangeiras, Mohamed Reza a aumentou com obras faraônicas e a obsessão em se tornar uma grande potência.

Em 1962, anuncia a implantação da chamada Revolução Branca, baseada no capitalismo de Estado, na abolição de formas semifeudais de distribuição de terra e de uma popularização do ensino. No entanto, o plano de desenvolvimento proposto por Pahlevi mostrou-se deficiente em longo prazo, pois beneficiava somente uma elite urbana em um país no qual a maioria da população vivia na zona rural e não possuía sequer luz elétrica ou água encanada. No campo, a maioria dos camponeses mal conseguia plantar para sua própria subsistência, enquanto alguns poucos latifundiários possuíam milhares de alqueires de terra.

Ignorando estes dados, o governo investia seus recursos em tecnologia militar de ponta, tornando-se, em pouco tempo, o maior comprador mundial da produção bélica americana. Na década de 1960, os gastos com material bélico chegaram a exorbitantes dez bilhões de dólares, evidenciando a obsessão megalomaniaca do xá de se tornar o Senhor do Oriente Médio. Renegando a herança islâmica do país, o xá Pahlevi realizou uma suntuosa comemoração dos 2.500 anos da monarquia iraniana, ignorando o fato de que esta monarquia não foi contínua, pois durante séculos os iranianos foram dominados por turcos e mongóis. Pahlevi procurava seu mito fundador, inventando tradições, buscando sua identidade nacional na antiga Pérsia, enquanto a população sentia-se alienada e ofendida, pois há séculos se via como muçulmana e monoteísta e não persa e politeísta.

Este evento, marcado pelo esbanjamento orgulhosamente exibido em revistas de celebridades da época, apenas aumentou o fosso entre a elite ocidentalizada e os pobres tradicionalistas. Era como se existissem dois países, no qual um não se reconhecia no outro. A consequência desta falta de apoio à agricultura é um grande êxodo rural, que em dez anos, chegou quase a dobrar o número de habitantes da capital Teerã (ARMSTRONG, 2001). Esta mão-de-obra desqualificada para serviços urbanos fixava-se nas periferias, inchando-as e produzindo mazelas como a miséria e o aumento da criminalidade.

O xá sabia que sua revolução causaria descontentamento em certos setores da sociedade e inspirado no Mossad, a temida polícia secreta israelense, criou a SAVAK (Idem, 2001).

Treinados pelo Mossad e pela CIA norte-americana, as principais táticas desta polícia eram a tortura e a intimidação, fazendo o povo se sentir prisioneiro em seu próprio país, e ainda com a conivência dos EUA e de Israel. A atuação da SAVAK levou a Anistia Internacional a colocar o Irã no topo da lista de violação dos direitos humanos. Segundo a organização, em 1974 havia 20 mil desaparecidos no Irã sem que tais desaparecimentos fossem sequer registrados (ABRAHAMIAN, 2008). A organização chegou a contar com sessenta mil agentes e cerca de três milhões de informantes infiltrados em escolas, universidades, fábricas e outros pontos de aglomeração onde pudessem ouvir e delatar qualquer sinal de dissidência. Intelectuais e artistas eram torturados com requintes de crueldade por uma organização que possuía verdadeira aversão aos livros e à intelectualidade. Em 1961, para por fim a uma manifestação estudantil, membros da SAVAK saltaram de paraquedas no *campus* da Universidade de Teerã, agrediram e estupraram estudantes e destruíram bibliotecas. Até 1979, entre 180 e 500 mil pessoas haviam desaparecido pelas mãos da SAVAK. Além de atuarem no país, infiltrados em organizações de esquerda e embaixadas, espionavam também estudantes iranianos no exterior (COCKROFT, 1989).

Contudo, o xá, ainda preocupado com sua estabilidade no cargo, pediu aos EUA garantias contra qualquer eventualidade. Os norte-americanos concordaram, com a condição de que fosse dada permissão para a instalação de uma base militar próxima a fronteira com a URSS. O xá permitiu, abandonando a postura que mantinha até então, de tentar se equilibrar entre os dois mundos.

4 A REVOLUÇÃO

Entre 1953 e 1961, o Irã recebeu mais de um bilhão de dólares como ajuda financeira, sendo apenas uma pequena parte considerada empréstimo (CARLOS, 1979). A “Revolução Branca” se revelou, na verdade, uma estratégia de aburguesamento do país por meio da exclusão da massa do povo dos benefícios obtidos com as riquezas e recursos do petróleo. Para consumo externo, o Irã era um país moderno, ocidentalizado, no qual havia igualdade entre os gêneros, a religião islâmica tida como retrógrada pelo regime tinha pouca influência e, algo que era muito caro ao xá, um país confiável e estável numa região turbulenta do globo.

A Revolução Branca de Reza Pahlevi promoveu privatizações, deu direito de voto às mulheres e manteve de forma mais contida a reforma agrária. No entanto, apesar do apoio inicial dos camponeses, a Revolução Branca foi um fiasco. Os latifundiários não queriam reforma agrária alguma, a classe média se posicionou contra as privatizações e as mulheres se deram conta de que seu voto, assim como o de seus maridos e irmãos, valia bem pouco no Irã. Mesmo com os bons índices de alfabetização, a reforma agrária, coração do programa falhou clamorosamente. Muitos proprietários usaram de sua influência junto ao governo para não terem suas terras desapropriadas, e quando as desapropriações ocorriam, geralmente tratava-se de lotes minúsculos, incapazes de produzir satisfatoriamente. Não havia também programas de financiamento a pequenos produtores. E sem produção, não havia também dinheiro, tornando os agricultores totalmente dependentes do governo. Aliás, colocar os camponeses e nômades sob direto controle governamental era um dos objetivos do programa e neste quesito a Revolução Branca logrou êxito.

No entanto a maior parte dos habitantes da zona rural não recebeu terra, luz elétrica, água encanada ou qualquer benefício. O governo impôs preços baixos aos produtos agrícolas, o que desestimulava a produção e fez com que o Irã se tornasse um importador de alimentos, quando na década de 1950 era um dos maiores exportadores. A mecanização da agricultura leva a um grande êxodo rural, que inchou a capital Teerã com mão-de-obra desqualificada para trabalhos urbanos. A estratégia do governo era a substituição de importações e a modernização da indústria local. Com os baixos salários pagos, a questão central era criar um

mercado consumidor para estes produtos. Não houve também qualquer incentivo à abertura de pequenos empreendimentos nem à qualificação de mão-de-obra (POLLACK, 2004).

Foi formada uma tríplice aliança cujo núcleo era formado pelo estado iraniano, a burguesia local e investidores estrangeiros, notadamente norte-americanos. O que os unia era o desejo de crescimento econômico rápido e política de abertura total ao capital estrangeiro. Foi criado um programa de proteção e atração de investimentos estrangeiros que chegava a US\$804 milhões. Em menos de duas décadas (1960-1977) o PIB iraniano cresceu de dez para cinquenta e um bilhões de dólares, um crescimento de 389% (MILANI, 1994). Devido a essas políticas, os lucros advindos do petróleo não beneficiaram o povo, transformando o salto da renda per capita numa ficção. O governo incentivava a criação de uma indústria de produtos de custo elevado para exportação ou para consumo da elite local. O favorecimento a estrangeiros e a conseqüente negligência ao empresariado local levou ao desemprego e a importações de bens básicos como produtos alimentícios.

A excessiva centralização do parque industrial em Teerã aumentou a disparidade e o desequilíbrio na economia nacional (KEDDIE, 2006). É verdade que a Revolução Branca trouxe algumas melhoras na saúde e na educação, mas também é verdade que o Irã possuía na década de 1970 alguns dos piores indicadores do Oriente Médio em termos de mortalidade infantil e número de médicos por habitante. O Irã era basicamente um país pior para se viver do que a Síria, que não possui petróleo. A riqueza do país foi direcionada à compra de automóveis e não em transporte público, para bens de consumo e não saúde pública e nos salários de soldados e não de professores. As tensões sociais intensificaram o radicalismo político, não só na *intelligentsia*, mas também entre o clero, com a ascensão de figuras como Shariati e Khomeini.

Enquanto isso as relações entre EUA e Irã declinavam. O assassinato de John Kennedy e a eclosão do conflito no Vietnã levaram os EUA, então sob a liderança de Lyndon Johnson, a uma política externa marcada mais pela preocupação com a defesa dos interesses norte-americanos do que com o auxílio aos aliados no Terceiro Mundo. Segundo Pollack, este desleixo em relação ao Irã resultou em dois fenômenos negativos: o fortalecimento da oposição e a perda do

controle sobre os planos megalomaniacos do xá de colocar o Irã entre as três maiores potências militares do mundo (Idem, 2004). Com a chegada de Richard Nixon ao poder, juntamente com seu secretário de estado Henry Kissinger, a Guerra Fria passa a ser encarada como um grande tabuleiro de xadrez disputado entre EUA e URSS, onde as demais potências seriam as principais peças e o Terceiro Mundo, os peões.

Juntamente com esta visão veio a Doutrina Nixon que pregava o não envolvimento direto do exército norte-americano nos conflitos terceiro-mundistas. Daquele ponto em diante os EUA apoiariam o lado que favorecesse seus interesses de forma indireta, com dinheiro, treinamento e armas, mas não com homens. Dentro deste raciocínio, o ideal para os norte-americanos era escolher “xerifes” para cada região do globo. No caso do Oriente Médio o xá era considerado por Kissinger como um aliado incondicional e foi o escolhido. Em troca do *status* de grande aliado de Washington no mundo islâmico ao lado da Arábia Saudita, o xá obteve duas enormes vantagens: a não intervenção norte-americana nos seus assuntos internos e a venda irrestrita de qualquer arma não nuclear norte-americana.

Contudo, apesar da união, o maior ponto de divergência entre os dois países continuava a ser o preço do petróleo. Apesar de não ter participado do embargo promovido pela OPEP em 1973, o Irã aproveitou-se da crise para aumentar extraordinariamente seus lucros. As receitas advindas do petróleo saltaram de US\$ 885 milhões de dólares em 1971 para US\$17,8 bilhões em 1975. Eufórico, o xá decidiu investir os lucros em mais armamentos. O orçamento militar subiu de US\$1,4 bilhão de dólares em 1972 para US\$9,4 bilhões em 1977 (KINZER, 2004). Negociantes de armas brincavam que o xá devorava catálogos de armamentos como outros homens apreciavam a revista *Playboy*. Em 1975, o xá possuía a maior marinha do Golfo Pérsico, a maior Força Aérea do Oriente Médio e o quinto maior Exército do mundo (ABRAHAMIAN, 2008).

Durante a crise, três setores da economia norte-americana se tornaram dependentes do Irã: petróleo, armas e bancos. As empresas norte-americanas de petróleo detinham 40% do mercado iraniano e lucravam alto com a crise. A indústria de armas se tornou dependente da obsessão bélica do xá e os bancos norte-americanos recebiam vultosas quantias de dinheiro iraniano em seus bancos, tanto do xá como de outros milionários. Não interessava a esses setores, portanto, que o

xá mudasse sua orientação de governo ou que este fosse derrubado por um governo com pretensões de maior autonomia (KEDDIE, 2006).

No governo do xá, o petróleo se tornou o principal instrumento de sua política interna e externa. Após ser reconduzido ao poder pelo Ocidente, o xá estava numa posição fragilizada e se rendeu aos interesses norte-americanos e britânicos. O país quase havia quebrado devido ao boicote ocidental ao petróleo nacionalizado iraniano e, portanto, o governo precisava de divisas, o que o levou a assinar acordos com cinco companhias norte-americanas, além da British Petroleum. A indústria iraniana foi, portanto, totalmente “desnacionalizada”. (RAMAZANI, 1987).

Assim, apesar dos lucros exorbitantes obtidos pelo xá, o governo norte-americano não ficou totalmente descontente com a estratégia do xá, pois muito do dinheiro norte-americano gasto em petróleo voltava aos EUA quase instantaneamente com os gastos feitos pelo xá em armamentos. A corrupção só fazia aumentar. O povo não foi beneficiado pela riqueza e os males típicos do Terceiro Mundo como doenças há muito erradicadas dos países desenvolvidos, e problemas sociais como a fome, a desnutrição e a alta mortalidade infantil se tornaram comuns. A industrialização no país era modesta e quando havia (como no caso das montadoras de automóveis), requeria-se mão-de-obra especializada. Um fato que contribuiu muito para o aumento do desemprego é que as multinacionais instaladas no Irã preferiam importar mão-de-obra já especializada do que treinar pessoal nativo.

A riqueza advinda do petróleo não melhorara a vida da população. Um dos grupos mais prejudicados foi o dos *bazaaris*, comerciantes e tradicionais representantes da classe média iraniana, incapazes de concorrer com as importações. A “nova” classe média, formada por profissionais liberais também foi afetada já que as universidades não ofereciam ensino de qualidade, a inflação corroía seus ganhos e não havia liberdade política. A polícia secreta do xá vigiava constantemente a classe média iraniana, que por ser mais instruída era considerada mais “subversiva” e perigosa que as massas. Enquanto isso o xá comemorava os 2.500 anos do império persa, se intitulando Rei dos Reis e Luz dos Arianos, vivendo num mundo de fantasia bem diferente daquele em que vivia a maioria da população. O xá quis coisas diferentes para seu povo do que eles queriam para si próprios.

Desprezando a herança espiritual do Irã, o xá tentou impor ao povo um modelo que apenas ele e a elite queriam.

A classe trabalhadora foi a que mais cresceu na década de 1970, principalmente nas áreas de energia elétrica, gás, mineração e serviços de saúde. Por se tratar de um grupo social heterogêneo, a princípio não havia sinais de consciência de classe e existia uma clara divisão entre trabalhadores braçais e não braçais, de nível superior ou analfabetos, que lidassem com alta tecnologia ou áreas tradicionais. A maioria absoluta dos camponeses era politicamente alienada, mas religiosamente fervorosa. O governo, que os considerava inofensivos, viu-os se transformando na linha de frente da Revolução.

O grande problema do regime era, na verdade, a mais absoluta falta de um estofo ideológico, de uma identificação com seu povo. A corte iraniana, que remetia ao passado persa e à ocidentalização forçada do país tornava a elite local uma entidade alienígena aos olhos dos nativos.

Nas décadas de 1960 e 1970 intelectuais xiitas apontaram o Islã como um caminho de independência cultural e de antídoto contra elementos da cultura ocidental vistos como incompatíveis com a cultura local. Esta corrente afirmava que o Irã, que já havia enfrentado vários inimigos em sua História, agora estava diante de um que não iria tentar destruí-lo pela via militar, mas de uma forma muito mais maléfica: roubando a alma de um país ao descaracterizá-lo completamente sabotando sua religião e cultura. Jalal Al-Ahmad chegou a cunhar o termo “ocidentoxicação” para definir a imitação cega dos costumes ocidentais pela elite (MILANI, 1994).

No Irã, como na China e na Rússia, e ao contrário da França e da Inglaterra, o Estado e não a burguesia foi o grande agente modernizador do país. Porém os Pahlevi não foram capazes de criar uma ideologia aglutinadora que legitimasse seu governo, suas reformas e seu projeto nacional. Assim, excluindo a grande massa, o regime se torna mais e mais isolado, se garantindo apenas pela brutal repressão, o que não poderia manter em pé um regime por tempo indeterminado (MILANI, 1994). A repressão radicalizou a oposição e deu a ela uma áurea mística de defensora dos justos e sua resposta oscilou entre a passividade e a confrontação direta com o regime.

Devido à importância da religião na vida dos iranianos, as mesquitas eram dos poucos lugares onde a SAVAK raramente entrava e se tornaram pontos de encontro de opositores do regime. Apesar do respeito à sacralidade dos templos islâmicos, o mesmo respeito não se deu em relação aos sacerdotes, que tiveram suas terras desapropriadas, suas editoras fechadas, suas peregrinações restringidas, seus subsídios governamentais cortados além da tortura e morte de cerca de seiscentos clérigos (POLLACK, 2004).

Entre estes religiosos o grande porta voz da insatisfação com o regime era Ruhollah Khomeini. Nascido em setembro de 1902, no oásis de Khomein, na região central do Irã (GORDON, 1987), foi o último de seis filhos. Sua família, apesar de pobre, era marcada por uma condição importantíssima: dizia-se descendente do Profeta. Por isso, os demais habitantes do lugarejo sempre se dirigiam aos membros da família em termos respeitosos e os homens do clã sempre usavam um turbante preto, que na simbologia xiita designa um descendente do Profeta. Apesar das dificuldades econômicas, Khomeini foi mandado à escola e, segundo testemunhos da época, teria sido um aluno brilhante. Seguindo os conselhos de seus professores, foi para Qom, cidade do norte do Irã, famosa por suas escolas religiosas. Desde o início de seus estudos se interessou pela gnose islâmica, meditação e poesia, o que não era muito popular entre os ortodoxos e que o levou a ser apelidado pejorativamente de “o hindu” por alguns ulemás (MILANI, 1994).

Khomeini assistiu de perto a queda do Império Otomano e o surgimento do primeiro estado laico do mundo islâmico, ao mesmo tempo em que assistiu o marxismo, o nacionalismo e outras ideologias seculares se tornarem populares no Irã, empurrando a religião cada vez mais para a esfera privada. Em 1930 diplomou-se e começou a lecionar. Criou fama por misturar, nas suas aulas, além de assuntos religiosos, temas filosóficos e éticos com comentários sócio-políticos. Apesar de escrever muito, Khomeini não foi praticamente notado pelo governo até 1962, quando o xá lançou seu plano de modernização forçada. A princípio Khomeini se portou mais como um conselheiro do que um opositor no real sentido da palavra, desaprovando de maneira firme, mas respeitosa o reconhecimento de Israel e a ocidentalização do país.

Somente em 1964, Khomeini assume uma postura mais incisiva denunciando o Acordo de Manutenção das Forças, que eximia os militares norte-

americanos de serem julgados segundo as leis iranianas se cometessem crimes no país, em troca de um empréstimo de US\$ 200 milhões de dólares. O xá, enfurecido, mandou-o para o exílio na Turquia. Pouco menos de um ano depois Khomeini migrou para a cidade de Najaf, onde com a esposa e o filho Mustafá viveu de forma frugal, à base de iogurte, queijo, lentilhas e frutas. Do Iraque, Khomeini bradava por justiça, o conceito mais importante da cultura política iraniana, alegando que o xá, mancomunado com os ocidentais e com uma elite local corrupta privava o povo iraniano das riquezas provenientes de seus recursos naturais, o que não deixava de ser verdade. (MACKEY, 2008).

Khomeini sabia se expressar na língua do iraniano comum e também dominava o árabe e o persa culto. O líder religioso considerava o xá alguém que falhara em suprir as necessidades de seu povo e que exibia uma conduta moral desastrosa e, portanto, perdera o direito de liderar o povo iraniano. Seu grito por revolução contrastava com o moderado murmúrio por reformas de outros aiatolás. O livro “O Governo Islâmico”, baseado em anotações de seus alunos, continha três ideias básicas. Primeiro, que o Islã não reconhece a monarquia como um regime legítimo; segundo, que o Islã é um sistema completo de leis e princípios dados por Deus, que protegem os oprimidos das iniquidades das leis humanas. Para aplicar estas leis Deus enviou o Profeta e os imams. Na ausência destes os juristas islâmicos devem governar; e em terceiro lugar, a ideia de que o Islã encontra-se em perigo, corrompido pelo materialismo, sionismo e cristianismo estimulado pelas potências ocidentais. Para interromper este processo, o islamismo deve ser mais divulgado entre universitários e intelectuais, espiões da SAVAK infiltrados no clero devem ser identificados e expulsos e todos os laços com o regime do xá devem ser cortados (KEDDIE, 2006). Em outro texto, “A Grande Jihad”, Khomeini exorta o clero a seguir seu exemplo e tentar corrigir a sociedade. Khomeini exerceu fascínio sobre religiosos e nacionalistas: para uns, era Mossadeqh; para outros era Ali.

O termo “fundamentalista” foi tantas vezes aplicado a Khomeini que “pegou”. Porém, o uso de um rótulo criado pelos protestantes norte-americanos do século XIX para nomear uma revolução islâmica no século XX é não só inapropriada como também incorreta. Senão, vejamos: em primeiro lugar, se o fundamentalismo implica a aceitação de uma Escritura como totalmente divina, então todos os muçulmanos são fundamentalistas, pois é um artigo básico de sua fé crer que o Alcorão é a

revelação de Deus ao Profeta. Segundo, se o fundamentalismo (ao menos o de matriz islâmica) implica a rejeição do conceito moderno de Estado-Nação e das fronteiras estatais, Khomeini não se encaixaria. Apesar de afirmar que o Imperialismo havia dividido a *Ummah* (comunidade islâmica) entre nações rivais ele implícita e explicitamente aceitou a existência dos Estados modernos e suas fronteiras, tanto é que muitas vezes utilizou o termo “nação iraniana”, “pátria iraniana” e se envolveu em numa guerra por fronteiras criadas pelo Imperialismo contra o Iraque. Além disso, o Irã manteve relações com a URSS (regime oficialmente ateu), adquiriu armas da Coreia do Norte (idem) e tolerou dentro de seu território a existência de um partido comunista, o Tudeh (ESPOSITO, 2001).

Khomeini também não aplicou a *Sharia* em sua totalidade tal qual faria um típico fundamentalista, permitindo influências ocidentais como, por exemplo, a divisão dos Três Poderes (embora sob um poder maior, o do Faqih). O líder iraniano também nunca se mostrou avesso às novas tecnologias, como por exemplo, quando usou fitas cassete (uma modernidade na década de 1960 e 1970) para divulgar seus discursos. Na Arábia Saudita, principal país sunita do mundo, o rádio e a TV só chegaram na década de 1970 e sob protestos. Os discípulos mais próximos de Khomeini criticavam os sunitas pela sua obsessão pela pureza ritual, as restrições à educação e ao trabalho feminino e às artes de uma forma geral.

Por fim, Khomeini se apropriou de alguns conceitos políticos típicos de seu tempo como o terceiro-mundismo e o populismo político (ABRAHAMIAN, 1993). Abrahamian define populismo como uma retórica radical, anti-imperialista e anticapitalista. Ao mobilizar as massas, movimentos populistas fazem uso de símbolos, imaginário e linguagem que exalte o poder do povo. Prometem independência e aumento do padrão de vida da população. Khomeini passa a flertar com o populismo ao reinterpretar termos religiosos sob uma nova luz. *Mostazafin* (humildes) e *shahid* (mártir) são bons exemplos. Segundo Abrahamian, a palavra *mostazafin* passa a ser usado por Khomeini no sentido de “explorados”, como os “descamisados” de Perón e os trabalhadores de Vargas.

Já o termo *shahid* passa a definir não só aqueles que morreram em nome da fé, mas também aqueles que morreram em nome da Revolução para derrubar um governo despótico. No começo de 1970, ele lança o hoje histórico *Velayat e Faqih* (Governo do Jurista) onde afirma que a monarquia é um regime pagão e portanto

ilegítimo, sendo um dever de todo muçulmano combatê-la. Neste livro ele reinterpreta o versículo “Obedeça às autoridades dentre vocês” tradicionalmente vista como um versículo que significaria que “alguma autoridade é melhor do que autoridade alguma” como um chamado à obediência às autoridades religiosas e não às seculares. Khomeini dizia que o Islã pertencia aos explorados e oprimidos e não aos poderosos e assim reuniu ao seu redor um grande contingente de excluídos.

O líder religioso dividiu o mundo entre opressores e oprimidos sendo os primeiros, o Primeiro e Segundo mundo e os oprimidos, obviamente, o Terceiro mundo, que deveria se unir (ABRAHAMIAN, 1993). Assim como os demais populistas, Khomeini afagava o povo sem se indispor com as elites, garantindo aos *bazaaris* o direito à propriedade privada e estimulando a agricultura e a indústria ao mesmo tempo em que concedia benefícios aos mais pobres, sugerindo uma terceira via, alternativa ao capitalismo e ao comunismo. E como em todo regime populista, o poder não emanava do povo, mas sim do líder, o farol que guiava as massas a um futuro grandioso. A visão de Khomeini para o Irã era de uma República Islâmica não de uma República Democrática Islâmica, pois o poder deve emanar de Deus e não do povo que Lhe deve obediência (GOMES, 2007).

A relevância de Khomeini é tríplice: foi o maior idealizador e teórico da Revolução Iraniana, seu principal estrategista e líder revolucionário além de ter sido ainda a face pública do país no período pós-revolucionário. Seu conceito de teocracia é radicalmente diferente daquilo que se compreende como tal no Ocidente. A divinização do governante tal como ocorreu com os reis taumaturgos na França ou com o imperador japonês não existe no Islã, pois é visto como idolatria. Na teologia xiita, o aiatolá é apenas alguém que orienta a população ao verdadeiro islamismo.

Khomeini buscou unificar três linguagens políticas: nacionalismo, justiça social e islamismo. O líder religioso até abriu espaço ao zoroastrismo considerando-a uma herança cultural legítima do povo iraniano e que traria valores positivos como a luta contra a injustiça (IDEM, 2007).

Politicamente falando, no Irã há uma divisão entre aqueles que misturam nacionalismo com religião e políticos com uma postura mais laica, ou ao menos, opositores de um governo religioso. Sayyed Jamal Al-Din Al-Afghani foi pioneiro no Irã do pan-islamismo, ou seja, a união de todos os países islâmicos sob um sistema de califado. Há uma evidente proximidade entre este ideal de união e o chamado

fundamentalismo islâmico, uma volta ao modelo das primeiras comunidades islâmicas, mas absorvendo as novidades tecnológicas vindas do Ocidente que não se oponham à *sharia* e adotando firmemente uma política de autodeterminação ao estilo terceiro-mundista, tão em voga no período da descolonização (KEDDIE, 2006).

Aka Khan Kermani, por sua vez, era um nacionalista radical que via os árabes como bárbaros e o Islã como uma intervenção cultural maligna. Este pensamento representa o ponto de vista das classes mais altas e foi a base ideológica do governo Pahlevi.

Jalal Al-Ahmad foi um comunista que abraçou o Islã político em 1964 e defendia a doutrina xiita como genuinamente iraniana, pois apesar de suas críticas à excessiva valorização do martírio, Ahmad vê como extremamente positivo o sentimento contra a injustiça presente no xiismo. Para ele, tal sentimento aliado ao nacionalismo poderia libertar o Irã do domínio imperialista.

Além de Khomeini, outro aiatolá que fez parte da vanguarda da Revolução foi Mohamed Kazem Shariatmadri, que estudou com Khomeini em Qom e se mostrou um constitucionalista moderado. Sem romper com o colega, marcou sua posição colocando-se a favor da monarquia constitucional, embora afirmasse que o regime do xá Reza Pahlevi com sua opressão e injustiça tivesse se tornado ilegítimo. Shariatmadri se opunha à influência marxista e revolucionária da esquerda dizendo que o exemplo a ser seguido é o do Profeta, que segundo ele, foi um revolucionário que mudou a sociedade de sua época, porém reformando as instituições sem destruí-las. Ao seu lado estavam os *bazaaris* e os mais conservadores, receosos com a possibilidade de perder seus investimentos com a Revolução, além do fato de que muitos aiatolás se opunham à linha populista de Khomeini (IDEM, 2006).

O terceiro aiatolá a fazer parte da linha de frente da Revolução foi Mahmoud Taleqani. Nascido em Taleqan e tendo também estudado em Qom, Taleqani, que havia sido preso em 1953 por dar abrigo a um membro do grupo guerrilheiro Fedayin-e-Islam foi o elo entre os nacionalistas e os religiosos. Era imensamente popular e liderou as orações de sexta-feira, dia sagrado para os muçulmanos durante o mês de Ramadã de 1979. Um dos mais liberais aiatolás possuía amigos na esquerda, pois havia estado na cadeia com vários membros proeminentes do movimento marxista na década de 1950, e por isso os compreendia melhor que seus pares. Para Taleqani, a religião era uma ameaça aos ditadores, que promovem o

culto a si próprios, pois o monoteísmo liberta o Homem da escravidão, submetendo-o somente a Deus.

Em seu livro *Islam and Property in Comparison to the Economic System in the West*, ele faz uma análise da evolução do conceito de propriedade desde suas origens; a divisão do trabalho, renda, leis e a Revolução Industrial. Em seguida discorre sobre o marxismo, a luta de classes e a ditadura do proletariado. Taleqani considerava o marxismo ingênuo, por crer que dar um poder maior aos trabalhadores e suprimir percepções metafísicas tornaria a sociedade necessariamente melhor. Para Taleqani, o islamismo estaria num meio termo entre o capitalismo e o marxismo no que tange ao conceito de propriedade, já que para o primeiro tal direito é básico e inalienável e para o segundo tal direito deve ser abolido. Segundo o clérigo, o islamismo defende a propriedade privada limitada, que dê retorno para a sociedade, mas algumas fontes de riqueza e estratégias não devem ser privatizadas e repudia todo e qualquer privilégio de classe decorrente do poder financeiro. Evidentemente, a visão de Taleqani é limitada por suas fontes de segunda mão, porém sua visão dentro do contexto é progressista e seu olhar sobre as classes menos favorecidas ajuda a explicar sua popularidade junto à esquerda.

Mas o maior ideólogo da Revolução ao lado de Khomeini foi Ali Shariati, filho da nova classe média iraniana educada no exterior. Traduziu livros de Sartre e Guevara que deram à sua obra um norte: a essência do xiismo é a revolta contra a opressão, especialmente aquela advinda do imperialismo e do capitalismo. Segundo Shariati, o Profeta Muhammad foi enviado não para estabelecer uma nova religião, mas uma nova sociedade em busca de uma utópica sociedade sem classes.

O jargão religioso passou por um processo de “socialização” e assim a *jihad* se transformou em “guerra de libertação” e o “infiel” foi associado ao alienado. Não se intimidou em acusar o clero de transformar a religião num dogma árido e conservador, um verdadeiro ópio do povo, colaborando para a manutenção do *status quo* (ABRAHAMIAN, 2008). Com estes argumentos Shariati foi essencial para a conquista de um público mais intelectualizado para a Revolução. Tendo estudado na França, onde defendeu sua tese de doutorado, seu grande atrativo era o domínio, raro entre clérigos muçulmanos, de temas como liberalismo, marxismo e existencialismo sem deixar de ser um crente. Shariati atingiu em cheio os anseios de muitos iranianos ao dar a estes argumentos para refutar as ideologias ocidentais.

Associando o islamismo às causas terceiro-mundistas, exaltou as revoltas na Argélia e nos territórios palestinos como símbolos da luta anti-imperialista. Seus seguidores sentiam que tinham argumentos para responder até os próprios intelectuais iranianos que desprezavam a religião (KEDDIE, 2006).

Segundo Keddie, todos estes pensadores partiram da premissa de que a solução para os problemas iranianos era essencialmente simples, bastava libertar o Irã do controle estrangeiro e criar instituições políticas e econômicas de base islâmica, no que a Revolução, aliás, não foi tão bem-sucedida.

John Esposito, num espectro mais amplo, busca derrubar alguns mitos sobre a Revolução. Entre eles está o mito do caos: de fato o Irã, visto de fora no biênio 1979/1980 parecia um país fora de controle, tanto que Saddam Hussein aproveitou o momento para invadir o Irã apostando num efeito-surpresa. No entanto, Esposito lembra que as instituições iranianas foram remodeladas em tempo recorde e que Khomeini manteve o voto feminino no Irã, o que desmente a ideia de que a Revolução seria motivada também por questões de gênero. Em março de 1979, um mês após a volta de Khomeini, um plebiscito aprovou a República Islâmica e em novembro do mesmo ano o país já possuía uma nova constituição (ESPOSITO, 2001). Teerã manteve relações com regimes monárquicos e ateus, assinou cessar-fogo com o Iraque proposto pela ONU (após muita relutância, é verdade), mas jogou o jogo das Relações Internacionais, calculando riscos e fazendo guerra e paz.

Em 1973, a crise do petróleo provocou uma severa inflação no país, levando ao desemprego mais de um milhão de iranianos, além de levar à falência muitos comerciantes que não conseguiram suportar a concorrência estrangeira no mercado. Em 1977, pela primeira vez a inflação passa a afetar também a classe média. Nesse contexto surgiram dois grupos guerrilheiros, o marxista *Fedayin-e-Khalk*, e o islâmico *Mujahedin-e Khalk*, que passam a praticar atentados contra militares e consultores americanos. O ressentimento contra os americanos era enorme, pois pareciam lucrar com o caos no país. O *Fedayin-e-Khalk* se inspirava na guerrilha latino-americana, enquanto os *Mujahedin* interpretavam o xiismo como um movimento político de libertação da opressão imperialista e defendia uma sociedade sem classes. Havia uma forte ligação entre os *Fedayin* e o *Tudeh Party of Iran* (TPI), ou Partido Popular do Irã em português, que nasceu das cinzas do Partido Comunista Iraniano, fundado em 1920 e duramente perseguido por Reza Shah. O Tudeh se

formou em 1941, aproveitando o breve vácuo de poder criado pela derrubada de Reza Shah pelos ingleses, após este ter cedido bases iranianas a Hitler quando os alemães atacaram a URSS. Os comunistas iranianos foram beneficiados pela libertação de presos políticos, entre eles, muitos membros de seu partido. Os principais ideais do grupo que nascia eram lutar pela soberania do país, pela reforma agrária, por uma reforma no sistema tributário e pelo confisco dos bens de Reza Shah em favor do povo iraniano. O partido teve também papel ativo no apoio ao governo nacionalista de Mossadeqh no início da década de 1950, e na resistência ao governo de Pahlevi. O partido foi inclusive tema de matéria no *The New York Times* na qual se lia que o Tudeh “estimulava a pensar e agir politicamente pela primeira vez”. De fato, era o único partido político no sentido do termo, com um programa, uma ideologia e um público-alvo definidos. No Irã, 75% dos operários eram filiados ao Tudeh (ABRAHAMIAN, 2008). Alinhado à Moscou, se viu, entretanto em posições embaraçosas ao assistir o apoio soviético ao movimento separatista do Azerbaijão e do Curdistão, além de pedidos de exploração petrolífera no norte do país justamente quando o Tudeh se opunha à exploração britânica. O Tudeh nunca mais teve tanta força como nos anos de 1945-46, mas deixou um legado de politização do iraniano popularizando termos como oligarquia, imperialismo, reacionarismo e massas, e influenciando todo tipo de movimentação política nas décadas seguintes.

Na Revolução Iraniana, o Tudeh foi de grande importância na mobilização e conscientização das massas, distribuindo panfletos, criando um jornal próprio (“*Navid*”) e realizando palestras onde lembravam o povo da necessidade de viver em um país realmente soberano, e que para isso, segundo o partido, o xá deveria ser derrubado e as empresas do país, nacionalizadas (KINZER, 2004).

Com a oposição de religiosos e marxistas, o regime do xá tornava-se cada vez mais autoritário e repressor. Muitos iranianos buscaram ajuda nos ulemás (líderes religiosos), embora estes se mostrem receosos em se envolver, ou por medo, ou por não acreditar que alguma mudança fosse possível. O aiatolá Khomeini, que havia sido preso em 1963 devido às suas idéias, consideradas subversivas pelo regime, e que vivia então exilado no Iraque, torna-se o maior símbolo da resistência à tirania do Xá. Quando estudantes fizeram um protesto, em 1975, para lembrar a prisão de Khomeini, a polícia invadiu a *madrasah* (escola

religiosa) *Fayzyya* e atirou um estudante do telhado, matando-o. Em seguida, fechou a escola, numa evidente demonstração que o xá não aceitaria qualquer tipo de oposição. Com este ato, Pahlevi só fez crescer sua fama de inimigo da religião e aumentou a popularidade de Khomeini.

Em 1977, Jimmy Carter ascende à presidência dos EUA, e inicia uma campanha pelos direitos humanos. Ao tomar conhecimento de um relatório da Anistia Internacional sobre os tribunais e prisões iranianas, convence o governo iraniano a afrouxar a censura, resultando numa onda de publicações de teor oposicionista oriundas de quase todas as camadas sociais.

Neste ponto, ainda não existia clima de revolução. Apesar da maioria dos religiosos manterem-se em silêncio, os intelectuais promoviam leituras de textos francamente hostis ao governo no Instituto Goethe de Teerã. Mas a trégua foi curta. Em três de novembro de 1977, o filho de Khomeini, Mustafá, morre envenenado no Iraque. As principais suspeitas recaem sobre a SAVAK. Multidões choraram a morte do filho de Khomeini, mas ainda não havia sinal de levante generalizado. No dia treze do mesmo mês, Pahlevi viajou aos EUA, onde se encontrou com Carter. Na virada daquele ano, Carter retribuiria a visita, e chegaria a Teerã em péssima hora. O xá havia acabado de proibir as manifestações de pesar por Mustafá, que segundo a tradição xiita deveriam acontecer quarenta dias após a morte da pessoa. Ao visitar o país nessas circunstâncias para demonstrar apoio ao governo, Carter assumiu inadvertidamente o papel de inimigo. O iraniano médio não conseguia compreender como o presidente americano, que se apresentava como um cristão praticante e defensor dos direitos humanos poderia apoiar um governante que reprimia e torturava seu próprio povo (ARMSTRONG, 2001).

No começo do ano seguinte, Pahlevi comete um erro grosseiro: manda distribuir um panfleto que acusava Khomeini de trabalhar para o Serviço Secreto Inglês, além de pôr em dúvida sua integridade moral e até sua real nacionalidade devido às suas origens indianas.

Quatro mil estudantes saem às ruas em protesto, exigindo liberdade de expressão, a reabertura da *madrasah Fayzyya*, a libertação de presos políticos e o retorno de Khomeini. A polícia abre fogo contra a população desarmada matando 70 pessoas. Foi o começo do fim do regime (IDEM, 2001).

Era o estopim da Revolução. Se antes a oposição era liderada por intelectuais e acadêmicos, agora os ulemás tomavam a linha de frente. Entre junho e julho o xá, pressionado, prometeu eleições livres e a volta do pluripartidarismo, medidas que acalmaram especialmente os intelectuais, que deram a luta por vencida. Mas um incêndio criminoso atribuído à SAVAK, ocorrido num cinema da cidade de Abadan e que resultara na morte de cerca de 400 pessoas, reacendeu as chamas da revolução, que agora era irrefreável. Em quatro de setembro, ocorreu uma grande marcha pacífica no centro de Teerã, em que os manifestantes oferecem flores aos soldados. Pela primeira vez nem um tiro foi disparado e a manifestação contou com a participação da classe média. Finalmente abandonado pelas classes mais abastadas, o xá, numa medida desesperada, decide proibir qualquer tipo de aglomeração. Os manifestantes ignoraram a lei marcial e em oito de setembro de 1979, a chamada “sexta-feira negra” ocorre um verdadeiro massacre: 900 pessoas foram mortas pela polícia (ARMSTRONG, 2001). A comoção toma conta de todo o país e os operários da indústria petrolífera decidiram cruzar os braços. Para uma economia totalmente dependente de petrodólares, foi um duro golpe. O xá tentou negociar com os grevistas aumentos de salários, mas suas reivindicações não eram apenas econômicas. Os grevistas queriam o desmantelamento da SAVAK, o fim da lei marcial, a punição aos corruptos e a expulsão de consultores norte-americanos. Durante as negociações, a produção iraniana caiu de cinco milhões de barris diários para oitocentos mil (RAMAZANI, 1987).

Khomeini, que havia sido expulso do Iraque a pedido do xá e encontrava-se exilado em Paris, passa a coordenar da capital francesa as manifestações que se agigantavam e chegavam a atrair dois milhões de pessoas. A situação era absolutamente insustentável: as promessas do xá já não recebiam crédito e sua saída começou a ser negociada, deixando o país rumo ao exílio no Egito em janeiro de 1979. Seus representantes, liderados por Shapur Bakhtiar, ainda fizeram um último esforço para manter-se no poder, dissolvendo a SAVAK e libertando presos políticos, mas viram-se forçados a atender a principal reivindicação popular, que era a autorização do retorno de Khomeini, que chega a Teerã em primeiro de fevereiro de 1979, onde foi recebido por um milhão de pessoas (ARMSTRONG, 2001). Quando a Revolução eclodiu, o Irã parecia que iria mais uma vez inovar na política de preços de combustível, pois já havia sido o primeiro país a conseguir um grande

contrato com uma multinacional, o primeiro a produzir petróleo em quantidades industriais e o primeiro a nacionalizá-lo. Com a Revolução, tornou-se também o primeiro país a derrubar um regime usando como arma as greves no setor petrolífero. As reservas de petróleo eram o coração do regime, e foram também sua morte (RAMAZANI, 1987).

Para Kenneth Pollack, os EUA cometeram dois erros em relação à situação no Irã: o primeiro foi apegar-se incondicionalmente ao xá, confiando-lhe autoridade absoluta e subestimando as manifestações populares, vistas como apenas mais uma onda que iria se acalmar por si só ou pela repressão do regime. O segundo erro seria não ter insistido no tópico “direitos humanos” com o xá, como fez Kennedy, ou seja, mantendo a aliança, mas pressionando ao mesmo tempo. A verdade é que embora a SAVAK não tivesse recebido treinamento norte-americano, Washington sabia bem o que acontecia nos porões da ditadura de Pahlevi e sua reação foi a indiferença. Pode-se argumentar que não só os EUA, mas o mundo todo demonstrou indiferença à repressão do xá, mas os EUA eram os únicos que podiam fazer algo a respeito (POLLACK, 2004).

Mohsen Milani discorda desta visão: para ele a política de direitos humanos de Carter foi uma das causas da queda do regime. Segundo Milani, o xá era extremamente preocupado com sua imagem na comunidade internacional e, portanto, foi especialmente sensível aos apelos de Carter, sobretudo quando a oposição iraniana no exílio passa a divulgar as ações da SAVAK. Carter afirmava que sua política removeria os motivos para que ocorressem revoluções no Terceiro Mundo. Em sua visão, as revoltas ocorriam devido à opressão e falta de liberdade, desconsiderando fatores socioeconômicos. Porém, muitas vezes, as sinceras preocupações de Carter se confrontavam com o pragmatismo da política externa norte-americana. Para Zbigniew Brzezinsky, conselheiro de política externa do governo Carter, uma liberalização rápida demais poderia gerar consequências imprevisíveis. Outra corrente, liderada pelo Departamento de Estado Norte-Americano dizia que em longo prazo a liberalização mantinha o Irã imune ao comunismo. Pressionado, o xá fez uma série de reformas no Sistema Judiciário, concedendo direitos básicos a réus e prisioneiros, especialmente os políticos, cujos processos passaram a ser mais transparentes. Mas, sobretudo, a pressão fez com que a oposição se desse conta de que o apoio norte-americano ao xá não era mais

incondicional. Isto deu um novo ânimo a aqueles que acreditavam numa mudança de regime (MILANI, 1994).

Muito já se especulou sobre como a Revolução Iraniana poderia ter sido evitada: se o xá tivesse sido mais conciliador ou ainda mais repressor; se tivesse investido menos em tecnologia militar e mais em treinamento de controle de multidões; se não estivesse com câncer e várias outras especulações inúteis. A Revolução não eclodiu devido a erros de última hora, mas devido a pressões que como num vulcão se acumulam ao longo de décadas, especialmente com a alienação da maioria do povo no crescimento do país. Na era republicana o xá insistia em ser um monarca absolutista. Na era do anti-imperialismo, chegou ao poder por meio de um golpe da CIA. Na era do não alinhamento, escarnecia o terceiro-mundismo e se autointitulou o policial norte-americano no Oriente Médio e se posicionou ao lado dos EUA em questões sensíveis como a Palestina e o Vietnã. Sem mencionar questões internas como o culto à sua personalidade, a repressão de sua polícia secreta e o ferrenho antiarabismo que promovia (POLLACK, 2004).

Com a Revolução ocorre também o Segundo Choque do Petróleo, desta vez não causado por um boicote, mas por uma procura excessiva e precipitada de compradores, aliadas à especulação de pessoas que se aproveitavam do temor ocidental de uma revolução islâmica para lucrar com a crise. Khomeini, como seus antecessores, usou o petróleo para consolidar seu poder internamente e conduzir sua política externa. Tanto o xá quanto Khomeini discursaram sobre a necessidade de diminuir a dependência iraniana pelo petróleo e diversificar sua economia, mas ambos falharam clamorosamente neste objetivo. O Irã passou por uma fase a qual esteve à parte no mercado, graças às sanções resultantes da crise dos reféns, da fuga de *experts* estrangeiros e da invasão iraquiana em 1980, mas assim que a situação voltou à normalidade, o Irã soube reencontrar seu lugar no mercado.

Assim que o regime do xá caiu, o governo norte-americano se dividiu entre duas opiniões. O Conselho Nacional de Segurança (NSC, em inglês) argumentou que a situação era reversível e propôs apoiar um golpe militar. Já o Departamento de Estado viu na Revolução uma oportunidade: como não acreditavam na governabilidade do país sem a inclusão da classe média liberal na administração do Irã, propuseram à Casa Branca que apoiasse uma coalizão que fosse formada por liberais e opositores seculares ao regime do xá.

O presidente Carter procurou conciliar as duas visões. Ele esperava que o Departamento de Estado estivesse certo e que os liberais pudessem comandar o país. Mas caso isto não acontecesse ele estava pronto a apoiar um golpe. O General Robert “Dutch” Huyser foi enviado a Teerã e constatou que o golpe era impossível, não só pelas deserções em massa, mas porque entre os militares iranianos o grande assunto era como seria o regime pós-xá, ou seja, davam a Revolução como fato consumado e irreversível (POLLACK, 2004). Ao ficar do lado derrotado da Revolução, os EUA se sentiram confusos e impotentes no novo Irã. Com a monarquia desmantelada, exército e SAVAK desintegrados, os EUA perderam seus três canais de comunicação com o governo iraniano. Os norte-americanos pouco sabiam sobre as novas figuras que dominavam a política iraniana, mas reconheceram o governo provisório que fez gestos amistosos em relação aos tratados existentes entre os dois países, considerando que a maioria deles devia ser mantida. Na visão iraniana, no entanto, os EUA não mostraram reciprocidade, negando-se, por exemplo, a entregar armamentos pelos quais o Irã já havia pagado. Segundo a diplomacia iraniana, os EUA jogaram um jogo de observar e esperar com o objetivo de interferir novamente no futuro como já haviam feito na queda de Mossadeqh em 1953 e durante todo o regime do xá.

Nikki Keddie atribui o surgimento da oposição aberta ao xá como uma consequência da política de Direitos Humanos do presidente norte-americano Jimmy Carter. Obviamente, havia problemas sociais, econômicos e estruturais no país desde sempre, mas o engajamento de Carter certamente encorajou uma parte da sociedade a denunciar o regime do xá. Aliado à pressão de Carter, a doença do xá fez com que este se tornasse menos atuante, encorajando mesmo setores mais moderados da oposição a manifestar, a seu modo, seu descontentamento por meio de abaixo-assinados e artigos cobrando liberdade de expressão e de imprensa, a libertação de prisioneiros políticos e uma melhor distribuição de renda no país. Professores e intelectuais que faziam parte deste grupo também promoviam palestras e debates no prestigiado Instituto Goethe.

A pressão de grupos, como a Anistia Internacional e outras instituições de defesa dos Direitos Humanos, trouxeram resultados em abril de 1977: pela primeira vez um tribunal de acusações contra o regime foi aberto ao público, assim como foi liberada a entrada da Cruz Vermelha Internacional em vinte prisões para verificar as

condições de tratamento dos detentos. Contudo, os problemas econômicos permaneceram já que os cortes públicos não atingiam a maior fonte de gastos do governo, que era o orçamento militar, considerado intocável. Porém, com a cooperação do xá em manter estáveis os preços do barril de petróleo, a pressão do governo norte-americano em relação à questão dos Direitos Humanos foi suavizada (KEDDIE, 2006).

A derrubada da monarquia iraniana foi um choque para os EUA, cuja política para o Oriente Médio estava ancorada na dupla Israel/Irã, o primeiro como país protegido pelo poderoso *lobby* judeu de Washington e o segundo como um aliado muçulmano confiável que não participara, por exemplo, do boicote da OPEP ao Ocidente em 1973. O xá Reza Pahlevi era um verdadeiro guardião dos interesses petrolíferos norte-americanos na região, que em troca tornava realidade seus sonhos de grandeza militar e podia escolher qualquer arma do catálogo norte-americano (ESPOSITO, 2001). Na fase inicial da Revolução, os EUA ainda tentaram dialogar com o governo provisório de Mehdi Bazergan, porém este governo durou muito pouco tempo e a tomada da embaixada norte-americana em 1980 traria o rompimento das relações entre os dois países.

Porém, segundo Gary Sick, Irã e EUA são de certa forma espelhos um do outro. Ambos possuem um senso de justiça e superioridade moral. Ambos se vêem como únicos e insubstituíveis. E ambos não fazem grandes distinções entre suas políticas interna e externa. Seus objetivos no Iraque, Afeganistão e sudeste asiático são similares, assim como a aproximação do Irã com os regimes árabes. Permanências que vem do longo período no qual os dois países estiveram lado a lado (IDEM, 2001).

No intervalo entre a saída do xá e o retorno de Khomeini foi instalado um governo provisório que uniu nacionalistas religiosos e seculares representados pela Frente Nacional, cujos membros constituíam cerca de 33% do gabinete e o movimento liberal que dominava cerca de 50% do parlamento. Porém, este governo formado por políticos seculares não possuía apoio do grosso da população, que preferia um governo comprometido com a religião islâmica e com mudanças sociais. O governo provisório se ateve às liberdades civis e o presidente Mehdi Bazergan chegou a se declarar explicitamente contra a redistribuição de renda.

Como Napoleão nos estertores da Revolução Francesa, Khomeini foi aquele que trouxe ordem ao caos. Ele personificou a Revolução com seu perfil confrontador, sua capacidade de se comunicar com as classes baixas e seu estilo espartano de viver que contrastava com o luxo do xá.

A escritora norte-americana Robin Wright, em seu livro *The Last Great Revolution*, lembra que a princípio, Khomeini não reivindicava o exercício do poder. Pelo contrário, para perplexidade da mídia ocidental, assim que euforia pelo seu retorno arrefeceu, Khomeini voltou à Faculdade de Teologia de Qom, onde lecionava, antes de ir para o exílio. Pretendia deixar o poder nas mãos dos revolucionários. No entanto, o quadro muda assim que se começa a falar sobre a elaboração de uma nova constituição para o País. Os grupos revolucionários eram muito heterogêneos, indo de liberais a marxistas, e que de forma alguma pretendiam instalar um governo de caráter religioso. Cada grupo tinha sua visão para o que deveria ser o novo Irã. Alguns queriam o modelo francês, com um presidente forte, outros sugeriam outras mudanças, mas nenhum sequer citava o clero em suas propostas. Ficou decidido que uma assembléia de notáveis buscaria resolver as diferenças e redigir uma constituição para ser referendada.

Temerosos de serem marginalizados, ou mesmo excluídos do processo, seguidores de Khomeini conseguiram introduzir uma emenda que vetava algumas candidaturas. Funcionou, e assim, conseguiram a maioria. O poder do presidente ficou reduzido, pois ficaria abaixo do *Velayat e Faqih*, o “Governo dos Juristas” comumente chamado *Faqih*, figura da jurisprudência islâmica criada por Khomeini quando ainda lecionava no interior do Irã. Este cargo foi criado para barrar influências seculares e manter a Revolução no caminho islâmico. Mas os poderes do *Faqih* eram enormes, com poder de veto até sobre o nome do comandante-em-chefe.

A primeira discussão no Irã pós-revolucionário foi acerca do nome oficial que este receberia após as drásticas mudanças ocorridas. Os Fedayin queriam “República Democrática Popular do Irã”, e o Movimento Nacional sugeria “República Islâmica Democrática”. Khomeini insistia numa simples “República Islâmica”, argumentando que 98% do povo sequer sabia falar a palavra “democrática”, e o que a população entendia era que haviam lutado contra um tirano em nome do Islã. Após a decisão de Khomeini a segunda questão era o que perguntar no referendo sobre

como seria o novo regime. A opção escolhida foi: “Você quer uma República Islâmica ou uma Monarquia?”, pergunta retórica já que o povo havia acabado de derrubar uma monarquia. Com 98% de aprovação à república islâmica em primeiro de fevereiro de 1979, Khomeini declarava nascida a República Islâmica do Irã (MILANI, 1994).

Segundo Milani, o primeiro rascunho da Constituição do Irã é totalmente inspirado na Carta de 1906, com exceção, obviamente, da questão monárquica e da adição do conceito de Líder Supremo, mas muito mais democrática do que seria a versão final, que introduziria a figura do *Velayat e Faqih* (o Líder Supremo) cargo exercido por Khomeini, que prestaria contas somente a Deus.

O poder foi dividido à moda ocidental, em executivo, legislativo e judiciário, mas para cada cargo havia outro, com poder pelo menos equivalente, exercido por um clérigo. No judiciário, foram criados tribunais revolucionários para julgar, sempre a portas fechadas, pessoas acusadas de comportamento antirrevolucionário. No Legislativo, os duzentos e setenta membros do parlamento (*Majlis*) estavam à sombra dos doze membros do Conselho dos Guardiões, que tinham poder de veto sobre leis de cunho anti-islâmico. Também foi proibido a membros do Antigo Regime possuir veículos de comunicação e insultos ao clero se tornaram crime. O conflito entre os dois grupos se exacerbou de tal modo que, em meados da década de 1980, Khomeini criou um conselho apenas para intermediar as discussões. Porém, o *Majlis*, o presidente e os guardiões tinham que se submeter ao Líder Supremo.

Ao tentar unir República e Islã, os religiosos encontraram problemas: primeiro, tiveram que criar um mecanismo que pusesse o clero numa posição privilegiada, sem que um presidente forte desafiasse sua autoridade no futuro. Depois, justificar em termos teológicos a convivência entre um líder religioso e um presidente, além de criar um governo islâmico com elementos da política ocidental como deputados, senadores e ministros (IDEM, 1994).

Em dezembro de 1980, a Constituição foi aprovada com 99,5% dos votos num referendo. A partir daquele momento, o Irã revertia o caminho imposto pelo xá. Ao invés de exaltar o passado persa e renegar a religião islâmica como fruto de invasão estrangeira, o Irã se identificaria como um país antes de tudo islâmico e xiita. Seu preâmbulo reafirmava a fé em Deus na Justiça Divina, no Alcorão, no Profeta Muhammad, nos 12 imams, no retorno do imam oculto e principalmente, no

conceito de *Velayat e Faqih*. Khomeini é chamado de fundador da República Islâmica, Guia da Revolução, Líder Supremo e Imam da Comunidade Islâmica com poderes infalíveis. Nunca uma Constituição iraniana deu tanto poder ao seu líder (ABRAHAMIAN, 2008). O produto final foi um híbrido entre o *Velayat e Faqih* de Khomeini e a república francesa de Bazergan. Entre os direitos humanos e os divinos; entre a democracia e a teocracia; entre a voz do povo e a voz de Deus e entre a soberania popular e a autoridade do clero. A figura do Líder Supremo causou controvérsia mesmo entre os governistas, pois temiam que a imagem do xiismo e até do islã de maneira geral ficasse manchada em caso de fracasso, afinal o mundo todo observava atentamente a fundação do primeiro governo islâmico da segunda metade do século XX que derrubara um governo pró-ocidente e qualquer falha seria imperdoável (MILANI, 1994).

Quando a Constituição foi escrita, baseada na *Sharia* e em preceitos retirados do árabe clássico, vemos nas entrelinhas a narrativa de um projeto nacional vitorioso, guiado pelo clero e muito anterior ao processo de 1978/1979. A data escolhida é a ação política dos ulemás contra a Revolução Branca em junho de 1963. A Carta concebe os adeptos da Revolução como “revolucionários devotos” e exalta o martírio destes. O curioso, segundo Murilo Meihy, é que o conceito de mártir mudaria após o fim do período mais febril da Revolução. No decorrer deste, qualquer pessoa que se sentisse oprimida era considerada como *shahid* (mártir). Com a vitória consolidada, sem a necessidade de aglutinação das massas, o termo volta a ser utilizado apenas às vítimas de violência letal, distinta de feridos e mutilados (MEIHY, 2010). Isto se deve também à necessidade de igualar os sobreviventes perante a lei, impedindo que os “mártires vivos” reivindicuem privilégios sobre o restante da população. Outro termo utilizado na Constituição é *jihad* (que literalmente significa “esforço” em árabe, embora seja comumente traduzido como “guerra santa”). A Constituição iraniana estabelece que a *jihad* da Guarda Revolucionária na expansão de sua ideologia pelo mundo é uma das missões do Irã, amplificando os ecos da Revolução para além das fronteiras nacionais, afinal a Revolução, mesmo com suas peculiaridades (oriunda de um povo persa e não árabe, e xiita e não sunita) é vista como um exemplo a toda a *Ummah* (comunidade muçulmana) de vitória dos oprimidos sobre os imperialistas (IDEM, 2010). Percebe-se aí uma justaposição entre *Ummah* e Nação no sentido político

conhecido no Ocidente. Em termos territoriais, a Carta proíbe a alteração de fronteiras salvo “retificações insignificantes que sejam compatíveis com os interesses da Nação” (MEIHY,2010), assim como a instalação de bases militares estrangeiras no país.

Tal discurso se insere no contexto da Guerra Fria, de retratar o Irã revolucionário como um dos pilares da luta anticolonialista mundial, herdando na região o posto que era de Gamal Abdel Nasser. Também é importante destacar a legalização do confisco de bens de pessoas associadas ao Antigo Regime, sob justificativa de serem fruto da corrupção, roubo ou oriundos de fontes ilícitas perante o islamismo, como o jogo. O Irã assim se colocava à frente de um suposto projeto de integração de todas as nações islâmicas, com o objetivo de unificar cultural, política e economicamente todo o mundo islâmico. Lucinda Boer observa que a Constituição Iraniana não impõe o sistema de partido único e que abre espaço para a organização da sociedade civil. Porém, sob Khomeini o regime se tornou muito mais autoritário *de facto*. Já o aiatolá Khamenei não possui a mesma autoridade nem a aura mística de Khomeini e por isso precisa negociar com outros setores, como qualquer outro governante. Embora em tese Khamenei também seja infalível, este é visto aos olhos dos iranianos como um político e não um emissário de Deus.

O *Majlis* a ser eleito a cada quatro anos tinha a missão de investigar questões de Estado e denúncias contra o Executivo e Judiciário, aprovar orçamentos, empréstimos e tratados internacionais. Com maioria de dois terços, poderia propor emendas à Constituição e poderia escolher seis membros do Conselho de Guardiães, de uma lista fornecida pelo judiciário. Armênios, assírios, judeus e zoroastristas mantiveram seus assentos. Apesar de todo o discurso islâmico, foi garantida a liberdade de culto, organização e expressão, assim como a igualdade civil. Estas emendas se devem à pressão de setores seculares da Revolução que ainda conseguiram incluir conceitos como a inocência presumida e o *habeas corpus*. A Constituição também prometeu seguro-desemprego, aposentadoria por invalidez, educação primária gratuita e prometia a erradicação da pobreza e do desemprego. Apesar das generosas garantias de direitos individuais o Artigo 22 dizia: “Todas as leis e princípios devem estar de acordo com os princípios do Islã”, o que obviamente abria espaço para o não cumprimento de algumas destas liberdades (ABRAHAMIAN, 2008).

O corpo religioso do governo iraniano pode ser dividido em três grupos:

- a) O Conselho dos Guardiões
- b) A Assembleia de Peritos
- c) O Conselho de Discernimento

O Conselho dos Guardiões analisa leis aprovadas pelo *Majlis* à luz da Sharia, com poder de veto. Além disso, supervisiona as eleições para o *Majlis*, para a Assembleia dos Peritos e a presidência, vetando candidaturas vistas como não islâmicas. O Conselho consiste num grupo de seis clérigos e seis não clérigos, versados na lei islâmica. Os primeiros são indicados pelo Líder Supremo e os últimos pelo *Majlis*. O líder do Judiciário é indicado pelo Líder Supremo, o que significa que este o controla, assim como o Conselho controla o *Majlis*.

A Assembleia dos Peritos foi criada em 1982 e é formada exclusivamente por clérigos (83 membros), eleitos pelo povo para um mandato de oito anos. Estes também são pré-selecionados pelo Conselho de Guardiões antes de serem eleitos pelo voto (BOER, 2009).

O Conselho de Discernimento foi criado em 1988 e é basicamente um órgão de arbitragem que media disputas entre o *Majlis* e o Conselho de Guardiões. O Conselho de Guardiões consiste de 31 membros indicados pelo Líder Supremo e tem a prerrogativa de elaborar leis (IDEM, 2009). Percebe-se, portanto que a República Islâmica do Irã consiste num complexo aparelho onde vários órgãos disputam entre si a hegemonia do discurso, sob o olhar atento do Líder Supremo. Além dos órgãos oficiais, o regime possui tentáculos como os Líderes das Orações de Sexta-Feira, que são divulgadores da propaganda do regime no dia mais sagrado para o islamismo, e a Corte Especial para o Clero julga aqueles cuja interpretação da Sharia fuja dos ditames oficiais do regime (IBIDEM, 2009).

Podemos considerar que o regime iraniano está próximo do totalitarismo, uma vez que é baseado numa ideologia de massas e governado por uma elite que não pode ser desalojada do poder por meios institucionais e pacíficos. No entanto, a permissão de certa dissensão dentro do sistema o impede de ser considerado totalitário. Desde o seu estabelecimento, o regime estava claramente dividido entre os linhas-duras e os pragmáticos tecnocratas.

A primeira eleição presidencial no Irã ocorreu em janeiro de 1980, quase um ano após a Revolução e Khomeini impediu qualquer clérigo de concorrer, o que

indica que, pelo menos a princípio, não pretendia instalar um regime teocrático (WRIGHT, 2000). O primeiro presidente eleito após a curta gestão do engenheiro Mehdi Bazergan, foi Abol Hassam Bani Sadr, o candidato de Khomeini. Filho de um famoso aiatolá, Bani Sadr foi ativista político em sua juventude, lutando pela nacionalização do petróleo na época de Mossadeqh. Durante algum tempo estudou teologia, mas por fim, se formou em economia pela Universidade de Teerã, na década de 1960. Durante este período, tornou-se ainda mais ativo politicamente, inclusive chegando a ser preso por duas vezes. Depois de ser libertado, seguindo conselho de amigos, foi viver na França, onde iniciou estudos no campo da filosofia. Lá, conheceu Khomeini, quando este se exilou em Paris, e se tornou seu braço direito, chegando a se autointitular “filho espiritual” do religioso. Apesar disso, Bani Sadr era um idealista, um intelectual liberal e não uma pessoa cuja visão de mundo se baseasse predominantemente na religião. Após entrar em conflito com seu Primeiro-Ministro Mohamed Ali Rajai e com o Parlamento, Bani Sadr comete um erro fatal ao escrever uma carta a Khomeini criticando sua capacidade de liderança. Em meados de 1981, membros do Islamic Republican Party (IRP), convenceram Khomeini de que Bani Sadr tramava contra o governo. O presidente é demitido em junho, após dezessete meses no poder. Recebe asilo político em Paris e torna-se um dos maiores opositores de Khomeini, acusando-o de traição e de ter apenas substituído uma ditadura por outra. Em julho de 1981, Rajai se tornaria o presidente tendo Javad Bahonar como primeiro-ministro. Ambos seriam mortos num atentado a bomba dois meses depois, o que levou a novas eleições em outubro, sendo eleito Ali Khamenei para presidente e Mir Moussavi, Primeiro-Ministro.

Como vimos, a revolução reuniu grupos heterogêneos, descontentes com o governo do xá. Contudo, com a tomada do poder pelo clero, marxistas e liberais sentiram que a “sua” Revolução havia sido “sequestrada”. O *Mujahedin e Khalk*, fundado em 1965, misturava marxismo com islamismo em seu discurso, interpretando o Profeta como um transformador social, algo parecido com o que foi feito com a figura de Jesus pela Teologia da Libertação. O grupo organizou grandes manifestações exigindo mais poder aos camponeses e trabalhadores, o rompimento das relações com as grandes potências e a aproximação com o Terceiro Mundo. O problema da esquerda no Irã era ajustar esse discurso materialista a um povo tão religioso quanto o iraniano e à falta de suporte financeiro para sua expansão.

Inspirados pela Revolução Cubana de 1959 optaram inclusive pela luta armada contra o xá, tendo alguns de seus membros participado de treinamentos de guerrilha em campos da OLP no Líbano. Conquistaram uma parcela da população mais pobre com promessas de justiça e igualdade social, dois conceitos caros ao Islã. Apesar das claras diferenças ideológicas, a princípio o grupo apoiou o retorno de Khomeini. No entanto, quando este barrou a candidatura de Massoud Rajani à presidência da república por considerá-lo não islâmico o suficiente, houve uma amarga e definitiva ruptura. O Mujahedin optou então pelo terror. Cinco dias após a demissão de Bani-Sadr, um atentado a bomba feriu gravemente o futuro sucessor de Khomeini no cargo de Líder Supremo, Ali Khamenei. Na noite seguinte, uma bomba colocada numa lata de lixo na sede do Partido Republicano Islâmico matou setenta e quatro pessoas, incluindo ministros, parlamentares e o aiatolá Mohamed Beheshti, o segundo homem mais poderoso do Irã. Em seu funeral, Khomeini jurou vingança. Entre o verão e o outono de 1981 mais de mil oficiais do governo entre policiais, juízes e políticos foram mortos pela campanha terrorista do Mujahedin.

A reação do governo tardaria, mas seria à altura, com a execução de cerca de 1.800 pessoas no segundo semestre de 1981. A repressão, no entanto não calou o Mujahedin, que seguiu com os ataques e conseguiu até arregimentar membros do governo como Sadeq Qotbzadeh, ministro das relações exteriores que confessou estar envolvido numa conspiração para assassinar Khomeini, que incluía até membros importantes do clero como o aiatolá Karim Shariatmadri, rival teológico de Khomeini. Incapazes de executar Shariatmadri, como fizeram com Qotbzadeh foi decretada sua prisão domiciliar e a retirada do título de Marja-e-Taqlid, o mais alto da hierarquia xiita. O Mujahedin acabou sendo banido do Irã ao declarar apoio ao Iraque na guerra contra seu próprio país.

Enquanto isso, o país continuava com problemas de limpeza pública, saneamento básico, educação e saúde bastante graves. Muitos iranianos instruídos abandonaram o país levando consigo habilidades e recursos. Em dezembro de 1982 o governo envolvido numa guerra interna contra o Mujahedin e outra externa contra o Iraque, emitiu uma declaração na qual procuraria restringir as prisões e execuções arbitrárias.

Alguns anos antes o Irã havia passado por um processo que mudaria suas relações com o Ocidente, especialmente com os EUA. No dia 14 de fevereiro de

1979, o grupo marxista *Fedayin e Khalk* invadiu e ocupou a embaixada norte-americana em Teerã. O governo de Khomeini condenou o ataque e um dos mais próximos colaboradores do líder religioso, Ibrahim Yazdi reuniu um grupo de centenas de estudantes da Universidade de Teerã para libertar a embaixada. Mas em quatro de novembro daquele mesmo ano, um grupo de trezentos estudantes fez o mesmo, mas desta vez com a aprovação de Khomeini. A diferença entre os dois momentos é que na época do segundo sequestro, o xá encontrava-se em tratamento médico nos EUA. O medo de que um novo golpe estivesse sendo engendrado fez com que Khomeini visse na tomada da embaixada um trunfo contra qualquer movimento de retorno do xá. Além disso, não podemos deixar de observar que o segundo grupo era de matiz islâmica ao contrário do primeiro, comunista e ateu. Tudo começou no final de outubro, quando oitenta estudantes se reuniram num subúrbio no norte de Teerã e decidiram fazer um protesto na embaixada americana (WRIGHT, 2000). A data escolhida foi o décimo quinto aniversário da expulsão de Khomeini de seu país natal. Os estudantes exigiam que o ex-monarca fosse entregue para julgamento no Irã. Além disso, os estudantes diziam que a embaixada havia se tornado um “QG” da contrarrevolução no país. Segundo seus próprios relatos, os objetivos dos estudantes eram limitados, pretendiam tomar a embaixada por três ou quatro dias, no máximo, e chamar a atenção do país para a possibilidade de um contragolpe.

Mas o que os estudantes não esperavam era o apoio de Khomeini. Relatos dos reféns americanos são unânimes ao lembrar os rostos estupefatos dos estudantes, quando o aiatolá apareceu na TV, dando sua “benção” à ocupação, chamando-a de “a segunda revolução” (IDEM, 2000). Com esse gesto, Khomeini transformou um protesto estudantil em um ato de terrorismo apoiado pelo Estado, já que estava em rede nacional dando seu aval a um seqüestro, iniciando uma enorme crise internacional que marcaria para sempre as relações entre Irã e EUA. Entre os motivos de Khomeini ter dado sua aprovação, pode-se mencionar o fato de que desta vez os estudantes eram seus seguidores e não “marxistas ateus”, e que o líder viu no incidente uma maneira de desviar a atenção da opinião pública para o caos econômico instaurado no país, causado pela fuga de investidores e profissionais qualificados, aliados a continuação do desemprego e da inflação.

Nada habilidoso com assuntos econômicos (uma de suas frases mais conhecidas no Ocidente é: “Não fizemos a Revolução para abaixar o preço da melancia!”), é razoável afirmar que Khomeini viu na tomada da embaixada uma oportunidade de unir o Irã sob uma bandeira comum: a do antiamericanismo (POLLACK, 2004)

O presidente americano Jimmy Carter imediatamente suspende a compra de petróleo do Irã pelos EUA e congela os bens e depósitos de empresas iranianas no país, cerca de seis bilhões de dólares segundo o governo norte-americano. O Irã afirmava que o montante era de pelo menos o dobro disso. No entanto, Carter não congelou os bens das pessoas físicas, salvando assim os bens do deposto xá Reza Pahlevi. Ao mesmo tempo, age em várias frentes diplomáticas, tentando uma solução para o conflito. Esta opção fez com que os EUA obtivessem enorme apoio internacional, pois além do sequestro em si, muitos países estavam incomodados com outros atos do novo regime, como julgamentos e execuções sumárias.

Em doze de novembro de 1979, o Ministro das Relações Exteriores do Irã apresentou quatro condições para a libertação dos reféns:

- 1)O retorno do xá ao Irã para um julgamento justo.
- 2)O retorno dos bens do xá ao país.
- 3)O fim da interferência estrangeira nos assuntos internos do Irã.
- 4)Um pedido de desculpas formal dos EUA pelos crimes cometidos contra o Irã.

No mesmo dia, Washington descobriu que o governo de Teerã pretendia anunciar a suspensão da venda de petróleo aos EUA e se adiantou proclamando que os norte-americanos não comprariam mais petróleo do Irã (POLLACK,2004)

No final de 1979, a URSS invadiu o Afeganistão e torna a situação dos reféns mais complicada politicamente. No contexto da Guerra Fria, os EUA dão todo apoio necessário aos *mujahedin* afegãos e a muçulmanos fundamentalistas em geral de várias origens, que viam no Afeganistão uma chance de lutar e morrer pela sua fé. Naquele momento, calculou Zbigniew Brzezinsky, chefe do Conselho de Segurança nacional, uma ação militar contra o Irã os jogaria nos braços dos soviéticos e desestabilizaria a coalizão criada pelos EUA.

No campo da diplomacia, Washington tentou aprovar na ONU sanções multilaterais ao Irã. Evidentemente, a URSS utilizou seu poder de veto e a resolução

não foi aprovada. Como as sanções impostas pelos próprios norte-americanos não surtiam efeito, Carter decidiu em abril romper relações diplomáticas com Teerã e negar vistos de entrada nos EUA para iranianos. Washington ainda tentou convencer europeus e japoneses a fazer o mesmo, sem sucesso (Idem, 2004).

Em 24 de abril de 1980 uma operação de resgate cinematográfica se transforma num dos maiores fiascos da história americana: helicópteros americanos são surpreendidos por uma tempestade de areia, três destes caem e oito soldados são mortos durante a retirada. O então secretário de Estado Cyrus Vance, que se opusera à operação, renuncia. Com a morte do xá, no Egito, em 1980 e a invasão do Iraque ao Irã, os sequestradores tornam-se mais receptivos à negociação. Carter, totalmente desgastado com prolongamento da crise que já se arrastava há mais de um ano, perde as eleições para o republicano Ronald Reagan. Sob o intermédio de diplomatas argelinos, o sequestro chega ao fim em 20 de janeiro de 1981, dia da posse de Reagan.

Para o norte-americano médio, o cerco à embaixada dos EUA em Teerã foi simplesmente um ato criminoso comum, pois segundo sua visão, seu país nada havia feito para que tal ato se justificasse. Havia uma série de acontecimentos do campo das Relações Internacionais totalmente ignorados pelos cidadãos que não acompanhavam tais eventos com tanta atenção. Além do apoio dado ao xá e ao golpe de 1953 (tratado por décadas como teoria da conspiração e só confirmado por Washington na década de 1990), os EUA haviam mandado o general Huyser ao Irã para analisar a situação e em ultimo caso apoiar um golpe contra uma Revolução que contou com o apoio da esmagadora maioria da população. E isto nem era de conhecimento dos iranianos na época. A questão dos reféns se tornou uma cicatriz aberta, que é lembrada toda vez que Irã e EUA se encontram no palco das Relações Internacionais. Para este cidadão médio o fato de a maior potência mundial ter, a seu ver, sido humilhada por um país pobre como o Irã, observando impotente o sequestro de cinquenta e dois de seus cidadãos durante mais de um ano, é inaceitável. Já o iraniano médio não esquece toda a interferência norte-americana nos rumos de seu país desde 1953, que afetou indelevelmente a história iraniana.

A crise não beneficiou a ninguém. A intenção dos estudantes de abrir os olhos dos norte-americanos para o papel dos EUA na história recente de seu país não se

revelou bem-sucedida. Os norte-americanos não estavam interessados em História. Queriam apenas a libertação dos reféns e, para o cidadão comum, o Irã continuou sendo um país tão exótico e distante como o era em 1953.

O incidente manchou a imagem do Irã por décadas como um país pária que não respeitava as regras do Direito Internacional, mas em nenhum outro local do mundo, a crise foi tão maciçamente explorada como nos EUA.

Segundo Edward Said, cerca de 90% do que os norte-americanos sabem sobre o Irã vem da cobertura do sequestro na embaixada. Esta cobertura (negativa, obviamente) retratou o Irã como um país incorrigivelmente perigoso, fanático e antiamericano. Matérias jornalísticas que Said chama de “cursos de três minutos de História do Islã” retratavam o islamismo como uma religião congelada no tempo, e a narrativa apresentada nos programas de TV saltava do século VII para o momento do seqüestro instantaneamente, desconsiderando os califados, o império otomano, o colonialismo europeu e mesmo distorcendo preceitos da religião ou enfatizando aqueles que pareciam mais “exóticos” aos olhos do telespectador. A língua árabe (que sequer é falada no Irã) era retratada como uma língua não civilizada que impede a conciliação e o raciocínio lógico (SAID, 1997).

Nos EUA, a cobertura foi superficial e repetitiva, antagonizando “nós” contra “eles” durante meses a fio, sem o mínimo de reflexão e análise que ajudasse o leitor a compreender o que estava acontecendo em Teerã: o mais importante parecia ser apenas saber se o país “x” ou a religião “y” era pró ou antiamericana. A cobertura se limitou a repetir clichês sobre a “ânsia por martírio” dos iranianos ou a tendência do mundo islâmico, de uma forma geral, para buscar bodes expiatórios para seus próprios fracassos. Havia a sensação geral de que o sequestro era um ato de guerra, embora o golpe de 1953 não fosse assim considerado, e o xá estivesse imune às críticas simplesmente por ser um aliado norte-americano (IDEM, 1997).

A linguagem usada para se referir ao xá não era a mesma utilizada para se referir a outros regimes autoritários. Para a mídia norte-americana o xá era “firme”, “determinado”, e não um tirano que comandava um regime brutal como certamente seria retratado se comandasse um governo hostil a Washington. Jonathan Randal do *Washington Post* chegou a chamar o povo iraniano de ingrato por não reconhecer o milagre econômico promovido pelo xá e descreveu a Revolução como uma luta entre a “Igreja e o Estado” (DORMAN e FARHANG, 1988).

A Revolução foi ultra simplificada, desprezando fatores como inflação, desemprego e tortura preferindo enfatizar a devoção por Khomeini, como evidências de que os EUA estavam lidando com um povo primitivo e exótico. Em poucas palavras, a linha de raciocínio utilizada na maioria das análises era: “o clero, que teve suas terras expropriadas pela Revolução Branca e ressentidos com a emancipação feminina promovida pelo xá, manipulam uma massa ignorante que quer derrubar o governo”.

Segundo Dorman e Farhang em seu livro *The US Press and Iran*, até meados de 1978, nem diplomatas nem jornalistas percebiam a abrangência da oposição ao xá, a hostilidade pela monarquia e o enorme ressentimento popular contra o regime. Curiosamente em 1977, um ano antes de a Revolução ganhar as ruas, o jornal *The New York Times* fechou seu escritório em Teerã, sem deixar um único correspondente no país. Isto não significa, obviamente, que uma equipe maior faria uma cobertura melhor, já que o tratamento do objeto estava viciado, ouvindo apenas fontes oficiais e ignorando os componentes socioeconômicos da Revolução que tinham na tradição religiosa sua forma e ritmo, mas não sua única faceta. A mídia norte-americana fez a Revolução parecer violenta, o que não foi, pelo menos não por parte dos manifestantes. Os revolucionários não pegaram em armas pelos menos até dois ou três dias antes do fim do regime (DORMAN e FARHANG, 1988).

A mídia norte-americana não retratou o assalariado comum, os empresários que bancaram a paralisação dos grevistas do setor petroleiro, que passaram a produzir apenas para abastecer o mercado interno. Não contou histórias sobre as filas de doadores de sangue nos hospitais para os feridos nas manifestações e da solidariedade do povo em geral. Ao invés disso as grandes revistas e jornais noticiaram manifestações de “conservadores contra a modernização do Irã proposta pelo xá”, ou (lembramos que estávamos em plena Guerra Fria) a influencia nefasta dos marxistas no processo todo (IDEM, 1988).

Os norte-americanos foram mal informados sobre a dinastia Pahlevi (no poder há apenas duas gerações), sua base de apoio (mínima) e o golpe organizado pela CIA que o reconduziu ao poder em 1953. Shapour Bakhtiar, nomeado pelo xá enquanto este viajava “de férias” e totalmente desacreditado no Irã, foi mostrado como um político extremamente respeitado no país. Não se notava a iminente volta de Khomeini e a inevitável queda de Bakhtiar.

Said faz uma interessante comparação entre a cobertura norte-americana e a de Eric Rouleau para o Le Monde. Ao contrário da cobertura centrada no factual, sem qualquer contextualização sob pena de tentar se “justificar o injustificável”, Rouleau busca explicar que o Irã ainda passava por um processo revolucionário, no qual as instituições não tinham base sólida. O jornalista francês resistiu em usar a crença islâmica para justificar quaisquer eventos, preferindo discutir a necessidade que o Irã tinha de elaborar uma nova Constituição o quanto antes. Discorreu sobre os debates internos entre Khomeini e seus partidários, e em nenhum momento fez julgamentos típicos da mídia norte-americana em torno de padrões de desenvolvimento civilizacional ou insultou gratuitamente o clero por usar turbante e barba. Rouleau se tornou embaixador francês na Tunísia e em 1995, e naquele período visitou o Irã relatando a complexidade da sociedade iraniana com a internet, o surgimento de mais de sessenta organizações pelos direitos das mulheres, a efervescência do cinema local, a oposição ao regime (mesmo entre os religiosos), retratando o país sem estereótipos ou julgamentos (SAID, 1997). Desacreditar uma Revolução popular como a iraniana não foi tarefa difícil, ainda mais em tempos de Guerra Fria, mas o etnocentrismo teve um papel importante nesse processo, retratando a sociedade islâmica como inerentemente fanática e inferior, embora pudessemos encontrar aqui e ali “bons muçulmanos” como os *Mujahedin* afegãos (que mais tarde formariam o Talebã), Anwar Sadat e ironicamente Saddam Hussein.

Como vimos, a Revolução possuiu também seu período de Terror ao combater a oposição. Mas as ameaças também vinham de fora. Aproveitando a turbulência na qual o Irã vivia, o presidente iraquiano Saddam Hussein enxergou uma oportunidade única de realizar seus planos expansionistas na região. O pretexto foi o repúdio, por parte do Iraque, ao acordo de Argel (1975), mediado pelo então secretário de Estado Henry Kissinger. O referido acordo definiu os limites dos dois países ao *Shatt Al Arab* (“Costa árabe”), um canal de duzentos quilômetros formado pela confluência dos rios Tigre e Eufrates e que passa entre os dois países. O Iraque alegava necessitar de uma saída para o mar, o que facilitaria o escoamento de sua produção de petróleo. A região abriga importantes instalações petrolíferas, tanto do Irã, quanto do Iraque. Saddam Hussein desejava voltar à situação anterior a 1937, quando o Iraque detinha soberania sobre a totalidade do curso de água. Outro motivo que levou Saddam a considerar que sua empreitada

seria bem-sucedida era o enfraquecimento do exército iraniano, já que os principais generais e demais comandantes militares de alta patente do exército do Irã haviam sido executados pelos revolucionários. O ditador estimou que talvez jamais se repetissem condições históricas tão favoráveis para o Iraque árabe derrotar o antigo inimigo persa e com isso arrebatando para si o posto de senhor do Golfo Pérsico, vago desde a queda do xá. O momento também parecia propício para Saddam ocupar o papel de líder do mundo árabe, sucedendo o nacionalista egípcio Gamal Abdel Nasser, morto em 1970.

Porém, é interessante notar que desde os acordos de 1975, as relações entre Irã-Iraque não registravam incidentes. Inclusive quando o xá caiu e Khomeini retornou de seu exílio, o governo iraquiano enviou uma carta pessoal ao aiatolá desejando sorte ao amigável povo iraniano e à nascente República Islâmica do Irã. Em agosto de 1979, autoridades iraquianas convidaram o então primeiro-ministro Mehdi Bazergan para fazer uma visita a seu país, reforçando as relações bilaterais entre os dois países. No entanto, a queda do moderado Bazergan, e a ascensão de setores mais radicais com intenções expansionistas azedaram as relações entre os dois países.

Entretanto, foram dois eventos ocorridos em 1980 que prenunciaram o que estaria por vir. Um grupo radical iraniano, Al-Dawah, comete um atentado contra o Ministro das Relações Exteriores, Tariq Aziz. Pouco tempo depois, a mesma organização seria acusada de atentar contra a vida de outra autoridade iraquiana, o Ministro da Cultura e Informação Latif Nayyim Jasif. Em represália, o governo iraquiano prendeu vários membros da Al-Dawah e deportou milhares de xiitas de origem iraniana, além de condenar à morte o líder da organização, o aiatolá Sayyid Muhammad Baqr e sua irmã. Em setembro de 1980, começam as primeiras hostilidades, com artilharia pesada sendo usada pelos dois países na fronteira. Poucas semanas depois, Saddam Hussein consideraria ab-rogado o tratado de 75 e anunciaria que o Shatt Al Arab voltava ao domínio iraquiano. Iniciam-se bombardeios dos dois lados e um conflito extremamente cansativo, inútil e sangrento.

Bagdá planejava uma vitória rápida, na tática de alcançar os territórios iranianos de maioria árabe e instigar os habitantes a uma revolta contra Khomeini, o que acabou não acontecendo, pois o povo permaneceu leal à Teerã. Da mesma

forma, a população xiita iraquiana optou por ficar do lado de seu país e não de seus irmãos de fé iranianos.

Em 22 de setembro de 1980, caças iraquianos MIG-21 e MIG-23, atacam as bases aéreas de Mehrabad e Doshen-Tapen, ambas próximas à capital, assim como em Tabriz, Abadan e outras cidades. A idéia era destruir todo o contingente aéreo iraniano no chão, a exemplo do que Israel havia feito com o Egito na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Mas a estratégia falhou. Apesar de ter destruído partes das pistas de pouso e decolagem iranianos e alguns depósitos de combustível, os aviões permaneceram intactos, devido aos hangares reforçados que os iranianos utilizavam. Além disso, por causa do tamanho avantajado das pistas iranianas, os caças Phantom F-4 guardados nos hangares não tiveram problemas em decolar e contra-atacar as forças iraquianas de forma fulminante, atacando alvos importantes e retornando sem maiores baixas. Aliás, no ar, o Irã mostrou-se tremendamente superior ao Iraque. Seus aviões carregavam até três vezes mais bombas e foguetes do que os iraquianos. Além disso, logo nas primeiras semanas de conflito, conseguiram bombardear Bagdá e bases importantes do Iraque, e minar suas defesas antiaéreas. Era Khomeini usufruindo da herança do xá: um exército formidavelmente bem equipado.

Para contrabalançar a superioridade iraniana, os iraquianos passam a se utilizar de ataques-surpresa nos quais obtinham conquistas significativas como a ocupação da Rodovia Teerã-Bagdá.

Os diversos e bem-sucedidos ataques-surpresa empreendidos pelo Iraque levaram muitos observadores internacionais a preverem uma vitória iraquiana num prazo bem curto. De fato, o Iraque havia tomado o Shatt Al Arab, o pomo da discórdia desta guerra, e já avançavam dentro do território iraniano por dezenas de quilômetros.

No entanto, o Irã evitou uma rápida vitória iraquiana ao reempregar os pilotos, oficiais e estrategistas dos tempos do xá, denominados Pasdaran e a recrutar cerca de cem mil voluntários, chamados Basij, somando mais de duzentos mil novos soldados no combate ao inimigo. Eram tropas comprometidas ideologicamente, que lutavam bravamente e viam a possibilidade de morte no campo de batalha como uma honra.

Por incrível que pareça, a reação iraniana na guerra nasce de uma idéia extremamente simples do aiatolá Khomeini: fazer com que os soldados regulares e os Pasdaran agissem conjuntamente e de forma unida, sem as rivalidades que vinham minando internamente o exército. Todos deviam esquecer as divergências e lutar por um objetivo comum, neste caso, a defesa do País. Esta união levou o Irã a conseguir fazer o Iraque levantar o longo cerco a Abadan em setembro de 1980, além de derrotar forças iraquianas em Qasr-e Shirin, no começo de 1982. Esta reviravolta no conflito levou os EUA, aliado das forças mais conservadoras do Golfo, a apoiar o Iraque de forma mais ostensiva para que a Revolução Islâmica não fosse exportada. Por isso foi grande a surpresa quando estourou o Escândalo Irã-Contras, que consistia em vendas de armas dos EUA ao Irã de forma sigilosa, cujos rendimentos financiavam os contrarrevolucionários na Nicarágua. Estas negociações foram apoiadas por Israel, país que se tornou rota de entrega das armas. No Irã, a principal consequência foi a execução de um dos denunciadores do caso, Mehdi Hashemi. O aiatolá Montazeri tentou intervir a favor de Hashemi e acabou sendo destituído do posto de herdeiro político de Khomeini (ESPOSITO, 2001).

Neste período, o comando do exército iraniano passa das mãos dos militares para o clero. O exército, apesar de possuir já um bom contingente de tanques e armamento pesado na cidade, usa a tática das “ondas humanas”, que consistia num ataque maciço dos Basij e dos Pasdaran, que invadiam a cidade a pé. A tática era suicida, mas funcionou: ao mesmo tempo em que os soldados se expunham aos campos minados e à artilharia iraquiana, sofrendo grande número de baixas, abria caminho para os tanques iranianos. Durante todo o ano de 1983, os dois exércitos demonstraram habilidade para infligir e absorver baixas. Ao final daquele ano, os iraquianos haviam perdido cerca de 60.000 soldados, e o Irã, 120.000.

No começo de 1984, o objetivo do Iraque não era mais conquistar território iraniano, mas sim evitar que o governo de Teerã conquistasse novos territórios no Iraque. Saddam Hussein tenta várias vezes arrastar Khomeini para a mesa de negociações, sem sucesso. Então opta por uma tática radical e cruel: passa a usar armas químicas contra o exército e a população civil. Entre fevereiro e março de 1984, o alto comando do Iraque ordena o uso de armas químicas. A princípio negadas por Bagdá, em apenas dois meses o governo de Teerã denunciou mais de quarenta ataques. Mais tarde, em março de 1986, o secretário-geral da ONU, Javier

Perez de Cuellar, acusaria formalmente o Iraque de violar o Tratado de Genebra de 1925, que proibia o uso de armas químicas, citando o relato de quatro especialistas em armas químicas enviados pela ONU. De acordo com o representante britânico na Conferência de Desarmamento de Genebra, em 1986, o uso de armas químicas pelo Iraque havia causado mais de dez mil mortes. Mesmo com a condenação, o Iraque ainda voltaria a usar seu arsenal químico contra o Irã em 1988, na retomada de Halabjah, uma cidade curda perto da fronteira dos dois países.

Para diversos analistas militares, uma das causas da guerra ter se arrastado por tanto tempo foi a subutilização dos modernos equipamentos que ambos dispunham. Diziam eles que, se um dos dois países usasse o equipamento com todas as suas possibilidades, a guerra já teria sido decidida há tempos. Os iraquianos, por exemplo, costumavam usar os tanques como canhões, ou seja, artilharia imóvel, o que fazia um conflito do fim do século XX tornar-se tão lento e arrastado como os do século XIX. Em março de 1984, Saddam inicia ataques navais em sua autodeclarada zona de exclusão marítima, que, segundo o governo de Bagdá, possuía 1126 km, estendendo-se da “boca” do Shatt Al Arab ao porto iraniano de Bushehr. Em 1981, o Iraque já havia atacado navios neutros que saíssem ou que se dirigissem para o Irã. Em 1984, decide expandir sua guerra de petroleiros com ataques aéreos. A intenção, ao atacar qualquer tipo de navio, independente de sua função ou bandeira, era interromper as exportações iranianas, levando o país à mesa de negociações. A reação iraniana, ao contrário, foi recíproca, atacando embarcações sauditas e kuaitianas, deixando claro que se Saddam continuasse a prejudicar a economia iraniana, nenhum navio estaria a salvo no Golfo Pérsico.

Em 1984, Irã e Iraque aceitam uma proposta da ONU para dar um fim ao ataque a navios civis. O governo de Teerã ainda tentou estender o acordo para navegações no golfo, mas o Iraque rejeita a proposta, a não ser que seus portos fossem incluídos nesse tratado. O Iraque nunca respeitou estes acordos e continuou atacando embarcações de países que negociassem com o Irã, especialmente se fossem de outros países do golfo. As grandes potências ocidentais, todas pró-Iraque tentaram de todas as formas isolar Teerã. Os EUA conseguem até aprovar por unanimidade uma resolução da ONU, para um cessar-fogo, prontamente rejeitada

pelo governo iraniano, por simplesmente ignorar o fato de que o Iraque havia provocado o conflito.

EUA e União Soviética somente começaram a buscar uma solução efetiva para o conflito quando o Irã assume o controle do porto de Al Faw no Iraque, em 1986, o mais importante posto de exportação do petróleo iraquiano. Aliás, o mundo ocidental em geral só começa a prestar mais atenção à guerra a partir de 1984, quando o Irã conquista pontos estratégicos do território iraquiano. A simples menção de outra república islâmica nos moldes do Irã no Golfo causava calafrios aos países dependentes do petróleo da região. E como o Iraque também é um país de maioria xiita, a possibilidade parecia real.

As duas superpotências se envolveram gradualmente, de acordo com seus interesses. Por exemplo, a URSS passa a fornecer armamentos ao Iraque a partir de 1982, quando o Irã pôs o partido comunista iraniano, o Tudeh, na ilegalidade e executou boa parte de seus líderes. Já os norte-americanos, que oficialmente não tinham relações com Teerã, negociaram clandestinamente a venda de armas ao Irã, em troca de sua ajuda para libertar reféns americanos no Líbano. Outro motivo do envolvimento ocidental foi o grande prejuízo trazido pelos ataques de ambos os países a navios petroleiros.

Os últimos lances desta longa guerra ocorreram entre abril e agosto de 1988, quando o Iraque obtém sucesso em suas ofensivas, reavendo a península de Al Faw e as ilhas Majnun, ambas muito importantes economicamente. Além disso, o exército de Saddam havia sido eficiente em tomar armamento inimigo. Por volta de agosto de 1988, mais da metade do arsenal iraniano estava nas mãos do Iraque. Vale lembrar que nestes ataques o Iraque voltou a usar armas químicas contra o exército de Khomeini.

A guerra Irã-Iraque durou quase oito anos, de setembro de 1980 a agosto de 1988, quando o Irã aceitou a resolução 598 da ONU. Khomeini comparou a assinatura do cessar-fogo à ingestão de veneno, mas devido à exaustão dos recursos do país se viu forçado a ser pragmático e colocou a *raison d'état* acima da Revolução. Qom e Esfahan, as capitais espirituais do Irã haviam sido bombardeadas e analistas militares iranianos previam que o Irã não resistiria muito tempo a um Iraque bem equipado por seus aliados árabes e ocidentais (MACKEY, 2008).

Este conflito matou cerca de um milhão e meio de pessoas, e feriu muitas mais, gerando ainda milhões de refugiados. Do lado iraquiano, pereceram por volta de 375.000 pessoas, enquanto que do iraniano mais de 300.000, além dos milhares de mutilados, que infelizmente, levariam para sempre as marcas desta guerra. No fim, nenhum dos motivos alegados para o início da guerra havia encontrado solução. As fronteiras entre os dois países permaneceram praticamente inalteradas.

Em menos de uma década o Irã esmagou guerrilheiros esquerdistas, impulsionou o Islã revolucionário além de suas fronteiras, combateu uma guerra em nome do Islã e selou a paz em nome do Irã.

Se é possível afirmar que a Revolução teve seu período de Terror, também é fato que ela possui um aspecto de Revolução Cultural na qual os currículos acadêmicos foram totalmente modificados, sendo expurgadas quaisquer ideias liberais, marxistas e nacionalistas. O comprometimento com a Revolução e com o islamismo se tornou prerrogativa para o sucesso de alunos e professores nos *campi* iranianos. Nos livros didáticos, a monarquia era retratada como uma instituição decadente, reis eram criminosos e os religiosos eram os salvadores da pátria. Por meio de uma série de selos, o governo reescreveu a História do Irã, exaltando clérigos e não heróis seculares, e rebatizando ruas e monumentos de forma a apagar a era pré-Revolução (ABRAHAMIAN, 2008).

Em agosto de 1982, todas as leis consideradas não islâmicas foram declaradas nulas pelo Conselho do Tribunal Superior Federal. Foi instituído o apedrejamento como pena para o adultério, o açoitamento e amputação de mãos para o crime de roubo e a legalização da poligamia. Foi imposto um código de vestimenta e estabelecida a censura contra tudo o que fosse considerado anti-islâmico. A música permitida era somente a religiosa cantada por homens e filmes ocidentais passavam por censura prévia antes de serem exibidos.

Mas em nenhum aspecto o regime se mostrou tão obcecado como com na questão do véu feminino. Muitas mulheres participaram da Revolução e muitas inclusive adotaram o véu durante o processo como forma de reiterar sua identidade cultural e se diferenciar de tudo aquilo que o regime representava. Porém, no Irã pós-Revolução o véu se tornou uma obrigatoriedade (MILANI, 1994). Interessante notar o simbolismo: em 1930, Reza Khan proibiu o véu para modernizar o Irã; cinquenta anos depois, Khomeini o impôs para islamizá-lo. Outro aspecto que pode

ser observado é que apesar de o Irã ser um país politicamente mais arejado com eleições regulares e parlamento eleito, no campo dos costumes e da moral o regime iraniano se aproximou muito do saudita, outrora tão criticado pelos aiatolás. Para regulamentar o cumprimento dessas regras, foi criado o Escritório da propagação da Virtude e Prevenção do Vício.

Economicamente a Revolução foi o casamento entre os *bazaaris* e o clero. Khomeini reiterou que para o Islã o direito à propriedade é sagrado, e que esta seria uma das várias diferenças entre o Islã e o comunismo. Seu sucessor, Ali Khamenei seguiu na mesma linha e afirmou que enquanto o comunismo associa o comércio à desonestidade e à ganância, o Alcorão honra a profissão de comerciante. Os agricultores não foram esquecidos: luz elétrica, água encanada, escolas, subsídios agrícolas e postos de saúde chegaram aos vilarejos. A expectativa de vida aumentou catorze anos entre 1979 e 2000. Com a velha tática de fazer concessões aos trabalhadores para esvaziar os sindicatos, o regime estabeleceu a jornada de trabalho de 48 horas semanais, seis dias por semana, sextas-feiras (feriado no mundo islâmico) remuneradas, salário-mínimo e seguro desemprego (ABRAHAMIAN, 2008).

O governo promoveu expropriações de bens de famílias ligadas ao antigo regime. A caça às bruxas causou a fuga de bilhões de dólares do país, principalmente rumo aos EUA. Com o episódio do sequestro na embaixada norte-americana, muitos ativos iranianos foram bloqueados. Aqueles que trabalhavam em projetos iniciados no governo do xá ficaram desempregados. O caos se instalava. O governo nacionaliza os bancos, as companhias de seguro e boa parte das indústrias privadas, mas o que se fazia mais urgente num país ainda essencialmente agrícola era uma reforma agrária (MACKEY, 2008). Não se fazem revoluções sem proporcionar bem-estar material e uma série de confiscos legais e ilegais foram feitos, quase sempre beneficiando o clero. A Revolução não erradicou a pobreza ou a desigualdade social, porém não podemos desconsiderar as condições desfavoráveis da década de 1980, como o embargo norte-americano, o congelamento dos investimentos iranianos naquele país e a longa guerra contra o Iraque. Mesmo assim, a economia não entrou em colapso e sua dívida externa se manteve estável, o índice de analfabetismo caiu, áreas rurais foram eletrificadas, a

saúde melhorou, o cinema iraniano floresceu e o desemprego diminuiu por meio do aumento de vagas no funcionalismo público.

Notamos que as Revoluções seguem um determinado padrão, que tende a se repetir. Seguindo o modelo clássico de Crane Brinton (febre ardente, convalescença e lenta recuperação), percebemos que a Revolução Iraniana possui seu período de Terror (comum a quase todos os processos revolucionários, no qual os partidários do antigo regime têm que ser esmagados e os novos governantes precisam mostrar força para se manter no posto recém conquistado), uma revolução cultural (na qual a ideologia do novo regime passa a ser insistentemente disseminada e ensinada nas escolas) e o debate sobre a exportação ou não do modelo revolucionário em questão. Um dos maiores medos do Ocidente sempre foi a exportação da revolução islâmica para outros países e suas consequências nas relações com Israel e, principalmente, com o preço do barril de petróleo.

Dentro da República Islâmica surgiram duas correntes: uma advogava que a Revolução era um processo eterno e que deveria ser exportada, enquanto outra, mais pragmática, defendia antes de tudo a sobrevivência do Estado. Os primeiros, fundamentalistas pregavam uma rígida aplicação da lei islâmica, especialmente no campo da moral, para que os antigos costumes, vistos como decadentes, não retornassem e se apunham a moderação política pelo mesmo motivo, ou seja, que liberais ligados ao antigo regime se infiltrassem no governo e fizessem a contrarrevolução por dentro.

Já os pragmáticos eram ex-fundamentalistas transformados em moderados pela experiência de governar. Opunham-se à maciça reforma agrária, à centralização da economia, se posicionavam a favor da propriedade privada e da reinserção do Irã na comunidade internacional, repudiando as execuções em massa em nome da imagem da República Islâmica, que deveria ser próspera e bem-sucedida. O apoio aos pragmáticos vinha dos *bazaaris* e da classe média/alta embora muitos os apoiassem por falta de opção, pois em seu íntimo desejavam a volta do Estado laico (MACKEY, 2008).

Entre estas correntes, estava a forte figura de Khomeini. Para os religiosos um imã, um líder infalível. Para os menos crentes, o homem que defendia a independência e a integridade territorial iraniana. Ora apoiando os radicais, ora os moderados, Khomeini falhou em formular uma política uniforme ao seu governo que

não fosse no campo da moral. Em 1986, Ali Akbar Rafsanjani discursou no *Majlis* dizendo que havia no país duas facções poderosas com visões diferentes de como o país deve ser governado e que estes grupos poderiam ser considerados “dois partidos sem nome” (MACKEY, 2008).

Em 1988, um ano antes de sua morte, Khomeini toma uma decisão que causa polêmica nos meios religiosos iranianos. Partindo da premissa de que sua autoridade derivava da autoridade do Profeta Muhammad, afirmou que os interesses do governo teriam prevalência sobre todas as práticas islâmicas, inclusive as mais tradicionais como a oração e o jejum. A República Islâmica do Irã era agora tão sagrada quanto qualquer pilar do islamismo.

Em setembro daquele mesmo ano, Khomeini se envolve em uma polêmica com o escritor anglo-indiano Salman Rushdie. No livro “Versos Satânicos” Rushdie trata com deboche crenças religiosas, retratando o Profeta Muhammad como um libertino e um charlatão, dando nomes das esposas do Profeta às doze prostitutas de um bordel, além de insinuar que o Alcorão sofrera influência satânica. Os trechos que suscitaram maior indignação continham os sonhos de um astro do cinema indiano que se desestruturava internamente após absorver os preconceitos anti-islâmicos do Ocidente. Muitos fiéis se sentiram profundamente ofendidos com este retrato pouco elogioso de Muhammad. O livro foi queimado em Bradford, na Inglaterra, em protesto às leis inglesas, que só puniam a blasfêmia contra o cristianismo.

Em fevereiro de 1989, o aiatolá Khomeini emite uma *fatwa* (decreto religioso), ordenando aos muçulmanos do mundo inteiro que matassem Rushdie e os editores de sua obra onde quer que se encontrassem. No mês seguinte, 44 dos 45 países participantes da Conferência Islâmica condenaram a sua fatwa: a lei islâmica não permite sentenciar um transgressor sem levá-lo a julgamento e tampouco pode ser aplicada em um país não muçulmano (ARMSTRONG, 2001). Além disso, muitos muçulmanos sunitas afirmavam que Khomeini advogava em causa própria, pois haveria no livro um personagem claramente inspirado nele.

Daí por diante, houve um longo debate entre “fundamentalistas” islâmicos e laicos. Os muçulmanos viam no livro mais uma ofensa do Ocidente à sua fé, e os laicos sentiam-se agredidos pelo decreto de Khomeini, que violava a liberdade de expressão. A polêmica protagonizada por Khomeini pôs por terra todos os esforços

diplomáticos realizados pelos pragmáticos até então: as tentativas de recuperar o comércio internacional, de reconstruir um país arrasado pela guerra, de desbloquear contas no exterior, tudo voltou à estaca zero devido aos efeitos negativos da *fatwa* à imagem do país.

A morte de Khomeini em 1989 levou a uma inflexão na Revolução. A figura do *Velayat e Faqih* havia sido criado por ele e para ele. Ali Khamenei assumiu seu lugar com uma postura vacilante no que tangia à política e economia e firme apenas no que se refere à moral (MACKEY, 2008). O Irã pós-Khomeini foi o Irã de Rafsanjani e não o de Khamenei. Ainda como parlamentar, Rafsanjani estimulou o cessar-fogo com o Iraque, o restabelecimento de relações com os EUA, e procurou separar a *fatwa* de Khomeini da política externa do Irã. Eleito presidente com 60% dos votos, manteve-se neutro na ocasião da invasão do Iraque ao Kuwait, omitindo-se até mesmo na perseguição do presidente iraquiano aos xiitas. Afrouxou a censura liberando certas músicas, filmes e livros e pautando seu governo pelas questões econômicas e não morais. Sua tentativa de liberalizar a economia cancelando subsídios, no entanto, levou a uma espiral inflacionária que diminuiu sensivelmente o poder de compra do iraniano. Na década de 1990, o pacote de arroz que custava 70 rials na época do xá, chegou a estratosféricos 7000 rials.

A Revolução Iraniana de 1979 foi uma das mais fascinantes e surpreendentes do século XX, só se comparando em relevância com as revoluções russa, chinesa e francesa (DEMANT, 2004). Assim como estas, se deu por fases distintas de radicalização, vitimou muitos de seus filhos, e por fim, não realizou completamente seus objetivos iniciais.

Mas foi surpreendente porque pouco antes do xá ser derrubado, tudo parecia estar a seu favor. Tinha o apoio dos EUA e Europa, a força da SAVAK, e não passava por uma profunda crise econômica como ocorreu na França, China e Rússia revolucionárias. Na contramão de todas as revoluções modernas o Irã uniu a religião ao Estado, ao invés de separá-los.

Victor Hugo definiu Revolução como “a larva da civilização”, mas também “a mais cara e a última escolha a ser feita”. Para Marx, a Revolução era o motor da História e o objetivo da filosofia não era interpretar o mundo, mas mudá-lo e fazê-lo via revolução (MILANI, 1994). Hannah Arendt dizia que o conceito de Revolução está ligado à noção de que o curso da História começa subitamente a tomar um

novo rumo, de que uma História completamente nova está começando a se desenrolar diante dos olhos de seus contemporâneos (*Apud*. GOMES, 2007).

A ideia de Revolução se tornou atraente no Terceiro Mundo como única forma de acabar com sua dependência dos países ricos. Segundo Hannah Arendt, revoluções sempre são feitas em nome de valores democráticos. No entanto, assim que o antigo regime é derrubado, os revolucionários procuram consolidar seu poder com propostas de cunho social como a erradicação da pobreza. Contudo, sempre é necessário aniquilar o antigo regime para evitar uma contrarrevolução, o que fatalmente leva a um regime tão ou mais opressor que o seu antecessor.

Mas por que o Ocidente se surpreendeu com a Revolução? Milani cunha uma expressão curiosa para explicar tal fenômeno: “glaucoma teórico”, que seria o apego excessivo a modelos sociológicos ocidentais que desconsideravam totalmente o potencial revolucionário da religião e que, portanto, não se encaixavam no modelo iraniano. Baseados na suposta universalidade do modelo ocidental, estudiosos acreditam que o crescimento econômico em si constituía uma barreira contra agitações sociais, desconsiderando variáveis como distribuição de renda e igualdade social.

Porém, o principal erro de análise foi mesmo subestimar o elemento religioso como catalisador de movimentação social, e isso era um consenso entre observadores internacionais, fossem de direita ou de esquerda (MILANI, 1994). Isso se deve não só ao afastamento da religião na esfera pública na era contemporânea, mas também ao fato de que as massas iranianas não eram estudadas com cuidado, apenas as classes média/alta ocidentalizada, daí as análises que geralmente mencionavam os religiosos como uma minoria até barulhenta, mas sem nenhum apelo junto à população iraniana. Os embaixadores norte-americanos não falavam farsi e não tinham contato com o cidadão médio. O xá era tido como invencível e o Irã um oásis de estabilidade no Oriente Médio. Segundo Milani, não havia um Irã, mas três: o primeiro, dos ricos educados no Ocidente, dos empresários e das Forças Armadas. Era o Irã conhecido do mundo. O segundo era o da classe média, bastante crítica ao xá devido à inflação que grassava no país. E o terceiro e desconhecido Irã era o das massas. Não era aquele das compras de armas multimilionárias, nem das comemorações dos 2500 anos da realeza persa. Era o Irã das mesquitas, da autoflagelação, das procissões, dos camponeses, dos pequenos

comerciantes, enfim, da população mais pobre (MILANI, 1994). Os xiitas eram profundamente organizados em mesquitas e associações, e a crença fervorosa dos xiitas no martírio e na luta contra a injustiça consolidou a unificação das massas contra o regime do xá.

O fato de a Revolução Iraniana ter ocorrido logo após o maior surto de prosperidade da história do país não deve nos impressionar. Tocqueville observou que na França Revolucionária, as maiores revoltas ocorreram nas regiões mais prósperas da França. Podemos atribuir isto a uma era de mudanças dramáticas na história iraniana e estas mudanças prepararam o terreno para a revolução a partir do momento em que vários países disputavam o petróleo local, cujo governo não participou do embargo da OPEP ao Ocidente. A Crise do Petróleo de 1973 rende vendas milionárias ao governo, mas que não refletem no desenvolvimento humano no país. O Irã não possuía infraestrutura para absorver tanto capital e a corrupção se tornou endêmica no país com obras superfaturadas, abundância de mão de obra qualificada e concentração de riqueza nas mãos de poucos (IDEM, 1994).

A Revolução Iraniana foi, portanto, um fenômeno que envolveu diversos setores da sociedade iraniana, não se caracterizando unicamente pelo sectarismo religioso e no setor externo se tornou exemplo de luta anti-imperialista para todo o Terceiro Mundo. Contudo, é evidente que o maior impacto na Revolução ocorreu no mundo islâmico, embora tenha sido sentido de maneiras distintas. No Líbano e no Bahrein, países com populações xiitas significativas, o impacto da revolução foi grande. Em países como Egito e Paquistão, estimulou movimentos políticos pré-existentes. Porém, o medo da Revolução também foi a razão alegada para o aumento da repressão pelos governos egípcio, iraquiano e indonésio, que passaram a deslegitimar sua oposição com o argumento de serem inspiradas por modelos estrangeiros. Mesmo entre sunitas a Revolução exerceu influência como exemplo de como o Islã poderia chegar ao poder, derrubando forças ocidentais tidas como invencíveis. Os escritos dos religiosos Ali Shariati e de Khomeini circularam pelo mundo, especialmente o primeiro, que possuía uma visão mais global do Islã (ESPOSITO, 2001). Já a década de 1990 assistiu a segunda e a terceira fases da Revolução. Ali Akbar Rafsanjani pautou seu governo pelo pragmatismo e pela busca de soluções para os problemas sociais do país. Mohamed Khatami, sucessor de Rafsanjani buscou se aproximar do Ocidente, mas encontrou sérios entraves na

figura do Líder Supremo Ali Khamenei. A eleição de Khatami mostrou a força de uma classe média que quer liberalizar os costumes e reinserir o Irã no cenário internacional.

Para o filósofo francês Michel Foucault a Europa havia passado por duas “dolorosas” sublevações: a primeira foram as revoluções liberais dos séculos XVII e XIX influenciadas por Locke, Rousseau, Kant e Hegel. O movimento por liberdade, igualdade e fraternidade acabou levando ao capitalismo industrial, caracterizado por Foucault como “a sociedade mais dura, mais selvagem, mais egoísta, mais desonesta e opressora que se poderia imaginar” (AFARY e ANDERSON, 2011). A segunda sublevação foi trágica, segundo Foucault: as revoluções socialistas. Do sonho de uma comunidade mais igualitária, surgiria o comunismo totalitário sem liberdades básicas. Para o filósofo francês o Irã parecia oferecer uma terceira via: a espiritualidade política, algo que a Europa havia perdido e que era necessário resgatar. Para ele a afirmação de Marx de que “a religião é o ópio do povo” não se aplicava ao xiismo e citou Khomeini, que lembrava que todos os profetas eram pobres e que sofreram perseguições das elites, portanto não faria sentido afirmar que naquele contexto teriam sido os ricos que teriam introduzidos a religião. Foucault lembrava que a oposição demonstrada pelos xiitas também estava presente no cristianismo primitivo e até na era moderna, como os levantes dos anabatistas na Alemanha no século XVI, assim a celebre afirmação de Marx estaria correta para um período particular da História em que o Estado e a burguesia usaram a religião para que os pobres “aceitassem seu destino”, porém tal afirmação não era válida para todas as eras ou todas as religiões.

Nas conversas com seus interlocutores iranianos, Foucault curiosamente rejeita qualquer pensamento “mais moderno” ou “ocidental” como não autêntico, insinuando que o mesmo o fazia por estar conversando com um europeu e exaltava aqueles que instintivamente apoiavam o governo islâmico. Foucault parecia fascinado pela luta xiita por um governo justo e igualitário na Terra, ao invés de aguardar passivamente a chegada *Mahdi* (messias), e até absorveu preconceitos xiitas em relação aos sunitas, acusando os kalifas de terem sido “aristocratas arrogantes” que haviam renegado as raízes igualitárias do Islã. O xiismo seria assim o principal canal de descontentamento e revolta da cultura iraniana (AFARY e ANDERSON, 2011). Ao valorizar o papel de Khomeini na revolução, o filósofo

francês fez uma leitura muito mais acertada do processo que a maioria dos analistas europeus, que o viam como um símbolo forte, mas que não possuía nenhum programa de governo e que só ganhou proeminência devido à ausência de partidos políticos organizados no Irã.

No artigo “Uma revolta com as mãos vazias”, Foucault compara o processo revolucionário iraniano com as revoluções em Cuba, no Vietnã e na China e descarta qualquer comparação (que alguns intelectuais franceses faziam) com Maio de 1968. Ele argumentava que o movimento iraniano abarcava grupos e interesses diversos como os estudantes, operários, comerciantes e burgueses não para fazer protestos vagos e poéticos como “queiramos o impossível”, mas por algo bastante concreto que era a derrubada do regime do xá. O filósofo francês aplaudia a decisão dos esquerdistas e religiosos de não fazer nenhum tipo de acordo que mantivesse o *status quo*. Era surpreendente ver um país grande, com população distribuída ao longo de dois enormes platôs desérticos, conseguir manter imutável seu modo de vida por mais de um milênio, aliado a um ardente orgulho nacional e desejo de independência.

Foucault foi duramente criticado por outros intelectuais europeus que afirmavam que este evocava o velho discurso de um “oriente imutável” e que trazia conceitos extremamente subjetivos com a espiritualidade política. Maxime Rodinson, considerado o maior especialista francês em islamismo, passou a escrever uma série de artigos criticando a postura daqueles que “chegam verdes ao problema com uma moldura mental idealista” e que “cansados dos ricos europeus buscam em outros lugares um futuro mais ou menos radiante” (AFARY e ANDERSON, 2011). Para Rodinson, a tendência no Irã naquele momento era o estabelecimento de um Estado autoritário no que poderia ser definido como um “fascismo arcaico” e que uma das leis comprovada pela História era que “boas intenções morais, sejam ou não endossadas pela divindade são uma base fraca para se determinar as políticas práticas do Estado” (IDEM, 2011).

O historiador Jacques Julliard adotou uma postura intermediária ao apontar que a revolução iraniana, a teologia da libertação e o impacto da escolha de João Paulo II como papa, em seu país natal, colocavam em xeque a noção comum entre liberais e marxistas de que a religião seja uma força inerentemente reacionária, embora este optasse pela cautela em relação a Khomeini. Outra crítica comum feita

a Foucault era de que apesar de este acertadamente concluir que o estabelecimento de um estado islâmico era um fim em si, e que havia grande possibilidade da Revolução ser exportada para as nações conservadoras vizinhas, o mesmo via neste fenômeno algo a ser saudado aparentemente, não se preocupando com as consequências práticas que esta trazia a vida dos iranianos.

Como já vimos, apesar da fachada moderada do governo de Bazergan, o Conselho Revolucionário liderado por Khomeini passou a executar aqueles a quem consideravam traidores da Revolução, assim como a punir quem violasse a sua interpretação da lei islâmica. A esquerda, a princípio, concentrou críticas não em Khomeini, mas em seu governo “burguês liberal”. Segundo Afary e Anderson (2011) não foi apenas a esquerda ocidental quem subestimou a capacidade de Khomeini de ser mais que um símbolo e exercer o poder de *facto*, mas mesmo os marxistas iranianos apoiavam-no crendo que sua liderança simbólica manteria as classes populares unidas. Na França, a esquerda local passou a exigir de Foucault o reconhecimento de que fora ingênuo ao falar da espiritualidade política como uma nova luz e ignorar o grau de opressão ligado inclusive a instauração de formas pré-modernas de justiça. Foucault negou-se até o fim da vida a se retratar, pois segundo ele ninguém controlaria seu pensamento nem o forçaria a aceitar a posturas maniqueístas em relação à revolução iraniana (AFARY e ANDERSON, 2011).

A Revolução Islâmica de 1979 transformou o xiismo em uma doutrina altamente politizada, anti-iluminista e antiocidental, saindo totalmente dos padrões revolucionários conhecidos até então. Assim como a Revolução Constitucional, a Revolução Islâmica foi como um vulcão em erupção devido às pressões acumuladas por décadas de insatisfação, modificando completamente o conceito de legitimidade vigente. Khomeini priorizou a autonomia no cenário internacional em detrimento das liberdades domésticas, situação que, aliás, é uma constante na história do país em qualquer época.

Em termos de política externa, a Era Khomeini, apesar da forte base religiosa, foi marcada pela postura independente e pragmática quando assim foi necessário, como no caso em que em plena guerra contra o Iraque adquiriu armas norte-americanas com intermediação israelense, ou quando assinou o cessar-fogo com Saddam Hussein para salvar a Revolução. Em termos regionais, a guerra Irã-Iraque fez com que o Irã se comportasse mais como Estado-Nação do que como o

país redentor dos muçulmanos oprimidos (RAMAZANI, 1987). Rafsanjani fundou a “diplomacia de portas abertas” na qual as relações com China e URSS foram fortalecidas. Integridade territorial, capacidade militar e produtividade econômica foram os focos principais. Após a guerra, uma das prioridades do governo Rafsanjani foi se reaproximar do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e reiterar que o Irã não possuía ambições hegemônicas na região nem queria ser visto como uma ameaça. Com a invasão norte-americana ao Iraque, Rafsanjani apenas afirmou que o Irã não temia os norte-americanos, mas observou as sanções ao Iraque, manifestou solidariedade ao Kuwait e evitou explorar possíveis rebeliões na comunidade xiita iraquiana. Na Ásia Central e no nordeste do continente, o Irã se manteve pragmático, estabelecendo relações com as ex-repúblicas soviéticas, certificando-se que a Rússia manteria os antigos acordos e auxiliou na estabilização das relações entre Armênia e Azerbaijão. No governo Khatami, houve uma aproximação com a Europa, especialmente a Grã-Bretanha de Salman Rushdie com a declaração do líder iraniano de que o episódio estava totalmente superado. Em relação aos EUA, Khatami acenou com a reaproximação numa famosa entrevista de tom extremamente conciliatório à rede de TV CNN. Em resposta, Bill Clinton e sua secretária de Estado Madeleine Albright fizeram um *mea culpa* em relação a todas as ingerências norte-americanas no Irã em especial o golpe de 1953 (IDEM, 1987).

Entre todas as revoluções da História, a iraniana primou pela quase unanimidade da oposição à ordem reinante, já que cerca de noventa por cento da população colocou-se contra o governo Pahlevi. Ao contrário da Revolução Russa, comandada pelos bolcheviques (uma minoria dentro daquela sociedade), o levante no Irã mobilizou todos os setores sociais, desde os mais pobres até a elite. Este particular fez da Revolução Iraniana um dos mais importantes movimentos sociais do século XX.

5 A POLÍTICA EXTERNA IRANIANA

Para que a nossa abordagem do tema em tela seja mais equilibrada, faz-se necessário abordar como a política externa iraniana do novo regime lidou com o cenário que se descortinava diante de si. Após o xá deixar o país e os revolucionários declararem vitória, era chegado o momento de se deparar com questões práticas, como a realidade de um mundo em que as potências intervinham militarmente onde consideravam ter seus interesses prejudicados e onde a interdependência econômica global impedia arroubos ideológicos na busca de parceiros comerciais ou muito menos medidas isolacionistas.

Nenhum aspecto do governo iraniano sofreu uma mudança tão radical quanto sua política externa. De gendarme do Oriente Médio ao rompimento com os EUA e Israel, a aproximação com os países árabes (algo que o xá evitava) e o apoio ostensivo (embora mais presente no discurso do que em atos concretos) à causa palestina. Khomeini, a exemplo de outros governantes do Oriente Médio se apropriava da questão palestina muitas vezes como modo de distrair seu público interno de questões mais práticas como a economia e o desemprego. Com a Revolução, o Irã se torna foco de preocupação das potências ocidentais que temiam a exportação da Revolução e uma nova onda de uso político do petróleo.

Quando Saddam Hussein decidiu invadir o Irã, foi prontamente apoiado pelas potências que viam no líder iraquiano alguém mais previsível, com quem poderiam lidar em termos racionais, não um “fanático religioso” como Khomeini era comumente retratado. Isolado no cenário internacional, paulatinamente o Irã baixou o tom do discurso em relação a seus vizinhos na busca de novos parceiros. Quando o regime revolucionário ascendeu ao poder, a indústria petrolífera, coração da economia nacional, estava em modo de espera. Muitos dos problemas dos tempos do xá permaneceram e novos surgiram com as incertezas acerca do novo regime. Aliás, a especulação em torno dessas incertezas pode ser apontada como um dos fatores preponderantes para a eclosão do segundo choque do petróleo. O Ministério do Petróleo se tornou um dos postos mais cobiçados do governo e os próprios campos se tornaram alvos de sabotagens de contrarrevolucionários e ex-revolucionários insatisfeitos. A estrutura formal de tomada de decisões na república

islâmica do Irã é feita por grupos pertencentes à hierarquia política e religiosa. Há influência dos canais diplomáticos, de analistas acadêmicos e da Organização de Cultura Islâmica e Comunicação. Mas os canais oficiais são pela ordem o Líder Supremo, o Presidente da República, o Conselho de Guardiões, o Ministro das Relações Exteriores, o Conselho Supremo de Segurança Nacional, o *Majlis* e o Conselho de Discernimento (BOER, 2009). A palavra final sobre tudo obviamente repousa no Líder Supremo, cujo cargo é vitalício, o que garante certa estabilidade e previsibilidade à política externa. Apesar disso, o Executivo é o principal formulador da política externa. A Presidência da República dirige o Conselho de Segurança Nacional (criado em 1989 e responsável por todo o serviço de inteligência) e possui a autoridade de assinar tratados, protocolos, acordos com outros países e organismos internacionais, cabendo também ao Presidente a aprovação dos embaixadores indicados pelo Ministério das Relações Exteriores (IDEM, 2009).

À época da Revolução, o problema central do Irã segundo o presidente Bani Sadr era sua dependência das potências que queriam petróleo barato e abundante em troca de produtos que o Irã não queria adquirir. Sua receita era limitar as importações, diminuir a produção petrolífera e substituir importações. Uma receita conhecida, enfim.

Antes da Revolução, a produção chegara a 6 milhões de barris diários e em 1981 já havia chegado a um terço disso. O Irã também passa a exigir compras no mercado *spot* e se aproxima mais do leste europeu e do Terceiro Mundo, além de buscar a autossuficiência em todo o processo de prospecção. A produção agrícola também aumentou com estímulos governamentais com a permissão de um ligeiro aumento no preço do trigo e até o retorno de alguns ex-lavradores ao campo após fracassada experiência nas cidades. Tal política colocou o Irã em choque com a OPEP, pois tentava forçar uma alta nos preços do barril. A unidade da OPEP, alicerce principal da organização que balançou a economia mundial em 1973, nunca esteve tão ameaçada.

Externamente, o país já se encontrava isolado na região por razões diametralmente opostas, ou seja, o alinhamento com Israel e os EUA, o desejo declarado do xá de ser o senhor do Golfo e sua aberta hostilidade a seus vizinhos árabes. Após a Revolução havia um governo antiocidental, mas que também amedrontava as monarquias conservadoras pelo temor de que o fervor

revolucionário fosse exportado. O novo governo denunciou todos os tratados militares com os norte-americanos e até um com a URSS datada de 1921, ano de fundação daquele país. Ao romper relações com Israel, imediatamente o Irã permite que a OLP se instale na antiga embaixada israelense em Teerã. A OLP passa a receber apoio financeiro e seus correligionários sentiram que a causa ganhara um novo impulso.

Em relação ao Afeganistão a posição sempre foi de apoio aos rebeldes mesmo antes da invasão soviética. Com uma fronteira em comum, laços históricos ancestrais e o farsi sendo falado pela elite afegã, os laços entre os dois países em 1980 estavam mais fortes do que nunca, apesar das diferenças étnicas e religiosas. A exportação da revolução, apesar de desejada, era improvável pelo fato de o Irã ser um país xiita, linha professada por cerca de 15% dos muçulmanos e que a figura de Khomeini não fosse, portanto, de grande apelo à maioria do mundo muçulmano. Em 1981 é criado o Conselho de Cooperação do Golfo, com apoio norte-americano e britânico e do qual o Irã é inicialmente excluído, acusado de apoiar levantes xiitas em países como Kuwait e Bahrein.

Após a guerra com o Iraque e da morte de Khomeini, o Irã passa a adotar uma política menos ideológica e mais pragmática, procurando fortalecer laços bilaterais com o Conselho de Cooperação do Golfo, que via como um instrumento de segurança coletiva na região. Mas a ativa oposição norte-americana à presença iraniana, e a disputa com os Emirados Árabes Unidos pelas ilhas de Abu Mussa, levou o Irã a ser deixado de fora dos acordos de segurança do bloco. Como os países do Golfo não abriam mão de sua orientação pró-americana, os *policy makers* julgaram melhor orientar a política externa do Irã em direção à Índia, Paquistão e China. Esta orientação na verdade já vinha do regime anterior, pois ainda em 1977 foi criada a ECO (Organização de Cooperação Econômica), formada por Irã, Turquia e Paquistão e que mais tarde receberia o Afeganistão e algumas ex-repúblicas soviéticas como o Azerbaijão, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão. Na década de 1990, o Irã procurou também se aproximar da Rússia numa tentativa de contrabalançar o poderio norte-americano e o avanço da OTAN na região. A Rússia via no Irã um mercado para as suas armas e um aliado contra a expansão da influência norte-americana na região (BOER, 2009).

Segundo Boer (2009), desde o fim da Guerra Fria os objetivos dos EUA em relação ao Irã amparam-se em três pilares: assegurar o acesso ao petróleo na região, impedir a criação de um eixo antiamericano formado por Irã, China e Rússia e a proteção de Israel. Todavia, com o fim da Guerra Irã-Iraque houve algum relaxamento no embargo e o Irã teve US\$600 milhões de dólares de seus investimentos nos EUA liberados, além da permissão da entrada de uma quantidade limitada de óleo cru. No governo Clinton, contudo entra em cena a chamada “dupla contenção”, que tinha a intenção de isolar Irã e Iraque econômico, político e militarmente. Em 1995, todas as companhias petrolíferas norte-americanas foram proibidas de fazer negócios com a indústria iraniana. Tal medida, ao invés de enfraquecer o Irã, prejudicou as empresas norte-americanas que perderam um importante mercado, enquanto Rafsanjani mudou a política externa iraniana de “nem Leste, nem Oeste” para “norte e sul”, procurando diversificar ao máximo suas parcerias.

Outro parceiro importante no cenário das Relações Internacionais para o Irã é a China, civilização milenar assim como a persa e cujo intercâmbio foi intenso nos áureos tempos da rota da seda, que ficou como um eterno legado nas relações entre os dois povos. Na era contemporânea, no entanto, os dois países acabaram se distanciando porque o xá Reza Pahlevi e o líder chinês Mao Tse Tung estavam politicamente em polos opostos. O xá chegou a estabelecer laços com Taiwan enquanto o Partido Comunista Chinês via o Irã como um fantoche dos EUA (BOER, 2009). Esta animosidade mudaria com a *détente* entre EUA e URSS na década de 1960, quando Irã e China passaram a se sentir inseguros, especialmente em relação à URSS. Com o rompimento das relações sino-soviéticas, iranianos e chineses se aproximam no campo político já que economicamente a China então era um país atrasado em termos tecnológicos e ambos exportavam basicamente os mesmos produtos (IDEM, 2009). Mao passa a apoiar os sonhos de grandeza do xá no Oriente Médio como um contraponto à influência soviética sobre seus vizinhos. O Irã em contrapartida apoiou o ingresso da China na ONU em 1971, ano em que os dois países passaram a estabelecer relações diplomáticas formais. Na época, a URSS temeu a criação de um bloco sino-iraniano-americano na região. Ironicamente, quase cinquenta anos depois essa expectativa se reverteu e os norte-americanos é que passaram a temer uma aliança sino-iraniana-russa. Mao acreditava que os

países do Terceiro Mundo deveriam se unir, tomar posse de seus recursos naturais e impor uma Nova Ordem Mundial.

Com a Revolução, porém, tudo mudou. A China foi “punida” por suas boas relações com o regime do xá e Khomeini incluiu a China em sua política “nem Leste, nem Oeste”, mas sem rompimento, afinal havia uma interdependência pragmática entre os dois países. Durante a guerra, era importante para o Irã manter a China no mínimo neutra e não empurrá-la para os braços de Saddam. O governo de Pequim, por sua vez, continuou a ver o Irã como um aliado estratégico chegando a se desculpar oficialmente pelas boas relações com o xá e se abstendo de tomar partido na Crise dos Reféns, embora tenha votado na ONU a favor de uma resolução de cessar fogo entre Irã e Iraque, o que desagradou de sobremaneira Khomeini, pois a referida resolução omitia o fato de que o Iraque havia iniciado o conflito. Há dois paralelos que podemos traçar entre estes dois povos: primeiro as relações estabelecidas desde a Antiguidade e outra, ligada à contemporaneidade que foram as duas revoluções autonomistas e anti-imperialistas no século XX, que resgataram nestes povos o seu orgulho nacional.

Já em relação à Arábia Saudita, país com quem disputa tanto no mercado petrolífero quanto em relação à hegemonia do discurso islâmico (Irã e Arábia Saudita são os principais países xiitas e sunitas do mundo respectivamente e o segundo contém em seu território as principais cidades sagradas do Islã, Meca e Medina), o relacionamento sempre foi correto, em parte segundo Ramazani pela acomodação saudita. No período do xá, ambos eram alinhados aos EUA e tinham como inimigo político comum o chamado “comunismo internacional”. Apesar de todas as acusações internas de que o xá era extremamente desrespeitoso em relação ao islamismo - optando por valorizar o passado persa pré-islâmico do país, que reprimia manifestações de fé e que ostentava sua amizade com EUA e Israel como um troféu - o governo saudita continuou apoiando o xá mesmo após sua partida do país, tratando Khomeini como “o líder da oposição” (RAMAZANI, 1986). Contudo, quando a Revolução se tornou uma realidade inescapável, o reino saudita demonstrou mais uma vez sua enorme capacidade de adaptação e saudou o novo governo, baseado nos princípios islâmicos. O rei Fahad dizia não temer a exportação da revolução, pois seu país já seguia a Sharia desde a fundação do

reino e que a relação da família real com seus súditos era de como um patriarca com sua família (RAMAZANI, 1986).

Mas esse discurso conciliador do rei esconde modelos religiosos que se excluem mutuamente no mundo islâmico e que se manifestam de forma mais evidente no *haji*, a peregrinação anual a Meca que todo muçulmano com condições financeiras deve empreender ao menos uma vez na vida. Em várias oportunidades, a Arábia Saudita acusou o Irã de usar o evento para fazer propaganda política. Khomeini costumava responder que a peregrinação não era apenas um evento espiritual, mas político-religioso e que deveria sim ser utilizado para conscientizar os muçulmanos contra os inimigos do Islã. Para a Arábia Saudita a questão era bem mais delicada, uma vez que peregrinos iranianos propagam uma versão da fé islâmica que confronta o wahabismo, interpretação do Islã fundada por Muhammad Ibn Abdo Wahab no século XVIII que é a fonte de legitimação do poder dos Saud. Wahab se uniu ao clã dos Saud e se ofereceu para ajudá-los, com seu carisma e o respeito angariado junto aos clãs de beduínos nômades na região, a atingir o objetivo de conquistar a península arábica se estes transformassem a sua escola religiosa como a única aceita oficialmente. O wahabismo é caracterizado pela pregação da austeridade na vida pessoal, da rejeição a tudo aquilo visto como idolatria (mesmo em relação ao Profeta), do takfirismo (julgamento de outro muçulmano como apóstata ou infiel) e da desconfiança em relação a inovações (sejam culturais ou tecnológicas) trazidas por povos não árabes.

Mas questões bem mais materiais também causaram atritos entre os dois países: um deles foi o conflito Irã-Iraque. Na primeira fase da guerra a Arábia Saudita, apesar de declarar neutralidade, permitiu a aterrissagem e abastecimento de aviões de guerra iraquianos em seus aeroportos como resultado de uma aproximação com o Iraque pós Acordos de Camp David, que fez com que o rei, sempre alinhado com os interesses norte-americanos na região, mantivesse seus laços com o Egito, recém-expulso da Liga Árabe justamente devido aos Acordos. Em 1984, a Arábia Saudita, após ter um de seus petroleiros afundados por um ataque iraniano e ignorando as objeções de Síria, Líbia, Argélia e Iêmen do Sul, exortou a ONU a ter um papel mais ativo no conflito o que resultou na resolução 552, que exigia o respeito ao “direito de livre negociação e comércio em águas internacionais”. O Irã protestou, pois em sua interpretação a mesma estabelecia que

os ataques iraquianos a navios comerciais iranianos eram aceitáveis, enquanto os ataques iranianos a petroleiros, não. A ONU retorquiu que os ataques iraquianos teriam ocorrido dentro da zona de conflito, enquanto os iranianos atacaram navios de países neutros que se dirigiam pacificamente a seus portos de origem (RAMAZANI, 1986). É neste contexto que nasce o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) que a princípio decide excluir do grupo os dois beligerantes. Segundo Ramazani, Bahrein, Catar, Omã, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, juntamente com a Arábia Saudita em parte como resposta à Revolução Iraniana. A eclosão do conflito entre Irã e Iraque foi apenas o incidente que precipitou a execução de um projeto que já existia previamente para promover a “cooperação” e a “integração” na região, além da defesa de valores comuns que conservassem o *status quo* no Golfo. O xá Reza Pahlevi havia sido na verdade um dos pioneiros da ideia, mas no Oriente Médio era comum a sensação de que o Irã possuía ambições hegemônicas na região e que desejava impor aos demais uma *Pax Iraniana*. De todo modo, o diminuto espaço territorial, aliado à fragilidade militar, levou à criação de um novo país, os Emirados Árabes Unidos, resultado da união de sete pequenos emirados do Golfo em 1971 (IDEM, 1986).

O CCG foi fundado, portanto para responder a quatro desafios: a Revolução Iraniana (era a segunda vez em vinte anos que uma monarquia era derrubada na região, o que causava preocupação); a invasão soviética ao Afeganistão, visto como uma forma de conter o fervor islâmico nas fronteiras soviéticas; um mecanismo de segurança coletiva contra intervenções norte-americanas (ou ao menos uma oposição formal a estas) e por fim uma proteção mútua contra estilhaços do conflito Irã-Iraque. Apesar de ter que enfrentar desde seu primeiro ano de existência, uma tentativa de golpe no Bahrein e uma série de atentados a bomba no Kuwait todos atribuídos ao Irã, o grande desafio do bloco foi mesmo manter a neutralidade formal no conflito entre seus vizinhos. Caso qualquer um dos dois saísse vitorioso (mas o temor era maior em relação ao Irã), havia o receio de uma expansão rumo a alguma monarquia árabe ou da criação de um novo *status quo* na OPEP, rompendo com o alinhamento aos interesses de Washington pós Crise do Petróleo. Assim os membros do bloco procuraram se mostrar amistosos aos dois beligerantes, no intuito de se protegerem quanto a intenções expansionistas do vencedor. A invasão iraquiana ao Kuwait em 1990 é uma prova de que a tática não foi eficaz. Portanto, o

bloco surgiu de uma necessidade real: a proteção mútua, já que estes países possuem, em conjunto, a maior parte das reservas petrolíferas mundiais, mas são militarmente muito fracos. Vários fatores são considerados essenciais para o êxito da associação que se formou entre os seis. São países de língua comum, o árabe; de uma religião, o islamismo; protagonizam as mesmas condições históricas e geográficas que lhes deram origem; possuem um bem comum, o petróleo, fonte de energia por excelência do mundo, sobretudo a partir da Segunda Guerra; estruturam-se, na política, como governos unitários fortes, com o propósito de reduzir o nível de dependência do petróleo e, na economia, aplicando um sistema baseado na liberdade de ação da empresa privada, sem mecanismos restritivos à concorrência, ao investimento, ao comércio e ao consumo. Tem, por outro lado, a consciência de que o petróleo só se torna riqueza a partir do momento em que é extraído das entranhas da terra e são dependentes de tecnologia externa para a prospecção do produto.

Do lado iraniano, o então líder do *Majlis* Hashemi Rafsanjani deu o tom: a atitude perante o nascente bloco dependeria a quais interesses a organização serviria: se aos próprios ou aos das potências ocidentais. De todo modo, o Irã optou pela cautela, pois uma postura abertamente hostil poderia fazer a balança pender definitivamente para o Iraque, levando a um conflito generalizado entre o país persa e seus vizinhos árabes, o que fatalmente levaria a uma intervenção das superpotências numa região de tamanha importância econômica. Apesar da desconfiança mútua, tanto o Irã quanto as monarquias do Golfo compartilhavam entre si um ferrenho anticomunismo ao “regime ateu” soviético, um apoio mais ativo ou mais formal à causa palestina, e à oposição ao partido Ba’ath sírio e iraquiano apoiado pela URSS.

Por vinte e cinco anos, Irã e Israel foram os principais apoiadores da política norte-americana na região, funcionando como um dique de contenção da influência soviética no Oriente Médio. A aliança entre os dois países data de 1950, quando o Irã reconhece o estado judeu como estratégia de aproximação com os EUA. Esta aliança sempre recebeu oposição da esquerda e do clero iranianos, mas o que realmente levou o grosso da população a se revoltar contra os laços entre os dois países foi o intercâmbio entre Mossad e SAVAK. O primeiro treinou o segundo, que se tornou o principal instrumento de repressão do regime. O xá, contudo, jamais

demonstrou oposição à causa palestina, apoiando o direito de retorno dos refugiados e condenando a expansão dos assentamentos israelenses nos territórios ocupados. A principal preocupação de Reza Pahlevi eram os grupos guerrilheiros palestinos, vistos não só por ele, mas por todos os líderes conservadores como desestabilizadores da região (RAMAZANI, 1986).

A Revolução, porém, trouxe muitas mudanças e o estado judeu se viu sozinho, uma vez que o xá além de pró-americano era também um aliado contra os Estados árabes. O Irã revolucionário se tornou um dos mais implacáveis inimigos de Israel, que em sua fase inicial advogava abertamente a “erradicação” do Estado judeu para a criação de um estado palestino. Nem com os EUA houve uma reviravolta tão dramática como nas relações Irã-Israel. Em dezoito de fevereiro de 1979 o Irã rompe relações com Israel e convoca seus diplomatas de volta a Teerã. A decisão foi anunciada poucas horas depois de uma reunião entre Mehdi Bazergan e Yasser Arafat. A partir de então, Israel passou a ser descrito como “o filho bastardo do Grande Satã” e os EUA como os “padrinhos” de batismo dos dois grandes males do mundo: o sionismo e o imperialismo.

Para Rafsanjani, Israel não pode jamais ser reconhecido, pois os territórios ocupados não tem capacidade de absorver os refugiados e seus descendentes, que somariam cerca de quatro milhões de palestinos e, portanto, aceitar a solução de dois estados equivaleria a condenar a maioria dos palestinos a um eterno exílio. A solução seria a luta armada de todo o mundo islâmico contra Israel. (IDEM, 1986).

A invasão israelense ao Líbano 1982 foi a oportunidade perfeita para a expansão da luta anti-Israel. Apesar de Khomeini definir a invasão como uma manobra para desviar a atenção do Irã do conflito com o Iraque, uma armadilha na qual os iranianos não deviam cair, o líder iraniano condenou o “silêncio mortal” dos árabes sobre o que ocorria em Beirute naqueles dias. Silêncio este que só seria quebrado com o massacre de Sabra e Shatila, condenado por toda a comunidade internacional inclusive a opinião pública israelense. Com a criação do Hezzbolah naquele mesmo ano, foi aberto oficialmente um canal de apoio iraniano aos xiitas libaneses, sendo o braço armado deste partido um dos responsáveis pelo desgaste que levou a retirada israelense do sul do Líbano no ano 2000.

Internamente, os judeus residentes no Irã tinham motivos para ficarem apreensivos com a introdução da *Sharia* como lei oficial do Estado em contraposição

ao secularismo ostensivo do xá. Os judeus iranianos foram associados ao imperialismo norte americano e ao bahaísmo, seita considerada herética pelos muçulmanos. Por outro lado, nem Khomeini poderia ignorar que os judeus, assim como os cristãos, são “povos do Livro” e por tanto protegidos pela *Sharia*, além de terem direito a representação no parlamento, juntamente com outras minorias religiosas de acordo com o que havia sido estabelecido na Constituição de 1906 (RAMAZANI, 1986).

A morte de Gamal Abdel Nasser em 1970 selou o fim da guerra fria entre Cairo e Teerã devido aos alinhamentos dos dois países com a URSS e EUA, respectivamente. Com a ascensão de Sadat, houve uma aproximação inimaginável até então que se tornaria uma amizade verdadeira entre o xá e o presidente egípcio culminando com o asilo e sepultamento do xá no Egito, ambas medidas extremamente impopulares no contexto interno. O xá apoiou Sadat desde o início em sua iniciativa de paz com Israel e o Egito foi seu primeiro destino após ser expulso pelos revolucionários. Sadat tinha uma péssima imagem de Khomeini, descrito como um homem “mau, ignorante, que vive preso ao passado”, e que “conduzia seu país ao desastre” desconhecendo que “o islã não é uma religião de ódio” (IDEM, 1986). Com a morte do xá, no entanto, Sadat procurou suavizar seu discurso reconhecendo oficialmente o novo regime, o que não mudou a postura iraniana de repúdio à concessão de asilo ao xá, considerado um governante imoral, adúltero e que em seu governo combatia o islamismo. O governo egípcio apesar de acostumado a lidar com o extremismo religioso domesticamente, não disfarçou seu desconforto com a execução sumária de contrarrevolucionários no Irã.

Com o assassinato de Sadat em 1980 e a ascensão de Hosni Mubarak, as relações bilaterais não melhoraram e o presidente egípcio passou a apontar o Irã como suspeito de qualquer ato de subversão em seu território, substituindo Kadafi por Khomeini como principal inimigo do país. Enquanto isso, o Irã lamentou a readmissão do Egito na conferência islâmica de 1984, como resultado dos esforços dos EUA e de seus fantoches na região (IBIDEM, 1986).

Temos no caso Irã-Egito um confronto entre dois modelos: o regime fundamentalista xiita que não aceita a separação entre Estado e religião, e exorta os muçulmanos a união independente de fronteiras, e o secularismo árabe nacionalista

profundamente arraigado no Egito, país que sempre exerceu um papel de liderança na região e que como poucos ali possuem verdadeiramente um sentimento nacional.

Porém de todos os países do Oriente Médio, seria no Líbano que o poder e a influência norte-americanos sentiriam de forma mais contundente os efeitos da revolução iraniana, que combinados com o estabelecimento de relações diplomáticas entre Egito e Israel criaram o cenário para uma inédita aliança entre Irã e Síria. Antes da Revolução, as relações entre os dois países eram as piores possíveis, com Hafez Al Assad sendo um dos pilares do pan-arabismo e estando alinhado com a URSS, enquanto o xá adotava políticas diametralmente opostas. Naquele momento, Síria e Iraque tinham suas relações estremecidas após Saddam Hussein acusar a Síria de tramar um golpe no Iraque em 1979, aproveitando-se do turbulento contexto interno da região com a queda do xá e o rebaixamento do Egito aos olhos do mundo árabe. Quando Israel anexou as colinas de Golã, Assad tinha apenas um amigo: Khomeini.

A Síria sofria com atentados da Irmandade Muçulmana e Assad suspeitava que o grupo recebesse apoio da Jordânia, Arábia Saudita e até de elementos da OLP. Assim Assad viu no regime religioso de Khomeini uma maneira de melhorar sua imagem junto aos radicais, com o argumento de que por ser alauíta (uma das seitas do xiismo) havia legitimidade na aproximação entre os dois povos, além do ressentimento compartilhado contra Israel e EUA. Por fim, a invasão iraquiana ao Irã precipitou e oficializou esta aproximação: entre doze e dezesseis de março de 1982, Síria e Irã assinaram um acordo de mútua defesa com duração inicial de dez anos. Ato contínuo, a Síria fechou suas fronteiras com o Iraque impedindo a passagem de petróleo iraquiano pelos seus oleodutos recebendo em troca generosas quantidades de petróleo iraniano, às vezes até de forma gratuita, que a Síria passou a exportar com excedente (RAMAZANI, 1986).

A controversa invasão israelense ao Líbano, primeiro conflito no qual Israel não poderia alegar que havia sofrido agressão (como ocorrera em 1948 e 1973), ou que um ataque a seu território estivesse sendo preparado (como em 1967) foi uma ambiciosa tentativa israelense de alterar a geopolítica da região ao tentar expulsar a OLP do Líbano, estabelecer um governo maronita cristão pró-Israel no país e, em última estância, criar um Estado palestino na Jordânia com derrubada da monarquia Hashemita. Isso abriria caminho para anexação definitiva dos territórios palestinos

ocupados e a realização do sonho de *Eretz Israel*, a grande Israel bíblica (SHLAIM, 2004).

Apesar dos protestos norte-americanos contra esta estratégia de conquista, vista pelo embaixador norte-americano em Beirute, Philip Habib, como inaceitável em pleno século XX, o general Ariel Sharon segue em frente com seu plano promovendo um cerco a Beirute. Com tudo, quase nada de seu plano deu certo: a OLP foi expulsa sim, mas para a Tunísia; Bashir Gemayel, maronita cristão foi eleito, mas hesitou em estabelecer plenas relações com Israel e, além disso, foi assassinado pelo serviço secreto sírio; por fim, o massacre de Sabra e Shatila (quando milícias cristãs maronitas chamadas falanges invadiram campos de refugiados palestinos matando cerca de duas mil pessoas) custou a Sharon o cargo de ministro da defesa.

Internamente, o Líbano era dividido entre vários grupos religiosos, sendo os mais importantes os cristãos maronitas, os muçulmanos sunitas e os xiitas. Após a guerra civil libanesa da década de 1970, foi feito um arranjo político no qual caberia a um cristão sempre o cargo de Presidente da República, a um sunita o posto de Primeiro Ministro e a um xiita o de porta voz da Câmara dos Deputados. Outros grupos minoritários importantes como os drusos e os cristãos ortodoxos também tinham cadeiras asseguradas no Parlamento (SHLAIM, 2004).

Os xiitas sempre formaram o grosso da população mais pobre e este dado aliado ao tradicional sentimento de vitimização xiita abriu caminho para a influência iraniana, Khomeini viu no Líbano uma excelente plataforma de lançamento para exportação da revolução, enviando membros de sua Guarda Revolucionária para dar treinamento a xiitas libaneses, influenciando assim diretamente na criação do Hezbollah. Houve também o envio em massa de clérigos iranianos ao Líbano para doutrinar os xiitas locais na visão de mundo de Khomeini. Em nenhum país do Oriente Médio o Irã possui tanta influência quanto no Líbano. O Hezbollah se tornou uma força impossível de ser ignorada, resistindo a duas invasões israelenses e solidarizando-se a causa palestina cujo principal grupo insurgente, o Hamas, também é apoiado por Teerã, o que acirra ainda mais as sempre tensas relações com Israel.

6 BRASIL: O CONTEXTO INTERNO

Segundo Jean-Baptiste Duroselle, a política externa de um país é sempre reflexo de sua política interna. Existem atos de política interna pura que não interferem de forma alguma na relação de um país com seus vizinhos, mas há, via de regra, uma supremacia do âmbito interno sobre o externo, ou seja, a maneira de lidar com as demais nações depende sobremaneira de seus interesses e necessidades naquele momento histórico. No caso do Brasil, dentro de um cenário de estagflação, de extrema dependência do petróleo, do aumento da insatisfação interna com o regime, que culminaram nas greves do ABC e nas várias manifestações estudantis pelo fim da repressão. Como o sustentáculo do regime aos olhos de boa parte da população era o “milagre”, o Brasil tentara de todas as formas prolongar o crescimento econômico do país mesmo que à custa de um endividamento contínuo.

O quarto presidente do regime militar brasileiro Ernesto Geisel, havia exercido o cargo de secretário de finanças e obras públicas na Paraíba em 1934 e, em 1945, fez um curso típico dos castelistas, o *Army Command and General Staff College* em Fort Leavenworth, Kansas. Entre 1946 e 1947, participou do governo Dutra, colaborando no expurgo de comunistas dos sindicatos. Posteriormente se tornou membro do corpo permanente da ESG e chegou ao ápice ao assumir a presidência da Petrobrás na década de 1950. Foi Chefe da Casa Civil no governo provisório de Ranieri Mazzilli e negociou com os militares a efetivação de João Goulart na presidência com poderes limitados pelo parlamentarismo. Em 1969, reassumiu a Petrobrás, onde se opôs ao monopólio da estatal nos derivados e na petroquímica. Em sua gestão não investiu na prospecção nacional, pois antes da crise de 1973 o produto importado era barato e abundante. Filho de um professor alemão luterano convicto foi o primeiro presidente não católico do Brasil (SKIDMORE, 1988).

Segundo Skidmore, Geisel tinha quatro alvos principais: manter o apoio dos militares e ao mesmo tempo reduzir o poder da linha dura, que continuava a ver subversão em toda parte, procurando assim fazer com que as Forças Armadas exercessem um papel mais técnico e profissional. Por outro lado, o governo deveria

permanecer atento a focos subversivos, justamente para não dar argumentos à linha dura. Após o governo Médici, era consenso entre os militares da Sorbonne (como era chamada a ESG no meio militar) que a oposição havia sido esmagada e que era o momento de focar em questões socioeconômicas. A terceira meta era a redemocratização “lenta, gradual e segura”, retomando a ideia castelista de que o regime militar não fosse permanente, mas excepcional. Por fim, a quarta meta era manter o crescimento econômico que legitimava o governo Médici, mas buscando finalmente “repartir o bolo” deste crescimento de maneira mais igualitária.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), datado de setembro de 1974, fixava uma taxa de crescimento de 10% ao ano a ser alcançado mediante a mudança de ênfase sobre os bens de consumo duráveis para a de produtos industriais intermediários e bens de capital. Mesmo Geisel admitiu que “não havia motivo para exagerado otimismo” (SKIDMORE, 1988).

E, se haviam otimistas, eles logo notaram que tempos difíceis estavam por vir. A OPEP triplicou o preço do barril de petróleo, numa tentativa de fazer com que o Ocidente pressionasse Israel para que este cumprisse a resolução 242 da ONU, que ordenava a retirada dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias. O Brasil, que importava oitenta por cento do produto, repentinamente se viu às voltas com a drenagem de suas divisas, apenas para adquirir um dos itens de suas compras no exterior. O país se tornou vulnerável devido a sua histórica dependência do transporte rodoviário. Segundo Skidmore tradicionalmente o governo só costumava asfaltar as estradas de grande tráfego, mantendo as demais como terra batida. Tal medida tornou muito mais barato abrir estradas do que construir ferrovias. Além disso, os caminhões eram movidos a óleo diesel, muito mais barato e abundante.

Quando ocorreu o Choque, Geisel confiou no fator tempo. Supunha-se que a Crise fosse temporária e que o Brasil logo pudesse negociar bilateralmente preços mais vantajosos com os países produtores. Caso o aumento viesse para ficar (e de fato, jamais os preços voltariam aos patamares pré-crise) o Brasil teria que repensar sua política energética e de relações internacionais. Talvez o fato de o Brasil não ser uma potência média do petróleo como o México, forçou-o a ser criativo. Daí a prospecção marítima e a aproximação com o Oriente Médio, além da busca de alternativas energéticas como a nuclear e o álcool.

Com o aumento do preço do petróleo, o que restava ao governo brasileiro? A solução encontrada foi uma confusa combinação de investimentos estatais, contenção monetária e endividamento externo. O Brasil duplicou sua dívida de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 11,9 bilhões de dólares no ano de 1974. Para atrair investimentos, aboliu o depósito compulsório de 40% e o período mínimo de permanência do empréstimo de dez para cinco anos, além da redução para 5% sobre a remessa de lucros para o exterior. Se antes o Brasil tomava essas medidas para reduzir a inflação, agora necessitava de investimentos (SKIDMORE, 1988).

Segundo dados oficiais (suspeitos, segundo Skidmore) no ano de 1974 o Brasil teria mantido uma taxa de crescimento de 9,5%, embora a inflação tivesse aumentado de 15% para 34%. No esforço para incrementar o comércio, as exportações aumentaram 28%, mas as importações chegaram a 104%, refletindo de certo modo o aumento no preço do barril. A balança comercial acusou um déficit de US\$ 4,7 bilhões, sendo a conta de serviços da dívida responsável por US\$2,4 bilhões de dólares. Este déficit de US\$ 7,3 bilhões foi coberto com a entrada de US\$ 6,8 bilhões de dólares em capital estrangeiro (aumento de 56% em relação a 1973) e o uso de US\$1,2 bilhão em reservas (SKIDMORE, 1988). Julgando meramente os indicadores econômicos, entre 1974 e 1978, o PIB cresceu a uma taxa anual média de 7%, embora nos últimos dois anos houvesse ocorrido um decréscimo (5,4% em 1977 e 4,8% em 1978). A expansão de oferta da moeda foi reduzida em 33% e o aumento do preço do petróleo levou a uma alta generalizada nos preços (FISHLOW, 1988).

A necessidade de petróleo fez com que Geisel levasse a cabo um processo de substituição de importações, especialmente bens de capital, além de manter os ambiciosos projetos dos governos anteriores como a Hidrelétrica de Itaipu e a Ferrovia do Aço. Quebrando um tabu de quando presidiu a Petrobrás, Geisel firmou contratos de risco para prospecção em território nacional. Para um país totalmente comprometido com o crescimento econômico como único fator de legitimação do regime, e um presidente que assumira se comprometendo com a reabertura política, porém mantendo a ordem, o Choque traz à tona uma série de preocupações.

O recurso ao endividamento tornou-se, portanto, a base da estratégia de desenvolvimento de Geisel, cujo II PND apenas marginalmente fazia menções a Crise do Petróleo. O objetivo principal segundo Fishlow era manter o endividamento

em níveis prudentes e privilegiar empresas nacionais tanto estatais quanto privadas, em detrimento de empresas estrangeiras, tendo como base a Doutrina de Segurança Nacional. Contudo, a visão econômica estruturalista reinante no Brasil não aceitou ajustes ortodoxos com a redução de renda real, desvalorização da moeda e corte de gastos. A equipe econômica não acreditava que o mercado externo absorveria produtos brasileiros, ainda mais durante uma recessão. Segundo Fishlow (1988), a substituição de importações no período de 1974 a 1979 foi responsável por apenas 10% do crescimento da demanda por produtos nacionais. O PND pretendia não apenas expandir a participação do produto brasileiro em setores tradicionais, mas criá-la onde esta era inexistente, gerando protestos de membros da iniciativa privada brasileira que acusava o governo de “invasão” de setores tradicionalmente destinados ao setor privado.

Segundo Edmar Bacha e Pedro Malan, Geisel fez a “opção” de não passar pela crise mantendo o crescimento, pois via o endividamento como um mal necessário e temporário. Porém, o Segundo Choque do Petróleo em 1979, que elevou o preço do barril de doze para trinta dólares e a elevação dos juros que dobravam entre 1977 e 1979 deixavam claro que o “milagre” era coisa do passado.

Em termos políticos, o contexto também era delicado: em 1979, a liderança dos metalúrgicos do ABC convocou uma greve de seus 160 mil membros, após negociações fracassadas por aumentos salariais. A inflação oficial do ano anterior havia sido de 45% e o sindicato reivindicava um aumento de 78%, além do reconhecimento de lideranças não oficiais. Com a queda de braço acirrada em fins de abril, Luís Inácio Lula da Silva convence 90 mil trabalhadores a aceitarem um aumento de 63% sem pagamento pelos dias de greve como a melhor oferta dentro das circunstâncias. Foi um período de aumento da participação de líderes “autênticos” (em contraposição aos “pelegos”) e de negociações diretas entre empresas e sindicatos, o que beneficiava a ambos já que a Justiça do Trabalho via de regra dava ganho de causa aos patrões, e as empresas ao negociarem diretamente, conseguiam fazer com que seus funcionários retornassem ao trabalho mais rapidamente (SKIDMORE, 1988).

João Baptista Figueiredo foi o encarregado de liderar a transição final para um governo civil, sob o controle dos militares. Substituindo Mário Henrique Simonsen, um tecnocrata sem grande traquejo político, assume a pasta de

Planejamento, Orçamento e Gestão, Antônio Delfim Netto para júbilo do empresariado paulistano que foi em caravana para Brasília assistir sua posse (SKIDMORE, 1988).

Delfim apresentou o III Plano de Desenvolvimento 1980-1986 no qual afirmava que o Brasil não poderia renunciar às suas legítimas aspirações de prosperidade, reiterando, portanto a ideia de que o Brasil tinha a opção de passar ou não por uma recessão. O plano enfatizava as exportações agrícolas em detrimento das industriais e questões como saúde, educação e habitação. No final de 1979, o PIB crescera 6,8%, mas a inflação chegara a 77% e o déficit em conta corrente passara de sete para dez bilhões de dólares. A entrada de capital estrangeiro caíra de US\$10,1 bilhões de dólares para US\$6,5 bilhões em 1979. O Brasil teve que utilizar quase US\$ 3 bilhões em reservas para cobrir o rombo (SKIDMORE, 1988). Em 1980, a inflação atinge o recorde histórico de 110%. O PIB caíra 1,6%, a primeira queda desde 1942. O único setor em crescimento era a agricultura (6,4%). Indústria e Comércio apresentaram queda de 5,5% e 2,8%, respectivamente. Ao final de 1981 a dívida externa era de US\$ 61,4 bilhões e o pagamento de juros da dívida triplicara.

A solução de Delfim foi aumentar ainda mais os empréstimos, especialmente para a Petrobrás e a Eletrobrás. A crença de que o país era o senhor de seu destino econômico, podendo optar entre o crescimento e a recessão finalmente esvaiu-se: o desemprego crescia e o Brasil enfrentava a maior recessão do período militar. Como 1982 era ano eleitoral, Delfim esperou até o pleito para ir ao FMI. Após a visita de Reagan ao Brasil (na qual se referiu ao país como Bolívia) o governo brasileiro recebeu um empréstimo de US\$1,4 bilhão do Tesouro Americano, seguido por outro de bancos comerciais da ordem de US\$2,3 bilhões e de apoio norte-americano a um acordo FMI-Brasil que só seria divulgado após as eleições estaduais (BACHA e MALAN, 1988).

Dentro de um contexto de crise, a oposição conseguiu o governo de nove estados, entre eles São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, e conquistara apertada maioria na Câmara dos Deputados (PMDB, PDT, PTB e PT tinham juntos 240 parlamentares contra 235 do PDS), embora no Senado o governo tivesse o dobro de representantes (46 a 23). No Colégio Eleitoral (formado por ambas as Casas, mais seis representantes do partido majoritário em cada Estado) o PDS tinha

356 representantes contra 330 de todos os partidos de oposição somados (SKIDMORE, 1988). Esta maioria seria fundamental para a derrota da emenda Dante de Oliveira em 1984.

Economicamente, Delfim e sua equipe estavam desacreditados. Negaram até o último momento que iriam ao FMI e o fizeram assim que as urnas foram fechadas. No início de 1983, o Brasil se comprometia a cumprir metas de política fiscal e monetária para a estabilização econômica: redução dos gastos públicos, arrocho salarial, diminuição do crédito e desvalorização da moeda. Celso Furtado redigiu um manifesto intitulado “Não à recessão e ao desemprego” que inflamou as críticas oposicionistas e dos mais nacionalistas, mas que não abalaram Delfim - que sabia que com a chancela do FMI, se tornaria mais fácil contrair novos empréstimos (SKIDMORE, 1988).

Em 1983, o PIB caiu 5%, a indústria 7,9 % e o comércio 4.4%. O único setor a registrar crescimento mais uma vez foi a agricultura: 2,2%. A indústria de bens de capital foi a mais afetada, caindo 23%, pois as empresas tiveram que reduzir suas aquisições para se ajustar às exigências do FMI. Houve uma onda de falências num processo chamado pela oposição de “desindustrialização” do Brasil. A inflação desvalorizou os salários cinco vezes mais rápido do que em 1978. Os cortes no setor público atingiram principalmente as universidades federais e os setores de comunicação e transportes, com quedas nos repasses de até 50% (IDEM, 1988). O desgaste para o regime foi enorme: o que o mantinha legítimo aos olhos de boa parte da população brasileira era o “Milagre Econômico”, e agora este mesmo governo nacionalista que havia prometido fazer do Brasil uma potência mundial acatava um programa econômico que levava à recessão, à inflação e ao desemprego.

Figueiredo deixou o cargo em desgraça: a inflação chegara a 200% e muitos de seus correligionários rumavam para a oposição moderada do PMDB (FISHLOW, 1988).

Veremos agora como o governo de Ernesto Geisel enfrentou os desafios impostos pela Crise do Petróleo adotando uma política externa ousada, inclusive buscando parcerias com países socialistas, denunciando acordos com os EUA, porém mantendo o autoritarismo no plano interno que preparava o país para a prometida reabertura que ocorreria segundo os militares não quando a oposição

quisesse, mas em um ritmo imposto pelo regime: uma abertura “lenta, gradual e segura”.

7 GEISEL E O PRAGMATISMO RESPONSÁVEL

Antônio Francisco Azeredo da Silveira, ministro das Relações Exteriores entre 1974 e 1979, durante o governo do general Ernesto Geisel, operou uma das mais profundas transformações no comportamento internacional do Brasil. Em sua gestão, o Brasil se afastou de Israel e se aproximou dos países árabes; reconheceu a China de Mao e os regimes comunistas da África lusófona; negociou com a então Alemanha Ocidental o maior projeto de transferência nuclear da época; se afastou dos EUA e votou na ONU a favor de uma moção que considerava o sionismo uma forma de racismo.

Para Silveira, o chamado Terceiro Mundo era um rótulo que abarcava regimes díspares tanto ideológica quanto economicamente, que em sua maioria jamais superariam a condição de objetos da História. Alguns países, entretanto, possuem tais condições devido a aquilo que os pioneiros das Relações Internacionais Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle chamariam de “forças profundas e organizadas”: extensão territorial, importância demográfica, recursos naturais, determinado grau de industrialização e, acrescentaria Silveira, vocação histórica para progredir em direção a etapas superiores de autonomia e autodeterminação. Tais países poderiam ascender à condição de sujeitos e escapar à fatalidade de meros espectadores passivos, manipulados de acordo com as conveniências da Grande Aliança Ocidental. O chanceler considerava o Brasil um país “insatelizável”, de soberania autêntica e imaginativa, que, no entanto não possuía ambições hegemônicas, mas sim de ocupar o espaço que um país com tantas potencialidades como o Brasil merecia (SPEKTOR, 2011).

Geisel deu uma importância pouco usual à política externa em seu governo. Interessante notar que o comportamento do Brasil no teatro das Relações Internacionais, considerado progressista e aberto às relações com países comunistas, por exemplo, mantinha-se firme no ideal de Geisel e Golbery de “abertura lenta, gradual e segura”, intervindo nos sindicatos e responsável pelo desaparecimento de opositores políticos. A aproximação com países socialistas não alterou o posicionamento brasileiro em relação a Cuba, nem tampouco diminuiu o apoio à ditadura chilena comandada por Augusto Pinochet.

Neste período, o Brasil vinha sofrendo os primeiros efeitos do fim do “Milagre Econômico”, com a queda de 5% do PIB em relação ao governo anterior e a quadruplicação da dívida externa de doze para quarenta e nove bilhões de dólares além de um salto no déficit da balança comercial de quatro para catorze bilhões (SPEKTOR, 2011).

Azeredo da Silveira, dentro deste contexto de refluxo econômico e já sentindo os efeitos da Crise do Petróleo de 1973, formula a Doutrina do Pragmatismo Responsável baseado em quatro premissas básicas:

Uma maior aproximação com o Japão e com a Europa Ocidental, sobretudo a então Alemanha Ocidental. Com este país, foi realizado o Acordo de Cooperação nuclear de 1975, visando diminuir a dependência tecnológica do Brasil em relação aos EUA, adquirir armas nucleares e alcançar a autossuficiência energética;

Aproximação com os países árabes e consequente afastamento de Israel, principal aliado norte-americano no Oriente Médio; No campo econômico, esta política possibilitou a venda e troca de equipamento militar brasileiro por petróleo e petrodólares no mundo árabe; Tal aproximação também se evidenciou na política com o Brasil votando favoravelmente a uma resolução da ONU condenando o racismo, sendo o sionismo uma de suas formas, intensificação de relações com a África Negra e condenação mais firme do regime de *apartheid* na África do Sul; E finalmente, uma reaproximação com os países latino-americanos. Iniciou negociações para resolver divergências com a Argentina sobre a construção de Itaipu e assinou o Tratado de Cooperação Amazônica com os países da região, em 1978 (*Apud* PASSOS, 1998);

Nota-se claramente em cada um desses itens a busca de autonomia e o choque com a política norte-americana. Os conceitos do pragmatismo eram típicos do realismo político. Havia a crença, refletida em atitudes concretas, que o país era capaz de transcender sua posição de potência regional, a adoção retórica da ética e da autocontenção e a redefinição de suas relações com os EUA (SPEKTOR, 2004). Porém, a política externa de Geisel também pode ser vista como o auge de um processo que já se desenhava desde a Política Externa Independente (1961-1964) de Jânio Quadros e João Goulart, que resultou na diversificação de parcerias. A novidade em relação às políticas anteriores estaria na maneira de lidar com os principais parceiros: mudaram as relações com os EUA, com a África, com o Oriente

Médio e houve mudanças drásticas nas relações com Israel e Portugal. O chanceler Azeredo da Silveira propôs que o Brasil pautasse sua política externa em seu interesse imediato, especialmente no que se refere ao comércio. Ou seja, os interesses nacionais ficariam acima de qualquer alinhamento ou compromisso ideológico e se projetavam em todas as direções, ajustadas de acordo com a realidade e o interesse de cada parceiro nas relações bilaterais ou multilaterais de maneira bastante dinâmica.

Segundo Miyamoto , o que o Brasil buscava na época e que, aliás, continua buscando, era uma maior flexibilização das barreiras protecionistas dos países desenvolvidos em relação aos produtos oriundos de países em desenvolvimento. Para isso, Azeredo da Silveira adotou uma postura agressiva, propondo uma reformulação do GATT, (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade*), principalmente no que diz respeito a salvaguardas e direitos compensatórios.

Cabe aqui abrir um parêntese para exemplificar como a escolha do ministro foi importante para a mudança na política externa do Brasil. Azeredo da Silveira tornou-se embaixador do Brasil na Argentina em 1969. Sua maneira de trabalhar diz muito sobre o que seria mais tarde o pragmatismo responsável. Com o início da elaboração dos planos da construção da Itaipu binacional, a Argentina passou a protestar veementemente. Tradicionalmente, a postura brasileira sempre foi a de procurar contemporizar e tentar acomodar as demandas argentinas, pois havia a ideia de que, se havia um país capaz de mobilizar o Cone Sul contra o Brasil, este país era a Argentina. Pela primeira vez, surgiram vozes no Itamaraty que reagiram a essa acomodação. Para Silveira, o contexto agora era outro e a Argentina não se encontrava mais em posição de confrontar o Brasil. Era hora de se impor e romper com tradições obsoletas (SPEKTOR, 2004). Silveira afirmou que a Declaração de Montevideu, assinada em 1933 para regular o uso das águas internacionais da Bacia do Prata, não mais podia ser aplicada na década de 1970 e deveria ser substituída. Ou seja, para ele, normas, tratados e acordos eram obviamente importantes, mas apenas se agregasse valor à direção geral do interesse nacional. Em seus anos de formação, Silveira adquiriu a convicção de que as preocupações econômicas e comerciais têm prioridade sobre outros aspectos.

Esta mudança de atitude frente à Argentina pôde se repetir nas relações internacionais do Brasil de maneira geral devido a várias mudanças estruturais no cenário internacional, como o crescimento da China, a demonstração de força da OPEP, a descolonização da África e a recuperação econômica de Europa e Japão. Além dessas mudanças, a literatura especializada sobre o período aponta ainda outros dois fatores que propiciaram a mudança de rumos: primeiro, o surgimento de ideias sobre a capacidade de os países do Terceiro Mundo de se desenvolverem e introduzirem uma agenda de reformas na economia internacional. E segundo, a liderança individual, ou seja, as ações do presidente Geisel enquanto Chefe de Estado fizeram a diferença. Foi certamente o governo do período militar que mais centralizou sua liderança no presidente da república.

Azeredo formulou também o conceito de ecumenismo, uma espécie de volta à solidariedade com os países do Terceiro Mundo preconizada por Magalhães Pinto, sugerindo uma interdependência entre os países em desenvolvimento para que a discrepância em relação ao Primeiro Mundo fosse atenuada. Segundo Azeredo da Silveira, o ecumenismo possui dois aspectos principais: primeiro a recusa de qualquer forma de hegemonia, e por outro lado, a prática da interdependência, propondo cooperação e oportunidades iguais para todos os Estados (PASSOS, 1998). Entende-se melhor o conceito do “pragmatismo responsável” se analisarmos o contexto interno daquele governo: um dos principais projetos de Geisel já no início do seu governo era o encaminhamento do processo de abertura política. Como acreditava que o regime estava chegando ao seu limite, decidiu antecipar-se aos fatos e assumir o controle sobre a transição, evitando desgastes maiores nas forças armadas enquanto instituição (VIZENTINI, 2002).

De acordo com Luís Souto Maior, chefe de Gabinete nos anos de 1974 e 1975 do ministro Azeredo da Silveira, a designação dada à política externa em discussão só pode ser entendida à luz do plano interno. Da mesma forma que a abertura deveria ser “lenta, gradual e segura”, o pragmatismo deveria ser “responsável”, ou seja, a ruptura com as políticas dos governos militares anteriores não poderia ser completa, da mesma forma que a transição para a democracia não poderia ocorrer de forma abrupta (PASSOS, 1998).

Em sua primeira reunião ministerial, em março de 1974, Geisel definiu que sua política externa seria pautada principalmente pelos interesses do comércio

exterior brasileiro, na garantia de suprimentos, matéria-prima e tecnologia, e, para tanto, o Brasil faria todos os realinhamentos necessários (PASSOS, 1998).

De acordo com Bueno e Cervo, a política de Geisel pode ser compreendida num período maior, que vai de 1967 e 1979. Havia três níveis de metas ligadas à política exterior que levavam a uma busca pela autonomia: a consolidação do parque industrial intermediário entre 1967 e 1973, dos setores estratégicos da economia entre 1974 e 1979 e da conquista tecnológica na década de 1980 (PASSOS, 1998). O governo pretendia transformar o Brasil numa potência média com voz ativa no cenário internacional. Ao contrário dos governos anteriores, Geisel não considerava os norte-americanos como aliados preferenciais. Um dos principais motivos para essa mudança foi a recusa dos EUA em transferir tecnologia industrial atômica e do ciclo completo do combustível nuclear. Por isso, o Brasil busca diminuir sua dependência daquele país e diversificar suas parcerias com outros países. Não se pode descartar também uma tentativa de mudar perante outros países do Terceiro Mundo a imagem de país excessivamente pró-EUA (IDEM, 1988). Para multilateralizar suas relações e alcançar seus objetivos, o Brasil investiu na ampliação de suas relações bilaterais com países os quais o intercâmbio era incipiente e aprofundou as relações com Europa Ocidental, Ásia e América Latina.

Há tantas políticas externas em um país quantos são os interesses em jogo. No caso do Brasil, segundo Shiguenoli Miyamoto, há três instâncias fundamentais: a chancelaria, as Forças Armadas e os setores econômicos. Estes últimos viam a política de exportação como o interesse mais imediato e reclamavam da CACEX, que segundo ele, mais atrapalhava que ajudava. O papel do Itamaraty era fazer uma diplomacia pautada pela economia, e tal papel às vezes era exagerado pelo então ministro da Fazenda Delfim Netto, que levou esta política mercantilista às últimas consequências. Já a geopolítica, que segundo Miyamoto deveria ter sido alvo de uma atenção maior, tinha seu *locus* de discussão na Escola Superior de Guerra. A ESG foi criada pela lei 785 de 20/08/1949 com a finalidade de ser um instituto de altos estudos e planejamento da Segurança Nacional, e chegou a correr risco de extinção na década de 1950 por ser considerada um centro de conspiração contra o governo civil (MIYAMOTO e GONÇALVES, 1991). Após o Golpe, a ESG é apontada como responsável pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que guiou a política

interna e com menor intensidade, a política externa brasileira. Era vista como “a Sorbonne brasileira”, a elite da elite, onde se reunia a *intelligentsia* do regime militar.

A ESG influenciou a criação do SNI (Serviço Nacional de Informação) e da Lei de Segurança Nacional, tendo entre seus principais patronos o general Castello Branco. De uma forma geral, a ESG se posicionava totalmente contrária à política externa pragmática do Brasil, mas ao fim sempre acabava por apoiar quaisquer decisões governamentais, pois dependia de seus recursos. A ESG pós-1964 então passa a ter o papel de “fornecer subsídios” ao planejamento nacional. Sua importância e o mito da ESG como instituição por trás de todos os passos do regime estão ligadas à ascensão de seu único teórico, Golbery do Couto e Silva, considerado a eminência parda da estratégia política governamental. (MIYAMOTO e GONÇALVES, 1991).

Para Souto Maior, o Pragmatismo Responsável é um ponto de inflexão na política externa brasileira após dois governos mais (Castello Branco) e um pouco menos (Costa e Silva) alinhados aos EUA. A nova linha de atuação diplomática estaria a serviço, em particular, dos interesses do comércio exterior brasileiro, rejeitando qualquer forma de apriorismo. Para isso o Brasil teve que encarar duas mudanças de rumo: primeiro a aproximação com o Terceiro Mundo e segundo, a inevitável fricção com as grandes potências, as maiores beneficiárias da ordem internacional criada por estas e que se desejava modificar (SOUTO MAIOR, 2006).

A partir desta nova política, segundo o Itamaraty, concordar ou discordar de Washington não seria mais uma preocupação brasileira. A aproximação com o Terceiro Mundo, porém, seria seletiva, não abraçando a causa dos não alinhados, mas se aproximando somente daqueles os quais havia interesses econômicos e então sim abraçar causas como a descolonização, e nesses casos o Brasil se posicionou de forma inequívoca. Por meio de “memorandos de entendimento”, o Brasil mantinha o diálogo com França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e EUA, e nesses documentos reafirmava sua solidariedade com o Ocidente e discutia temas bilaterais nos quais frequentemente emergiam divergências oriundas da nova política do país (IDEM, 2006).

O Pragmatismo Responsável era a busca de vantagens no cenário internacional, assumindo uma postura de total indiferença às questões ideológicas. A responsabilidade era a de não deixar ideologias contrárias ao regime atrapalharem a

política externa e o ecumenismo seria a ampliação das parcerias a nível mundial, para além do alcance da hegemonia norte-americana. O não alinhamento automático funcionava para todos, não apenas para os EUA, elemento este muitas vezes esquecido pelos críticos. O não alinhamento seria, segundo o Itamaraty, uma posição brasileira de defesa dos interesses nacionais. Em um discurso à Escola Superior de Guerra em 1974, Azeredo da Silveira afirmara que “num mundo em constante mutação, não há coincidências permanentes nem divergências perenes” e que “o objeto da ação diplomática não são países, mas situações” (SOUTO MAIOR, 2006).

A Política Externa brasileira passa então a se orientar por uma noção de eficiência e profissionalismo, sabendo conquistar solidariedade, inclusive dos árabes, sem chegar a um ponto que comprometesse excessivamente o país em relação a Israel e EUA, apesar do distanciamento em relação a governos anteriores. Silveira relata que muitas vezes foi obrigado a não aceitar certos “devaneios” de africanos e árabes, mas sempre lhes oferecendo como compensação todo o apoio que o Brasil poderia oferecer até por sua tradição diplomática, como por exemplo, as lutas antirracistas. Silveira lembra que recebeu um governo que perigosamente se aproximava do governo sul-africano, por exemplo, e tratou logo de fazer os realinhamentos que fizessem justiça a estas tradições (SPEKTOR, 2011).

Segundo Souto Maior (2006), estes realinhamentos se faziam necessários não apenas porque o Brasil era um país distinto daquele que os militares haviam assumido dez anos antes, nem pela diferença no volume das exportações (US\$1,5 bilhão em 1964 sendo mais da metade representado pelo café, para US\$6,2 bilhões dez anos depois, com as exportações cafeeiras representando apenas 25% deste montante), mas devido aos constantes atritos com o Primeiro Mundo resultantes da diversificação de exportações, que levava o Brasil muitas vezes a concorrer com as grandes potências por mercados. Se na década de 1960 o confronto socialismo/capitalismo parecia mais latente, com a aproximação entre EUA e China na década de 1970, ficava claro (especialmente para aqueles no regime que tomavam as atitudes do governo norte-americano com parâmetro) que o interesse comercial é que deveria guiar a política externa da nação. No governo Geisel, o Brasil reatou relações com a China, comercialmente muito mais vantajosa que Taiwan. O único “vazio” que se manteve não só no governo Geisel, mas durante

todo o regime militar foi o não reatamento com Cuba, pois se estimava que tal ato representaria apenas um desgaste desnecessário com os EUA.

Em relação à África, o Brasil tinha uma postura reticente em relação às colônias que Portugal insistia em chamar de províncias ultramarinas, mesmo com o processo de descolonização já praticamente concluído em continente africano. Quando Moçambique e Angola se tornam independentes, o Brasil abandona a política castelista de prudência, reconhecendo imediatamente seus novos governos, mesmo sendo o angolano de cunho marxista.

Com a Crise do Petróleo de 1973, torna-se fundamental dentro da ótica do Pragmatismo que o Brasil se aproxime dos países árabes. Esta política, aliás, já vinha se desenhando desde o governo Médici, que vinha se aproximando de países como Arábia Saudita e Argélia. Porém, enquanto Médici posicionava-se de forma no mínimo ambígua em relação à Resolução 242 da ONU que ordenava a retirada israelense dos territórios palestinos ocupados, o ministro Azeredo da Silveira, numa recepção ao ministro de negócios estrangeiros saudita Omar Al-Sakkaf, posicionou-se de forma inequívoca a favor da causa palestina e, em 1974, chegaria a fazer um discurso pró-palestino na XXIX Assembleia Geral da ONU, onde afirmava a oposição do Brasil à guerra de conquista, e que a desocupação da Cisjordânia e Faixa de Gaza era parte integrante da solução do conflito.

Assim, o governo brasileiro aceitava os direitos do povo palestino, a autodeterminação e soberania como único caminho para uma paz duradoura na região. Na XXXI Assembleia Geral da ONU, o Brasil votou a favor de uma solução negociada entre árabes e israelenses, tendo como base a carta da ONU (MIYAMOTO, 1985).

Para Azeredo, um dos primeiros chanceleres a mencionar na Assembleia da ONU a expressão “direitos legítimos do povo palestino”, numa época em que muitos sionistas simplesmente negavam a existência dos palestinos enquanto povo com uma identidade nacional, sua afirmação foi até modesta por sua obviedade. O Brasil nunca se posicionou a favor da criação única e exclusiva de um Estado Israelense, mas sim da partilha. Azeredo inclusive fez questão de desmistificar o famoso voto brasileiro que criou a partilha, lembrando que a posição brasileira em 1948 era a de um Estado binacional na qual pudessem coabitar todas as confissões religiosas. Mais tarde o Brasil reconheceria que as grandes potências haviam planejado a

partilha entre um estado judeu e um árabe. Segundo Silveira, Oswaldo Aranha não foi em toda a sua vida uma pessoa assumidamente pró-Israel, tendo assinado como Ministro do Exterior do Estado Novo circulares vetando a entrada de judeus no Brasil, incluindo detalhes de como identificar um judeu mesmo que este tivesse mudado de religião e de nome (SPEKTOR, 2011).

No entanto, em outubro de 1975, o Brasil causou desconforto entre norte-americanos e sionistas em geral ao votar na ONU condenando o sionismo como uma forma de racismo, voto este que causou polêmica com a delegação israelense e norte-americana e mantida tanto por convicções políticas pessoais do presidente Geisel como pela necessidade de se aproximar dos árabes naquele contexto (MIYAMOTO e GONÇALVES, 1991).

Para o ministro Azeredo da Silveira, o voto foi dado por uma falha de comunicação entre o Brasil e as demais delegações latino-americanas. A delegação brasileira teria sido informada de que a condenação ao sionismo estaria embutida em uma chamada “resolução-ônibus” como se diz no jargão diplomático, que abarcaria a condenação a todas as formas de racismo, e que portanto o Brasil, país historicamente a favor da tolerância e contra o preconceito racial não poderia se omitir. Ainda segundo depoimento dado por Azeredo a Matias Spektor (2011), o Brasil e o México acabaram sendo os únicos votos a favor da condenação do sionismo como forma de racismo em todo o continente americano. Porém, com a péssima repercussão do voto, e segundo Silveira, com medo de perder os turistas judeus norte-americanos em seu país, o presidente Echeverría não só voltou atrás, mas ainda fez uma visita oficial à Israel. Azeredo, por sua vez, consultou Geisel sobre qual posição tomar e o presidente recomendara o voto favorável. Quando se deu conta do equívoco político que tal atitude representava tentou recuar, mas a forte reação do Departamento de Estado Norte-Americano liderado por Henry Kissinger mexeu com os brios do governo brasileiro, que optou por manter o voto. Segundo o chanceler, o presidente Geisel nunca compreendeu que uma abstenção também era uma forma de se posicionar. Para ele, o Brasil deveria sempre se posicionar de forma inequívoca (MIYAMOTO e GONÇALVES, 1991).

Em relação aos palestinos, apesar da permissão de abertura de um escritório da OLP em Brasília, não foi conferido a este o *status* diplomático, por não se tratar de país independente e mesmo com a intervenção do vice-presidente

iraquiano, este era um pedido que não podia ser atendido (MIYAMOTO, 1985). Silveira lembra que o Brasil possui um compromisso com a integridade do Estado de Israel como este foi criado, não com sua expansão. O que a chamada equidistância do governo Médici teria feito, segundo o chanceler, foi favorecer o lado mais forte, ou seja, Israel, ameaçando a possibilidade de convivência pacífica entre os povos.

Em relação aos países árabes, Silveira diz ter tido que usar todo o peso da questão comercial para convencer a “linha-dura” do governo de que se tratava de uma necessidade, do mesmo modo que havia feito com a China. O problema maior era o enorme desequilíbrio na balança comercial entre os produtos vendidos pelo Brasil e o petróleo que importava, até devido ao baixo nível de consumo destas sociedades na época. No entanto, durante a década de 1970, o Brasil conseguia compensar pelo menos um terço destas importações na venda de produtos, especialmente alimentícios e prestação de serviços como o contrato com o governo de Saddam Hussein da ordem de US\$1,4 bilhão (SPEKTOR, 2011).

Tanto Brasil quanto Iraque ambicionavam a hegemonia em suas regiões, o que colaborou para o desenvolvimento das relações bilaterais nos campos da indústria bélica e no desenvolvimento de energia atômica. No entanto, devido à Guerra Fria, os chamados países emergentes tinham que ser cautelosos nas suas negociações entre si, para não incorrer em sanções por parte das superpotências. Com a segunda crise energética, ocorrida em 1979, e a instabilidade no fornecimento de petróleo causado pela Revolução Iraniana, a relação entre os dois países é incrementada devido à necessidade brasileira do combustível. Como o Iraque era um importante fornecedor de petróleo para o Ocidente e seu governo era considerado pelas superpotências como amistoso em comparação com o Irã e outras nações vizinhas, foi feita uma aproximação com aquele país. Além disso, o Iraque representava, aos olhos das superpotências, um dique de contenção do chamado fundamentalismo islâmico, foi provido pelos EUA com armamento pesado e teve acesso a tecnologias sensíveis na guerra contra o Irã. O Brasil beneficiou-se muito deste contexto de tolerância às transgressões iraquianas, vendendo todo tipo de produtos ao Iraque, e mesmo nunca conseguindo equilibrar sua balança comercial com Bagdá, não mostrou sinais de desânimo. Um exemplo disso é que às vésperas da invasão do Iraque ao Kuwait, em 1990, o Brasil negociava com os

iraquianos a venda de um satélite militar. Seria um dos últimos lances de uma história que começara quase três décadas antes.

Por vários anos, o Iraque foi um dos principais parceiros do Brasil, sendo o maior importador de serviços de engenharia e produtos industrializados brasileiros. O que facilitou de sobremaneira o comércio entre os dois países e principalmente para o Brasil, era o *Barter Trade*, uma espécie de escambo de petróleo por mercadorias. A partir de 1973, ano da crise do petróleo, o superávit dos países produtores aumentou de forma impressionante saltando de 6,6 bilhões de dólares para 67,6 bilhões de dólares (ATTUCH, 2003).

Em contrapartida, o déficit dos países compradores também aumentou drasticamente. Com a intensificação do comércio entre Brasil e Oriente Médio, esta região do globo, que em 1970 correspondia a apenas 4,2% das exportações brasileiras, chegou em 1980 a 34% (IDEM, 2003). Com o aumento das taxas de juro decorrentes do segundo choque do petróleo, sobrecarregaram os pagamentos da dívida externa do Brasil e pressionou ainda mais a abertura do país para as exportações, pois necessitava dispor de mais divisas. Foi nesse momento que o Brasil privilegia o Iraque como principal abastecedor de petróleo, montando uma ampla infraestrutura para permitir a exportação de bens duráveis brasileiros aos iraquianos (MONTENEGRO, 1992).

As compras brasileiras neste país passaram de 795 milhões de dólares em 1978 para mais de três bilhões em 1980. Em 1978, o Iraque era o quarto fornecedor de petróleo ao Brasil depois do Japão, Arábia Saudita e EUA. Em 1980, o Iraque já era o maior fornecedor responsável por 20,51% do total das compras brasileiras no exterior, deslocando os EUA para o segundo lugar (IDEM, 1992). No mesmo ano foi assinado o Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Iraque que abrangia a viabilidade da exploração de reservas de urânio, fornecimento de urânio natural e levemente enriquecido e tratava também da área de segurança de reatores, fornecimento de equipamento e treinamento de pessoal (VIZENTINI, 2002). Brasil e Iraque tinham em comum uma economia centralizada que favorecia a tomada de decisões econômicas por razões políticas, além do desejo mútuo de incrementar as relações sul-sul. Com a descoberta do maior poço de petróleo do mundo em Majnoon, a Braspetro, braço internacional da Petrobrás, marcava posição no Oriente Médio.

Em 1976, o Ministério das Relações Exteriores encomendou ao seu Departamento de Promoção Comercial um perfil econômico-comercial da Arábia Saudita. Era interessante informar-se sobre um país que vinha crescendo num ritmo impressionante naqueles anos, embora fosse de conhecimento geral que esta pujança devia-se quase que única e exclusivamente ao petróleo, que correspondia a 85% do seu PIB. Sabia-se também que a ARAMCO era responsável por 96% da prospecção, e que a taxa de emprego vinha crescendo a taxa de 6% ao ano não só por causa do petróleo, mas também devido à agricultura e obras de engenharia civil².

Contudo, quando o Brasil despertou para as possibilidades do mercado saudita, percebeu que dificilmente entraria no mercado interno local como havia entrado nos demais mercados árabes, pois os sauditas acreditavam piamente na livre concorrência, com intervenção mínima do Estado, ao contrário do que ocorria com outros parceiros como Líbia e Iraque. Isto significava que o Brasil teria que concorrer diretamente com europeus e norte-americanos. Ocorreu uma desastrada tentativa de ingressar no mercado de azulejos e louças sanitárias que malogrou devido à péssima qualidade dos produtos. Situação semelhante ocorreu com laminados e compensados de madeira brasileiros.

Para ajudar a equilibrar a balança comercial, o governo saudita realizou uma pesquisa e por fim encontrou algo que pudesse lhes interessar: armas. Os EUA, líderes deste mercado na Arábia Saudita, tentaram por várias vezes colocar obstáculos à entrada brasileira no mercado. Contudo, devido ao desconhecimento acerca de como se fazem negócios nessa área, a compra de armas, sigilosa no mundo todo, foi amplamente divulgada pela mídia brasileira, o que melindrou muitos compradores sauditas. Na década de 1980, o superávit a favor dos sauditas já chegava a US\$6 bilhões pois devido à guerra Irã-Iraque, o Brasil teve de procurar mercados alternativos de abastecimento. A aproximação com os árabes e com o Irã marcou um ponto de inflexão nas relações com Israel. Os maus-tratos a civis nos territórios ocupados, e a incursão no Iraque em 1980 e no Líbano dois anos depois foram objeto de veemente condenação brasileira nos fóruns internacionais.

As ambições preconizadas pelo governo brasileiro fariam com que o país entrasse num período de tensão nunca visto em relação aos EUA. Depois de anos e

² DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO MRE, 1976, p.1-32

anos na qual a “opção ideológica” pelo Ocidente - tendo os norte-americanos como líderes naturais - fora exibida com orgulho pelos primeiros presidentes do regime militar, a necessidade maior fez com que o Brasil ousasse entrar em rota de colisão com os interesses norte-americanos na região. A abstenção brasileira relativa à suspensão das sanções a Cuba e o voto na ONU a favor da resolução que considerava o sionismo como uma forma de racismo são dois exemplos. Porém, a verdadeira fonte de atritos entre os dois países foi a decisão brasileira de não só buscar fontes alternativas de energia, mas de também eleger a energia atômica como fonte mais viável. Desde o final da II Guerra uma das principais preocupações norte-americanas era evitar a proliferação nuclear em sua área de influência. Tal procedimento levava os países vizinhos a depender totalmente dos EUA nessa questão, que por sua vez, forneciam tecnologia nuclear incompleta e ultrapassada.

Em 1956, o Brasil havia elaborado as “Diretrizes Governamentais para a Política Nacional de Energia Nuclear”, programa que por sinal foi mantido por Jânio Quadros e era justificado na época pela possibilidade de esgotamento dos recursos hidrelétricos do país. Com o golpe de 1964, esse pretexto deixou de ser utilizado: Castelo Branco afirmava que o Brasil não tinha tanta pressa em desenvolver-se nuclearmente justamente pela abundância de recursos hídricos (OLIVEIRA, 1994). Em 1967, o Brasil assinou o Tratado de Tlatelolco, que permitia ao país realizar experiências nucleares para fins pacíficos. Por este motivo, o Brasil recusou-se, meses mais tarde, a assinar o Tratado de Não Proliferação justamente porque este proibia tais experiências. Irritava o governo brasileiro que o crescimento do país ficasse à mercê de decisões de terceiros.

Entretanto, ao contrário da Argentina, que optara pelo urânio natural, do qual poderia obter plutônio, o Brasil escolheu o urânio enriquecido, cuja tecnologia era dominada apenas pelos EUA no continente americano. Como já vimos os norte-americanos se preocupavam em repassar a tecnologia de uma forma que os outros países não obtivessem o ciclo completo do enriquecimento, o que permitiria a construção de artefatos atômicos. O Brasil possui grandes jazidas de urânio, especialmente em Itatiaia, no Ceará, Lagoa Real, na Bahia e Poços de Caldas, Minas Gerais, mas não possuía a tecnologia para o enriquecimento do minério.

Como evidentemente não podia contar com os EUA, decidiu buscar na Europa o conhecimento que precisava. A princípio o governo brasileiro procurou a

França, que acenou com uma vaga na EURODIF (Consórcio Europeu para Difusão do Enriquecimento de Urânio), mas submetia o Brasil a condições similares aquelas do acordo com os EUA e, por isso, o Brasil recua. Enfim, o Brasil se aproxima da então Alemanha Ocidental e assina o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em junho de 1975. Foi o primeiro Acordo Nuclear entre um país desenvolvido e outro em desenvolvimento que incluía transferência de equipamentos e tecnologia para todas as fases do ciclo de produção de energia nuclear, e ainda contou com a chancela da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). No que tange à energia nuclear, o referido acordo previa a assistência técnica para o domínio do ciclo completo em médio prazo (IDEM, 1994).

Do ponto de vista alemão, era uma forma de assegurar o acesso às jazidas de urânio brasileiras, libertando-se da dependência dos EUA. O Acordo Nuclear foi assinado no dia 27 de junho de 1975 e além do acordo em si, havia um outro contrato referente à cooperação industrial e que incluía também a transferência de tecnologia. Os EUA se sentiram duplamente afetados: pelo lado econômico perdia o monopólio da instalação de usinas nucleares, e politicamente, sentia a relação com o maior país da América Latina se enfraquecer. No final de 1977, Jimmy Carter pressionou os bancos norte-americanos Chase Manhattan e Eximbank a suspender os financiamentos e cancelou a venda de urânio enriquecido à Alemanha. Carter exigia a desistência do acordo ou o cancelamento dos planos de construção da usina nuclear, o que, no fundo, daria no mesmo. Geisel, então denunciou o Acordo Militar que o Brasil possuía com os EUA desde 1952, um ato mais simbólico que prático, mas que representou para os militares um marco conceitual na via de autonomia estratégica. Foi rescindido o Acordo com a Missão Naval Americana, com a Comissão Militar Mista o Acordo Cartográfico no qual o Brasil deveria enviar aos EUA uma cópia de todas as suas cartas militares. A nacionalização dos meios, e redução da dependência e a maior liberdade de manobra logística eram reivindicações antigas dos militares para atingir a plena soberania. A altivez brasileira fez bem aos brasileiros e ao orgulho das Forças Armadas (GARCIA, 1989).

Para o chanceler Azeredo da Silveira, o Acordo Nuclear de 1972 que o Brasil tinha com os norte-americanos não pode ser considerado um acordo entre partes iguais, mas ao contrário, extremamente mal negociado, não constando nem o fornecimento da matéria físsil. Segundo o chanceler, a cidade de Angra dos Reis

como localização das usinas foi uma escolha dos EUA, não de seu governo, mas sim da Westinghouse, ou seja, o Acordo sequer era estatal (SPEKTOR, 2011). Em 1977, a Comissão de Energia Nuclear norte-americana mudou a classificação do Brasil, retirando a garantia de que o país receberia a matéria físsil, mesmo já tendo duas usinas prontas. O Brasil teve seus contratos cancelados e recebeu seu dinheiro de volta. Era mais importante para os EUA desenvolver tais pesquisas em áreas de conflito como o Oriente Médio do que na América Latina. Por isso o Irã, na época um aliado norte-americano, passou a receber o material físsil (IDEM, 2011).

Os EUA, por sua vez, passaram a divulgar na sua mídia a violação dos direitos humanos pelo regime militar brasileiro, dando a entender à opinião pública internacional que um país que não respeitava seu próprio povo não se encontrava pronto para possuir armas atômicas. O governo argumentava que o conceito de Direitos Humanos deveria incluir direitos sociais como moradia e emprego e não apenas direitos políticos (SPEKTOR, 2011). Uma alegação muito conveniente para um regime autoritário. Kissinger e Ford evitavam se apegar a questões de violações de direitos humanos tão comuns nas ditaduras latino-americanas. Já Jimmy Carter afirmava que Ford era tão obcecado pela balança de poder que se esquecia dos valores básicos da sociedade norte-americana. Em seu governo foi aprovada a emenda Hankin, que exigia que o Departamento de Estado apresentasse anualmente um relatório sobre a questão dos direitos humanos nos países que recebiam ajuda norte-americana. Tal exigência fez com que o Brasil dispensasse a assistência militar norte-americana ainda antes da apresentação do primeiro relatório ao Congresso. De todo modo, a pressão foi diminuindo à medida que ficou claro que o acordo entre Brasil e Alemanha Ocidental não vingaria devido a problemas técnicos e financeiros.

Outro ponto crucial para Geisel desde sua chegada ao Palácio do Planalto era fazer seu sucessor. Contudo, as dificuldades econômicas e o pragmatismo da política externa levaram a acirradas tensões nos círculos internos do regime. A chamada “linha dura” dizia que os ideais da “Revolução de 64” estavam sendo esquecidos. Um dos maiores atritos ocorreu quando o ministro Severo Gomes enviou a Cuba a primeira delegação oficial do país desde 1964, para participar de uma reunião do Grupo Executivo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar. Dias depois, numa discussão com o empresário Carlos

Lousada, Severo Gomes foi chamado por este de “ministro esquerdista” e pressionado por Golbery a renunciar, acabou substituído por Ângelo Calmon de Sá.

Enquanto isso, a candidatura do Ministro do Exército Sílvio Frota à presidência da República continuava a ser articulada pela “linha dura”. Um exemplo do tom de desafio a Geisel adotado por Frota foi sua decisão unilateral de enviar tropas à fronteira com o Uruguai para impedir o retorno do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, sendo que o próprio presidente estudava o pedido feito por familiares de autorizar o seu retorno desde que ficasse confinado a uma cidade do país (SPEKTOR, 2011). A candidatura de Frota foi crescendo entre os que apoiavam uma postura mais conservadora do regime e surgiram rumores de que Geisel receberia um ultimato para apoiar Frota como seu sucessor. Ao saber disto, Geisel demite Frota e o substitui pelo General Fernando Bethlem. No final de 1977, Geisel anuncia oficialmente a Figueiredo que o indicaria como seu sucessor. No começo do ano seguinte é formalizada oficialmente a chapa Figueiredo/Aureliano Chaves.

No próximo tópico, veremos como o presidente João Baptista Figueiredo deu continuidade à política externa pragmática de seu antecessor, mas de uma forma mais ostensivamente comercial, algo explicado pela conjuntura menos turbulenta em relação à 1973, em que o Brasil tomou medidas como a abertura de um escritório da OLP no país porque precisava se aproximar dos países árabes. A postura comercial da diplomacia brasileira é tamanha que chega a vender armas tanto ao Irã quanto ao Iraque durante o conflito que envolveu os dois países. Tal postura “desapaixonada” causou profunda irritação no governo iraniano, que segundo relatos da nossa própria diplomacia, costumava tomar tais medidas como ofensas pessoais ao governo iraniano, embora o mesmo também tenha deixado a retórica ideológica de lado quando julgava necessário.

8 O UNIVERSALISMO

O governo Figueiredo foi o último e mais longo do regime militar e em muitos pontos, o Universalismo de Saraiva Guerreiro aprofundou-se e deu continuidade ao Pragmatismo Responsável, porém com ênfase maior à América Latina. Segundo Vizontini (2002), a política externa de seu governo acabou ofuscada por outros temas como a Anistia e o processo de redemocratização. Ao ser empossado, Figueiredo procurou aparar as arestas internas do regime, no que obteve sucesso. No entanto, herdou o ônus do “milagre econômico”, a insatisfação tanto dos setores privados que apoiavam o regime, como de grande parte da população que não se viu beneficiada pelo tão propalado “milagre” (IDEM, 2002).

Pode-se fazer um paralelo entre o Pragmatismo Responsável e a Política Externa Independente de Jânio Quadros/João Goulart, principalmente no fato de ambas apresentarem-se como indiferentes a ideologias, a posição favorável ao multilateralismo e a percepção de que o mundo caminhava para uma integração econômica global. A mais evidente diferença, no entanto era o caráter político da Política Externa Independente, como a condecoração do revolucionário cubano Ernesto “Che” Guevara, por exemplo, e que pressupunha um programa de reforma social, enquanto o Pragmatismo fez questão de despolitizar seus procedimentos, até porque fazia parte da tática de abertura “lenta, gradual e segura” ousar mais no âmbito externo e manter o *status quo* no plano interno. Além disso, na década de 1970, o Brasil encontrava-se numa situação econômica melhor, que permitia tal comportamento.

É interessante notar que a política externa brasileira foi rotulada de acordo com o estilo de cada presidente. Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães, chanceleres de Castelo Branco, apenas executaram as diretrizes traçadas pelo presidente numa política externa marcada pela luta contra o comunismo. Magalhães Pinto, ministro de Costa e Silva, privilegiou a oposição Norte-Sul. Já Mário Gibson Barboza implementou a política do interesse nacional no governo Médici, período em que o Brasil recusou-se a assinar o TNP, estendeu para 200 milhas o mar territorial e aproximou-se da África, retomando medidas similares à PEI de Jânio Quadros. Azeredo da Silveira, ministro de Geisel, executou a política de riscos

calculados. Fez acordo nuclear com a Alemanha, denunciou o acordo militar com os EUA, diversificou os parceiros, priorizou as relações bilaterais, votou contra Israel na ONU e aproximou-se dos árabes. E por fim, Saraiva Guerreiro, titular da pasta do MRE no governo Figueiredo aproximou-se da América Latina e desenvolveu a indústria bélica brasileira (MIYAMOTO, 1987).

Em tese, todas as medidas adotadas nesses governos tiveram orientação presidencial, sendo este, portanto, em última instância o grande responsável pelos rumos da política externa, acertando ou errando. Todavia, como diplomacia, economia e interesses estratégicos muitas vezes se sobrepunham, eventualmente ocorriam choques entre estes setores, dando muitas vezes a impressão de uma política externa desarticulada. No entanto, segundo Miyamoto, tal fato é absolutamente normal já que além do confronto de interesses, a grande dependência de recursos externos faz com que o país opere neste sentido em várias frentes (IDEM, 1987).

Outro aspecto notável é a coerência da política externa brasileira. Desde quando assumiu o cargo até transmiti-lo a seu sucessor, Saraiva Guerreiro, Silveira combateu a hegemonia, o alinhamento às grandes potências e pregou a ampliação do leque de parceiros comerciais, considerando afinidades históricas e culturais conforme seu interesse e sem se curvar à pressão de outrem. Amado Cervo afirma que apesar do desenvolvimentismo ter sido uma unanimidade por décadas, o modo de aplicá-lo não o era: havia uma corrente de desenvolvimento associada aos EUA e outra baseada na autodeterminação e autonomia brasileira.

Para Roberto Campos, o Brasil possuía quatro opções de política externa: o “Neutralismo”, o “Terceiro Mundismo”, o “Alinhamento Automático” e a “Parceria Seletiva”, sendo esta última, segundo o economista, a única cabível no contexto da época. Segundo seu pensamento, o Brasil deveria priorizar as relações com os EUA, Portugal, Alemanha e países africanos do Atlântico. Considerava a abertura de embaixadas na África um equívoco financeiro, assim como a simpatia pelo Terceiro Mundo, considerado por ele como “um mosaico incongruente” (FERREIRA, 2006). Guerreiro respondeu que o Brasil possuía ligações variadas e política externa própria porque a complexidade da conjuntura assim exigia. Alinhamentos rígidos, ainda mais com os mais fortes prejudicam os dependentes como afirmava Maquiavel. Assim, o Brasil não deveria depositar exagerada confiança numa suposta

amizade com os norte-americanos que no fim do dia apenas defenderiam seus próprios interesses, aliás, como qualquer outro país o faz. Argumentou ainda que as exportações ao Terceiro Mundo geraram um milhão de empregos, eram rentáveis e pagas em dia. Por fim, a ideia toda de opções é um sofisma, pois elas não existem. Quem quer ter superávits não pode se dar ao luxo de escolher parcerias e a economia se tornara muito mais veloz do que a capacidade política de atendê-la e, sobretudo, gerenciá-la de forma equitativa. (FERREIRA, 2006).

O General João Baptista Figueiredo assumiu em março de 1979, enfrentando uma grave crise econômica e pressões tanto da oposição quanto da direita, que era contra a redemocratização. Economicamente, o Brasil sofreu dois duros golpes, o chamado segundo choque do petróleo (a alta dos preços causada pela instabilidade política do Irã revolucionário e que se estenderia com a guerra Irã-Iraque) e o aumento da taxa dos juros da dívida externa dos países latinos, configurando-se num duro golpe para a política desenvolvimentista daqueles países. A Guerra das Malvinas e o fim do regime militar na Argentina demonstraram claramente que tais modelos, que haviam sido criados com ajuda norte-americana na Operação Condor, não eram mais interessantes no novo contexto que surgia. Com a volta do liberalismo representado por Reagan e Thatcher, as potências queriam que os países em desenvolvimento abrissem e desregulassem as suas economias (VIZENTINI, 2002). Neste contexto, o Terceiro Mundo volta a ser mero fornecedor de matérias-primas e recursos energéticos. A América Central, do Sul e Caribe se tornaram um novo tabuleiro de disputas entre EUA e URSS. A questão cubana e o surgimento de movimentos de esquerda na Nicarágua e em El Salvador fizeram com que os EUA tentassem recuperar o espaço julgado perdido durante o governo Carter.

Todos esses fatores levaram a uma severa recessão no biênio 1982-83, que levou ao pedido de moratória da dívida externa. Delfim Netto negocia com o FMI, que exige um programa ainda mais recessivo. Para a população o custo de vida aumentou, enquanto os salários permaneceram estagnados. Eclodem greves no ABC paulista, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No que diz respeito à política externa, o chanceler Saraiva Guerreiro conservou muitos dos traços do Pragmatismo, denominado sua política de “Universalismo”. Segundo o ministro, eram intrínsecas a este conceito a defesa dos

interesses nacionais e a projeção da diplomacia brasileira no mundo (MIYAMOTO, 1985). Figueiredo definiu o Universalismo como uma política com ampla disposição ao diálogo, baseado no respeito mútuo e no princípio da não intervenção (VIZENTINI, 2002). O Brasil identificou-se como parte do Terceiro Mundo (embora mantendo a linha não militante, ou seja, mantendo distância das causas que pudessem prejudicá-lo comercialmente), reduziu o intercâmbio com a África (devido à grave situação econômica do continente) e com Europa/Japão. Houve, contudo, um incremento nas relações com a China e o Oriente Médio. Este último, mais uma vez em conflito, aumentou a compra de armas e de veículos blindados brasileiros (MIYAMOTO, 1987).

Segundo Letícia Pinheiro (2006), Figueiredo não possuía uma relação tão pessoal com Saraiva Guerreiro como Geisel possuía com seu chanceler, nem possuía um interesse tão grande por política externa. O presidente não foi árbitro dos conflitos internos do setor e sua política externa foi marcada pela dubiedade. Em seu governo, os militares tinham influência no que tange a estratégia e a política nuclear, enquanto o Itamaraty marcou presença em questões comerciais.

De acordo com Ronaldo Sardenberg, citado por Miyamoto, a política externa de Figueiredo tinha três pedras de toque: em primeiro lugar, a certeza de que o Brasil não aceitava hegemonias e nem a reivindicava para si. O país só falaria por si e também não aceitaria ser guardião de interesses alheios ou elo entre países. Em segundo lugar também não se aceitava o automatismo. A política exterior era fruto de uma combinação de variáveis que envolvia riscos e oportunidades. E, por fim, a consciência da limitação de recursos e da atuação da política externa brasileira (MIYAMOTO, 1985). Um ponto de permanência em relação ao governo Geisel foi a transformação do Itamaraty cada vez mais como um braço internacional do Ministério da Fazenda, baseando suas decisões primordialmente no interesse comercial imediato, o que fez com que o Brasil não cumprisse as promessas de solidariedade terceiro-mundistas inicialmente propostas, porque seu capital estava comprometido com órgãos como o FMI e o Banco Mundial, participando do Movimento dos Não Alinhados apenas como observador (VIZENTINI, 2002).

Guerreiro propunha a realização no plano das relações Sul-Sul, de maior união e cooperação para que fossem feitas reivindicações em conjunto aos países do Norte. Como se vê, mantiveram-se os mesmos problemas da gestão anterior.

Aos críticos que diziam que o Brasil deveria se aproximar dos países ricos ao invés de países que supostamente não podiam comprar produtos nacionais, retorquia que para o País, assim como a crise do petróleo levava a busca por fontes alternativas de energia, a crise econômica deveria levar a diversificação de parcerias. Podemos aferir essa mudança de foco por meio dos números: em 1967 as exportações para o Terceiro Mundo correspondiam a 12,8 % das exportações nacionais. Já em 1981, chegava a 35,7%, um salto de US\$ 1,1 para US\$8,3 bilhões de dólares (MIYAMOTO, 1985).

Segundo Sonia de Camargo, um dos traços do governo Figueiredo foi a inserção de assuntos econômicos e financeiros na agenda dos diplomatas do Itamaraty. A despolitização da economia foi quase completa, assim como a autonomia do governo foi seriamente limitada (CAMARGO e OCAMPO, 1988). De fato, foi um período marcado pelas discordâncias entre os ministérios. Roberto Campos, economista e ex-ministro do planejamento de Castelo Branco, era da opinião de que a inclinação “terceiro-mundista” da diplomacia era puramente ideológica e sem nenhum valor prático, postura esta compartilhada por Aureliano Chaves, que via no Primeiro Mundo o caminho para o Brasil sair da crise na qual se encontrava. Saraiva Guerreiro, embora mantendo a postura polida indispensável em sua profissão, não se furtou a fazer críticas incisivas a aqueles que queriam ver o Brasil gravitando na órbita norte-americana (MIYAMOTO, 1985).

O Brasil passou também a valorizar mais as relações com os países do cone sul, até como forma de autoproteção, pois os governos militares viam as pressões norte-americanas por redemocratização como uma forma de desestabilizar politicamente a região. Foi a primeira vez desde a instauração do regime militar em que a América Latina foi prioridade na política externa brasileira. Todavia, a acachapante derrota da Argentina na Guerra das Malvinas contribuiu para abater os ânimos dos militares que comandavam os países vizinhos e o Caribe se tornou uma área importante na Guerra Fria, devido ao regime cubano, um bastião do comunismo a poucos quilômetros da costa oeste norte-americana.

O Universalismo seria a primeira estratégia de política externa a realmente colocar em prática aquilo que todos os governos anteriores prometeram: a priorização da América Latina com ênfase nas relações com a Argentina. Saraiva herdara de Azeredo o contencioso Itaipu-Corpus. Uma das primeiras tarefas

delegadas ao chanceler pelo presidente Figueiredo foi resolver a questão. A Argentina queria ser consultada previamente e, até o governo Geisel, a postura brasileira era que a responsabilidade brasileira por eventuais danos causados ao país vizinho na construção da hidrelétrica já era garantia suficiente. Com Guerreiro, o Brasil se mostrou mais flexível e tal postura resultou no Acordo que encerrou uma crise que já durava onze anos e que levou inclusive Figueiredo a realizar uma visita oficial à Argentina, a primeira de um presidente brasileiro desde 1935 (VIZENTINI, 2002).

No plano interno, a Argentina enfrentava o contexto pós-conflito pelas ilhas Malvinas que custou não só a vida de centenas de soldados, como a frágil aliança com os EUA e a própria sobrevivência do regime. O Brasil buscou uma solução negociada, pressionando os EUA na OEA, para que votassem uma moção contra uma reação militar britânica à ocupação das ilhas. O que o Brasil por fim obteve foi um texto moderado que omitia que apesar da reivindicação secular dos argentinos pelas ilhas, naquele momento eram eles os agressores. O governo brasileiro teve pequenos atritos com sua contraparte argentina ao permitir pousos de emergência de aeronaves britânicas, mas de modo geral segundo Guerreiro, o Brasil manteve um papel de equilíbrio. O conflito acabou sendo um desastre para os argentinos, custou tempo e dinheiro aos ingleses e desgastou a imagem dos EUA na América Latina.

Já as relações com os EUA, que já estavam estremecidas no governo Carter, se tornaram ainda mais difíceis com a eleição de Ronald Reagan. Após a derrota no Vietnã e o escândalo Watergate, o governo norte-americano reassumiu uma postura incisiva, característica da Era Reagan, intervindo onde fosse necessário para “combater o comunismo”. Reagan também procurou sabotar qualquer forma de articulação dos países do Terceiro Mundo. Os EUA assumiram também uma postura agressiva em relação ao Brasil, tentando forçar a abertura do mercado brasileiro e o fim de medidas protecionistas ao mercado interno. Figueiredo chegou a cortar totalmente os incentivos aos plantadores de café por exigência de Washington, que considerava a medida “desleal” (VIZENTINI, 2002). Porém, em 1982, Reagan visitou o Brasil e amenizou seu discurso, elogiando o potencial de crescimento do país, pois no pensamento norte-americano, se a ação brasileira ficasse demasiado cerceada, haveria a possibilidade de o Brasil buscar outros

parceiros, como ocorrera com a questão nuclear. Em outras frentes, o Brasil se aproximou da Índia, da URSS e dos países da América Central, postura que também não agradou aos EUA.

Na verdade, o que estava em jogo na relação Brasil-EUA no período era muito mais do que a definição de melhores relações bilaterais. Além dos interesses econômicos e nacionais, jogava-se a carta da independência política do país e sua contribuição para a criação de novas normas de convívio internacional a médio e longo prazo.

Em relação ao Oriente Médio, o governo Figueiredo manteve basicamente as mesmas características do governo Geisel: venda de alimentos e armas em troca de petróleo. Com o segundo choque, o primeiro país a garantir o abastecimento ao Brasil foi a Líbia. Embora não pudesse baixar os preços devido às pressões da OPEP, facilitava condições de pagamento e demonstrava boa vontade na compra de produtos brasileiros. A relação era tão boa que a Braspetro era a única empresa latino-americana a operar naquele país (IDEM, 2002).

Foi um período de incremento nas relações, aumentando suas exportações de automóveis, armas, aviões, bens e produtos alimentícios e manufaturados, com os quais pagava suas importações de petróleo. Os principais parceiros brasileiros eram Iraque, Arábia Saudita, Irã, Síria, Líbia, Egito e Argélia. Destacaram-se a venda de 120 aviões tucanos ao Egito e 800 milhões de dólares em blindados, tanques e lança mísseis ao Iraque (IBIDEM, 2002). No período, a aproximação com os árabes foi também adquirindo contornos políticos mais evidentes. Em 1980, o Ministro do Petróleo dos Emirados Árabes Unidos, Mana Said Al Otaiba recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, ocorrendo o mesmo com o ministro das finanças do Kuwait Abdel-Rahman Al-Atik.

Portanto, um dos principais fatores que levaram à relação tão favorável com os países árabes foi o apoio explícito à OLP desde o governo Geisel. O Brasil reconheceu a OLP como legítima representante do povo palestino em 1975 e no início do governo Figueiredo, em 1979, finalmente o escritório da Organização para a Libertação da Palestina em Brasília foi aberto, que mesmo sem possuir *status* de embaixada, recebeu protestos da diplomacia israelense. Ao abrir a XXIV Assembleia Geral da ONU, o chanceler Saraiva Guerreiro afirmou que era um absurdo que os palestinos, uma das partes interessadas, não tivessem representantes nas

negociações de paz e que o unilateralismo de Israel estava fadado ao fracasso. O Representante da OLP na Assembleia afirmou que o Brasil, como primeiro orador, deu o tom dos demais pronunciamentos (VIZENTINI, 2002).

Em outubro de 1979, o Príncipe Muhammad Al Faïçal Al Saud, dirigente da União dos Bancos Sauditas foi recebido pelo presidente Figueiredo e pelos ministros da Fazenda Delfim Netto e das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro, entre outros. No final do mesmo ano, Delfim Netto viajou ao Iraque e à Arábia Saudita, e na volta, anunciou que após muitas negociações, a proposta que mais agradou a ambos foi a troca de produtos brasileiros (comprados pelo governo dos setores privados) em cruzeiros e a troca destes por petróleo no equivalente em dólares. Durante a guerra Irã-Iraque, o Brasil fez saber ao país persa que não apoiava nenhum dos lados da guerra, mas que o país cumpria compromissos já estabelecidos no governo anterior e que precisavam ser respeitados (IDEM, 2002).

Outro parceiro importante no período foi a Líbia de Kadaffi, com a garantia de fornecimento de petróleo e a declaração do embaixador líbio, bem ao estilo árabe, de que “mesmo que o mundo caia aos pedaços não deixaremos que o Brasil fique sem energia”. Assim a Líbia se dispunha a facilitar pagamentos com prazos a perder de vista e a autorizar a Braspetro a operar em seu território. No entanto, em 1983 tivemos um incidente diplomático quando quatro aeronaves líbias que voavam rumo à Nicarágua, supostamente carregando material de higiene e medicamentos, foram detidas no aeroporto de Recife repletas de armas. Segundo noticiou na época o jornal *The New York Times*, haveria indícios de que a CIA havia alertado previamente as autoridades brasileiras sobre o carregamento. Os grandes prejudicados foram a Engesa e a Embraer, que tinham contratos milionários com o governo líbio, e que foram imediatamente suspensos por Kadaffi. Após dois meses de negociações, os contratos foram revalidados, mas os aviões não tiveram permissão de prosseguir até Manágua. Todo o *imbróglio* foi atentamente “supervisionado” por um avião militar norte-americano que sobrevoava diariamente o espaço aéreo recifense. (IBIDEM, 2002).

O governo Figueiredo também sofreu forte oposição ao aceitar a já citada indenização pelo maior poço já descoberto pela Braspetro e um dos maiores do mundo, o Majnoon, situado em zona conflagrada da guerra Irã-Iraque. O acordo, uma indenização milionária (US\$300 milhões de dólares mais 405 mil barris por

dia), foi renegociado posteriormente e reduzido para apenas 106 mil barris/dia, a preços privilegiados e 300 mil a preço de tabela. Este dado causou revolta na oposição, que por meio do deputado Maurício Fruet, acusou o ministro Shigeaki Ueki de mentir quando afirmava que o campo não estava sendo negociado (VIZENTINI, 2002). O deputado também criticou a existência da Braspetro. Segundo ele, esse dinheiro seria mais bem investido se fosse destinado à busca por poços em território brasileiro.

Os dois modelos de política externa do período final do regime militar resgataram as linhas gerais da Política Externa Independente e obtiveram grandes resultados no que diz respeito à diversificação do comércio com todo o globo, independentemente de matizes ideológicas. À exceção do período Castelo Branco, a política externa foi uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento econômico e industrial, buscando assim uma maior autonomia na cena internacional. O Brasil passou a exportar produtos primários para países do leste europeu, China e Japão, e manufaturados para África, Oriente Médio e Ásia.

Segundo Vizontini, o período Geisel/Figueiredo foi o auge do multilateralismo na política externa: o Brasil atuou não só na frente Norte-Sul, mas também na Sul-Sul (com América Latina, Oriente Médio e África) e Sul-Leste (com países comunistas). Contudo, faltou a ambos governantes a ousadia interna proposta pela Política Externa Independente. O termo “Pragmatismo Responsável” é interpretado por Vizontini como uma ideia de modernização econômica sem reforma social, ao contrario da PEI que seria “irresponsável” (IDEM, 2002).

De qualquer forma, o Brasil se tornou no período a décima economia mundial e o único país abaixo da linha do equador a possuir um parque industrial completo. O multilateralismo seria mantido até o início da década de 1990, quando a onda neoliberal e o conceito de globalização alinham o Brasil a um sistema interdependente e instável. Segundo Raimundo dos Santos Jr., a interdependência é um modelo que coloca em evidência a força das transnacionais e as crescentes interações sociais, econômicas, técnicas e culturais, que ocorrem fora do controle do Estado, embora sem tentar descartar a importância deste como principal ator das Relações Internacionais, até porque mesmo as transnacionais recorrem ao poder estatal quando lhes convém, mas sim tentar combinar aspectos que possam ajudar a explicar a dinâmica de um mundo em constante transformação (SANTOS 2004).

Um exemplo disso foi a própria crise do petróleo: países militarmente fracos impuseram aos mais fortes o embargo do combustível. Neste episódio, evidenciou-se que poder militar e poder econômico não eram mais tão similares. No modelo de interdependência, os Estados não se comunicam mais apenas por meio dos canais formais, mas também por empresas, bancos e Organizações Não Governamentais (ONGs). Outra característica da interdependência é o entrelaçamento da política interna com a externa, já que muitas vezes uma medida adotada por um órgão internacional como a OMC reflete instantaneamente na política interna de um país. Seu grande ponto frágil, porém, é justamente a instabilidade do mercado, já que como num efeito dominó, a crise financeira de um país na Ásia pode gerar quedas nas bolsas, especulação e diminuição de investimentos em todo o globo.

O Pragmatismo Responsável não foi uma revolução ou uma novidade na política externa brasileira. Na verdade, foi o auge de um movimento em busca do desenvolvimento por meio da diversificação de parcerias, que já vinha de governos bem anteriores como o de JK, foi ampliado nos governos Jânio Quadros e João Goulart, retraiu-se com Castelo Branco e foi retomado nos governos seguintes com maior ou menor intensidade. O diferencial do governo Geisel foi a conjuntura em que governou, quando a crise do petróleo fez com que o incremento das exportações, especialmente para o Oriente Médio, fosse um imperativo e não meramente uma opção. Foi também um período de afastamento dos EUA e aproximação com a Europa Ocidental, notadamente com a Alemanha, com quem o Brasil iniciou um projeto nuclear. Geisel votou contra o sionismo e denunciou um acordo militar com os norte-americanos que, apesar de inoperante, já durava mais de duas décadas e cujo rompimento foi altamente simbólico. Foi uma política externa baseada em riscos calculados, fazendo assim jus ao nome com que foi batizada.

9 ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação pesquisada nos arquivos do Itamaraty em Brasília é quase toda formada por telegramas, com alguns memorandos e relatórios mais extensos e profundos para apreciação do Itamaraty. A documentação pesquisada é constituída por telegramas meramente informativos e ostensivos que simplesmente relatam que determinada empresa iraniana, por exemplo, tem interesse em adquirir certo produto brasileiro. Verificamos casos nos quais o diplomata procurará exercer o peso de seu cargo para tentar intervir a favor dos interesses brasileiros numa negociação, sejam eles estatais ou privados. E, por fim, há também análises de conjuntura, na qual o diplomata usa de seu conhecimento e experiência na área e de sua vivência no país onde está servindo para lançar um olhar no qual sempre tentará trazer para o leitor uma visão na qual os interesses ou consequências para o Brasil de determinado processo político sempre estarão evidenciados.

Já no ano de 1973, seis anos antes da Revolução, tivemos acesso a um relatório onde o diplomata Paulo Braz Pinto relata suas inquietações acerca da política expansionista e agressiva do xá, que assume uma postura abertamente antiárabe e intervencionista. O relatório lembra que o xá Reza Pahlevi, o “gendarme do Oriente Médio” gastava cerca de 20% de seu orçamento anual em Defesa. Esta visão brasileira mostra a independência da diplomacia brasileira em relação a Washington, que só demonstrou preocupação com o armamento excessivo do xá quando o Irã já estava às portas da Revolução.

Segundo o diplomata brasileiro³

Não têm perdido este governo (...) oportunidade alguma de fazer alarde do desenvolvimento do seu potencial militar. (...) A decisão do Irã é, pois, um desdobramento do que considera o primeiro dos seus objetivos nacionais permanentes: assumir o papel outrora desempenhado pela Grã-Bretanha, de guardião do Golfo Pérsico, e, nessa qualidade estar preparado para eliminar quaisquer focos subversivos que ponham em risco o abastecimento dos mercados mundiais pelo petróleo proveniente dessa área. Visa com isso proteger o que considera seus interesses estratégicos e econômicos do Ocidente. (...) basta lembrar que 60% do petróleo consumido pela Europa e 90% do absorvido pelo Japão provém do Golfo Pérsico, circunstância essa que faz do Estreito de Ormuz a veia jugular do abastecimento mundial de petróleo. Todavia (...) a preocupação que domina este governo (...) é o cerco do Irã por países hostis. Os tratados elaborados por URSS e Índia em

³ Memorando da Embaixada do Brasil em Teerã, 14/06/1973.

1971 e entre aquele país e o Iraque em 1972, mais a secessão de Bangladesh e a persistência de focos de agitação política no Baluchistão despertam aqui temores de um esfacelamento do Paquistão, com a consequente formação de um vácuo político entre esse país e o Irã. (...). Em recente entrevista (...) o xá concluiu dizendo: “Não quero um Vietnã nas fronteiras com o Irã.” (...) Além disso (...) o panorama do lado do Golfo Pérsico não é dos mais tranquilizadores, sendo o Kuwait seu ponto mais nevrálgico. O episódio da ocupação pelo Iraque de uma faixa costeira daquele país (...) reacendeu no espírito dos iranianos o espectro (...) de uma anexação do Kuwait por Bagdá. (...) O xá já declarou que, se no caso de uma confrontação com o Iraque o Kuwait solicitar o auxílio do Irã, este será concedido. A disposição dos EUA e da Grã-Bretanha de fornecer ao Irã os mais sofisticados entre os seus armamentos é encarada aqui como uma aprovação implícita da decisão deste país de se tornar a potência dominante no Golfo Pérsico. (...) Entretanto quanto mais o xá faz alarde do poderio militar do país (...) mais profunda se torna a desconfiança dos árabes de que o Irã estaria aguardando uma oportunidade de intervir nos assuntos internos desses países.

Com base nessa abrangente análise, notamos que o Irã do xá era um país que queria compartilhar com Israel o papel de guardião dos interesses do Ocidente na região, talvez até com mais ênfase do que o estado judeu, por se tratar de importante produtor de petróleo que se dispunha orgulhosamente a fornecê-lo ao Ocidente a preços camaradas. Vemos que a preocupação do xá com suas fronteiras ultrapassa a preocupação natural de um país a partir do momento em que ele se dispõe a intervir no Paquistão ou no Kuwait para manter a balança de poder favorável a seu favor. O fato de o Irã ser um país persa, xiita e fortemente armado entre países árabes e/ou sunitas torna o cenário de hostilidade mútua ainda mais evidente.

Em meados da década de 1970, com o mundo ainda sentindo os efeitos da Crise do Petróleo, o Brasil decide se aproximar dos países produtores da *commodity*, mas, sem divisas, tenta estabelecer com o Irã uma relação parecida com a que tinha com seu vizinho Iraque: o *barter trade*, ou escambo.

Em 1977, o setor empresarial brasileiro passa a investir de forma mais contundente no mercado iraniano com a entrada da construtora Andrade Gutierrez, que juntamente com a iraniana Eletroconsult, criam o BRIC (*Brazilian-Iranian Consortium*) para construção de obras de infraestrutura no Irã como aeroportos, ferrovias, rodovias, portos e hidrelétricas.

É interessante observar o reposicionamento do Brasil no cenário internacional, quando sua política externa foi liderada por Azeredo da Silveira. O chanceler procura o ministro Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e Comércio, para

discutir sobre o novo momento da economia iraniana, assinalando que o Irã necessitava de construtoras e maquinário agrícola e que o Brasil deveria ocupar também esse nicho, já que o país já se encontrava posicionado no mercado alimentício local.

O início dos entendimentos, porém não foi muito auspicioso. Há o episódio da FECOCARNE (Federação das Cooperativas de Carne do Rio Grande do Sul), no qual a referida empresa, num exemplo de amadorismo, envia diretamente ao Ministério da Agricultura do Irã uma carta em português (idioma no qual os iranianos não são muito versados, como lembrou ironicamente o Encarregado de Negócios Gil de Ouro-Preto) oferecendo “carnes congeladas com ou sem osso” aos iranianos diretamente, sem contatar a Embaixada brasileira como de praxe⁴. Outro exemplo de relações informais, desta vez partindo de um iraniano, ocorre quando um coronel da reserva do Exército Iraniano, então comerciante no Bazar de Istambul situado na Rua Augusta no Centro de São Paulo, procura o Adido das Forças Armadas do Brasil Antônio Moreira e, se dizendo amigo dos encarregados das compras do Exército do Irã, entrega ao militar brasileiro uma lista de produtos que o Irã supostamente necessitaria e sugere a este que o governo brasileiro convide um militar de alta patente iraniano para a Feira Brasil Export 77. Tal sugestão inusitada evidentemente não foi levada adiante⁵

Em relação à abordagem brasileira, o Irã recusou-se a qualquer tipo de compromisso comercial em longo prazo e também em relação ao *barter trade*. Além disso, os iranianos queriam isenção de taxas de investimentos e poder para sacá-los a qualquer momento, além de privilégios a empresas iranianas.

As negociações sobre o entendimento Brasileiro-Iraniano que vincularia as importações adicionais de petróleo às exportações numa porcentagem de cinquenta por cento de produtos brasileiros para o mercado iraniano e investimentos iranianos no Brasil esbarraram desde o primeiro dia na diferença de interpretações entre as duas partes sobre o conteúdo das conversações mantidas em Nova York a cinco de abril entre os ministros Simonsen, Ueki e Ansari. (...) As implicações das propostas iranianas tanto no tocante a regulamentação da compensação das importações quanto ao regime fiscal e cambial (...) nos afigura inaceitável por razões óbvias e pelo tratamento altamente privilegiado e discriminatório que pretendem⁶.

⁴ Anexo de telegrama de 15/05/1977.

⁵ Telegrama 29/09/1977

⁶ Telegrama enviado em 02/06/1977.

O governo imperial (como se autointitulava na documentação oficial) do Irã se coloca numa posição de absoluta superioridade em relação ao Brasil, fazendo parecer que se tratava de uma potência lidando com um país periférico, onde o primeiro impõe as condições e não uma clássica relação Sul-Sul. De todo modo, surge o embrião da cooperação entre os dois países com a criação da Comissão Mista Brasil-Irã para a expansão e diversificação dos negócios entre os dois países e principalmente, conversar sobre algo que sempre foi um entrave no comércio bilateral: o transporte marítimo de mercadorias. Em cópia do registro das conversações mantidas no Rio de Janeiro entre 17 e 19 de outubro de 1977, entre representantes brasileiros e iranianos observamos que o petróleo era a questão mais sensível:

Since the Brazilian delegation suggested not to discuss the transportation of oil (...) the Iranian delegation confirmed that the intention of the parties is to cover the transportation of all commodities including oil (...) The Brazilian delegation stated that after knowing that the Iranian delegation was ready also to discuss the transportation of oil consulted the concerned Brazilian authorities and learned that oil transportation should be discussed directly and separately by the two national oil companies involved. (...) Keeping in mind the Joint Commission Recommendation both sides agreed that further examination of those alternatives should also include (...) the feasibility of establishing a Joint Service to be operated by Brazilian and Iranian shipping companies as well as the possibility of negotiating a bilateral agreement on maritime transportation⁷.

Para se ter uma ideia do papel ativo que a embaixada brasileira em Teerã possuía nessas negociações e como seu conhecimento dos meandros internos era importante, quando o Brasil decide organizar uma missão oficial ao Irã, deixa a cargo do embaixador Aluysio Regis Bittencourt os contatos a serem feitos com empresas que poderiam adquirir, por exemplo, autopeças e serviços de engenharia. Era importante também a execução de grandes projetos como hidrelétricas e construção de estradas. Assim, Aluysio Regis Bittencourt escreve uma carta de

⁷ “Como a delegação brasileira sugeriu não discutir o transporte de petróleo (...) a delegação iraniana confirmou que a intenção das partes (na sua interpretação) era que o Acordo cobrisse o transporte de todas as commodities inclusive petróleo (...). A delegação brasileira afirmou que após saber que a delegação iraniana se mostrava disposta a discutir também o transporte de petróleo consultou as autoridades competentes e foi informada que o transporte de petróleo deve ser feito em negociado diretamente e de forma separada entre as companhias envolvidas. (...) Tendo em mente o estatuto da Comissão Mista ambos os lados concordaram que análises futuras destas alternativas deveriam também incluir (...) a exequibilidade de estabelecer um acordo de cooperação entre as companhias de navegação brasileiras e iranianas assim como a possibilidade de um Acordo Bilateral de Transporte Marítimo.(tradução nossa).

recomendação ao Ministro da Economia do Irã Hushang Ansari, mesmo com a missão sendo liderada por um diplomata respeitado como Paulo Tarso Flecha de Lima, pois o embaixador brasileiro conhecia a predileção oriental por relações oficiais e de alto nível e foi orientado a confirmar as autoridades iranianas que a missão brasileira tinha apoio oficial do governo.

A Missão era composta por dez pessoas representando o Itamaraty, os Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio, o Grupo Petrobrás, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) e entidades como o Sindicato Nacional da Indústria de Equipamentos Ferroviários e o Sindicato Nacional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares. Cada representante procurou travar relações com suas contrapartes no Irã na viagem feita entre 28 de outubro e 4 de novembro de 1977. Ficou também a cargo de Bittencourt a escolha das autoridades com quem Flecha de Lima se encontraria nas reuniões de alto nível, em especial com Hushang Ansary, ex-ministro da Economia do Irã e então presidente da NIOC (*National Iranian Oil Company*).

Para o estabelecimento da Comissão Mista foi preparado um cronograma que previa reuniões nas quais seriam discutidas joint-ventures nos setores petroquímicos, de mineração, metalurgia, siderurgia, produção de celulose e papel, produção e venda de soja, além de uma potencial entrada brasileira no setor de construção civil.

Porém, Paulo Tarso Flecha de Lima retorna demonstrando preocupação com o possível desequilíbrio na balança comercial e indica que cabia ao Ministro das Relações Exteriores pressionar o governo iraniano a cumprir sua parte no trato sob ameaça de redução de consumo brasileiro. É pedido também, à Interbrás e à CACEX, relatórios periódicos sobre as transações com o Irã para fins de controle. O Brasil até aqui assume uma postura ativa nas negociações com o Irã pré-revolucionário, postura essa que se modificará drasticamente quando o Irã passar a usar o petróleo como arma. Observamos também o clima de celebração do documento em que se festeja o fato de o Ministério das Relações Exteriores assumir a frente das negociações comerciais internacionais, esvaziando iniciativa similar que vinha sendo preparada pelo Ministério da Indústria e Comércio. Era necessário durante o regime militar que o MRE ressaltasse constantemente sua importância e

utilidade especialmente frente à chamada “linha-dura” do regime, pouco versada em política internacional e que tendia a ver a diplomacia como perfumaria.

Uma das *joint ventures* que foi efetivamente posta em prática ocorreu na área agrícola, mais especificamente no plantio e beneficiamento da soja. Era necessário expandir as fronteiras agrícolas do país, tendo em vista o vasto território disponível para a agricultura fora do eixo Sul-Sudeste e que não vinha sendo aproveitado por falta de investimentos. A *joint venture* iria produzir cerca de um milhão de toneladas de soja ao ano, e a região preferencial para o início da empreitada seria o Cerrado. O Ministro da Agricultura Antônio Lício foi o grande idealizador do projeto, propondo driblar até as limitações constitucionais de vendas de terras a estrangeiros com a criação de uma “empresa colonizadora” brasileira que funcionaria, de fato, com capital iraniano.

Nessas condições teria o Ministério da Agricultura cogitado (...) dois modelos alternativos para a constituição da *joint venture*, que se utilizaram dos mesmos elementos quanto à área territorial a ser ocupada (600 a 700 mil hectares), sua localização geográfica (terras devolutas nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás), recursos financeiros necessários (US\$300 milhões, excluídos gastos de custeio) e custo zero de aquisição do fator terra.

O primeiro modelo com base no projeto brasileiro-japonês de colonização do Cerrado, se constituiria de uma espécie de cooperativa, liderada por uma “empresa-mãe”, de maioria nacional, que adquiriria as terras devolutas e coordenaria as atividades de suas afiliadas. Estas, por sua vez, poderiam ser integradas também pelos iranianos, em posições majoritárias e prestariam a “cooperativa” os serviços necessários ao cultivo de soja e outros grãos.

A segunda alternativa compreenderia a constituição de uma empresa de desenvolvimento agrícola (ou “colonizadora”), com capital majoritário iraniano, que alugaria seus serviços de beneficiamento das terras aos próprios Estados (que manteriam sua posse) ou a particulares brasileiros que viesse a adquiri-las dos governos estaduais⁸.

Decidiu-se que o projeto a ser apresentado ao governo iraniano seria elaborado pelo Banco do Brasil e pelo BNDES em reuniões a serem realizadas entre 12 e 17 de setembro de 1977. Ainda na área de soja, no ano seguinte a empresa Cotia solicitou ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima que o governo brasileiro manifestasse ao governo iraniano seu apoio oficial à comercialização de silos de armazenamento de grãos para aquele país e sua aprovação à participação da Cotia na *joint venture* do setor agropecuário, atestando assim a competência da referida empresa. Tudo em nome do apoio ao empresariado nacional e do projeto de

⁸ Relatório de 30/08/1977.

equilibrar a balança comercial Brasil-Irã. A missão foi bem-sucedida, segundo telegrama de Pedro Carlos de Brito, diretor da Cotia, enviado em agradecimento ao apoio fornecido pela embaixada.

Em julho do ano seguinte, uma missão do Ministério da Agricultura iraniano veio ao Brasil e realizou uma série de visitas, sobrevoando áreas do Cerrado em Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, as instalações da Cotia em Minas Gerais, o Centro de Pesquisas em Milho e Sorgo em Sete Lagoas (MG), a Universidade de Viçosa (MG) para conhecer o Departamento de Economia e Extensão Rural e o Centro de Treinamento em Armazenagem. Conhecem o Centro Nacional de Pesquisa em Algodão na Paraíba além de projetos de irrigação em Pernambuco e o Centro de Pesquisa do semiárido da EMBRAPA, de onde saíram, segundo o relato, muito bem impressionados, especialmente com os projetos de irrigação⁹.

O ano de 1978 começa atribulado com a ameaça da NIOC de romper unilateralmente seus contratos com a Braspetro, como, aliás, já havia feito também com outras multinacionais como a italiana Agip. Foi um momento de grande preocupação para o Brasil, já que o nosso déficit na balança comercial com o Irã era de 331 milhões de dólares.

Para tentar corrigir essa distorção, Aluysio Bittencourt vislumbra oportunidades para o Brasil no setor agrícola, da construção civil e de exportação de carne, que poderiam se somar as já tradicionais exportações de óleo de soja e açúcar (produto sobre o qual o Brasil insistentemente tentava assinar um acordo de longo prazo com o Irã para garantir receitas mais estáveis) e que eram responsáveis por oitenta por cento do comércio brasileiro com aquele país. Porém, a substituição de um ministro referido por Bittencourt apenas como Tavakoli na pasta da Energia por alguém mais simpático (Mahdmina) ao consórcio Brasil-Irã tranquilizou o *staff* da embaixada brasileira em Teerã. Já se começavam, contudo, a sentir os feitos da instabilidade política que resultaria na Revolução, uma vez que até Hushang Ansary, presidente da NIOC, tinha seu cargo ameaçado por supostamente professar a fé baha'i.

Em junho daquele ano, a Comissão Mista Brasil-Irã se reuniu para uma avaliação de seu primeiro ano. O *Brazil Iranian Consortium* formado pela Andrade Gutierrez (construção civil), pela Electro Consult (projetos de engenharia) e a

⁹ Telegrama de 12/07/78.

Indústria Elétrica Brown-Bovori (equipamentos eletromecânicos), cujos principais projetos eram a Extensão da Hidrelétrica de “Reza Shah Kabir”, a Ferrovia Bandar Abbas, com 400 quilômetros de extensão, a Rodovia Arak-Andimischk e ainda fornecimento de minério de ferro, açúcar e construção de uma usina de beneficiamento de soja. Para Bittencourt, apenas o incremento do comércio com o Irã, especialmente em obras de infraestrutura poderia fazer com que o Brasil alcançasse um mínimo equilíbrio em sua balança comercial. Em 1977, o Brasil importou do Irã um total de US\$ 426,5 milhões de dólares e exportou US\$95,6 milhões. Desde a assinatura do acordo em junho de 1977 até o fim daquele ano, as importações diretas da Petrobrás haviam sido da ordem de US\$194,6 milhões enquanto no mesmo período as exportações atingiram US\$76,1 milhões.

Baseado nestes dados oficiais, durante o segundo semestre de 1977, as exportações brasileiras representaram 39,1% do total de nossas importações de petróleo, excedendo inclusive o objetivo inicial do acordo em 9%. Apesar disso, prossegue o embaixador, a implementação dos compromissos futuros encontrarão dificuldades devido as seguintes razões: o Brasil já havia cumprido o compromisso de dobrar a aquisição de petróleo de 80 mil barris diários para 160 mil antes do prazo estipulado. Como a maior parte das vendas do Brasil ao Irã se concentram em produtos agrícolas, o acordo só pode ser levado adiante se o Irã abrir seu mercado aos produtos brasileiros. O governo pressiona pela parceria com a Cotia, lembrando que o Brasil era então o segundo maior exportador mundial de produtos agrícolas e também pede atenção especial à indústria têxtil brasileira e a remoção de barreiras à carne bovina brasileira. Em tom de repreensão, Bittencourt arremata o *memorandum* exortando o Irã a cumprir sua parte no acordo e priorizar mais o Brasil nas concorrências em detrimento das empresas europeias e norte-americanas como vinha acontecendo¹⁰. Devemos ressaltar aqui o esforço do governo e da iniciativa privada brasileira em realmente fazer sua parte. Em relatório de reunião da Missão Iraniana com membros do MRE, INCRA, EMBRAPA e Ministério da Agricultura, foi lembrada a flagrante evolução do comércio bilateral, que saltou de insignificantes US\$ 9 milhões de dólares em 1972 para US\$ 450 milhões cinco anos depois e cuja expectativa para 1978 era alcançar a marca de US\$ 1 bilhão no comércio bilateral.

¹⁰ Memorando de 11/07/1978.

Bittencourt sempre se mostrou um profissional bastante dedicado mesmo não trabalhando em condições ideais (em certo telegrama ele pede um aumento de salário para ele, seu auxiliar e seu estagiário, que compunham o *staff* brasileiro, ironizando que era estranho que um grupo tão diminuto administrasse negócios de milhões de dólares) e quando foi preciso, foi duro nas negociações com os iranianos. Com Flecha de Lima o apoiando, Bittencourt não abriu mão da cláusula prevista no documento de fundação do Consórcio que previa que o Irã deveria importar o equivalente a 30% das aquisições brasileiras de petróleo.

Em junho de 1978, começa a ser organizada a viagem da princesa Ashraf (irmã do xá) ao Brasil por ocasião do XI Congresso Internacional de Nutrição. A princesa era conselheira do xá e chefiava a missão iraniana na ONU. Havia negociado com Stálin a retirada das tropas soviéticas do Irã e colaborou com o golpe que derrubou o nacionalista Muhammad Mossadeqh. Além de discursar sobre direitos humanos e questões sociais, a princesa solicitou ao governo brasileiro, além de um convite oficial, audiência com o presidente Geisel e ministros de Estado. Teve que se contentar em ser recebida pelo então governador do Rio de Janeiro, Faria Lima. Após a Revolução, todos os membros da família real teriam vistos para o Brasil negados em nome do interesse brasileiro de manter boas relações com seus fornecedores de petróleo.

Com a Revolução batendo às suas portas, o governo do xá tenta acalmar os revoltosos decretando um código de conduta para a família imperial, para coibi-la de praticar tráfico de influência, uma das principais acusações contra seu governo, o relaxamento da censura, a diminuição do tempo do toque de recolher agora valendo apenas entre a meia-noite e as quatro e meia da manhã, medidas essas que vinham satisfazendo os elementos mais moderados da oposição. Para Bittencourt, a diminuição do tráfico de influência, no entanto poderia prejudicar as ambições brasileiras em certas licitações¹¹.

Em agosto de 1978, surge um concorrente latino-americano: a Argentina, que estabelece uma linha de navegação com o Golfo Pérsico para a exportação de grãos. Bittencourt se mostra irritado com a postura da embaixada argentina que inicia uma campanha de propaganda na imprensa iraniana. Segundo seu relato¹²:

¹¹ Telegrama 10/10/1978.

¹² Telegrama 23/08/1978.

Chegou seu novo embaixador, senhor Osvaldo Garcia Pineiro, procurando divulgar, na imprensa desta capital, através de pequenas notas em jornais uma imagem de prosperidade econômica de seu país, na qual poderia apoiar-se um maior intercâmbio econômico e comercial com o Irã. Hoje, por exemplo, foram publicadas declarações desse diplomata em que o mesmo diz :

1- Que a Argentina experimenta atualmente um grande “boom” econômico que se reflete na existência de reservas monetárias da ordem de US\$ 6 bilhões e um superávit comercial de US\$ 1,3 bilhões, nos 6 primeiros meses do corrente ano.

2- Que além de suas exportações tradicionais para o Irã (cereais, sorgo, lã, frango congelado e óleo de soja) deseja a Argentina exportar ainda carne bovina e carneiro, geladeiras a querosene e outros produtos agrícolas e alimentícios.

3- Que as exportações argentinas globais de cereais alcançaram, no primeiro semestre deste ano, o total de 31 milhões de toneladas e que as exportações argentinas de carnes aumentaram 263 por cento no ano passado.

4- Que seu país está disposto a importar do Irã, além de óleo cru e gás liquefeito (o que já faz atualmente), sobretudo produtos petroquímicos.

5- Que dentro de 40 dias será inaugurada a linha argentina ligando aquela nação platina ao Golfo Pérsico. Não revelou, porém, se a mesma receberá alguma forma, direta ou indireta de subsídio que permita aos produtos argentinos manterem um nível competitivo de preços no mercado iraniano, tendo em vista o alto custo do frete entre os dois países.

Para Bittencourt era, portanto, evidente o subsídio do governo argentino nesta ofensiva comercial. O relato do embaixador não disfarça o incômodo com a situação, afinal, o que a Argentina anunciava a altos brados era algo que a embaixada brasileira em Teerã também almejava: maior apoio governamental a seus projetos.

No mesmo mês há a primeira menção de Bittencourt à Revolução. O xá convoca entrevista coletiva e afirma que as manifestações são orquestradas por Moscou, com a intenção de desestabilizar o regime. Era uma evidente manobra para atrair a simpatia norte-americana¹³. Um dos pontos mais importantes dessa documentação é o acesso ao ponto de vista do embaixador Aluysio Regis Bittencourt. Como diplomata em um período de Guerra Fria e funcionário de um regime militar, não é de se espantar que o mesmo faça declarações contra uma suposta ausência do uso da força contra as “arruaças sangrentas” realizadas pelos manifestantes, e restabelecer, dentro de um estado de emergência ou de sítio “a

¹³ Telegrama 20/08/1978.

tranquilidade que carece o país”¹⁴. No entanto, estes manifestantes não eram mais apenas esquerdistas ou religiosos. Com a crescente inflação o xá perde sua grande aliada, a classe média, que passa a participar das manifestações contra o regime e parte da elite já começava a deixar o país. O principal argumento do xá, de que as manifestações eram orquestradas pelos comunistas soviéticos, já era insustentável. Era o começo do fim.

Bittencourt demonstra grande preocupação com a situação de brasileiros no país e começa até a planejar esquemas de evacuação, especialmente de mulheres e crianças no caso dos manifestantes se voltarem contra os estrangeiros em geral. Em novembro, a indústria petrolífera entra em greve. O presidente da NIOC atende às reivindicações trabalhistas, mas não pode atender às políticas, como libertação de prisioneiros e fim da lei marcial. No prognóstico do diplomata, só haveriam duas saídas: ou a formação de um governo de coalizão ou um golpe militar. O primeiro seria impossível, pois a oposição percebe que o xá encontra-se cada vez mais isolado e que tal governo só interessaria a ele próprio. A ideia é manter a pressão até a queda do regime. As Forças Armadas, tradicionalmente apolíticas, não organizariam um golpe, mas provavelmente adeririam à Revolução¹⁵. Apenas no início de dezembro Bittencourt se permite fazer as primeiras críticas ao regime do xá, acusando as falhas da Revolução Branca como principal causa da desigualdade social.

Quando a queda do xá já parece inevitável, Bittencourt começa a fazer projeções de como seria o novo governo e como ficariam as relações Irã- Ocidente, especialmente no que tange ao preço do barril de petróleo. Com o desenrolar da crise, o embaixador admite que um golpe militar não é mais possível, pois o povo quer uma mudança total. A greve do setor petroleiro, bancário e postal é o golpe final no coração do regime do xá. O país entra num período de caos com saques, ataques a embaixadas e confrontos com a polícia. As Forças Armadas se sublevam contra seus oficiais. Episódios de soldados matando oficiais para desobedecer a ordens de atirar contra os manifestantes se tornam mais e mais comuns. A única solução é a saída do xá e os EUA passam a dialogar com a chamada oposição moderada, formada pela burguesia secular, tendo entre seus nomes mais proeminentes Shapur Bakhtiar. Esta elite é bem preparada tecnicamente, mas não

¹⁴ Telegrama 04/09/1978.

¹⁵ Telegrama 01/11/1978.

possui respaldo popular, pois não é religiosa e nem é considerada suficientemente nacionalista¹⁶.

Após a instauração do novo governo a dúvida é: quem assumirá o poder, os religiosos ou os marxistas? Conseguirão ambas as correntes montar um governo de coalizão? Qual será o papel das Forças Armadas, que haviam sido o braço direito do Antigo Regime? O relato de Bittencourt é de grande valia, pois mostra um raro e talvez inédito olhar brasileiro de um profissional das Relações Internacionais, o que valoriza ainda mais seus escritos para os objetivos propostos neste trabalho.

No início de 1979, num relatório intitulado “Consolidação da Revolução Iraniana”, Bittencourt aborda as dificuldades encontradas pelo novo regime como a criação das instituições básicas para a estabilização política e econômica do país. De acordo com o texto, a Revolução foi basicamente um grito contra a corrupção sem uniformidade ideológica, sendo coerente apenas com a própria História Iraniana onde praticamente inexistem exemplos de movimentos nacionalistas ideologicamente embasados. Esta ausência de quadros políticos organizados tem levado à ascensão do único setor organizado da sociedade local: o clero.

O relatório cita uma entrevista com o liberal Ali Ashkar Java’i que afirma que uma República Islâmica seria algo inédito e que ele não sabia como os religiosos lidariam com temas os quais nunca aprenderam nas faculdades de teologia, como economia e administração pública. Outro aspecto que chamava a atenção era a ênfase em questões morais como a proibição do álcool, a censura e a imposição de um código de vestimenta, concomitante à repressão a grupos de oposição.

O primeiro passo para o processo de institucionalização do regime foi o plebiscito no qual o povo escolheu se queria ou não uma República Islâmica. Mais de noventa por cento da população votou a favor, embora o índice de não comparecimento às urnas (no Irã o voto é facultativo) tenha sido alto. O segundo passo foi a criação de uma nova lei de imprensa que fechou mais de oitenta revistas e jornais, proibiu críticas ao regime e à religião islâmica. Por fim, o terceiro passo foi a elaboração de uma nova constituição por uma Comissão de Notáveis, escolhida por Khomeini. Tal proposta encontrou resistência nos grupos nacionalistas, que queriam a convocação de uma Assembleia Constituinte.

¹⁶ Idem.

Khomeini declara que a democracia é uma ideologia colonialista que não fará parte do futuro governo, que será baseado no Alcorão, o que transformará o Irã numa comunidade pia. Interessante notar como de certa forma os primeiros revolucionários lembram os primeiros puritanos que ao chegarem à América, tentaram por meio da imposição de leis morais criar uma comunidade livre do pecado. E demonstrando que neste governo questões morais prevaleceriam sobre questões administrativas, o Artigo Quinto da Constituição Iraniana legitima a figura do *Velayat e Faqih*, o Líder Supremo “na ausência do Imam Oculto”.

A economia iraniana, por sua vez, se assenta sobre dois pilares: o Bazar e a Indústria do Petróleo. As duas outras classes, a aristocracia rural e a burguesia industrial jamais tiveram, segundo Bittencourt, expressão política e sempre seguiram a onda das mudanças. O desemprego era alto e o governo promovia estatizações devido à fuga de capitais e de investidores do país. Toda a reestruturação era lenta, com obras paradas e projetos cancelados. A ingerência do clero na economia porém, irritava os Bazaaris. O Irã estava recomeçando do zero. Havia a infraestrutura deixada pelo Antigo Regime, mas não há *know how* de governo. Por ser uma peça essencial da economia iraniana, a indústria petrolífera foi a primeira a retomar o ritmo normal de produção, chegando a 4 milhões de barris diários sendo 3,3 milhões destinados a exportação, mesmo com o consórcio de multinacionais estrangeiras tendo sido extinto. Antes da Revolução, do total de cerca de seis milhões de barris produzidos, a NIOC comercializava cerca de 1,5 milhão. O restante das exportações era dividido entre a British Petroleum (40%), a Shell (14%), a *Compagnie Française de Pétroles* (6%), cinco *majors* norte-americanas (7% cada) e seis “independentes” norte-americanas (5% cada).

No mercado internacional, o receio era de que o então novo regime decidisse nacionalizar toda a sua produção. Os investidores também se mostraram receosos em relação à instabilidade interna do país, não somente econômica, mas política, com eventuais ataques a instalações ocidentais por parte dos revolucionários e uma possível infiltração de elementos esquerdistas entre os operários do país. O Ocidente aguardava com expectativa os novos rumos que o Irã tomaria em sua política externa, especialmente a nível regional.

No segundo dia no ano de 1979, Bittencourt relata o júbilo com o qual Khomeini foi recebido em Teerã, só comparável com a saída do xá do país dias

antes. Khomeini discursou ainda no aeroporto, pedindo a derrubada do governo provisório, e em seguida rumou para o principal cemitério da cidade, orou e agradeceu aos mártires da Revolução. No relato de Bittencourt, notamos que pairavam no ar dúvidas sobre como se daria a transição. Se houvesse resistência do governo provisório as chances de uma guerra civil eram enormes, tal a exaltação dos ânimos no Irã após a Revolução. Não se sabia também como reagiriam as Forças Armadas caso Khomeini resolvesse prender ou executar seus principais líderes e dissolvesse a SAVAK.

Para o diplomata brasileiro, a única maneira de o Irã não cair numa guerra civil seria pela cooptação das Forças Armadas, que se encontravam divididas entre a maioria apoiadora de Khomeini e uma minoria ainda leal ao xá. Bittencourt retrata Khomeini e Bakhtiar como dois intransigentes, afirmando que o primeiro não poderia “descer de seu pedestal” e negociar como um político qualquer sob risco de ver enfraquecido o mito que se criou em torno dele. Bakhtiar, por sua vez, não via outra opção a não ser subir o tom contra o religioso¹⁷. Contudo, como o embate direto era indesejável por todos são criadas pontes, a indicação de Mehdi Bazergan para o cargo de Primeiro-Ministro atingiu um raro consenso. Bazergan é ao mesmo tempo um seguidor de Khomeini, um introdutor dos princípios islâmicos na política numa roupagem mais moderna e um amigo pessoal de Bakhtiar.

Khomeini anuncia a criação de um gabinete provisório e o início das atividades do novo gabinete, a convocação de um plebiscito para a escolha ou não de um regime islâmico, a convocação de eleições gerais para uma Assembleia Constituinte e a criação de uma nova Constituição que regularia as eleições presidenciais e as condições para a criação do novo parlamento. Bazergan assume e suas primeiras medidas são o desarmamento da população e o expurgo de oficiais ligados ao Antigo Regime. Anuncia também que Ibrahim Yazdi (principal assessor de Khomeini) será o vice-primeiro ministro para assuntos revolucionários e Abbas Amir Entezam será o porta-voz do governo. Nessa altura, Líbia, Paquistão, Índia, Síria e URSS já reconheciam o novo regime. Os EUA até então só haviam manifestado a disposição para o diálogo.

No dia 12 de janeiro de 1979, Bittencourt relata, angustiado, o êxodo de estrangeiros do Irã. Dos quarenta e dois mil norte-americanos, apenas três mil lá

¹⁷ Relatório de 02/01/1979.

ainda permaneciam. Muitos alemães, franceses e britânicos também saíram. Não havia policiais nem militares nas ruas, tomadas por milicianos adolescentes fortemente armados, que ocuparam os mais luxuosos hotéis da capital, assim como os palácios imperiais. Aeroportos, bancos e grande parte do comércio permaneciam fechados. Os arrombamentos e saques a residências de estrangeiros eram cada vez mais frequentes. O clima era de medo e insegurança. Para Bittencourt, porém a ala mais perigosa da Revolução não era a religiosa, mas a marxista, considerada por ele como “intransigente e perigosa”¹⁸. Além de Bittencourt, outro diplomata brasileiro a redigir relatórios e análises conjunturais do período foi Sérgio Florêncio. Em um *paper* dividido em três capítulos, Florêncio, em sua introdução, critica o xá por ter sido intransigente em sua obsessão de governar de maneira absoluta e de ignorar os anseios do povo. Ao mesmo tempo condena os EUA por apoiarem tão obstinadamente um soberano tão impopular. Florêncio afirma sobre a Revolução que o clero não representava uma força retrógrada na sociedade, pois isso seria confundir valores morais conservadores e realpolitik ignorando o papel desempenhado pelo mesmo na Revolução Constitucionalista de 1906, no movimento que nacionalizou o petróleo em 1953 e na resistência às reformas da Revolução Branca em 1962.

O Irã, além de nunca ter sido uma colônia, possuía já desde a década de 1950 um conjunto de instituições políticas e culturais que representavam as diversas camadas sociais como os *Majlis*, as associações de profissionais liberais, de comerciantes, de professores, o Clero, o Exército e a Monarquia. Todavia, no governo do xá apenas as três últimas se mantiveram ativas, e a última se distanciava cada vez mais do povo, não possuindo a legitimidade dinástica dos safávidas, por exemplo. Partindo do dado de que o xá controlava de perto o Exército, a única instituição que poderia demonstrar algum tipo de oposição ao estado de coisas era o Clero.

No segundo capítulo, o diplomata cria uma breve linha do tempo para analisar a história recente iraniana. Segundo ele, a imprensa internacional dividia politicamente o Irã em três classes: o clero, a esquerda e a elite liberal. Os religiosos seriam uma força retrógrada, assustada com os avanços da elite. Para esta visão, a Revolução Branca, sua reforma agrária e na educação atingiram duramente o clero

¹⁸ Telegrama de 13/01/1979.

e aqueles que viviam de forma tradicional e conservadora, que não queriam aceitar a chegada do progresso. Para Florêncio, no entanto, o Clero tomara a linha de frente da Revolução não por se opor à industrialização, mas por ser a única instituição não domada pelo xá, tornando assim o islamismo um canal de insatisfação popular.

O diplomata elenca uma série de dados para desmistificar o processo revolucionário: na época o Irã possuía trinta e cinco milhões de habitantes, taxa de crescimento demográfico de 3% ao ano, extremamente jovem (45% com menos de 16 anos, números que não se alteraram muito nos últimos trinta anos) e urbanizado (a maioria da população, 64%, já havia se mudado para as cidades). O país possuía alto padrão de consumo de bens duráveis e alimentícios, cuja demanda não era suprida pelo mercado interno. Parte da sociedade vivia sob valores tradicionais e religiosos e outra parte, minoritária, tinha a religião apenas como uma herança cultural.

O Irã possui reduzida área cultivável (por isso a importância dos projetos de irrigação), e a maioria absoluta vive no noroeste ou sudoeste do país. A taxa de analfabetismo era alta (53%) e, paradoxalmente, o número de pessoas que chegava ao ensino superior aumentava. O Irã era o país do Oriente Médio que possuía a maior capacidade de absorção da renda proveniente do petróleo, porém tal capacidade foi subaproveitada e a renda foi reinvestida na área estratégica. Logo após a Crise do Petróleo esta *commodity* se tornou responsável por 89% da entrada de divisas no país, quando em 1973 (ano de eclosão da Crise) era responsável por 76%, o que evidencia a total dependência do país deste produto.

Seguindo com sua apresentação de dados, Florêncio demonstra como a agricultura local não conseguia suprir a demanda da população. Em 1971, a importação de produtos agrícolas respondia por 6% do total, em 1975, 16% e em 1978 o Irã já importava 30% de sua demanda, sendo o setor agrícola responsável por apenas 8% do PIB iraniano. Não há política fiscal eficiente, devido à imprevisibilidade do mercado petrolífero e a enorme desigualdade social que leva o Irã a ter um número bastante reduzido de contribuintes.

No terceiro e último capítulo, Florêncio discorre sobre a falta de legitimidade da dinastia Pahlevi, especialmente após o Golpe de 53. O xá queria criar uma sociedade industrializada, de classe média, porém o modelo iraniano centralizado no Estado impedia o surgimento de uma classe industrial liberal e o protecionismo que

permitia o crescimento industrial encarecia os produtos, limitando o consumo de importados. O processo tardio de industrialização do país limitou os empregos e o Irã carecia de mão de obra qualificada. A solução encontrada pelo xá ao invés de treinar seu pessoal foi a mais rápida: importar mão de obra, o que alienou ainda mais os nativos. Por fim, o estímulo do xá à instalação de grandes lojas de departamentos e supermercados provocou a fúria dos *bazaaris*. O xá excluiu não só os mais pobres, mas também a classe alta iraniana, privilegiando apenas os muito ricos e os estrangeiros. Em seguida, o autor faz uma interessante comparação entre a Revolução Constitucional de 1906 e a que ocorreu diante de seus olhos em 1979. Em ambas, temos uma elite imbuída dos ideais liberais e o Irã envolto em dependência econômica, concessões de monopólios, extravagâncias das cortes e principalmente, ampla ingerência estrangeira, desigualdade social e ausência de liberdades¹⁹.

Em fevereiro de 1979, Bittencourt se encontra com Mehdi Bazergan, que agradece o reconhecimento do novo governo pelo presidente Geisel e afirma querer manter com o Brasil as melhores relações de amizade e cooperação. Além do Brasil, em fevereiro já haviam reconhecido o novo regime França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Polônia, Dinamarca, Tchecoslováquia, Afeganistão, Japão, China, Kuwait e Jordânia.

A Revolução passa a enfrentar suas contradições internas: dez mil *Fedayin*, os guerrilheiros marxistas, saem às ruas em busca de uma maior participação no novo governo e exigem o julgamento dos oficiais do antigo regime, além da criação de Comitês e Conselhos Revolucionários. Khomeini recebe a visita de Yasser Arafat, que, empolgado com a vitória da Revolução, apostava numa união com o Irã para libertar o território palestino. Assuntos como a utilização de território iraniano para o treinamento de guerrilheiros palestinos foram abordados e Khomeini declarou que após o Irã se reerguer das ruínas deixadas pela monarquia, o principal objetivo do Irã seria a vitória sobre Israel²⁰.

No final de fevereiro, Bittencourt é recebido por Hassam Nazib, da NIOC, que assegura que o Brasil não será afetado pelas novas diretrizes do governo iraniano em relação à venda de petróleo. Até então o certo era a suspensão das vendas e das relações diplomáticas com Israel e África do Sul. Em março, seria

¹⁹ Relatório de 11/01/1979.

²⁰ Telegrama de 16/02/1979.

assinado um acordo no qual a petrolífera iraniana se compromete a fornecer ao Brasil, entre abril de 1979 e junho de 1982, duzentos mil barris diários de petróleo leve e pesado, de acordo com os preços estipulados pela OPEP. A Petrobrás, representada por José Carlos de Souza, Armando Coelho e Renato Silveira se mostrou satisfeita com o contrato de longo prazo obtido. A delegação iraniana resistiu muito em vincular o preço do seu barril aos valores da OPEP, mas acabou convencida. Foi decidido também que todos os contratos pré-revolução seriam revistos. Seguindo no clima amistoso, o Brasil convida representantes do governo iraniano para a posse do presidente João Figueiredo e obtém a resposta de que, devido ao fato de o Irã ter apenas um governo de transição e de todos os embaixadores terem sido chamados a retornar a Teerã, dificilmente o Irã enviaria uma delegação de alto nível ao Brasil, decisão compreensiva no contexto de instabilidade interna na qual o país se encontrava, em que, apesar do reconhecimento oficial externo, o novo regime ainda enfrentava oposição tanto do Antigo Regime quanto de revolucionários que se mostravam desapontados com os rumos que a Revolução vinha tomando. Para tranquilizar o mercado, Bazergan anuncia que todos os compromissos externos do governo iraniano serão mantidos, que os bancos não serão nacionalizados e que serão estimulados os investimentos estrangeiros.

Em abril, o jornal iraniano *Ayadegan* anuncia que o Irã venderá naquele mês quatro milhões de barris de petróleo ao Brasil. A reportagem destaca que o Irã é o terceiro maior fornecedor do produto ao Brasil e que a Revolução afetou drasticamente as reservas brasileiras que durariam apenas por mais quarenta dias. O periódico, citando o norte-americano *Financial Times* diz que o Brasil teve o privilégio de negociar diretamente com a NIOC e era um dos únicos países a pagar menos de quinze dólares o barril e os jornais locais afirmavam que o Irã aumentou sua produção justamente para honrar o compromisso com o Brasil. Esta última declaração é certamente uma falácia, pois veremos mais tarde que o Brasil estava longe de ser tão especial assim para o Irã, que em busca de divisas privilegiará a Europa e o Japão. Também não procede a informação de que o Brasil teria apenas quarenta dias de reservas, já que o país estava muito bem suprido por outros fornecedores, especialmente o Iraque, país o qual, como já vimos o Brasil realmente possuía relações especiais.

Em telegrama intitulado “Dificuldades para a Consolidação da Revolução”, Sérgio Florêncio analisa os primeiros meses da Revolução pautados, segundo ele, num reformismo moderado e num acentuado nacionalismo econômico, aliado à retórica religiosa de Khomeini, que mantém vivos os valores morais da Revolução. Segundo Florêncio, a moderação econômica se deve ao apoio dos *Bazaaris* à Revolução e os grandes comerciantes estão tendo seus interesses defendidos. Já os marxistas têm sido cada vez mais marginalizados e excluídos, mesmo tendo participado ativamente da Revolução, assim como a classe média liberal, insatisfeita com a ausência de democracia. O plebiscito, que não prevê alternativa a uma República Islâmica (o eleitor deveria responder apenas “sim” ou “não” à opção apresentada), e as novas leis como o fim das escolas mistas, das leis igualitárias e de divórcio, além da imposição do uso do véu às mulheres, têm despertado franca oposição de certos setores da sociedade, assim como os comitês populares que tem feito o papel do Estado nas regiões mais distantes, torturando e executando ex-agentes da SAVAK em ritos sumários²¹. Enquanto isso em Teerã, a situação não era muito diferente, com o fuzilamento dos ex-ministros das relações exteriores, agricultura e informação, além do ex-prefeito de Teerã, do presidente da Câmara e de militares de alta patente.

Em março, surge o boato de que o xá e sua família pediriam asilo ao Brasil, informação negada veementemente com expressa orientação a Bittencourt para fazer uso da declaração do Itamaraty junto a interlocutores oficiais e à imprensa em telegrama classificado como “Urgentíssimo”, o que demonstra a pressa do governo brasileiro em evitar qualquer arranhão nas relações com o novo regime. Dentro da ótica do pragmatismo, que continuava a guiar a política externa brasileira, o interesse comercial brasileiro estava acima de qualquer outro tipo de compromisso, portanto manter o fluxo constante de petróleo para o Brasil era a prioridade máxima. Outro episódio semelhante no qual o governo brasileiro agiu rápido foi no pedido de visto com nome falso da princesa Ashraf, que menos de um ano antes havia sido recebida com honras no Rio de Janeiro (embora não com todas as honras que esta desejava). A embaixada brasileira foi extremamente ágil em emitir seu parecer negativo²².

²¹ Telegrama 05/03/1979.

²² Telegrama 17/06/1979.

Há sérias indicações de que o nome verdadeiro da candidata a visto de turista seja Ashraf Pahlevi, irmã gêmea do ex-xá. Esta conclusão deriva da coincidência da data de nascimento, do nome dos pais e do fato de o sobrenome por ela apresentado (Boucheri) ser o mesmo de um dos ex-maridos de Ashraf Pahlevi. A ex-princesa, chefe da delegação iraniana ao XI Congresso Internacional de Nutrição realizado em agosto de 1978 no Rio de Janeiro, foi hóspede oficial do governo brasileiro. Ela recebeu em 26/07/1978 o visto diplomático número 09/78 em seu passaporte diplomático número 0022138, expedido em 30/08/1976 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do então governo imperial do Irã. Pode-se inferir, portanto, que possui ao menos dois passaportes em seu poder. É filha de Reza Pahlevi e de Taj Pahlevi, sendo correta a data de nascimento constante em seu passaporte número 1304775. (...) A ex-princesa é acusada pelo governo da República Islâmica do Irã da prática de crimes diversos contra o Estado que deverão ser apreciadas pelas cortes revolucionárias deste país. Esta embaixada não dispõe de informações sobre a condição dos demais indivíduos intimamente ligados à ex-princesa, mas tudo leva a crer que estejam ligados a elementos do “antigo regime” e sejam portanto procurados pelos órgãos de segurança da recém implantada República Islâmica do Irã. Quer-me parecer que os pedidos de visto e turista formulados devem ser negados, tendo em vista que a presença desses candidatos no Brasil poderia vir a causar sérios inconvenientes, tais como eventuais medidas de represália por parte das autoridades iranianas e da população em geral.

Havia, portanto, a preocupação não apenas de garantir o bom relacionamento com um parceiro comercial que instaurava um novo regime, mas até de garantir a integridade física do corpo diplomático brasileiro.

Em termos de política externa iraniana, logo ocorreria um lance de maior vulto, com o rompimento das relações entre o Irã e o principal país árabe, o Egito, devido aos Acordos de Camp David, às recorrentes críticas de Sadat a Khomeini e principalmente pelo asilo concedido pelo governo egípcio ao xá deposto, Reza Pahlevi. Khomeini chama os Acordos de Camp David de colonialistas e a atitude de Sadat de traição ao Islã e o Mundo Árabe, e que tal acordo só reforçaria a supremacia norte-americana na região. O Ministério das Relações Exteriores do Irã enviou mensagem de solidariedade a Yasser Arafat, enquanto manifestantes invadiram a embaixada egípcia, arriando sua bandeira, substituindo-a pela bandeira palestina, causa a qual o governo iraniano tinha alinhado completamente²³.

A conclusão dos Acordos de Camp David foi objeto de violentas críticas por parte de representantes do governo, e a própria embaixada do Egito em Teerã foi vítima de assalto por grupos revolucionários armados, o que exigiu a pronta intervenção de autoridades governamentais. (...) O governo revolucionário do Irã que já rompera relações com Israel e África do Sul, enfrenta ainda sérios problemas com os países vizinhos: os levantes curdos (etnia de 3,5 milhões de habitantes distribuídos pelo Irã, Iraque e Turquia) já

²³ Telegrama 03/05/1979.

provocaram cerca de 500 mortos e constituem fonte de grave preocupação para aqueles dois outros países. É muito provável que o Irã atribua uma autonomia relativa à região do Curdistão, o que deverá implicar o ressurgimento de pressões análogas no Iraque, onde os curdos tradicionalmente ameaçavam a autoridade tradicional e na Turquia onde a debilidade econômica e a crise política do governo Eccevit pode ser gravemente acentuada; a impopularidade do regime pró soviético instalado no Afeganistão e a confrontação por parte de grupos islâmicos armados naquele país assumiram novo ímpeto com a vitória da Revolução Iraniana. O governo de Cabul acusou oficialmente o Irã de ter permitido a penetração de soldados iranianos em seu território com o objetivo de fomentar a rebelião naquele país. A acusação foi oficialmente negada pelo governo e é mesmo pouco provável que, em meio a tantas dificuldades internas, o atual regime sequer cogite criar adversários no exterior. Entretanto diversas manifestações (...) contra a própria União Soviética vêm ocorrendo em Teerã e o influente líder religioso Shariatmadri tem condenado, em diversas ocasiões a perseguição e eliminação de muçulmanos sunitas do Afeganistão por parte daquele governo; embora não tenha contado com qualquer suporte governamental, realizou-se manifestação de 30 mil armênios iranianos contra o massacre de 2 milhões de armênios ocorridos na Turquia em 1915. O governo permitiu a demonstração, realizada em frente à embaixada daquele país em Teerã; as relações com a Líbia, tensas até recentemente em função das acusações de que o seu governo teria sido responsável pelo desaparecimento do respeitado líder xiita libanês Moussa Sadr parecem ter evoluído satisfatoriamente com a visita de Abdelsalaam Jalloud (número dois do governo líbio) a Teerã. (...) A possibilidade de a Revolução Iraniana vir a assumir (...) um caráter pan-islâmico surge como um fator de instabilidade potencial na área que preocupa também os Estados Unidos, que nela identificam uma ameaça ao fluxo normal e regular de petróleo e a União Soviética, que visualiza no ressurgimento islâmico uma barreira ideológica a um eventual expansionismo.

Voltando a questões comerciais, o Irã tenta voltar aos níveis de produção petrolífera pré-revolução, anunciando que passaria a produzir 3,7 milhões de barris por dia, sendo seiscentos mil destinados ao Japão, duzentos mil ao Brasil e o restante dividido entre países como Romênia (60 mil barris) e empresas como a Shell (200 mil barris). Em seguida seriam anunciados também acordos de longo prazo com Paquistão e Bangladesh. Em abril, o preço do petróleo subiria para US\$ 16,47 um aumento de 29% em quatro meses²⁴.

Outras medidas de recuperação da economia foram a concessão de US\$1,7 bilhão de dólares para a continuação de projetos de infraestrutura interrompidos com a Revolução; assinatura de sessenta e três contratos para a construção de estradas, visando ao melhor escoamento da produção; empréstimo de US\$570 milhões a indústrias locais com taxa de juros inferior a 6% ao ano; créditos de US\$240 milhões ao setor agrícola com taxa de juros de 2,5% ao ano; conclusão do polo-petroquímico nipo-iraniano e fornecimento de 27 milhões de metros cúbicos de gás por dia à

²⁴ Telegrama 12/04/1979.

URSS. Com os recursos oriundos do petróleo e do corte em setores considerados supérfluos, o Irã teria ter divisas para investir em obras de infraestrutura que reduzirão o desemprego no país, que atingia cerca de dois milhões de pessoas, lembrando que o país possui apenas dez milhões de cidadãos economicamente ativos. A estatal *National Iranian Steel Company* anuncia que muitos projetos de infraestrutura ligados ao antigo regime serão abandonados, reavaliando parcerias com França e Itália, concluindo obras já iniciadas com empresas alemãs e assegurando apenas a parceria com os soviéticos, o que mostra que apesar de toda a ideologia religiosa contra os “regimes ateus”, o governo iraniano sabia ser pragmático e num contexto de Guerra Fria, prioriza os fortes laços comerciais com a URSS. No contexto interno o governo deveria aumentar o salário mínimo para esvaziar a esquerda e aumentar o crédito à classe média para tentar neutralizar as críticas ao novo regime²⁵.

Bazergan também iniciaria uma onda de estatizações no intuito de retomar o crescimento após a saída em massa das multinacionais do país e a intervenção nas empresas ligadas ao Antigo Regime. Foram nacionalizadas as indústrias automobilísticas, naval, de aviação, bancário, ferroviário, pesqueiro e minerador. A diplomacia brasileira, sempre atenta a oportunidades comerciais lembra ao Itamaraty que as nacionalizações não possuem viés socialista (o que poderia causar mal-estar no governo brasileiro), e que o Brasil poderia se aproveitar da ruptura entre o Irã e as potências ocidentais²⁶. Florêncio afirma que a estatal importadora local, a *Government Transaction Company* resistia a fazer contratos de longo prazo e preferia a abertura constante de licitações para pedir propina, mas que agora com a instabilidade do país a empresa encontrava dificuldades em obter crédito para suas compras. O diplomata brasileiro sondou o interesse iraniano em contratos mais longos de fornecimento de açúcar, óleo, milho, arroz, etc. e obteve uma resposta receptiva desta empresa que é a responsável pela política de importação de produtos agrícolas do Irã. Anualmente o país importava 450 mil toneladas de açúcar, 300 mil de óleo de soja e cerca de 60 mil de farelo de soja. Com o afastamento do país da Europa ocidental e dos EUA, o leste europeu tinha se aproximado do Irã. Para Florêncio, o Brasil tem plena capacidade de vencer a concorrência²⁷. E, de

²⁵ Telegrama 07/05/1979.

²⁶ Telegrama 06/07/1979.

²⁷ Telegrama 23/07/1979.

fato, logo em seguida a Interbrás fecha contrato para a venda US\$ 20 milhões de dólares em óleo de soja e US\$ 10 milhões em milho. A exportação de frangos congelados também estava em alta com uma expectativa de venda de vinte mil toneladas para 1980²⁸.

Segundo Florêncio, o Irã estaria direcionando parte de suas exportações de petróleo ao mercado *spot* (mercado de *commodities* em que os negócios são realizados à vista e a entrega é imediata, como no mercado de Roterdã, Holanda), e segundo ele a tendência era que as multinacionais e não os países em desenvolvimento fossem mais atingidos. Sua previsão se mostraria equivocada, como veremos mais adiante. Com o afastamento do presidente da NIOC, Hassan Nazib, substituído por Ali Akbar Moinefar, a Revolução espalha seus tentáculos ao coração da economia iraniana. Nazib se opunha ao expurgo de especialistas de alto nível, defendia a contratação de estrangeiros e era popular entre os trabalhadores. Porém, era um pragmático, e não concordava com a ingerência religiosa em assuntos técnicos. As acusações contra Nazib eram de não ter aceitado redução de salário, ter contratado *experts* europeus a preços exorbitantes e apoiar o líder religioso moderado Ali Shariatmadri. Há receio no mundo todo de que a ideologização do petróleo possa levar a cortes de fornecimento a alguns países não simpáticos ao novo regime iraniano.

Em outubro de 1979, a NIOC já demonstra que a ideologização deverá ser o caminho a ser seguido com o corte de fornecimento às Filipinas devido à perseguição de muçulmanos naquele país, acusação negada pelo governo local. Concomitantemente foi anunciado um aumento no preço do barril: US\$22,77 o chamado óleo pesado e US\$ 23,50 o leve. No mês seguinte, a estatal petrolífera anuncia estar pronta para cortar o fornecimento de petróleo aos EUA, pelo fato de o país ter acolhido o xá para tratamento de um câncer, alegação a qual o governo (e boa parte da sociedade iraniana) não davam crédito. A produção então destinada aos EUA seria repartida entre França e Japão. Como a demanda internacional é maior que a produção, o Irã se sente confiante de que a suspensão do fornecimento aos norte-americanos não afetará seus lucros²⁹. Os protestos contra o asilo concedido ao xá culminariam num episódio crucial nas relações entre Irã e EUA: a

²⁸ Telegrama 14/08/1979.

²⁹ Telegrama 06/11/1979.

tomada da embaixada norte-americana por estudantes iranianos e o consequente rompimento de relações entre os dois países.

Em relação ao Brasil, a NIOC adotou uma postura muito mais dura do que o antigo regime, não considerando o Brasil um grande cliente por não comprar no mercado *spot*, não comprar derivados da empresa iraniana e nem estar cumprindo com as aquisições de *bunker* (óleo combustível para navios com baixo teor de alumínio, silício e enxofre). Sérgio Florêncio argumentou que o Brasil era um cliente tradicional, um país em desenvolvimento que comprava da NIOC até quando seu petróleo era mais caro, sendo sozinho responsável por 10% das vendas da empresa e que a Petrobrás, uma estatal, não podia ser comparada às multinacionais que compravam o petróleo iraniano para revenda. O representante da NIOC (identificado no relatório simplesmente como Firouzar) reconhece os argumentos brasileiros, mas afirma que como técnico, seu papel era o de maximizar as vantagens de seu país, inclusive porque o Irã planejava a redução da produção em decorrência da realocação de investimentos governamentais para outros setores. Em reunião com o diretor do Departamento Comercial da Petrobrás Carlos Santana, Florêncio afirma que o Brasil realmente deveria aumentar suas aquisições de *bunker* e de combustível para aeronaves para não perder o petróleo iraniano, mesmo pagando mais caro³⁰.

Poucos dias depois, em nova reunião com NIOC, o Brasil se vê pressionado a adquirir petróleo no mercado *spot*. Florêncio, seguindo instruções de Santana, oferece, ao invés da compra no *spot*, um aumento nas aquisições de *bunker* e a assistência de técnicos brasileiros na exploração, produção e transporte de petróleo, como o Brasil já havia feito com Líbia e Iraque. Apesar de uma resistência inicial, os iranianos acabam cedendo sem ao menos considerar a proposta. Em nova reunião realizada em dezembro, o Brasil seria informado de que teria o seu suprimento reduzido de cento e cinquenta mil barris diários para cerca de cento e doze mil. A produção iraniana, de quatro milhões de barris diários, foi diminuído para três milhões e meio, sendo setecentos mil para consumo interno.

Seguindo com o endurecimento das condições de compra, a partir de 1980 a NIOC avaliaria cada cliente de acordo com sua capacidade de operar no *spot* e os contratos deveriam obrigar o cliente a adquirir pelo menos vinte por cento de suas

³⁰ Telegrama, 14/10/1979.

aquisições neste mercado, além de impor o pagamento das compras do primeiro trimestre no ato da assinatura. Florêncio solicita que a Interbrás busque intervir na questão para tentar sensibilizar a NIOC, mas percebe-se neste momento como a diplomacia brasileira interpretava equivocadamente os sinais enviados pelo estatal iraniana. Não houve por parte do Irã nenhum tipo de solidariedade terceiro-mundista, nenhum tratamento especial por o Brasil ser um país em desenvolvimento. Como, aliás, já havia sido comunicado à diplomacia brasileira, o Irã buscava doravante maximizar seus ganhos e argumentos emocionais não teriam eco. Tais suspeitas se confirmam quando a embaixada brasileira recebe um comunicado do adido comercial da Espanha informando-a de que³¹

...durante a negociação do contrato para 1980 entre a Hispanoil e a NIOC, os representantes iranianos citaram a Petrobrás como um exemplo de empresa que teve seus fornecimentos cortados em virtude da relutância em não adquirir óleo no mercado *spot*. O representante espanhol, que participou das reuniões indicou-me que: a NIOC não está negociando contratos de longo prazo (um ano), mas sim diversos ajustes de três, seis e nove meses (...) metade da quantidade contratual seria a preços oficiais e a outra metade a preços preferenciais, a serem posteriormente fixados pela NIOC após a reunião de Caracas da OPEP. Tais preços se situariam, de qualquer forma, próximo aos do Mercado de Roterdã. O embaixador da Venezuela, entretanto com quem conversei ontem, informou-me que a NIOC estaria aplicando o seguinte sistema de preços, segundo lhe foi revelado por representantes de empresas petrolíferas (Shell e British Petroleum) que vieram renegociar contratos com a NIOC: 60 por cento da quantidade contratual a preços oficiais da OPEP e 40 por cento a preços do mercado *spot*. O embaixador adiantou que as duas *majors* negaram-se a aceitar as condições propostas pela NIOC e não firmaram qualquer acordo. Não se sabe, entretanto, qual teria sido a reação de algumas empresas japonesas que aqui estiveram com relação ao esquema apresentado pela NIOC. O embaixador da Venezuela concordou que a posição dos japoneses poderá moldar substancialmente o comportamento da NIOC em relação aos contratos para 1980.

Em meados de 1979, um dos mais curiosos imbróglios das relações Brasil-Irã: o caso Explo, no qual a *Mines and Metallurgical of Iran* reclama que a empresa brasileira Explo não havia lhes enviado uma grande encomenda de dois milhões de metros de cordéis explosivos que havia encomendado. Segundo a empresa iraniana, o contrato havia sido assinado um ano antes, a carta de crédito já havia sido renovado duas vezes e as empresas iranianas que precisavam dos cordéis haviam sofrido enormes prejuízos.

Porém, apesar do visível aborrecimento dos iranianos, a pedido da embaixada brasileira, a empresa aceita prorrogar o prazo pela última vez por mais um mês, já

³¹ Telegrama, 14/12/1979.

avisando que caso a Explo não faça a entrega, o governo iraniano seria notificado e tomaria as providências cabíveis. Neste caso específico, a própria embaixada brasileira representava uma das partes no contrato, dando todas as garantias e, portanto, não era apenas a imagem da Explo que estava em jogo, mas do próprio governo brasileiro. Em contato com a Explo, a empresa responde que tinha receio de enviar o carregamento, pois já teve problemas com retenção de cargas nos portos iranianos, o que de forma alguma justifica o descumprimento do contrato. Pacientemente, a embaixada brasileira oferece rotas alternativas via Houston (EUA), e avisa que a empresa iraniana não arcará com despesas extras³².

Em outubro, Rinaldo Schiffino, diretor da Explo, pede abertura de carta de crédito para o embarque dos cordéis em dezembro e que o diretor da empresa iraniana emita recibo para que a operação seja finalmente concluída. O mesmo alega que o embarque não havia ocorrido antes porque as companhias de transporte marítimo se recusavam a carregar cordéis explosivos para o Irã, alegando motivos contratuais. Mais uma vez, a empresa brasileira não envia o material e o governo iraniano resolve agir enviando um Boeing de sua Força Aérea ao Rio de Janeiro para buscar o carregamento, com instruções para que a Explo organize tudo para que o embarque se inicie assim que a aeronave chegasse ao Brasil em doze de dezembro de 1979. No entanto, num episódio ainda mais rocambolesco, a tripulação iraniana simplesmente não possuía os meios nem para a estiva do carregamento nem combustível para voltar ao Irã. Por intervenção da Secretaria de Relações Exteriores, a Petrobrás aceita bancar os custos, buscando ser ressarcida pelo importador posteriormente³³. Finalmente em 17 de dezembro, o Jumbo volta a Teerã via Madri, sem escapar, contudo, de comentários jocosos da diplomacia brasileira sobre como a tripulação iraniana certamente não havia ficado nada descontente com os cinco dias de “férias” no Rio de Janeiro³⁴.

Enquanto isso, Carter e Khomeini duelam verbalmente sobre a questão dos reféns. O primeiro faz um discurso dizendo que os EUA usarão todos os meios necessários para resgatar os funcionários da embaixada norte-americana em Teerã, acenando com uma invasão militar (que seria de fato tentada mais tarde, se revelando um imenso fiasco com a queda dos helicópteros norte-americanos em

³² Telegrama 16/07/1979.

³³ Telegrama 14/12/1979.

³⁴ Telegrama 17/12/1979.

pleno deserto, abatidos por uma tempestade de areia). Khomeini, por sua vez, declara que o xá deveria ser extraditado para o Irã e que os reféns deveriam ser julgados na própria embaixada. Declarações como a do embaixador iraniano em Moscou, de que o Irã poderia se tornar um novo Vietnã, e a divulgação por parte dos estudantes que sequestraram a embaixada de documentos que comprovavam que dois secretários da representação norte-americana eram agentes da CIA, contribuíram para acirrar ainda mais os ânimos. Em países como Líbia, Kuwait e Filipinas, ocorrem tentativas de invasão das embaixadas norte-americanas.

Em novembro de 1979, o Secretário-Geral da ONU Kurt Waldheim entrega a seguinte carta ao Conselho de Segurança, traduzido e enviado a Brasília pela embaixada em Teerã³⁵:

Gostaria de comentar sobre a grave situação que ocorre no Irã. O Governo dos EUA está profundamente incomodado com a tomada de sua embaixada em Teerã e no aprisionamento de seu corpo diplomático, violando as convenções internacionais. O governo iraniano busca compensação por injustiças e violações dos Direitos Humanos, que, ao seu ver, ocorreram no Antigo Regime. A Comunidade Internacional está cada vez mais preocupada com o crescente nível de tensão entre os dois países e teme que a desestabilização da região possa trazer consequências ao mundo todo. Na minha opinião, a presente crise representa uma séria ameaça à segurança e a paz internacionais. Assim, no exercício da minha responsabilidade como Secretário-Geral da ONU, solicito ao Conselho de Segurança um esforço para buscar uma solução pacífica em conformidade com a justiça e a lei internacionais. (Kurt Waldheim)

A posição do Brasil a respeito do sequestro foi tornada pública por meio de nota na qual o país³⁶

...Se coloca a favor da autodeterminação dos povos e não julga causas históricas, mas reafirma que o princípio da imunidade de agentes e instalações diplomáticas é norma jurídica incontroversa e essencial à convivência entre os Estados.

A OEA em peso, assim como o grupo latino-americano na ONU, condenou o sequestro e exortou as partes a uma solução pacífica. Porém, no documento pesquisado há uma parte rasurada onde mesmo assim se consegue ler que o Brasil³⁷

...Limitou-se a acompanhar o consenso, sem se pronunciar e que só aderiu quando Argentina e México já o haviam feito, faltando apenas o posicionamento de Brasil e Venezuela.

³⁵ Relatório 27/11/1979.

³⁶ Nota Oficial divulgada em 28/11/1979.

³⁷ Telegrama 10/12/1979.

Percebe-se como o Brasil foi cauteloso na sua condenação ao Irã, afinal a ideia de que instalações diplomáticas são invioláveis é um consenso e, portanto, o Brasil optou por se manifestar da forma mais genérica possível, sem fazer qualquer condenação direta ao regime iraniano, mesmo este ostensivamente apoiando um crime como o sequestro.

Logo no segundo dia do ano de 1980, Florêncio prepara nova ofensiva comercial ao Irã. Sob a justificativa de se tratar de uma nova estratégia governamental, pede mais flexibilidade do Lloyd Brasileiro que até então só aceitava fazer viagens fretadas ao Irã. Também se solicitava ao Banco do Brasil e ao Banco Melli (Irã) que as operações entre as duas instituições fossem simplificadas e que o escritório do BB em Teerã procurasse fomentar o comércio entre os dois países que já era da ordem de US\$500 milhões de dólares e que precisava ser ainda mais incrementado devido à agressividade comercial assumida pela NIOC.

Seguindo a estratégia da embaixada em Teerã, após intervenção do governo brasileiro, a Interbrás consegue a isenção de *Performance Bond* (depósito de 10% do valor do embarque retido no Banco Melli devolvido após o último embarque), ou seja, uma espécie de caução. Segundo o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, os produtos que o Irã mais necessitava importar e cuja lista deveria ser divulgada para as respectivas empresas brasileiras eram carne bovina congelada ou charque, carne ovina, queijo, cereais, trigo, arroz, óleo vegetal, peixe, fertilizantes, medicamentos, couro, papel, borracha natural e sintética, vidro, sabão, produtos de limpeza em geral e maquinário agrícola³⁸.

O maquinário agrícola, aliás, será o ponto de disputa entre a matriz britânica da Massey Ferguson e sua filial brasileira, pela venda de tratores e outros maquinários num negócio que pode chegar a US\$ 20 milhões de dólares. O mesmo ocorre entre a Mercedes-Benz brasileira e a alemã, em concorrência para a venda de autopeças ao Irã, mas neste caso num negócio muito mais vultoso, da ordem de US\$ 590 milhões anuais. Ao mesmo tempo a Interbrás fecha negócio para a venda de duzentas e setenta mil toneladas de açúcar refinado e vinte mil de farelo de soja à estatal *Government Trading Corporation*³⁹.

³⁸ Telegrama 06/02/1980.

³⁹ Telegrama 04/03/1980.

No começo de 1980 finalmente são divulgados os novos contratos de fornecimento para aquele ano⁴⁰:

British Petroleum	125.000
Shell	95.000
Japão	500.000
Swedish Petroleum	20.000
Tchecoslováquia	10.000
Polônia	15.000 (seis meses)
Hungria	11.500 (seis meses)
Iugoslávia	30.000 (ainda não firmado)
Romênia	60.000 (seis meses)
Índia	55.000 (um ano)
Coreia do Sul	60.000 (um ano)
Finlândia	15.000
Coreia do Norte	Em negociação
Bangladesh	10.000
Total Provisório	1.056.500

Não há informações sobre Itália, China, Alemanha Ocidental e França.

O Japão, portanto, continuou mesmo sob intensa pressão norte-americana, a ser o principal cliente do Irã no mercado de petróleo. Observa-se que em alguns nomes da lista não consta a duração do tempo de contrato, porém como os contratos ditos de longo prazo eram reavaliados anualmente, podemos com grande segurança afirmar que tais dados referem-se a este tipo de contrato. Concomitantemente a isso, o Irã passava a ameaçar com cortes de suprimento de petróleo todos aqueles que apoiassem sanções contra aquele país, pois segundo ele “o Ocidente precisa muito mais do nosso petróleo do que nós de suas divisas⁴¹”.

O Brasil, tratado sem a deferência que julgava merecer, anuncia por meio de missão da Petrobrás liderada por Armando Coelho que em consequência do aumento da produção interna, da redução do consumo interno e dos vantajosos preços oferecidos pelo Iraque (fornecedor de quase 50% das importações brasileiras de petróleo), aliado aos altos preços estabelecidos pelo Irã, desejava reduzir suas importações de países com preços muito elevados. O Brasil reduziu suas compras de 200 mil barris diários em 1978, para 120 mil em 1979 e finalmente apenas 60 mil em 1980. A política irrealista de preços fez com que as importações iranianas caíssem pela metade em relação ao Antigo Regime. Além do rompimento de relações com os EUA, o Irã passou de quinto para vigésimo sétimo maior parceiro

⁴⁰ Telegrama 15/01/1980.

⁴¹ Telegrama 15/01/1980.

da Europa. A NIOC reconhece que seus preços são altos, mas promete analisar o caso brasileiro e encontrar uma solução, o que mostra que a pressão deu resultado. Florêncio claramente protege o Irã pedindo cautela à Petrobrás face a tão importante mercado⁴².

Segundo o Banco Central, as reservas do Irã seriam de US\$ 13 bilhões estando 40% delas congeladas em bancos norte-americanos. As receitas petrolíferas situam-se numa média anual de US\$ 24 bilhões com superávit de US\$12 bilhões. Isto tudo se contrasta com as dificuldades na reativação da economia, com o setor bancário funcionando apenas parcialmente, basicamente no setor de empréstimos habitacionais onde os juros foram abolidos e o valor de mercado reduzido. Há falta de investimentos, fuga de divisas e de profissionais qualificados.

Mesmo assim, quando parecia que lentamente o Irã entraria num período de normalização, entra em rota de colisão com o vizinho Iraque. Sob acusações de espionagem, um diplomata iraquiano foi declarado *persona non grata* no Irã, o mesmo ocorrendo com o encarregado de negócios iranianos em Bagdá, o que resultou na retirada de todo o corpo diplomático iraniano de Bagdá. Numa espiral de violência, treze mil iranianos são expulsos do Iraque e têm seus bens confiscados, após um atentado ao primeiro-ministro Tariq Aziz ser atribuído a um iraniano. Por sua vez, o Irã acusa o Iraque de conspirar com Israel contra o governo de Teerã e alega que explosivos de origem israelense teriam sido encontrados do lado iraquiano da fronteira.

Khomeini conclama o povo a derrubar Saddam. Por detrás de toda essa cortina de fumaça, porém, algo bem concreto: a disputa pelo Estreito de Ormuz, importante corredor de escoamento da produção petrolífera no Golfo Pérsico. O Irã ocupou Ormuz em 1971, aproveitando o vazio do fim da influência britânica na região. O Iraque vinha buscando se aproximar da Europa Ocidental e colher os dividendos de ser o contrapeso laico a um improvável expansionismo islâmico (até devido a sua desorganização interna, o Irã não tinha a menor capacidade de exportar sua Revolução). Nos bastidores ambos os lados vem subindo o tom, inclusive tendo Moscou como um dos campos de batalha diplomáticos. Em maio de 1980, o embaixador iraniano na URSS solicita ao governo local que suspenda o

⁴² Telegrama 18/08/1980.

fornecimento de material militar ao Iraque, acusando-o de estar “a serviço do Imperialismo”. A embaixada iraquiana na capital soviética retorquiu que o Irã era um país racista e expansionista, e que os iranianos expulsos receberam cerca de US\$ 3 mil por família a título de ajuda de custo. O Irã acusa ainda o Iraque de armar rebeldes curdos com armamento soviético. Segundo o jornal francês *Le Monde*, entre 1973 e 1978, a URSS forneceu cerca de US\$ 1,5 bilhão ao Iraque⁴³.

Apesar das críticas, a expectativa na embaixada brasileira era que o Irã, cada vez mais isolado internacionalmente devido ao sequestro da embaixada norte-americana, deveria se aproximar da URSS, até porque a República Socialista do Azerbaijão é um importante centro de onde partem para o Irã cargas provenientes de toda a Europa e os soviéticos deveriam explorar essa dependência. Para o Brasil, o isolamento iraniano era sinônimo de oportunidades, assim como para o leste europeu e Japão. Florêncio, porém questiona a ausência de transporte marítimo entre Brasil e Irã. O diplomata brasileiro procura a direção do Lloyd que alega “instabilidade política”. Florêncio refuta tal argumento, afirmando que não há retração do comércio mesmo com a instabilidade e pede que o governo brasileiro intervenha junto à empresa paulista⁴⁴.

Em julho, Bani Sadr anuncia ter descoberto a sexta tentativa de golpe contra o regime. Trezentos suspeitos foram presos, dezessete oficiais estavam sob custódia e o comandante da Força Aérea apontou envolvimento norte-americano, iraquiano e israelense, que visava destruir a casa de Khomeini, o prédio do gabinete presidencial, quartéis da Guarda Revolucionária e a Escola Teológica de Qom. Segundo o telegrama⁴⁵,

...A islamização dos costumes e os expurgos na administração pública têm gerado forte descontentamento em boa parte da população. Com receitas petrolíferas insuficientes o governo iniciou uma política de cortes salariais que provocaram greves e deixaram o governo em uma situação complicada. Houve um protesto contra a obrigatoriedade do uso do véu, contando com a participação de cerca de três mil pessoas. Nos últimos dois meses mais de 300 pessoas foram executadas, entre prostitutas, homossexuais e traficantes e houve o primeiro caso de morte por apedrejamento.

Em 17 de julho, todas as fronteiras estão fechadas: Bani Sadr tenta obter a lealdade dos militares, mas os religiosos querem mais expurgos. No Kuzestão o

⁴³ Telegrama 06/05/1980

⁴⁴ Telegrama 03/06/1980.

⁴⁵ Telegrama 14/07/1980.

governo local substituiu os militares por guardas revolucionários. O Kuzestão, aliás, é a terra do almirante Madani, candidato a primeiro-ministro vetado por Khomeini por seu estilo centralizador. Bani Sadr veta sete dos vinte e um ministros indicados pelo Primeiro-Ministro Ali Radja'i. Agora o Parlamento terá que aprová-los tendo Khomeini como árbitro. O relato do isolamento iraniano é desolador⁴⁶:

...O país está cada vez mais isolado, o desemprego e a inflação crescem, a indústria não opera em capacidade máxima e o país se torna dependente de importações, especialmente da Grã-Bretanha e do Japão. No plano externo seus principais aliados são Líbia, Argélia, Síria, OLP e países da Europa Oriental. A Grã-Bretanha acaba de fechar sua embaixada em Teerã devido a prisão de iranianos naquele país e das perseguições a missionários anglicanos. Portugal deve seguir o mesmo caminho. Nem países africanos se entusiasma com o discurso terceiro-mundista, tendo o Gabão fechado sua embaixada. Na América do Sul apenas Argentina e Brasil possuem representações no país. EUA e URSS parecem aguardar o desfecho do caso dos reféns.

O telegrama faz menção indireta ao rompimento de relações com o Chile de forma “súbita e inesperada”, segundo Florêncio ⁴⁷:

Em entrevista no dia 23, o Ministro do Exterior do Irã Ghotbzadeh justificou o rompimento de relações com o governo do Chile em função de violações sistemáticas de Direitos Humanos naquele país e o anúncio de que o governo chileno transferiria sua embaixada (em Israel) para Jerusalém. As duas razões apresentadas são obviamente insuficientes para explicar a decisão do ministro iraniano sendo a segunda incorreta, pois o Chile teria transferido a sede de sua missão diplomática de Jerusalém para Tel Aviv (e não o contrário). Especula-se aqui que o rompimento seria, antes uma manobra política (...) de forma a obter maior suporte por parte dos grupos fundamentalistas radicais que vinham criticando a política externa “moderada” de Ghotbzadeh. Marginalmente, o gesto visaria também a capitalizar o apoio das esquerdas, apesar de seu reduzido peso político atual. O ministro iraniano tem condenado com inusitado vigor a União Soviética (...). O rompimento de relações com o Chile, um país virtualmente sem vínculos comerciais com o Irã, poderia constituir, assim, uma fórmula de não só agradar aos radicais que advogam uma nova e revolucionária política externa mas também de contrabalançar os ataques à União Soviética na linha de Khomeini: “Neither East or West”. Indagado sobre as razões as quais o Irã não cortava também relações com a Argentina, o ministro iraniano afirmou (...): “Se fecharmos nossa missão naquele país não poderemos acompanhar a evolução da situação política argentina. Declarou que a Argentina “100% pro America after the American Coup” é um país com o qual a URSS tem as melhores relações. Segundo ele, o partido Comunista Argentino é o único partido de oposição que colabora com o governo numa estratégia intitulada de “cooperação crítica”. (Assim) “If a fascist government comes to Power in Iran these gentlemen of Tudeh (communist) party will establish links with it and say they are cooperating critically”, acrescentou o ministro.

⁴⁶ Telegrama 09/09/1980.

⁴⁷ Telegrama 27/08/1980.

É difícil discorrer sobre tal política externa, devido ao amadorismo, à falta de critérios e até de informações básicas como, por exemplo, a exata localização da missão chilena em Israel. Percebe-se claramente que não há motivação maior para o rompimento com o Chile, a não ser sua irrelevância enquanto parceiro comercial do Irã (o país adquiria apenas 10 mil barris de petróleo por mês e havia cancelado as aquisições com o advento da revolução), pois evidentemente uma súbita preocupação com a situação dos direitos humanos no Chile de Pinochet não justificava o rompimento. Tratou-se de mero gesto simbólico, em que a diplomacia iraniana ao atacar publicamente os soviéticos, um regime de esquerda, e romper ao mesmo tempo com o regime de direita chileno, intencionava demonstrar ao mundo uma posição de não alinhamento.

Em setembro começa a guerra. O relato de Florêncio fala por si⁴⁸:

Há um clima de grande tensão em Teerã, pois a qualquer momento parece possível a ocorrência de um ataque aéreo iraquiano. Até o momento os *raids* aéreos se limitaram à incursão de segunda-feira sobre o aeroporto desta capital. Entretanto na noite de ontem e anteontem ouviram-se por alguns minutos intensos bombardeios, posteriormente atribuídos a exercícios de defesa antiaérea iraniana. (...) O clima de grande insegurança é agravado pelo fato de não dispor o Irã de um sistema operacional de interceptação de voos ou de combate antiaéreo. (...) Outro fato de extrema preocupação são as ofensivas aéreas iranianas sobre Bagdá, que poderão provocar a retaliação iraquiana. Embora a distância da fronteira do Iraque a Teerã seja muito maior do que o espaço entre a fronteira do Irã a Bagdá, o que diminui a vulnerabilidade desta capital, a eficácia dos aviões daquele país parece atualmente muito superior. Nas noites de ontem e anteontem os intensos ruídos de tiros e bombardeios foram seguidos de cortes de luz e ordens estritas de absoluto blackout. Durante os deslocamentos de automóveis à noite não se pode sequer acender os faróis dos carros. Como não foi decretado toque de recolher há ainda algum trânsito de pessoas e veículos à noite. (...) Já se nota certa escassez de alguns produtos alimentícios, provocada sobretudo pelo pânico popular de uma iminente falta de gêneros. Não há, até o momento, sinais de uma interrupção grave no sistema de abastecimento. A população da cidade de Khorramshar, sob controle iraquiano, segundo algumas fontes, foi totalmente evacuada, o que torna possível, a mais longo prazo uma eventual descontinuidade do abastecimento de Teerã. Tabriz, outro centro abastecedor da capital foi vítima de intensos bombardeios aéreos. O fornecimento de gasolina aos particulares foi suspenso desde anteontem e os carros particulares foram impedidos de transitar por uma semana. Foram abertas entretanto exceções coletivas, táxis, carros do governo e diplomatas (...). Como o aeroporto permanece fechado não há até agora evidência de uma intensa retirada de estrangeiros. (...) Diversos diplomatas tem planos de retirar seus dependentes tão logo seja reaberto o aeroporto. (...) Excluídas as dificuldades, amplamente contornáveis de abastecimento alimentício e a inquietante tensão emocional prevalecente, os membros da

⁴⁸ Telegrama, 27/09/1980.

comunidade brasileira estão bem. (...) Os brasileiros aqui residentes limitam-se ao pessoal da embaixada (dois diplomatas, um adido militar, um assistente do adido e três funcionários administrativos), da Interbrás (chefe da representação e um gerente comercial) e a filha do embaixador Celso Diniz, noiva de iraniano. O secretário Alírio Ramos partiu num coreio diplomático no dia em que foi fechado o aeroporto e não pode regressar pelo fechamento deste. A sua família encontra-se no Brasil. As famílias atualmente aqui residentes, além da minha, são as do adido militar, do oficial de chancelaria Dalvo Oliveira, do agente administrativo Kléber Faria e do chefe da representação da Interbrás. Os filhos do funcionário Kléber Faria (um de três anos e dois gêmeos de um ano) e os meus (oito, sete e dois anos) encontram-se aqui.

Sofrendo pesados bombardeios o Irã acaba encontrando aliados em outros *rogue states* da comunidade internacional⁴⁹:

...Ao nível político é possível que a Líbia tenha visualizado nas atuais dificuldades do Irã em obter suprimentos materiais para manter o seu esforço de guerra uma oportunidade ímpar para consolidar os seus laços com este país, e embora mantenha aqui um encarregado de negócios, as relações diplomáticas entre os dois países nunca chegaram a se realizar plenamente, em função da suspeita iraniana quanto ao envolvimento líbio no desaparecimento do Imam Moussa Sadr, líder xiita libanês e personagem reverenciada pelos dirigentes iranianos. A posição de relativo isolamento da própria Líbia na comunidade das nações árabes e a sua aliança com a Síria, e certa forma condicionada por tal circunstância aproximou ainda mais Kadafi dos iranianos. Se a política externa errática e bombástica da Líbia alimenta suspeições nos governos conservadores do mundo árabe, ela não deixa de conter um certo *appeal* para o regime iraniano, que busca, embora por outros meios, destruir as teses de realismo político e o sistema de alianças com o leste ou o oeste, (...) Kadafi teria conclamado os governantes árabes a “aliarem-se aos muçulmanos do Irã em lugar de lutar contra eles em favor da América”. É preciso lembrar que as primeiras declarações do governo líbio logo após o advento do conflito irano-iraquiano foram no sentido de um apaziguamento de ambas as partes. O posicionamento atual da Líbia reflete, assim uma tendência a definições mais claras dos governos da área com relação ao conflito e poderá ter sérias consequências: a) maior apoio mútuo entre os países radicais da região (Líbia, Síria e Irã); b) início de consolidação no plano político de uma aliança já visível no seio da OPEP; c) criação de condições mínimas para sustentar o esforço de guerra iraniano e assim, talvez, ampliar as possibilidades de um prolongamento do conflito, não só em função do aporte de armamento mas também de combustível para aviação, do qual a Líbia é um grande produtor. O apoio sírio, bem mais reticente poderá ter no plano político-militar basicamente as mesmas consequências que o suporte líbio. A Síria era um dos poucos países que vinha emprestando apoio político à revolução iraniana, não só pela hostilidade desta ao regime iraquiano mas também pelos temores de que a onda islâmica pudesse abalar ainda mais a já débil minoria alauíta liderada por Hafez Al Assad (...). Entretanto (...) quanto ao suprimento de material bélico ao Irã, a Síria teria limitações maiores (...) talvez agravadas pelo recente pacto militar com a URSS, cujo comunicado conjunto foi absolutamente silencioso quanto ao conflito irano-iraquiano. Vale qualificar ainda que o apoio da Síria, dotada de equipamentos militares de produção soviética não poderia a curto prazo

⁴⁹ Telegrama 12/10/1980.

contribuir muito para o fortalecimento bélico do Irã. No plano econômico, entretanto, talvez lhe fosse possível criar dificuldades ao Iraque para a utilização da *pipeline* que passa sob o seu território. (...) Ainda no plano político, deve-se considerar a decisão do governo iraniano no dia 09 de participar das sessões do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativas ao conflito com o Iraque. A mudança na postura iraniana coincide com a superação do que se poderia chamar isolamento político absoluto e com o agravamento da ofensiva iraquiana, o presidente Bani-Sadr indicou ontem que o Irã “considere” o pedido das Nações Unidas para um cessar-fogo temporário destinado a proteger os petroleiros que atravessam o Golfo Pérsico. No plano militar, fontes iranianas reconheceram que os ataques do Iraque na última quinta-feira provocaram o maior número de mortos já registrado desde o início do conflito: 110 civis teriam sido mortos em Dezful e 60 em Andimesh.

Em relação à retirada dos brasileiros do Irã, com exceção da ideia de retirar as crianças que recebeu apoio de todos, as reações foram diversas em função da situação pessoal de cada um. De todo modo, nota-se bem claramente o tratamento humanista e caloroso, muito mais do que mero cumprimento do dever, por parte do embaixador Sérgio Florêncio em relação a diminuta presença brasileira no país⁵⁰:

A senhora do Adido Militar Maria de Lourdes Castro, e a brasileira que trabalha em sua casa, Maria de Jesus, não tem planos de sair do Irã a não ser que o próprio Adido daqui se retire. De qualquer forma, o prazo de permanência do Coronel José Olavo de Castro expira em fins de janeiro, quando deverá ser substituído (...). A senhora Jerusa da França Salgado, esposa do chefe da representação da Interbrás, não pretende sair no momento atual, mas tem planos de retirar-se caso se agravem as condições de vida local. O próprio chefe da representação da Interbrás, Aylton Silveira, contempla a possibilidade de deixar o país na eventualidade de não mais se justificar a sua presença do ponto de vista comercial. O seu adjunto, o gerente comercial Najad Khouri já se retirou com um grupo de dez brasileiros. A esposa do oficial de chancelaria e criptologia da embaixada Julieta de Oliveira não pretende sair no momento, mas igualmente tem planos de retirar-se na hipótese de haver um agravamento nas condições de vida. Finalmente, duas brasileiras solteiras, Maria de Fátima de Oliveira, agente administrativa encarregada do setor de contabilidade da embaixada e Isabel Diniz, filha do embaixador Celso Diniz e noiva de um iraniano pretendem sair tão logo possível. Infelizmente não foi viável a retirada das duas com o grupo de brasileiros que partiu via Baku na última quinta-feira. Isabel, cujo noivo só agora obteve o visto de saída do país, deverá partir via Turquia com o noivo e a mãe deste na próxima sexta-feira com chegada a Istambul prevista, em princípio para a tarde de terça-feira próxima, dia 21. Esta alternativa foi por ela escolhida pelas seguintes razões: a) as autoridades locais estão dificultando a saída de nacionais iranianos via União Soviética, o que torna remota a possibilidade de seu noivo poder com ela partir por esta via; b) o barco em que partiu o grupo de brasileiros foi o último dos barcos extras utilizados no transporte de pessoas do Irã a União Soviética. As autoridades iranianas protestaram junto ao governo soviético por ter este facilitado a saída de grande número de pessoas, ao colocar um barco diário no trajeto Bandar-Anzali-Moscou. Em consequência o governo soviético reduziu para apenas um barco semanal a frequência o que

⁵⁰ Telegrama 14/10/1980.

dificultou muito mais a retirada dos estrangeiros. Atualmente só se pode reservar passagem a partir do dia 5 de novembro. Aquela decisão foi tomada na sexta-feira passada, ou seja, por uma feliz coincidência, o grupo de dez brasileiros partiu no último barco extra disponível para aquele trajeto. O conselheiro da embaixada turca, meu amigo pessoal a quem consultei sobre as condições de segurança do trajeto Teerã-Istambul afirmou-me serem satisfatórias e de reinar relativa calma no país. (...) Assim, embora Isabel Diniz siga via Turquia, para quem rogo assistência possível por parte da nossa embaixada em Istambul, estou examinando ainda a modalidade mais conveniente para a retirada de Maria de Fátima de Oliveira, uma vez que via Baku só seria possível a partir de 5 de novembro. De qualquer modo, designarei para acompanhá-la em parte do trajeto um funcionário desta missão.

Com a situação dos brasileiros definida, Florêncio pode se debruçar sobre análises internacionais, traduzindo um artigo de Ana Smith sobre as posições de cada um no conflito. A URSS teria autorizado o suprimento de armas via porto de Ácaba na Jordânia, mas não enviaria mais tanques e aviões. Os EUA acenaram com o descongelamento de US\$ 8 bilhões se os reféns fossem libertados e seguiam discretamente apoiando o Iraque. A Europa Ocidental temia apenas a alta no preço do barril e um eventual ataque iraniano a outros países produtores. Israel se posicionava alinhado a um fortalecimento do Egito com quem havia acabado de assinar um acordo de paz e consequente enfraquecimento do Iraque. Síria, Líbia, Argélia e OLP tendiam a apoiar o Irã devido à postura anti-Israel de Khomeini, enquanto Marrocos, Jordânia, Catar e Emirados Árabes Unidos apoiavam o Iraque, mas sem qualquer tipo de engajamento concreto⁵¹.

No final de outubro, os EUA fracassam clamorosamente na tentativa de resgatar os reféns com o uso de helicópteros, que acabam caindo no deserto iraniano após uma tempestade de areia. O Ministro das Relações Exteriores do Irã Sadegh Ghotbzadeh afirma à imprensa iraniana que há poucas semanas havia dado ao governo norte-americano todas as garantias de segurança dos reféns. Agora, diz ele, “como posso dar qualquer garantia se a resposta norte-americana foi o rompimento de relações diplomáticas, sanções econômicas, pressões sobre outros países e agora esse ataque?” Khomeini afirma que Carter fará qualquer coisa para se reeleger, mas que não sabe com está lidando⁵².

Em novembro, Ronald Reagan é eleito presidente dos EUA e o Irã finge indiferença ao resultado, mas segundo Florêncio, o regime mostrava-se preocupado

⁵¹ Relatório 31/10/1980

⁵² Telegrama 27/10/1980

internamente. Antes da crise dos reféns, o Irã se julgava invulnerável graças a suas reservas, sua posição no mercado petrolífero e a premissa de que os EUA não agiriam militarmente. Com o bloqueio das divisas e o domínio de 42% do mercado por Arábia Saudita e Iraque, só restou a ideia de que os EUA não atacariam o país, o que não poderia ser uma certeza com Washington sob um governo republicano. Já os árabes se sentem mais confortáveis com Reagan, que por ser pró-Israel tendia a apoiar o status quo na região, impressão reforçada pelas declarações de seu vice George H. Bush sobre os perigos de um apoio ao Irã, só admissível se endossado por seus vizinhos. O Irã agora adotaria uma postura mais realista, reconhecendo o papel da ONU, reestruturando suas Forças Armadas e dispostos a discutir em termos práticos a questão dos reféns, baixando assim o tom da retórica populista, ao menos para consumo interno⁵³. No que diz respeito à imagem do país no exterior, o Irã tentará vencer a guerra de propaganda não por meio da mídia, mas por onde imaginava estar quem realmente importa, o corpo diplomático de um país, os *decision makers*. Em novembro de 1980, o governo iraniano levou todos os chefes das missões diplomáticas da Europa Ocidental e América Latina para visitas a zonas conflagradas em Kermanshah e Dezful.

Segue o relato de Florêncio⁵⁴:

Regressei ontem à noite da visita das áreas (...) atingidas pela guerra. Todos os chefes de missão da Europa ocidental e América Latina realizaram a viagem assim como todos os adidos militares, que foram convidados apenas anteontem. Notei a ausência dos embaixadores do Líbano, União Soviética e Suíça (que entretanto designou o secretário da embaixada para substituí-lo). (...) Em Kermanshah visitamos uma universidade e uma escola parcialmente atingidas pela aviação iraquiana. Uma segunda escola foi totalmente destruída e seu diretor descreveu comovido os horrores das mortes de 13 crianças cujos corpos foram dilacerados, alguns dos quais não puderam ser reconstituídos para identificação. Havia sempre grandes disparidades entre o número de mortos. O governador de Kermanshah e o líder religioso local, aiatolá Ashrafi estiveram presentes a todos os encontros. Em reunião no gabinete do governador, este e um líder religioso agradeceram os representantes da Líbia, Síria e Argélia pelo apoio prestado ao Irã. (...) Em cada um dos locais visitados registraram-se cerca de 60 a 100 vítimas e os danos não foram mais elevados em virtude da tradição iraniana de construir subterrâneos para proteção contra o calor, que abrigaram muitas crianças e adultos. Mesmo assim o número total de mortos foi estimado pelos iranianos em cerca de 300.(...) Foi absolutamente unânime a observação de que a população iraniana encontra-se

⁵³ Telegrama 06/11/1980

⁵⁴ Telegrama 12/11/1980.

altamente mobilizada contra o Iraque e os Estados Unidos. Em todos os lugares visitados, e especialmente em Dezful o moral da população era elevadíssimo. Um piloto da Força Aérea que nos acompanhava foi beijado por populares como herói nacional. A chegada dos ônibus aos locais atingidos era logo acompanhada de uma multidão de populares aos gritos de “Morte a Saddam” e “Vocês são testemunhas dos crimes americanos”. Segundo a maioria dos diplomatas e adidos, as manifestações pareciam realmente espontâneas (...). O nosso adido militar notou que alguns soldados iranianos utilizavam metralhadoras muito novas de fabricação soviética. Os soldados afirmaram entretanto, que elas foram apreendidas de tropas iraquianas e não fornecidas diretamente ao Irã pela URSS.”

Externamente, o Irã empreendeu também uma ofensiva diplomática, enviando altos funcionários de seu corpo diplomático à Europa e Ásia para explicar a postura iraniana no conflito e retratar o país como vítima de uma agressão militar (o que de fato, era o caso). Florêncio, porém, não poupa críticas à incoerência da nova postura⁵⁵:

É interessante contrastar o atual esforço diplomático, com o virtual desprezo aos contatos com representantes de outros países ou de organismos internacionais, logo após a tomada da embaixada norte-americana e da manutenção dos reféns. Hoje o Irã é vítima de uma violação do Direito Internacional e procura divulgar tal fato, ontem era ele o transgressor e buscava minimizar os efeitos de seus atos.

Para o diplomata brasileiro (e o tempo lhe daria razão) a paz ainda estava longe de ser estabelecida e sequer era de interesse do regime iraniano⁵⁶:

Alguns fatores extra políticos tendem a tornar mais remota ainda a possibilidade de uma transigência iraniana nas “negociações de paz”: cerca de três meses após o início do conflito, Irã e Iraque reiniciam em nível relativamente elevado, suas exportações de petróleo (possivelmente cerca de 350 a 400 mil b/d no caso do Irã e 800 mil no caso do Iraque). A relativa recuperação econômica implícita no reinício das exportações amplia o horizonte de recursos destinados ao esforço de guerra, mas talvez estimule a contenção militar de forma a limitar o ímpeto destrutivo inicial e preservar a atual capacidade de exportação dos dois países; parecem existir sinais de efetiva contenção da ofensiva iraquiana. A lentidão do avanço das tropas iraquianas teria permitido a reorganização das forças iranianas. Por sua vez o início da estação chuvosa e a aproximação do inverno poderão vir a arquivar eventuais planos militares ambiciosos do Iraque. (...) Assim, a despeito dos gestos diplomáticos de promover contatos com dirigentes estrangeiros e acolher missões de paz, não identifico aqui qualquer sinal de disposição concreta de uma negociação política para a cessação das hostilidades. (...) Dentro da lógica de que a exportação ideológica da Revolução é um legítimo direito iraniano e a agressão militar iraquiana, uma violação

⁵⁵ Telegrama 24/11/1980

⁵⁶ Telegrama 24/11/1980.

do Direito Internacional, o Irã tem todo o interesse em acolher os representantes estrangeiros e divulgar a sua causa, mas bem pouco interesse em transigir nas condições para a paz.”

No final daquele mês mais uma notícia na imprensa iraniana lembrava o envolvimento comercial do Brasil na guerra. O jornal oficial do regime publica um artigo intitulado *“Iraq uses brazilian manufactured tanks in the war against Iran”*, em que faz um breve apanhado da nascente indústria bélica brasileira que havia se especializado em vender armas de boa qualidade a preços baixos para países do Terceiro Mundo⁵⁷. Não foi encontrada na documentação analisada nenhuma resposta da embaixada brasileira a respeito da matéria. Apesar de que a venda de armas e veículos blindados ao Iraque e Arábia Saudita não fosse exatamente um segredo de Estado, podemos notar que Florêncio, antes tão preocupado em não desagradar o regime iraniano, passa a não se esforçar tanto para justificar certos atos do governo ou de empresas privadas brasileiras, uma vez que não viu seus esforços anteriores serem recompensados. Ao contrário do que o diplomata brasileiro supunha, o isolamento internacional do Irã não levou a uma solidariedade terceiro-mundista, mas a busca por parte de Teerã de diversificar parcerias entre os países ricos, especialmente o Japão.

Logo a imprensa nacional voltaria à carga com um artigo sobre a criação do Banco Brasileiro-Iraquiano, o programa nuclear conjunto e as relações especiais entre Brasil e Iraque, cujo comércio chegava à ordem de US\$ 2 bilhões de dólares. Porém, ao contrário do artigo anterior, mais comedido e informativo, este ataca furiosamente o governo brasileiro, chamando-o de reacionário, fascista e de “maior devedor da América Latina”. Os jornais *Kayhan* e *Revolução Islâmica* (este último de propriedade do presidente Bani-Sadr) afirmam que cada criança brasileira já nasce devendo US\$ 400 e que o pobre povo brasileiro é obrigado a trabalhar para a indústria bélica, “enquanto não tem nem feijão para comer e escravizados por seus senhores norte-americanos se tornam fantoches do imperialismo, assim como o Iraque” e conclui que a verdadeira intenção por detrás da criação do banco era “proteger os interesses das potências sob o pretexto de controlar as negociações financeiras entre os dois países⁵⁸”.

⁵⁷ Telegrama 30/11/1980.

⁵⁸ Telegrama 21/12/1980.

O moral da imprensa local refletia também o momento da guerra. Segundo Florêncio, o conflito estaria pendendo para o lado iraniano, pois o país tem conseguido provocar sérios danos a terminais petrolíferos iraquianos, a superioridade numérica iraquiana não se traduz em vitórias devido às condições climáticas adversas, e da capacidade de mobilização do exército iraniano para obter voluntários. Além disso, a guerra chegou a um ponto estacionário em que os iraquianos não avançavam e os custos de manutenção de tropas de ocupação são altos. A superioridade aérea iraniana dificulta a logística dos fornecimentos e a comunidade árabe do Kuzestão não aderiu às forças de Saddam Hussein. A guerra diminuiu o desemprego e levou a uma trégua interna entre liberais e religiosos. O Irã possui ainda boas reservas internacionais e seus silos encontram-se abastecidos⁵⁹. Tudo parecia, portanto, conspirar para uma vitória iraniana nessa primeira fase da guerra.

Em meio a tudo isso, os olhos do mundo ainda se voltavam à crise dos reféns. Em reunião com os chefes de missões diplomáticas em Teerã, o Ministro das Relações Exteriores Mohamed Khodapanahi afirma que o Irã pediu garantias do descongelamento de bens e não as obteve. Ao invés disso, ainda segundo o chanceler, os EUA passaram a pressionar o país economicamente e apoiam a agressão iraquiana. Florêncio conclui que o ministro foi ambivalente, pois fala em resolver a crise ao mesmo tempo em que mantém o orgulho de “não se curvar” aos EUA. Os governantes iranianos não estariam sendo realistas ao pedir depósitos de US\$10 bilhões como garantia da devolução da fortuna do xá, que, aliás, sequer foram capazes de identificar ou estimar, justificando assim as palavras de Reagan de que o Irã estaria pedindo resgate pelo sequestro⁶⁰.

No começo de 1981, o Irã volta a negociar com a Shell e a British Petroleum vendas de 110 mil barris diários. Tais barris são cinco dólares mais caros que o saudita e estipulam um prêmio e US\$1,80 por barril. Até abril o Irã queria voltar a produzir dois milhões de barris por dia. Já o Iraque têm dificuldades em se recompor devido a vulnerabilidade de seus terminais, alvos fáceis para os iranianos. O Irã possui a vantagem geoestratégica de possuir terminais em ilhas como a de Kharg,

⁵⁹ Telegrama 03/12/1980.

⁶⁰ Telegrama 29/12/1980.

totalmente fora do alcance do poderio militar do Iraque, acusado, entretanto de *dumping* e de conluio com as multinacionais petrolíferas⁶¹.

No decorrer da década de 1970 e início de 1980, assistiremos a um envolvimento maior dos EUA no Oriente Médio, e o alerta foi ligado quando forças soviéticas invadiram o Afeganistão em 1979, gesto interpretado pelo governo Carter como um primeiro passo para o controle do petróleo na região. A estratégia da URSS consistia em controlar Cabul e as principais cidades do país e mais tarde tomar as regiões montanhosas. Porém nessas áreas a resistência contra qualquer tipo de governo central sempre foi forte. Já os EUA emitem sinais de forte simbolismo como o boicote às Olimpíadas de Moscou em 1980 e também de viés prático como a suspensão da venda de cereais, a ampliação de seu orçamento de Defesa, auxílio militar ao Paquistão e aos *mujahedeen* afegãos, negociações para instalação de bases em Omã, Quênia e Somália e definição do Oriente Médio como área vital para os EUA⁶².

Já o Irã também buscava um reposicionamento no Golfo Pérsico. A ação foi iniciada com a visita do vice-ministro dos negócios estrangeiros Ahmad Aziz aos Emirados Árabes Unidos no início de 1982, num “esforço para chegar a um melhor entendimento sobre o resguardo da segurança e da independência regionais contra a ação das superpotências, e coordenação da luta das duas nações islâmicas contra seu inimigo comum, Israel⁶³”. Segundo a diplomacia brasileira, a escolha dos Emirados como primeiro local de visita foi tomado na esperança de dividir as monarquias do Golfo entre radicais e moderados, procurando encorajá-los a adotar postura mais independente face às pressões sauditas e distanciá-los da monarquia do Bahrein, com quem as relações se deterioravam cada vez mais após a prisão de setenta e três extremistas xiitas que pretendiam derrubar o governo sunita, lembrando que Irã, Iraque e Bahrein são os únicos países de maioria xiita na região⁶⁴. Interessante lembrar que o Irã continua sendo um corpo estranho na região por motivos díspares. Se antes o país persa e xiita (o que já o opunha naturalmente às monarquias árabes sunitas) era o gendarme dos interesses norte-americanos na região, agora sua revolução xiita era motivo de apreensão entre seus vizinhos. O

⁶¹ Telegrama 11/02/1981.

⁶² Telegrama 17/03/1980.

⁶³ Telegrama 16/03/1982.

⁶⁴ Idem.

país tentava conclamar sem sucesso a criação de uma frente antiamericana e anti-israelense na região. O CCG (Conselho de Cooperação do Golfo) chegou na verdade a cogitar a possibilidade de criar uma frente contra o Irã, o que gerou revolta no regime iraniano. O presidente Ali Khamenei depois de afirmar que todos os países do golfo somados teriam o poderio militar de meio Iraque mandou o recado: *"They must remember that we are the same revolutionary nation whom they know very well. We are not afraid of fire and play with it very easily"*⁶⁵.

No ano seguinte, o Irã concentrou seus esforços na Conferência dos Países Não Alinhados no afã de romper seu isolamento diplomático. A projeção da diplomacia brasileira era que o Irã deveria adotar dali em diante um maior pragmatismo, aproximando-se comercialmente de quem lhe puder vender armamentos. O Irã então estreita laços com Coreia do Norte, Sri Lanka (país que indicou o Irã ao Movimento dos Não Alinhados), Cuba, Argélia e países da África subsaariana como Tanzânia, Zimbábue, Zâmbia, Moçambique, Angola e Mali⁶⁶. No Kuwait, o embaixador iraquiano Abdel Jaber Ghani concede entrevista à imprensa local na qual acusa o Irã de "aniquilar e dominar os países árabes e muçulmanos, mediante a imposição de uma facção minoritária", e que as ambições hegemônicas características do governo do xá não mudaram com o novo regime, que os árabes são discriminados naquele país e que os países árabes deveriam reatar com o Egito⁶⁷.

Em 1984, o presidente (e futuro Líder Supremo) do Irã, Ali Khamenei recebe grupo de futuros embaixadores e encarregados de negócios que iriam assumir seus postos na Bulgária, Bélgica, Madagáscar, Guiné, Moçambique e Catar e os exortou a necessidade de divulgar a mensagem do Islã no exterior e que para isso eles deveriam ter uma conduta correta na vida pública e pessoal e que o princípio "nem leste nem oeste" continua sendo a base da política externa iraniana. A Arábia Saudita teria convidado o presidente do *Majlis* Ali Akbar Rafsanjani para realizar o *haji*, a peregrinação anual a Meca, num gesto de boa vontade para tentar acalmar as relações entre os dois países, tensas por natureza, mas que se acirraram quando o

⁶⁵ "Eles devem se lembrar que ainda somos a mesma nação revolucionária que eles já conhecem bem. Não temos medo de brincar com fogo e o fazemos muito facilmente." (tradução nossa). Telegrama de 28/01/1982.

⁶⁶ Telegrama 01/03/1983

⁶⁷ Telegrama 10/09/1983

regime de Teerã passou a fazer de seus peregrinos propagandistas do xiismo e de Khomeini desagradando o regime wahabita da Arábia Saudita⁶⁸.

Em nossa pesquisa, notamos que a partir de 1981 a correspondência começa ficar mais escassa e pontual. Praticamente cessam os artigos e análises de conjuntura e a embaixada brasileira foca cada vez mais em questões comerciais. Mas tivemos acesso a uma rara correspondência ente ministros de Estado, no caso Ramiro Saraiva Guerreiro do Ministério das Relações Exteriores e Ernane Galvêas da Fazenda, na qual o primeiro responde a uma consulta do último sobre a conveniência ou não de se atender um convite da embaixada iraniana em Brasília para que este enviasse um alto funcionário de seu ministério para uma visita a Teerã. Saraiva Guerreiro responde que⁶⁹

...Quanto à ampliação das relações comerciais com o Irã, sou, como Vossa Excelência da opinião de que se devem explorar, como fazem crescentemente outros países, as oportunidades que se abrem nesse novo mercado, o qual deverá assimilar em 1983, cerca de US\$15 bilhões em bens e serviços importados. Nesse sentido o Itamaraty, em coordenação com o grupo Petrobrás, tem favorecido e apoiado iniciativas empresariais, as quais se originaram sobretudo da visita ao Brasil, no primeiro semestre de 1982 da Missão Djarrahi. No mês de setembro do ano passado a INTERBRÁS/PETROBRÁS organizou missão empresarial ao Irã, a qual gerou bons negócios. Desde então, normalizaram-se gradativamente os vínculos comerciais bilaterais com a ida a Teerã de número cada vez maior de empresários brasileiros, sem contar com as missões setoriais, no campo de equipamentos petrolíferos, produtos siderúrgicos, produtos agrícolas e outros, promovida pela própria INTERBRÁS, com a cooperação da iniciativa privada. Tal esforço conjugado dos setores público e privado permitiu que, em janeiro último aquela "trading company" governamental agenciasse negócios da ordem de US\$50 milhões, dos quais US\$47 milhões em produtos siderúrgicos. Por outro lado, e na área de atuação desse Ministério, determinei a reativação das atividades de promoção comercial da Embaixada do Brasil em Teerã, a qual passou a contar, a partir deste ano, com mais um diplomata, de forma a permitir que os exportadores brasileiros interessados no mercado iraniano pudessem dispor de assistência mais ampla. (...) Nesse sentido, a decisão de retomarem-se as importações de petróleo do Irã, suspensas por cerca de dois anos, visou sobretudo a criar condições ainda mais favoráveis à ampliação do intercâmbio comercial, o qual de resto tem-se situado em níveis bastante expressivos, sob a perspectiva brasileira, após a implantação do atual regime político iraniano. Este tomou a decisão política de reduzir, no que for possível, a dependência de fornecimento pelas grandes potências que dominavam totalmente o mercado sob o regime do xá.

Isso não obstante, considero que se deve adotar, com relação ao Irã, postura de cautela, a nível governamental, pois o Brasil, face inclusive à densidade do relacionamento com os países árabes, sobretudo com o Iraque, não está em condições de aparentar redirecionamento político, sem

⁶⁸ Telegrama 01/08/1984

⁶⁹ Correspondência Oficial 22/02/1983.

sofrer as consequências desfavoráveis de tal opção, de parte de parceiros tradicionais no mundo árabe.

A rápida elevação a níveis substanciais do intercâmbio bilateral não poderá verificar-se sem o risco de que o Irã deseje obter, em contrapartida, concessões de ordem política, as quais conflitariam com as expectativas dos países árabes. Caberia pois dar ênfase nas tratativas com o Irã ao aspecto puramente comercial, o que aconselharia caracterizar as iniciativas nossas como essencialmente de intercâmbio entre operadores econômicos. Nessas condições, seria preferível, pelo momento, sobretudo quando há uma intensificação do conflito com o Iraque, que a chefia da missão comercial ao Irã seja atribuída a funcionário governamental de nível intermediário ou a dirigente de empresa privada ou estatal.

Podemos observar claramente nesta correspondência que Saraiva Guerreiro mantinha as prerrogativas pragmáticas de seu antecessor Azeredo da Silveira, ou seja, o interesse comercial brasileiro acima de tudo, mas com cautela procurando evidenciar justamente as características comerciais destas relações para não melindrar países com quem tínhamos um intercâmbio maior. O Brasil envia então o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda Carlos Viacava, no que seria a primeira visita oficial de uma alta autoridade do governo brasileiro após a Revolução.

O ano de 1983 marca uma suavização nas relações diplomáticas Brasil-Irã. Aparentemente a febre revolucionária lentamente cedia e o regime islâmico não mais dividia o mundo em amigos e inimigos da revolução de forma tão sentimental e leviana como antes. O vice-ministro Ahmed Aziz comentou a acolhida que recebera em Brasília e se mostrou feliz por reportar ao seu governo que o Brasil, ao contrário do que se divulgava no Oriente Médio, não era submisso aos EUA e possuía soberania e independência. Aziz aproveitou para solicitar ao Brasil que se abstivesse na resolução de cessar-fogo solicitada por Iraque e ONU que seria, segundo o governo iraniano, mera manobra estratégica⁷⁰.

Mesmo assim, durante anos o Brasil seria acusado de parcialidade no conflito a favor de um ou outro contendor como o fez mais uma vez a imprensa canadense no início de 1985. A repercussão da matéria sobre o papel do Brasil no conflito Irã-Iraque, como um país que lucrava com o conflito foi tamanho que forçou a chancelaria brasileira a emitir uma nota na qual reafirmava a neutralidade brasileira no conflito e que as cifras publicadas eram exageradas, incorporando itens como uniformes, armas leves e valores totais de contratos que abrangiam vários anos, fazendo parecer ao leitor leigo que o Brasil exercia papel central no conflito, o

⁷⁰ Telegrama 14/04/1983.

que certamente não era o caso. Segundo o comunicado, quando vende armas o Brasil sempre procura se certificar se não está desequilibrando a guerra para um dos lados. A nota se encerra com a informação de que apesar de o comércio com o Iraque ser mais volumoso, o Brasil vem intensificando suas relações comerciais com o Irã e que ambos os países se beneficiarão do protocolo de *countertrade* celebrado entre Interbrás, Petrobrás e NIOC naquele ano⁷¹.

Em junho de 1983, todos os chefes de missões diplomáticas são convidados a uma cerimônia de celebração dos três anos da Revolução. Lá ocorre um incidente no qual parlamentares cantavam slogans que causaram a saída do embaixador soviético do recinto. O presidente do *Majlis* e futuro presidente da República Ali Akbar Rafsanjani pede o retorno do embaixador e, diante dele, afirma que o Irã deseja ter saudáveis relações comerciais, culturais e tecnológicas com a URSS, desde que este país compreenda que o *Tudeh* não será tolerado e que qualquer tipo de apoio ao partido comunista iraniano não é bem visto⁷². No ano de 1984, Teerã começa a se aproximar do regime de Damasco. Irã e Síria têm três inimigos em comum: os EUA, Israel e o Iraque. Khomeini foi o primeiro líder de peso do mundo muçulmano ao declarar a seita alauíta como não herética. Lembremos que a família Assad, governante da Síria pertence a tal ramo religioso, sendo uma minoria comandando uma maioria sunita. A Síria tem permitido a entrada dos Pasdaran (Guarda Revolucionária Iraniana) nos territórios libaneses ocupados para auxiliar a OLP em seus ataques ao território israelense. As observações do diplomata brasileiro em Damasco (aqui identificado simplesmente como De Sampaio) em relação ao Irã e ao xiismo merecem transcrição, pelo preconceito demonstrado pelo mesmo e pela absoluta ausência da tradicional linguagem diplomática⁷³:

Há indícios de que estes Pasdaran, parcela dos quais recebeu treinamento em campos de instrução terrorista neste país, infiltraram-se entre os xiitas libaneses (a confissão majoritária entre o Islã do vizinho país), com o desprezo pela vida e a vocação ao martírio encontrado entre os seguidores mais fanatizados de Ali, o genro do Profeta, seriam aqueles fanáticos os responsáveis pelos recentes atentados e delitos que abalaram o vizinho país, tendo como principal alvo a força multinacional e interesses franceses e norte-americanos. (...) O governo local tem feito o possível para abster-se de hostilizar esses turbulentos religiosos, cuja ortodoxia medieval islâmica os leva a censurar publicamente a “impiedade” dos costumes locais e que, recentemente cobriram de “pôsteres” com retratos do “aiatolá” o recém

⁷¹ Telegrama 16/04/1985.

⁷² Telegrama 05/06/1983.

⁷³ Telegrama 21/01/1984.

inaugurado aeroporto internacional de Damasco. Na prática autossuficiente em petróleo, mesmo carente em certos tipos de que consome localmente, a Síria tem recebido em condições muito favoráveis do Irã o óleo que marginalmente necessita. Só esse negócio que Teerã concluiu para compensar este governo pela perda dos royalties consequentes ao fechamento do oleoduto Kirkuk-Banyas já justificaria, no domínio econômico a aproximação entre Hafez Al Assad e o “aiatolá”. Do preço político pela instalação dos Pasdaran no Líbano só se saberá exatamente quando a fatura final dessa aventura for apresentada, não em Damasco, mas em Beirute.

Em setembro do mesmo ano, Sampaio voltaria à carga com uma linguagem ainda mais carregada, inclusive de graves acusações ao clérigo libanês Hussein Moussani⁷⁴:

O Presidente Ali Khamenei partiu ontem, depois de haver passado três dias nesta capital, para Trípoli e Argel em visita de trabalho. Em sua escala de Damasco, o “Hodjatil-Islam” não limitou sua visita ao território sírio: cruzou a fronteira e foi até Baalbeck, ao centro de Beka’a onde inspecionou os Pasdaran iranianos estacionados naquela localidade e conferenciou com o chefe xiita libanês Hussein Moussani. Este último personagem, de tenebrosa reputação, tem sido às vezes utilizado para o “dirty work” dos serviços especiais sírios de espionagem e ação direta. Há suspeitas, aliás, de ter sido ele o organizador e executor dos atentados contra os contingentes francês e norte-americano da extinta força multinacional, estacionada no Líbano. Senhor da Beka’a central (área sob ocupação militar síria) e grande comerciante de haxixe, Moussani com seus militantes libaneses e iranianos têm ultimamente criado incidentes com o Exército ocupante, devido ao seu zelo, algo grotesco em obrigar as mulheres de Baalbeck, acostumadas a costumes menos bárbaros a adotar a indumentária e o código de conduta prescrito pelo fundamentalismo xiita.

Em abril de 1983 um telegrama classificado como “urgente” e dirigido ao embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, enviado por Jacques Eluf da IAT Comércio Exterior S.A., sobre uma reunião ocorrida em Teerã chamava a atenção para oportunidades de negócios para o Brasil como vendas de caminhões pesados no valor de US\$ 100 milhões, locomotivas no valor de US\$ 70 milhões e navios em valores da ordem de US\$ 50 milhões de dólares. O empresário já teria em mãos cartas de crédito no valor de US\$ 25 milhões de dólares⁷⁵. O próximo contato de Eluf ocorreria apenas em setembro de 1984 quando, em nova correspondência destinada ao embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, se queixa da falta de apoio oficial na Feira Anual de Teerã. Segundo Eluf, a IAT monitorou o *stand* do Brasil

⁷⁴ Telegrama 11/09/1984.

⁷⁵ Telegrama 11/04/1983.

sozinha sem qualquer apoio governamental, que jamais enviara uma delegação de alto nível para tais eventos.

Contudo no início de 1985, às vésperas do fim do regime militar, a Comissão Mista Brasil-Irã é reativada e o Brasil é elogiado pelo Diretor Geral de Relações Econômicas da Chancelaria Iraniana Mohamed Hossein Adeli, que afirmou estar impressionado com o grau de desenvolvimento alcançado pelo Brasil e que o país pode exercer importante papel de complementaridade à economia iraniana⁷⁶. Na reunião inicial com membros do DEOP (Departamento de Oriente Próximo do Itamaraty), e outros órgãos do MRE, o chefe da delegação iraniana resumiu a política nacional de seu país no lema “nem leste, nem oeste”, defendeu o desenvolvimento deste sem submeter-se às superpotências e baseado no respeito mútuo, na autodeterminação e no princípio da não intervenção em assuntos internos, o clássico discurso terceiro-mundista dominante desde a descolonização e da Conferência de Bandung, portanto. Destacou que o Irã daria prioridade aos países em desenvolvimento e que o Brasil teria um papel chave nesse plano devido a seu papel de liderança regional e que por isso o Irã teria interesse em implementar a Comissão o quanto antes.

Ato contínuo, o representante iraniano referiu-se às dificuldades enfrentadas por seu país em decorrência da guerra com o Iraque, reiterou que o Irã não possui ambições territoriais e lembrou a complicada posição geopolítica do país, situado entre a URSS ao norte, o Afeganistão ocupado a leste, o Iraque, seu contendor a oeste, o Golfo ao sul e a Turquia também a oeste, concluindo que, de certa forma, o Irã tem fronteiras com as duas superpotências: a já citada fronteira com os soviéticos e a fronteira com os interesses norte-americanos ao sul. Segundo Adeli, o Irã tem conseguido combater a inflação com sucesso e criou um plano de desenvolvimento para os próximos vinte anos baseado em quatro planos quinquenais cuja prioridade seria a agricultura.

A delegação brasileira, por sua vez, apreciou o otimismo dos iranianos e concordou com a ideia de complementaridade entre os dois países, lembrando que o Brasil também vem diversificando suas parcerias, cujas exportações saltaram de US\$ 2 bilhões para US\$ 27 bilhões de dólares nos últimos vinte anos. Para o Sr. Adeli, o que prejudicou a Comissão Mista original de 1976 foi a falta de comunicação

⁷⁶ Telegrama 07/03/1985.

entre as partes e relatou que após a Revolução o comércio do Irã com países em desenvolvimento saltou de 6% para 25% (68% com países capitalistas e 7% com socialistas) com ênfase em países do Terceiro Mundo. O chefe da delegação iraniana passou então a listar os produtos brasileiros que interessavam ao Irã destacando produtos agrícolas, metais, aviões agrícolas, peças automotivas de reposição, cabos de aço e molas industriais e ofereceu ao Brasil tapetes, pistache e evidentemente, petróleo. A meta estabelecida pelo Memorando de Entendimento entre Brasil e Irã estabelecia uma meta de US\$ 1,5 bilhão de dólares entre março de 1985 e março de 1986. Este valor seria atingido se o Brasil importasse US\$800 milhões de dólares em produtos iranianos e o Irã US\$ 700 milhões em produtos brasileiros. Os contratos seriam feitos em separado, examinando-se caso a caso e os pagamentos ocorreriam via Banco Central de ambos os países. O Brasil poderia também obter autorização para revender o petróleo iraniano, sendo a entrega do mesmo realizada nos portos de Lavan ou Siri, fora, portanto da zona de conflito, ou em Kharg com dedução dos preços. Resolvida esta questão, a delegação brasileira passou a discutir assuntos como a cooperação tecnológica na área agrícola, comunicação, informática, pesquisa, transporte, planejamento urbano e treinamento de pessoal. Ficou acordado que os dois países procurariam relacionar possibilidades de intercambio nas áreas científicas, tecnológica e cultural e que o *over draft* (saldo devedor) de US\$ 50 milhões possa ser utilizado para esse fim.

Em Brasília a delegação iraniana reuniu-se também com o Ministro das Minas e Energia César Cals, com o secretário-geral do Ministério da Agricultura e com empresários filiados à ABDIB (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base), e no Rio de Janeiro com empresários ligados à CACEX, Interbrás e Petrobrás. A intenção dos iranianos era que o acordo de *countertrade* entrasse em vigor já no início de maio de 1985⁷⁷. Porém, o governo brasileiro de fato jamais enviaria uma missão oficial à Feira de Teerã. Quando do cancelamento da visita pelo vice-presidente Aureliano Chaves, o chefe do DEOP (Departamento de Oriente Próximo) do Itamaraty afirmou:

Tais países parece-me, encaram as Relações Internacionais diferentemente de nós, atribuindo seriedade ou gravidade a iniciativas ou gestos para nós sem esse significado ou impacto. Regimes recentes exultam, por exemplo com mensagens presidenciais que, no Brasil, são absorvidas com

⁷⁷ Relatório 16/04/1985.

naturalidade. Sobretudo no Irã, onde existe forte resistência interna ao relacionamento com o Brasil, país fornecedor de armas ao Iraque, relacionamento que a Chancelaria iraniana pragmaticamente desenvolveu a ponto de constituir-se o Irã no nosso único fornecedor de petróleo do Oriente Médio onde o contracomércio atinge a taxa de 90% em exportações brasileiras (taxa muito superior a prevalecente com o Iraque ou Arábia Saudita, e que resulta num intercâmbio superior a 1 bilhão de dólares, limite inferior ao protocolo assinado pela Petrobrás/Interbrás).

O gesto brasileiro fortaleceria a oposição interna no Irã ao estreitamento de relações com o Brasil, visto como um país pouco confiável, e em última instância, como um aliado do Iraque. Ironicamente o Brasil também seria acusado de parcialidade no conflito, porém agora a crítica vinha do embaixador do Iraque em Brasília Faik Maki, que afirmou ter a ENGESA vendido trezentos veículos Cascavel ao governo líbio que seriam repassados ao Irã e que a IBET Internacional, empresa criada por professores e por um ex-reitor da UnB estaria vendendo material de emprego militar ao Irã. Luiz Villarinho Pedroso, chefe do DPR (Departamento de Promoção Comercial e Investimentos) do Itamaraty responde que o IBET era uma organização privada voltada ao lucro e que estes documentos (alguns datados de mais de dois anos antes) haviam sido entregues ao embaixador por funcionários demitidos da empresa. Quanto aos veículos Cascavel, o Brasil não tem controle sobre as revendas, pois não pede *end-user certificates* (certificado de utilizador final) em vendas efetuadas a governos⁷⁸.

O cancelamento da visita de Aureliano Chaves ao Irã, visto como “normal” pela chancelaria brasileira, fez seus estragos em Teerã e somada à mudança de rumo da política externa no governo José Sarney selaria o declínio das relações Brasil-Irã, que somente seriam retomadas com certo destaque no governo Luís Inácio Lula da Silva.

⁷⁸ Telegrama 07/06/1985.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Iraniana é certamente um dos marcos do século XX: um movimento popular, que contou com a participação de todos os setores da sociedade iraniana, derrubou um dos governos mais militarizados do mundo e que orgulhosamente exibia suas credenciais de aliado dos EUA e de Israel num região onde tal postura é mais do que suficiente para transformar um país em um pária entre seus vizinhos.

O fato de o Irã ser persa e não árabe, e xiita ao invés de sunita, fazia deste país um caso realmente excepcional. Excepcionalidade esta, aliás, profundamente arraigada na psique do iraniano da mesma forma que sua nêmise, os EUA, também se arrogam tal característica.

Outra peculiaridade da Revolução que deixou o Ocidente perplexo é que este processo histórico rompeu com o paradigma ocidental da revolução burguesa, na qual um poder tirânico, geralmente íntimo do poder religioso, era derrubado em nome do laicismo e de direitos individuais caros ao liberalismo. A Revolução Iraniana, ao contrário, uniu novamente religião e Estado, instaurando um regime visto no Ocidente como medieval e retrógrado, mas que fazia todo o sentido dentro de um contexto islâmico, que vê a união entre os preceitos corânicos e os poderes estatais como a única forma de constituir uma sociedade verdadeiramente islâmica.

Podemos inclusive inferir que a Revolução Iraniana está inserida num contexto no qual o fracasso do nacionalismo árabe simbolizado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser se esgotava como alternativa política após seguidas derrotas militares diante de Israel. Estes reveses são vistos como castigos divinos pela percepção corrente de que o mundo islâmico havia se rendido a ideologias estrangeiras como o socialismo, o capitalismo e o nacionalismo, quando tal sociedade segundo este ponto de vista seria portadora de uma ideologia completa e de origem divina (e portanto intrinsecamente superior) contida no Alcorão. A vitória da Revolução no Irã e dos *mujahedeen* afegãos na luta contra os invasores soviéticos simbolizaram respectivamente a maior vitória política e a maior vitória militar do Islã no século XX, após décadas de humilhações, e pareceu corroborar a ideia de que uma vez que se os muçulmanos retornassem a suas origens, Deus lhes concederia a vitória.

Outro ponto importante a ser desmistificado no que tange a Revolução Iraniana é o fato de que, em diversas oportunidades o governo iraniano se mostrou muito mais pragmático do que se poderia supor. Khomeini se mostrou um populista ao melhor estilo terceiro-mundista em voga na época, conclamando todos os países pobres e oprimidos (muçulmanos ou não) a juntarem-se ao Irã na luta contra o imperialismo.

Khomeini chega ao extremo de fazer acordos secretos com EUA e Israel, seus arqui-inimigos declarados, com a intenção de obter armas para o conflito contra o Iraque e, mostra ainda maior pragmatismo, declarou por meio de um decreto religioso (*fatwa*) que a defesa da República Islâmica do Irã estava acima de obrigações religiosas tidas como pilares da fé islâmica como a oração, o jejum e a peregrinação a Meca. Tal decreto implicava a aceitação de que, em nome da sobrevivência da Revolução, até negociações com seus piores inimigos se tornariam aceitáveis.

O pragmatismo também marcou o posicionamento do Brasil no período. Durante o governo Geisel, na gestão do chanceler de Antônio Francisco Azeredo da Silveira, o Brasil pautou sua política externa pelo seu interesse comercial imediato, independente de questões ideológicas, ou como gostava de frisar Azeredo, “sem apriorismos”. Tal estratégia não era nova. Podemos identificar uma política externa pragmática desde a PEI (Política Externa Independente), de Jânio Quadros e João Goulart e que também procurou dissociar questões ideológicas e necessidades comerciais do país. Tanto a PEI quanto o Pragmatismo se pautaram por uma busca da autonomia brasileira no teatro das Relações Internacionais, por meio da diversificação de parcerias e pela aproximação com o chamado Terceiro Mundo.

No caso de Azeredo, a conjuntura de Crise do Petróleo levou a uma aproximação com os países árabes, maiores detentores desta *commodity*. Iraque e Arábia Saudita foram parceiros de destaque neste período, tendo o Brasil uma relação especial com o primeiro, promovendo importantes obras de infraestrutura por meio da construtora Mendes Júnior e vendendo armas e veículos militares ao segundo, embora sem tanto sucesso, devido aos estreitos laços entre sauditas e norte-americanos. No governo Figueiredo, a linha foi mantida, embora com pequenos ajustes como o afastamento da África por razões econômicas e a aproximação com o Oriente Médio devido ao conflito Irã-Iraque e a oportunidade de

vender armamentos tanto aos países contendores quanto aos seus vizinhos preocupados com a guerra.

Em relação ao Irã, o Brasil manteve uma posição pragmática antes e depois da Revolução, buscando defender seus interesses comerciais, sendo mais ou menos incisivo em relação ao governo iraniano de acordo com o grau de dependência em relação ao fornecimento de petróleo iraniano. Notamos, por exemplo, que Paulo Braz Pinto, embaixador do Brasil em Teerã durante o período do xá, quando o comércio com aquele país era incipiente, faz duras críticas ao que considerava um comportamento inconsequente do regime do xá, especialmente na relação com os seus vizinhos.

Aluysio Régis Bittencourt se mostrará mais conservador em termos políticos e mais comedido ao expor suas opiniões, resistindo até aos estertores do regime a criticar o xá Reza Pahlevi, embora, após a Revolução o diplomata brasileiro tenha tecido uma análise bastante lúcida sobre os motivos que levaram a queda do regime, demonstrando pleno conhecimento da conjuntura geopolítica da região. Sérgio Florêncio, por sua vez, será aquele que encarnará o pragmatismo comercial e defenderá a importância de sua missão diplomática e do Ministério das Relações Exteriores na linha de frente das questões de comércio exterior. Além de excelente cronista da Revolução e da Guerra Irã-Iraque, Florêncio se mostrará incansável em sua busca de oportunidades comerciais ao Brasil, especialmente nos setores agrícolas e de autopeças. Seu único equívoco foi ter acreditado na declarada política terceiro-mundista de Khomeini, que a seu ver, privilegiaria as relações com o Brasil e outros países em desenvolvimento. Até porque, com o sequestro na embaixada norte-americana, o Irã encontrava-se cada vez mais isolado internacionalmente e, portanto, o terceiro mundismo parecia não apenas ser uma alternativa, mas a única.

Contudo, a diplomacia brasileira não contava com a resistência japonesa à pressão norte-americana para que rompesse com Teerã e nem com o incremento das relações do Irã com os países da Cortina de Ferro.

Florêncio defendeu as negociações com a NIOC (*National Iranian Oil Company*) e exortou a Petrobrás a ser paciente, mesmo quando os negociadores da estatal iraniana mostravam-se duros com o Brasil, só se rendendo às evidências no início da década de 1980, quando não se furtava mais a criticar abertamente o regime, nem se melindrava mais em justificar aos iranianos a intimidade das

relações do Brasil com o Iraque no que tangia à venda de armas e mesmo com a abertura do Banco Brasileiro-Iraquiano. Como o Irã se mostrou inflexível em forçar o Brasil a comprar cada vez mais no mercado spot de petróleo, enquanto Saddam Hussein aceitava até trocar petróleo por automóveis Passat, como no histórico escambo liderado pelo então presidente da Volkswagen, Wolfgang Sauer, ou em condições bastante favoráveis, o Brasil passaria então a privilegiar suas relações com o país árabe.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Hugo. **O Outro Lado do Poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

AFARY, Janet e ANDERSON, Kevin. **Foucault e a Revolução Iraniana: As Relações de Gênero e as Seduções do Islamismo**. São Paulo: Realizações, 2011.

ABRAHAMIAN, Ervand. **Khomeinism: Essays on the Islamic Republic**. Los Angeles: University of California Press, 1993.

AKHAVI, Shahrough. **Religion and Politics in Contemporary Iran: Clergy- State Relations in the Pahlavi Period**. New York: State university of New York, 1980.

AMADO, Janaína FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

AMUZEGAR, Jahangir. **Iran and the Gulf: A Search for Stability**. Abu Dhabi: The Emirates Center for Strategic Studies and Research, 1996.

ARJOMAND, Said. **The Turban for the Crown**. Oxford: Oxford Print On, 2000.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no Judaísmo, Cristianismo, e Islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BACHA, Edmar e MALAN, Pedro. *A dívida externa brasileira: do milagre ao fundo*. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. 2^a ed. Brasília: UnB, 2002.

_____. **A Política Externa Brasileira 1822-1985**. São Paulo: Ática, 1986.

BRINTON, Crane. **The Anatomy of Revolution**. New York: Vintage Books, 1965.

CARLOS, Newton (editor). **Irã: A Força de um Povo e sua Religião**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1979.

CASTRO, Antônio Barros e SOUZA, Francisco Eduardo Pires. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHEREM, Youssef Alvarenga. **Islã, Legitimidade e Cultura Política: O Movimento Estudantil no Irã Durante o Período Khatami**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social da Unicamp em 2006.

COCKROFT, James. **Reza Pahlavi**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

DABASHI, Hamid. **Iran: a People Interrupted**. New York, New Press, 2007.

D'ARAÚJO, Celina e CASTRO Celso. (org.s) **Ernesto Geisel**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **Dossiê Geisel**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004.

DORMAN, William e FARHANG, Mansour. **The U.S. Press and Iran: Foreign Policy and the Journalism of Deference**. University of California Press, Berkeley, 1988.

DORNELLES, Carlos. **Deus é Inocente: a Imprensa Não**. São Paulo: Editora Globo, 2002.

DUROSELLE, Jean Baptiste. **Todo Império Perecerá**. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ESPOSITO, John e RAMAZANI, R.K (org.). **Iran at the Crossroads**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.

ESPOSITO, John. **The Iranian Revolution: It's Global Impact**. Miami: Florida University Press, 1990.

FAWAZ, George. **America and Political Islam: Clash of Cultures or Clash of Interests**. New York: Cambridge University Press, 2001.

FISHLOW, Albert. *Uma história de dois presidentes: A economia política da gestão da crise*. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GAULAND, Armando Pierre. **A Propaganda Política do Islamismo Xiita: Revolução Islâmica do Irã: 1978-1989**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2007.

GORDON, Matthew. **Khomeini**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KAPUSCINSKY, Ryszard. **O Xá dos Xás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

KARMIRIAN, Sarkis. *“As Relações do Brasil com os Países do Oriente Médio.”* In: HOFMEISTER, Wilhelm (org.). **Segurança Internacional: um Diálogo Europa-América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2007.

KHATAMI, Muhammad. **Diálogo Entre Civilizações: o Irã Contemporâneo e o Ocidente**. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

KEDDIE, Nikki. **Modern Iran: Roots and Results of Revolution**. New Haven: Yale University Press, 2006.

KINZER, Stephen. **Todos os Homens do Xá: o golpe norte-americano no Irã e as raízes do terror no Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KURZMAN, Charles. **The Unthinkable Revolution in Iran**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre (Org.). **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.

LE GOFF, Jacques; LE ROY Ladurie; DUBY, Georges e outros. **A Nova História**. Lisboa, Portugal, 1977.

MACKEY, Sandra. **Os Iranianos**: Pérsia, Islã e a Alma de uma Nação. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008.

MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MEIHY, Murilo. **As Mil e Uma Noites Mal Dormidas**: a Formação da República Islâmica do Irã. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

MILANI, Mohsen. **The Making of Iran's Revolution: From Monarchy to Islamic Revolution**. Boulder: Westview Press, 1994.

MARINHO, Ilmar Penna Jr. **Petróleo: Política e Poder**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1989.

MENASHRI, David. **Post-Revolutionary Politics in Iran**: Religion, Society and power. London: MPG Books, 2001.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico** [Geopolítica e Política Externa no Brasil Pós-64]. (Tese-Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

_____. **A Geopolítica e o Brasil Potência**. Marília: UNESP, 1985.

_____. **Geopolítica e Política Externa Brasileira**. Marília: UNESP, 1987.

_____ e GONÇALVES, Williams. **Militares, Diplomatas e Política Externa no Brasil Pós-64**. Campinas: Unicamp, 1991

MOMEN, Moojan. **An Introduction to Shi'i Islam**. New York: Yale University Press, 1985.

MONTENEGRO, Marcelo. **Indústria Bélica e Diplomacia na Relação Brasil-Iraque (1979-1989)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Relações Internacionais da PUC-RJ EM 1992.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

PINTO, Ivonete. **Descobrimdo o Irã**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. **Pragmatismo Responsável e política de poder: a política externa do Governo Geisel**. (Dissertação-Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

POLLACK, Kenneth. **The Persian Puzzle: The Conflict Between Iran and America**, Nebraska: Random House, 2004.

RAMAZANI, R.K. **Revolutionary Iran: Challenge and Response in the Middle East**, Baltimore: John Hopkins University Press, 1987.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

SAID, Edward W. **Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World**. New York: Vintage Books, 1997.

_____. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Cultura e Resistência**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba, Juruá, 2006.

SHAH, Sonia. **A História do Petróleo**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SHLAIM, AVI. **A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe**. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

SILVA, Silvana Romancini. **Política Externa Brasileira para os Países Árabes de 1974 a 1984**. Tese de Mestrado apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de Brasília em 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUTO MAIOR, Luiz Augusto. *O Pragmatismo Responsável*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**: Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

SPEKTOR, Matias. **Azeredo da Silveira: Um Depoimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Relações Internacionais do Brasil de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2002.

WRIGHT, Robin. **The Last Great Revolution**. New York: Vintage Books, 2000.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo: Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder**. São Paulo: Scritta, 1993.